

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ELIANA VICENTE

POBRES “DE BEM”, POBRES “MARGINAIS”:
a relação estabelecidos e outsiders nas classes populares do Rio de Janeiro

JUIZ DE FORA

2019

ELIANA VICENTE

POBRES “DE BEM”, POBRES “MARGINAIS”:

a relação estabelecidos e outsiders nas classes populares do Rio de Janeiro

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Dmitri Cerboncini Fernandes

JUIZ DE FORA

2019

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Vicente, Eliana.

Pobres “de bem”, pobres “marginais”: a relação estabelecidos e outsiders nas classes populares do Rio de Janeiro / Eliana Vicente. - 2019.

184 p.

Orientador: Dmitri Cerboncini Fernandes

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2019.

1. Classes populares. 2. Sociabilidade. 3. Relação estabelecidos outsiders. 4. Estigmas. 5. Reconhecimento social. I. Fernandes, Dmitri Cerboncini, orient. II. Título.

ELIANA VICENTE

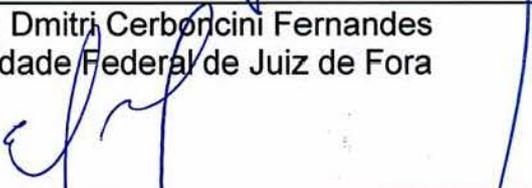
“POBRES “DE BEM”, POBRES “MARGINAIIS”: A RELAÇÃO ESTABELECIDOS E OUTSIDERS NAS CLASSES POPULARES DO RIO DE JANEIRO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do grau de Doutora em Ciências Sociais.

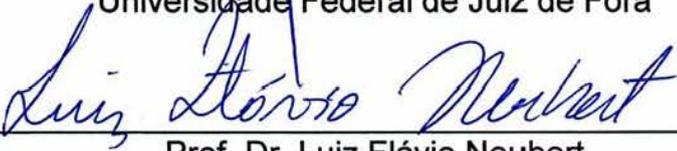
Tese defendida e aprovada em 18/02/2019



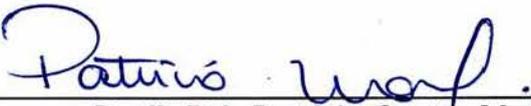
Prof. Dr. Dmitri Cerboncini Fernandes
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dr. Eduardo Antônio Salomão Condé
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dr. Luiz Flávio Neubert
Universidade Federal de Juiz de Fora



Profª. Drª. Patrícia Castro Mattos
Universidade Federal de São João del-Rei



Prof. Dr. Edison Ricardo Emiliano Bertoncelo
Universidade de São Paulo

Dedico este trabalho à minha querida família:
Anderson, Luna, Caio e Laura.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os amigos da turma de doutorado de 2014, especialmente Vanessa Castro e Joyce Nascimento e ao meu amigo Igor Rodrigues, da turma de 2015, que sempre me socorreram em relação a questões burocráticas junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSO/UFJF), devido à distância entre minha cidade de residência e a cidade de Juiz de Fora.

Um agradecimento muito especial e amoroso ao querido amigo Fabrício Emerick Soares (in memoriam).

Ao professor Dmitri Cerboncini Fernandes pelas sugestões e direcionamentos sugeridos, imprescindíveis para a elaboração dessa tese.

À professora Patrícia Mattos, que desde a minha graduação foi alguém com quem eu sempre pude contar, e sempre foi muito generosa em compartilhar comigo os seus conhecimentos acadêmicos.

A todos os meus entrevistados, que tiveram a generosidade de abrir as portas das suas casas e a intimidade das suas vidas para mim, pois sem a participação deles não seria possível o estudo aqui apresentado.

À secretária do PPGCSO/UFJF Camila Carvalho Silva pela sua gentileza e presteza em me atender sempre que precisei.

E por último, à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que possibilitaram a minha pesquisa e conclusão do doutorado.

“Levar à consciência os mecanismos que tornam a vida dolorosa, inviável até, não é neutralizá-los; explicar as contradições não é resolvê-las. Mas, por mais cético que se possa ser sobre a eficácia social da mensagem sociológica, não se pode anular o efeito que ela pode exercer ao permitir aos que sofrem que descubram a possibilidade de atribuir seu sofrimento a causas sociais e assim se sentirem desculpados; e fazendo conhecer amplamente a origem social, coletivamente oculta, da infelicidade sob todas as suas formas, inclusive as mais íntimas e as mais secretas.”

(Bourdieu)

RESUMO

Neste trabalho investigo a sociabilidade das classes populares das periferias da cidade do Rio de Janeiro com a intenção de entender o modo pelo qual essas pessoas, que se identificam como trabalhadores, se imaginam em relação às outras duas camadas sociais com as quais elas mais se relacionam: por um lado, com outros marginalizados, e, por outro, com a classe média. O objetivo foi procurar apreender a eventual possibilidade de busca de distinção social e reconhecimento desses atores e os mecanismos utilizados por eles para este fim. A partir dos resultados desta pesquisa, busquei também entender quais as necessidades emocionais e os valores morais que sustentam e reproduzem essa determinada dinâmica relacional. Para tanto, baseio-me na ideia de que os mecanismos e as estruturas que aprofundam e perpetuam as desigualdades são intransparentes e ocultos para todas as pessoas e, principalmente, para aqueles dotados de menos recursos materiais e simbólicos, tais quais as classes populares no Brasil. Baseio-me, ainda, na ideia de que todos os grupos sociais estão inseridos em uma dinâmica relacional, na qual cada grupo luta por diferenciais de poder que definem o acesso aos recursos econômicos e simbólicos.

Palavras-chave: Classes populares. Sociabilidade. Relação estabelecidos-outsiders. Estigmas. Distinção. Reconhecimento social.

ABSTRACT

In this work I explore the sociability of grass-roots classes from the outskirts of Rio de Janeiro city intending to understand the way in which these people, who identify themselves as workers, imagine themselves regarding two other social strata with which they relate more: on one hand with other marginalized people and, on the other hand, with the middle class. The goal was to try to understand the eventual possibility of seeking social distinction and recognition of these actors and the mechanisms used by them for this purpose. Based on the results of this research, I also sought to understand the emotional needs and moral values that sustain and reproduce this particular relational dynamics. Therefore, I based myself on the idea that the mechanisms and structures that deepen and perpetuate inequalities are nontransparent and hidden from all people, and especially for those endowed with fewer material and symbolic resources, such as the grass-roots classes in Brazil. I also based myself on the idea that all social groups are embedded in a relational dynamic, in which each group fights for power differentials that define access to economic and symbolic resources.

Keywords: Grass-roots classes. Sociability. Established-outsiders relationship. Stigmata. Distinction. Social recognition.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Perfil geral dos pesquisados	35
Quadro 2 – Características relacionadas ao capital cultural	38
Quadro 3 – Hábitos culturais	39
Quadro 4 – Características relacionadas ao trabalho.....	44
Quadro 5 – Condição de moradia	48
Quadro 6 – Proximidade voluntária e involuntária com situações marginais e violentas	50
Quadro 7 – Traumas familiares	52
Quadro 8 – Discriminação vivida em relação à classe e/ou raça.....	53

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição percentual dos evangélicos no Brasil em 2016.....	81
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

COHAB	Companhia de Habitação Popular
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FBSP	Fórum de Brasileiro de Segurança Pública
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional de Previdência Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
PBF	Programa Bolsa Família
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 APORTES TEÓRICOS	20
2.1 As classes sociais enquanto constructos teóricos	20
2.2 Estabelecidos e outsiders sob a perspectiva figuracional de Norbert Elias.....	24
2.3 Goffman: estigmas e manipulação da identidade.....	29
3 PERFIL DOS ENTREVISTADOS	35
3.1 Origem e situação atual.....	35
3.2 Educação e hábitos culturais	37
3.3 Trabalho	43
3.4 Moradia	46
3.5 Traumas e exposição à violência	49
4 AS RELAÇÕES ESTABELECIDOS-OUTSIDERS NAS CLASSES POPULARES... 55	
4.1 “Nós”, os pobres disciplinados x “eles”, os pobres favelados	55
4.1.1 A imagem estigmatizada do morador de favela.....	60
4.1.2 O morador da favela: “pobre de bem” x o pobre favelado	66
4.1.3 Sou pobre, mas sou educado.....	70
4.2 “Nós”, os pobres evangélicos x “eles”, os pobres do “mundo”.....	74
4.3 “Nós”, os pobres autônomos x “eles”, os pobres dependentes	90
4.3.1 O pobre “dependente” nas relações estabelecidos-outsidere.....	96
4.4 A meritocracia nas relações estabelecidos-outsidere..... 107	
4.4.1 A educação e o mérito na perspectiva dos pobres	112
4.4.2 Cotas étnico-raciais x meritocracia.....	121
4.4.3 A boa fé dos pobres na educação.....	124
4.5 Questionamentos a respeito do potencial emancipatório das classes populares..... 127	
4.6 O estigma incontornável	136

4.7 Os jovens das classes populares nas relações estabelecidos-outsiders.....	153
4.7.1 Os jovens pobres e o consumo-ostentação	153
4.7.2 A transgressão da ordem estabelecida pelos jovens do grupo dos outsiders.....	157
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	165
REFERÊNCIAS	171
APÊNDICE A – Questionário Filtro para Aplicação na Pesquisa	177
APÊNDICE B – Roteiro de entrevistas	178

1 INTRODUÇÃO

Reconhecimento social implica, na modernidade, tanto reconhecimento de igual status social (cidadania) quanto reconhecimento de diferenças, e em que grau as diferenças são valorizadas socialmente. Neste trabalho, procuro entender como aqueles pertencentes às classes populares percebem e operam a questão das hierarquias sociais, enquanto integrantes de uma sociedade periférica extremamente desigual, guiada pelos ideais e valores modernos do desempenho e da meritocracia. Valores que são sustentados por duas das principais instituições na modernidade: o mercado e o Estado racional burocrático. Esses, de fato, fazem parte da própria constituição da modernidade, reproduzindo as hierarquias valorativas dominantes.

Minha ideia inicial neste trabalho era entender o significado das conquistas materiais das camadas populares na última década, propiciadas por uma série de fatores como a elevação do salário mínimo, o aumento da oferta de empregos e o aumento do crédito, que possibilitaram uma maior inserção das pessoas dos segmentos populares no mercado de consumo. Tal ideia era sustentada pela hipótese de que o consumo das classes populares nesse período poderia estar ligado à obtenção de reconhecimento social através da aquisição e da demonstração dos mais variados bens: objetos para o lar, roupas, serviços etc. Ocorre que durante a minha coleta dos dados de campo, período em que realizei quinze entrevistas em profundidade com pessoas representantes do segmento estudado, a prática do consumo não se mostrou como o aspecto mais relevante no que se refere à busca por dignidade, respeito e afirmação social. O que pude constatar, de fato, é que existe uma dupla dinâmica relacional entre os pesquisados que procuram, em um primeiro sentido, anular a identificação que possa vir a ser feita entre eles que se percebem como os “bons pobres” e os outros, os “maus pobres”. E, em outro sentido, buscam se identificar com a camada pequeno-burguesa da sociedade. O consumo ostentatório, principalmente entre os mais jovens, foi identificado apenas como mais um dos artifícios utilizados nessa dinâmica que se desenvolve, sobretudo através da construção de fronteiras simbólicas entre “nós” e “eles”, bem como através da manipulação da própria identidade no sentido de aproximá-la de um tipo de identidade pequeno-burguesa idealizada ou virtualizada (GOFFMAN, 1982).

Meu objetivo neste estudo foi, então, apreender um determinado tipo de sociabilidade entre atores das camadas populares da periferia da cidade do Rio de Janeiro e a eventual possibilidade de busca de distinção e reconhecimento desses atores através da manipulação de suas identidades reais e da construção de barreiras e hierarquias simbólicas. O que foi possível

perceber através da análise dos resultados de campo é que a camada pesquisada, referida por alguns autores como a “nova classe média”¹ (NERI, 2010; SOUZA e LAMOUNIER, 2010), como “batalhadores”² (SOUZA, 2010), ou, ainda, como “proletariado precarizado”³ (BRAGA, 2012) diz respeito a uma camada intersticial que se localiza entre aqueles pobres⁴ praticamente desprovidos dos dois principais tipos de capital que hierarquizam o espaço social, o capital econômico e o capital cultural (BOURDIEU, 2008), e as classes mais favorecidas: classe média e elite burguesa. Essa camada intersticial, ao se relacionar com os outros dois segmentos da estrutura social, jogaria duplamente em uma dinâmica de negação da identificação com os mais pobres, os outsiders, e em uma busca de aproximação identitária com a sociedade dos estabelecidos (ELIAS, 2000).

A hipótese central que tento esclarecer e comprovar, através da análise que desenvolvo posteriormente com base nos dados obtidos através do trabalho de campo, é a de que as estruturas e os mecanismos que aprofundam e perpetuam as desigualdades sociais são intransparentes para os pesquisados e, por isso, existiria também uma dinâmica própria de estigmatização entre os pobres que revelaria a força de uma moralidade relacional dominante que é inculcada por todas as classes sociais. Desse modo, os impedimentos estruturais, que alguns conseguem vencer em graus variados e que os colocam em situação superior aos outros que não tiveram a mesma sorte, permanecem ocultos.

¹ O termo “nova classe média” está fortemente vinculado à integração de um amplo espectro das classes trabalhadoras que afluíram ao mercado de consumo pela expansão e democratização do crédito, pela valorização do salário mínimo e pela política redistributiva de renda, principalmente nos governos petistas.

² No sentido que Souza (2010) dá ao termo, esse seria aquele segmento das classes populares que se distinguiria da ralé estrutural, pois, apesar de serem portadores de um *habitus* relativamente precário, possuiriam disposições suficientes que lhes garantiriam inserção tanto no mercado de trabalho (ainda que em ocupações que exigem pouco ou quase nenhuma qualificação profissional) quanto disposições para o empreendedorismo.

³ O precariado, segundo Braga (2012), é o proletariado precarizado que forma aquilo que Marx chamou de superpopulação relativa. É aquele segmento do proletariado ou da classe trabalhadora que se encontra inserido em posições que exigem pouca ou nenhuma qualificação profissional, e que por isso estão sujeitos à baixa remuneração, à grande rotatividade de emprego e a ocupações insalubres e fisicamente desgastantes. Por conta da baixa frequência de permanência no mercado de trabalho formal, esse grupo estaria privado do acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários. O precariado seria marcado por uma vida de instabilidades e incertezas. Um segmento composto pela população flutuante, latente e estagnada (em relação ao mercado de trabalho), enquadrada na faixa de renda entre 1 a 2 salários mínimos mensais e, que segundo Braga, possuiria significativa capacidade de mobilização coletiva, demonstrada pelo autor através de exemplos históricos-sociais.

⁴ O conceito de pobreza, assim como a definição do que é ser pobre, segundo Rocha (2006), faz parte de um fenômeno complexo, e de forma genérica pode ser definido como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada. Mas para que essa noção seja operacionalizada é necessário definir que necessidades são essas e qual o nível de atendimento considerado adequado: “Em última instância, ser pobre significa não dispor dos meios para operar adequadamente no grupo social em que se vive” (p. 10). A autora observa também que a pobreza pode ser absoluta ou relativa. A pobreza absoluta está relacionada às questões de vitais de sobrevivência, já o conceito de pobreza relativa está vinculado às necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante em determinada sociedade (p.11). No caso aqui estudado, os pesquisados podem ser considerados “relativamente pobres”, pois auferem renda que lhes garante a sobrevivência física, mas têm acesso limitado à satisfação de outras necessidades materiais e simbólicas associadas ao modo de vida predominante em nossa sociedade, em virtude do alto grau de desigualdade social e econômica do país.

Interessou-me saber até que ponto a dignidade moral entendida por eles como “natural”, que alguns conseguem ter e outros não, explicaria as diferenças e hierarquizaria uns em relação aos outros, distinguindo, dessa forma, os “bons” dos “maus” pobres. Outros trabalhos como os de Souza (2010 e 2009) também procuraram demonstrar os valores do grupo aqui estudado. Entretanto, a originalidade do trabalho que aqui apresento reside na busca por captar as nuances e as contradições nos discursos e práticas dos pesquisados que demonstram como eles repetem entre si o mesmo padrão classificatório que vigora em toda a sociedade. Procurei entender, também, de que modo essa dinâmica valorativa pode servir tanto como mecanismos de distinção entre eles quanto uma mecânica geradora de mais sofrimentos e frustrações. Isso provaria a força da moral dominante que acaba promovendo uma divisão entre os pobres operada por eles mesmos e os distancia entre si, dificultando ainda mais qualquer tipo de associação voltada para o reconhecimento da falta de direitos e justiça que os acometa.

Na primeira parte deste trabalho, apresento os pressupostos teóricos que embasaram a análise. Inicialmente, tento esclarecer o conceito de classe social e as implicações analíticas que a opção por uma determinada definição desse conceito implica para o entendimento da realidade social concebida como uma realidade de posições desiguais. Em seguida, apresento sucintamente o modelo teórico da sociologia figuracional de Norbert Elias no que diz respeito à dinâmica entre grupos estabelecidos e outsiders, o que será de grande valia para a compreensão de como os pesquisados se relacionam com os outros dois segmentos: os mais pobres e a classe média.

Também apresento o modelo goffmaniano relativo à manipulação da identidade que será utilizado para demonstrar a dinâmica relacional vivida pelos pesquisados tanto no que se refere à imputação quanto ao encobrimento de estigmas.

Na segunda parte, apresento, com a ajuda de quadros sinóticos, a origem familiar e a formação do *habitus* dos pesquisados e a sua atual situação social. A ideia de apresentar primeiramente a origem e a história de vida dos entrevistados no que elas possuem de homogêneo tem como objetivo compreender quais aspectos foram determinantes na definição da posição que ocupa cada um deles no espaço social. Isso é relevante porque uma mesma posição de classe, segundo Bourdieu (2004 e 2008) leva a uma visão de mundo que preserva também certa homogeneidade.

A análise propriamente dita é apresentada na terceira parte deste trabalho, na qual busco entender através da interpretação dos dados de campo, tomando como base os

pressupostos teóricos apresentados, bem como as ideias e contribuições de outros autores que julgo relevantes para o desenvolvimento da análise, de que maneira se estabelece a dinâmica relacional dos entrevistados no que tange à busca por distinção em relação aos pobres outsiders e de identificação com os grupos estabelecidos (a pequena e média burguesia).

A presente pesquisa tem como base quinze entrevistas em profundidade⁵, em sua maioria⁶ realizadas na casa dos pesquisados, em três etapas com um intervalo médio entre elas de sete a quinze dias, totalizando cinco a seis horas de entrevista para cada entrevistado. A opção por realizar as entrevistas na casa dos pesquisados teve como intuito captar o universo particular objetivo de cada um, perceber a vizinhança, vivenciar os trajetos de forma a entender as dificuldades enfrentadas pelas pessoas nos seus movimentos do dia a dia, além de, em alguns casos, poder participar de refeições em família e, desse modo, captar um pouco da dinâmica cotidiana⁷.

A minha opção pela realização das entrevistas em três etapas se deu em razão do roteiro das entrevistas ser bastante extenso, pois receei que a sua aplicação de uma só vez pudesse se tornar cansativa tanto para o pesquisador quanto para o pesquisado. Outro motivo que me levou a optar pela divisão da aplicação das entrevistas em três etapas foi a intenção de criar um laço maior entre pesquisador-pesquisado, o que foi se consolidando no decorrer do processo. Como resultado, na segunda etapa, eu deixei de ser uma pessoa totalmente estranha e, na terceira, em alguns casos, era convidada a participar de refeições e comemorações em família. Essa estratégia também possibilitou deixar para a etapa final das entrevistas aquelas perguntas que penetravam mais na intimidade, referentes a sentimentos e valores, quando um vínculo maior de confiança já havia se estabelecido entre nós. A ideia de intervalo de dias entre as entrevistas foi também um recurso metodológico que visou “desarmar” o entrevistado, ou seja, dificultar as apresentações muito controladas e coerentes que o pesquisado pudesse fazer de si mesmo (LAHIRE, 2004, p. 32). As entrevistas foram realizadas entre agosto de 2016 e janeiro de 2017 e aplicadas seguindo um roteiro não diretivo

⁵ O número de entrevistas a serem realizadas não foi fixado inicialmente. A opção por finalizar a etapa de campo em quinze entrevistas, se deveu à constatação de que eu possuía ao final dessas entrevistas um material bastante rico para a análise.

⁶ Duas entrevistas não puderam ser realizadas na casa dos pesquisados, em nenhuma das três etapas porque, no período da sua realização estavam ocorrendo conflitos armados e intensas trocas de tiros entre traficantes, e entre esses e policiais em áreas próximas às moradias. Essa decisão partiu deles próprios, optando por responderem às entrevistas em locais fora da comunidade onde residem no intuito de resguardarem a minha integridade física.

⁷ Considero oportuno observar que não posso chamar o trabalho de campo que realizei de etnografia visto que para sua realização, seria necessário um tempo mais longo na companhia dos pesquisados, em ocasiões nas quais não haveria uma delimitada situação de entrevista e a observação do pesquisador pudesse ocorrer em outros momentos em que os pesquisados estivessem estabelecendo diversos tipos de interações de forma espontânea.

através do qual abordei, além da história de vida dos pesquisados, aspectos como formação educacional, religião, trabalho, consumo, lazer e valores.

Fizeram parte da amostra moradores de diversas localidades da cidade do Rio de Janeiro, cujos rendimentos nominais mensais domiciliares per capita estivessem próximos do valor de R\$1.113,00 – valor baseado no rendimento nominal mensal domiciliar per capita médio da população residente no Brasil referente ao ano de 2015, segundo divulgação dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada em Abril de 2016⁸. Não interessava, em virtude da finalidade inicial dessa pesquisa, pessoas que estivessem abaixo da linha da pobreza. Interessava compor uma mostra homogênea de pessoas que tivesse alguma capacidade de consumo.

Selecionei os pesquisados também de acordo com o grau de escolaridade daqueles que se declararam como os principais responsáveis pelo sustento familiar. Estabeleci que o grau máximo de escolaridade dos responsáveis na família seria o ensino médio completo, não havendo exigência de grau mínimo. O limite de escolaridade máxima teve como objetivo levar em consideração o volume de capital cultural dos entrevistados, forma de assegurar uma homogeneidade também desse tipo de capital, além do critério renda. Como a posse de capital cultural está fortemente associada à classe média e não às classes populares, o intuito foi, também, o de garantir certa homogeneidade em relação à origem social dos pesquisados.

A escolha do segmento estudado objetivou exatamente entender as dificuldades enfrentadas pela falta de disposições constituídas ao longo da trajetória de vida, disposições estas que possibilitariam chances razoáveis de sucesso dentro da ordem competitiva moderna e que, por causa da origem social, não foram possíveis de ser adquiridas pelos pesquisados (Fernandes, 2008; Souza, 2010; Braga, 2012).

Procurei equilibrar na amostra as variáveis idade e sexo, bem como obter certa distribuição em relação ao local de moradia dos pesquisados em diferentes regiões da cidade e em diferentes tipos de moradia: casa em bairro ou em favela. A escolha da cidade do Rio de Janeiro para a realização das entrevistas se deveu a questões de operacionalidade e de custos, por ser a cidade onde resido. Além disso, levei em conta o fato de a cidade do Rio de Janeiro ter uma boa representatividade, já que se trata da segunda cidade mais populosa do Brasil, de acordo com IBGE.

⁸ Ver dados, disponíveis em: http://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Renda_domiciliar_per_capita/Renda_domiciliar_per_capita_2015_20160420.pdf. Acesso em: 6 abr. 2016.

O fato de residir no mesmo município dos pesquisados também facilitou meu acesso a eles. Esse acesso se deu por meio de contato com pessoas conhecidas, amigos, porteiros de prédios, diaristas, empregadas domésticas, caixas de estabelecimento comerciais, entre outros – pessoas com as quais eu já tinha algum relacionamento através das minhas atividades cotidianas ou de vizinhança e que puderam me indicar pessoas com as quais elas se relacionavam para participar da pesquisa. Ainda assim, as pessoas indicadas pelos meus amigos e conhecidos responderam a um questionário (ver anexos) com questões que me permitiram identificar o perfil de cada uma delas e, assim, proceder à seleção final dos pesquisados. A opção por aqueles que tivessem alguma ligação com conhecidos meus facilitou o estabelecimento da confiança dos pesquisados em relação a mim, pelo fato de eu não ter que me apresentar como uma pessoa totalmente estranha a eles, pois, pelo menos, eu era, aos seus olhos, uma pessoa conhecida de alguém pertencente ao seu círculo social.

A escolha pela realização de entrevistas biográficas teve como objetivo construir a trajetória de vida dos pesquisados de modo a entender a origem familiar, a infância, a escola e a inserção no mundo do trabalho, tentando captar as disposições que eles desenvolveram a partir de determinada origem social comum. A ideia aqui não é a de realizar um estudo de caso, mas sim de perceber o que é comum entre eles. Minha intenção principal, neste trabalho, mesmo se tratando da análise de biografias, é a de perceber como as histórias de indivíduos se conformam em uma homogeneidade de acesso aos recursos escassos e de limites na realização dos seus projetos de vida, que aparecem também como semelhantes na medida em que existe não apenas um conjunto de ideias incorporado e naturalizado que atravessa todas as classes sociais, como também uma visão de mundo homogênea própria, forjada a partir das condições de classe dos pesquisados (BOURDIEU, 2008). O movimento pretendido aqui é o de extrair o geral do particular.

2 APORTES TEÓRICOS

2.1 As classes sociais enquanto constructos teóricos

Ao tratar aqui de um segmento específico da sociedade, surge o impasse de como conceituá-lo. Optei por fazer o uso do termo “classes populares”, em vez de “classe trabalhadora” ou “classe C” (um termo utilizado pelo mercado) por entender que o termo “classes populares” tem um sentido mais abrangente, não se limitando apenas ao critério renda e/ou ocupação profissional, englobando aspectos simbólicos e capitais imateriais que são desprezados ou pouco relevantes em outras formas de proceder à classificação social. Um exemplo disso seria o termo “classe trabalhadora”, que é normalmente vinculado às características econômicas da população e demanda a delimitação prévia de uma classe específica demarcada através de fronteiras fixas a partir da dimensão econômica ou profissional, como usualmente a tradição sociológica dos estudos de estratificação social costuma fazer.

Acredito que o próprio termo “classe social” pode ser pensado de forma a abarcar outras dimensões que não apenas a produtiva. Bourdieu, por exemplo, não nega a existência de grupos sociais que estabelecem entre si relações de competição, dominação e subordinação. Contudo, para Bourdieu, as classes sociais existem apenas enquanto constructos teóricos a serem utilizados nas análises sobre o espaço social.

Com base no conhecimento do espaço das posições, podemos recortar *classes* no sentido lógico do termo, quer dizer, conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes e que, colocados em condições semelhantes e sujeitos a condicionamentos semelhantes, têm, com toda probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo, práticas e tomadas de posição semelhantes. Esta classe no papel tem a existência *teórica* que é das teorias: enquanto produto de uma classificação explicativa [...], ela permite explicar e prever as coisas e as propriedades das coisas classificadas [...] (BOURDIEU, 2015, p. 139).

Bourdieu (2004) define o “mundo social” como baseado em princípios de diferenciação e constituído por várias dimensões. Por conta disso, o autor pontua que a classe não pode ser tomada objetivamente apenas a partir do campo econômico, conforme assinalado por Marx, negando a multidimensionalidade do espaço social, ignorando as hierarquias no interior de cada campo e entre os diferentes campos. Segundo Bourdieu, não deve ser esquecido o fato de que as lutas sociais são travadas em busca do poder de definição da própria representação do mundo social, e que existem lutas permanentes entre os grupos sociais para a imposição dos modos legítimos de classificação social.

Já Weber (2009) entende “classe” e “status” como dois fenômenos de distribuição de poder na sociedade; enquanto a classe seria determinada pelo fator econômico, o status estaria ligado à honra social. Bourdieu, no entanto, discorda da relação weberiana entre “classe” e “status” e da separação analítica e empírica que Weber faz entre esses dois termos, tomando-os como princípios opostos de classificação social. Bourdieu entende que “status” seria a dimensão simbólica da estratificação por classe.

Ao que tudo indica, Weber opõe a classe ao grupo de status como dois tipos de unidades reais que se confundiriam de modo mais ou menos frequente conforme o tipo de sociedade (isto é, ao que aparece, conforme o grau de autonomização e de dominação da ordem econômica). Para restituir às análises weberianas toda a sua força e alcance, antes é preciso reconhecer que os grupos de status e as classes constituem unidades *nominais* que podem restituir a realidade de modo mais ou menos completo segundo o tipo de sociedade, mas que são sempre o resultado *da opção de acentuar o aspecto econômico ou o aspecto simbólico*, aspectos que sempre coexistem na mesma realidade [...] (BOURDIEU, 2004, p. 18-19).

E como Bourdieu considera que “classe” e “status” não podem ser tomados cada qual como uma opção de estratificação, o autor conclui que a análise de classe não pode ser reduzida à análise das relações econômicas, apontando como substancialista o procedimento de demarcação das fronteiras entre as classes que é feito a priori a partir da dimensão econômica. Bourdieu propõe, então, que as fronteiras sociais devem ser percebidas através das práticas sociais, tomando-se as diferenças de status ou estilos de vida como manifestações das diferenças de classes. O autor percebe que existe uma ligação causal entre situação de classe⁹ e status, uma relação que se expressa através tanto do *habitus*¹⁰ de classe quanto através de formas variadas de práticas em diferentes áreas do consumo. Essas práticas formam

⁹ Segundo Weber: “Falamos de uma “classe” quando 1) uma pluralidade de pessoas tem em comum um componente causal específico de suas oportunidades de vida, na medida em que 2) este componente está representado, exclusivamente, por interesses econômicos, de posse de bens e aquisitivos, e isto 3) em condições determinadas pelo *mercado* de bens ou de trabalho (“situação de classe”). É o fato econômico mais elementar que o modo como está distribuído o poder de disposição sobre a propriedade material, dentro de uma pluralidade de pessoas que se encontram e competem no mercado visando à troca, cria já por si mesmo oportunidades de vida específicas (WEBER, 2009, vol. II, p.176)”. Já o status, para Weber, seria determinado pelo grau de honraria específica, negativa ou positiva que um indivíduo recebe e que está associada a uma qualidade compartilhada por um grupo de indivíduos, que pode ou não estar relacionada à situação de classe.

¹⁰ O *habitus* pode ser definido como uma estrutura criada a partir da nossa incorporação do mundo social enquanto uma ordenação das coisas, estrutura que é externalizada de forma prática reproduzindo e transformando a ordem do mundo. O *habitus* é condicionado pelas possibilidades objetivas que vivenciamos neste mundo. Através dele o mundo social é organizado, classificado e diferenciado, ou seja, ele adquire sentido. O *habitus*, que é inconsciente ao nível da prática social, é antes de tudo incorporado, aprendido e representado no nível do corporal. Ele é a nossa segunda pele construída socialmente e sentida pelos agentes como algo natural, algo como um dom. O *habitus* é tanto objetivo quanto subjetivo, é o ponto de encontro dos dois âmbitos, porque incorpora experiências individuais e coletivas de classe e de estrutura de classe (BOURDIEU, 2011).

grupos que, através do seu status, estabelecem fronteiras simbólicas entre os indivíduos em diferentes situações na estrutura de classes.

Existe, para Bourdieu, uma homologia entre classe e status mediada pelo *habitus* diferente de cada classe. O *habitus* de classe produz uma uniformidade que rege as práticas em todos os domínios do consumo. Assim, as estruturas de classe produzem estilos de vida que são internamente coerentes dentro de uma mesma classe, mas contrastantes dentro de uma ordenação por status, no qual ocorrem lutas simbólicas entre as classes sociais e onde os agentes classificam a si mesmos e classificam os outros como iguais ou diferentes, excluídos ou incluídos.

Bourdieu entende que o espaço social é o campo das classes sociais e a cultura é o objeto de batalhas e lutas de classe, uma vez que a cultura não é apenas determinada pela classe, mas é o próprio meio de competição em que as classes exercem um papel fundamental na formação, reprodução e transformação das suas próprias estruturas e divisões. Os sistemas simbólicos são instrumentos de conhecimento e de comunicação que exercem poder, pois estabelecem o sentido imediato do mundo, eles tornam “evidente” a realidade social, encobrendo as estruturas que a produzem.

Desse modo, Bourdieu concebe a classificação social que ocorre através dos diferentes estilos de vida como uma classificação hierárquica de concessão de honra. E por ser o status social concebido diretamente através da classificação das práticas, ocorre que a base real de possibilidade dessas práticas, o capital econômico e o capital cultural que conformam os diferentes *habitus*, não são percebidos. Ou seja, as condições objetivas que possibilitam as diferentes práticas são mascaradas em um tipo de transmutação quase mágica que faz com que as diferenças de capital econômico e de capital cultural sejam percebidas como diferenças simbólicas de honra, funcionando como um mecanismo de legitimação do poder.

Como a concepção de classe social de Bourdieu envolve a divisão ocupacional do trabalho¹¹ através de um sistema de disposições diferenciadas umas das outras e relacionadas entre si por fatores que derivam da distribuição dos dois principais tipos de capital - econômico e cultural -, faz sentido entender as classes populares como um grupo social que, apesar de apresentar diferenças quanto à forma como se liga à produção – formalidade, informalidade, micro empreendedorismo etc. –, e da sua fragmentação ideológica, caracteriza-se pela posse exígua tanto de capital econômico quanto de capital cultural.

¹¹ Conforme pode ser visto em Bourdieu (2008).

Portanto, a partir do que foi exposto acima, optei pelo uso do termo “classes populares”. A existência de certa homogeneidade dos pesquisados enquanto grupo social será apresentada adiante, através da homogeneidade do volume possuído dos dois principais tipos de capitais, bem como das práticas sociais que a posse desses capitais possibilita e engendra.

Acredito, também, que o pensamento que concebe a realidade social como se fosse composta por agentes plenamente conscientes das suas escolhas e cômicos das razões que determinam seus valores e ideais é um tipo de pensamento analiticamente improdutivo, porque não leva em consideração que tanto as estruturas simbólicas quanto o pano de fundo no qual se baseia a nossa visão de mundo são intransparentes na maior parte do tempo para todas as pessoas, fato determinante que lhes confere eficácia.

Em pesquisa¹² realizada pela Fundação Perseu Abramo com moradores das periferias e favelas da cidade de São Paulo com renda de até cinco salários mínimos, constatou-se que as pessoas das classes populares apresentam valores e crenças que estariam muito mais próximos das ideias liberais e dos valores conservadores¹³ do que conscientes dos impedimentos estruturais e simbólicos que limitam o desenvolvimento de suas capacidades e que promovem as desigualdades sociais. O resultado da pesquisa foi apropriado pela mídia dominante como instrumento de legitimação do sistema financeiro em defesa das práticas econômicas liberais e da ideia do Estado mínimo¹⁴. Aproveitou-se, também, para apontar a existência de um lapso entre o discurso político partidário da esquerda, que seria o responsável por dividir a sociedade entre exploradores e explorados, e as pessoas das classes populares, para as quais este discurso, segundo a interpretação da grande mídia nacional, não faria nenhum sentido.

A meu ver, o que os resultados da pesquisa acima citada reforçam é a ideia de que as estruturas que aprofundam e perpetuam as desigualdades sociais são intransparentes tanto para os mais ricos quanto para os mais pobres. E que uma sociologia intencionalista, que pensa o mundo social partindo de uma divisão simplista entre aqueles possuidores dos meios

¹² A pesquisa “Percepções e valores políticos nas periferias de São Paulo” foi realizada entre novembro de 2016 e janeiro de 2017 com pessoas moradoras das periferias e favelas da cidade de São Paulo com renda familiar de até cinco salários mínimos. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/Pesquisa-Periferia-FPA-040420172.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2017.

¹³ Valores conservadores significam aqui, aqueles valores reproduzidos pelas principais instituições legitimadoras da ordem social (mídia, escolas, mercado, Estado, religiões, etc.), e que são percebidos e incorporados de forma acrítica pelas pessoas, o que contribui para a reprodução e conservação do estado de coisas vigente (ADORNO, 1950).

¹⁴ Como pode ser conferido em matéria do jornal Estado de São Paulo online: GALHARDO, Ricardo; VENCESLAU, Pedro. “Pesquisa põe em xeque discurso do PT”. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,pesquisa-poe-em-xeque-discurso-do-pt,70001725545>. Acesso em: 11 jul. 2017.

de produção e aqueles que não os possuem, deixa de perceber as hierarquias simbólicas naturalizadas e o que está por trás da moralidade na modernidade: as ideias e valores que sustentam um modo de vida específico, dando-lhes sentido. O que está por trás do discurso aparentemente liberal dos pesquisados é uma hierarquia valorativa implícita que sustenta de forma não transparente a eficácia institucional do mercado competitivo e do Estado liberal que o apoia. E sua eficácia se dá justamente pelo fato de estar tão naturalizada que se torna imperceptível, generalizando-se para além das divisões de classe e se reproduzindo – como ficou evidente a partir dos resultados da pesquisa realizada para este trabalho – dentro de um mesmo segmento social.

2.2 Estabelecidos e outsiders sob a perspectiva figuracional de Norbert Elias

Em primeiro lugar, acredito ser necessário esclarecer os dois conceitos principais através dos quais se desenvolve a análise sociológica sob a perspectiva eliasiana. São eles: processo e figuração¹⁵. Pode-se dizer que a teoria de Elias é uma teoria que analisa, de uma perspectiva macrosociológica, os processos de longa duração que transformam as sociedades e, em uma perspectiva micro, as figurações a partir das ações individuais tomadas como ações relacionais funcionais e interdependentes.

A análise processual propõe a recomposição histórica de uma determinada figuração social com o objetivo de desvendar e explicar de forma não linear as interconexões que se estabelecem entre as várias esferas que contribuem para o seu desenvolvimento e a forma como ela se apresenta no momento atual. Elias utiliza a história como apoio empírico da análise sociológica, demonstrando que as estruturas sociais são formadas por indivíduos que estabelecem entre si ações funcionais interdependentes que acabam por formar múltiplos processos que se desencadeiam de forma não linear e que em sua origem não foram concebidos de forma intencional por qualquer indivíduo ou grupo de indivíduos.

Elias (2015) toma como exemplo, para explicar o que é figuração, uma partida de jogo de futebol, na qual se forma uma estrutura que pode ter uma hierarquia de várias relações de “eu” e “eles”, “nós” ou “eles”. Significa que, entre dois grupos de adversários, existirá sempre uma relação do tipo “nós” e “eles” formando uma configuração “particular” (p. 142). Existirá, ainda, um fluxo constante entre os jogadores de cada lado da partida, e, para compreender o

¹⁵ Algumas vezes esse conceito é traduzido para o português como configuração.

jogo, será necessário compreender o modo como estão relacionadas às disposições mutáveis de cada lado.

Segundo Elias, as figurações podem se referir tanto a grupos relativamente pequenos quanto a sociedades inteiras constituídas por milhões de pessoas em relações de interdependência funcional entre si. No primeiro caso, as figurações podem ser compreendidas diretamente de forma relativa. Já no caso das figurações maiores, que dizem respeito a aldeias, cidades ou nações, as cadeias de interdependência que ligam os indivíduos são mais extensas e diferenciadas, sendo necessário, para compreendê-las, analisar os elos que se constituem através da interdependência de seus componentes. Por conta da relação de interdependência que formam as figurações é que Elias afirma que a análise sociológica não pode nem tomar como objeto de análise as motivações individuais de cada componente em particular da figuração, nem deve tratar as relações que se formam de maneira abstrata.

[...] a análise sociológica nunca pode usar justificadamente substantivos desumanizados como instrumento de investigação. Conceitos como estrutura, função, papel ou organização, economia ou cultura, não conseguem traduzir uma referência a determinadas configurações de pessoas. O mesmo se aplica ao conceito de “jogo”, se perdermos de vista o fato do jogo ser um aspecto de uma configuração particular de jogadores (ELIAS, 2015, p. 143).

Por conta da interdependência funcional que formam as figurações, o conceito de poder para Elias deixa de ser substantivo e se torna relacional. As figurações podem ser definidas então como formações mutáveis que possuem em seu centro – que Elias define como “o próprio centro do processo de configuração” (2015, p.143) – um equilíbrio flutuante e elástico de poder que se move tanto de um lado a outro quanto de frente para trás, conferindo um fluxo de equilíbrio característico a cada figuração em particular. É justamente por conta desse fluxo de poder que ora pende mais para um lado do que para outro que Elias (2000) afirma que as desigualdades entre grupos e indivíduos são recorrentes entre as sociedades humanas e, ainda que não se tenha esclarecido completamente porque isso acontece, faz-se importante examinar e questionar os processos dinâmicos através dos quais diferentes formas de desigualdade de poder se estabelecem entre os grupos.

[...] relações dessa espécie são uma realidade universal. Ao que parece, quase todos os grupos humanos tendem a perceber determinados outros grupos como pessoas de menor valor que eles mesmos. O grau de estigmatização pode variar de um caso para o outro, e as ações que podem tornar claro para o grupo outsider o fato de seus membros serem um objeto de maior desprezo podem ser ruidosas e bárbaras, ou aparecerem em uma tonalidade mais amena. Seja como for, relações estabelecidos-outsidiers têm sempre algo em comum (ELIAS, 2000, p. 199).

Na citação acima, Elias está se referindo a possibilidades de grupos procederem à estigmatização nas escalas macro ou micro. Na escala micro, Elias e Scotson (2000) nos fornecem um excelente exemplo e modelo de estigmatização que um grupo pode exercer sobre outro para conquistar ou garantir uma posição relacional de poder. Os autores estudaram, na metade do século XX, os habitantes de uma pequena cidade operária da Inglaterra, cujos moradores, apesar de apresentarem as mesmas características raciais, econômicas e culturais, formavam dois grupos distintos a partir da construção de fronteiras simbólicas realizada pelo grupo que residia há mais tempo na localidade e que imputava aos moradores mais recentes características morais negativas. Os autores denominaram o grupo mais antigo de “estabelecidos” e o mais novo de “outsiders”.

O grupo dos estabelecidos acreditava na superioridade das virtudes de seus membros, enquanto imputava ao grupo dos outsiders estigmas que colocavam em dúvida a moralidade deste grupo. Elias e Scotson procuraram, então, esclarecer por que e como o grupo dos estabelecidos agia dessa forma. Os autores perceberam que a busca de diferenciação tinha como objetivo tentar afirmar uma superioridade humana. Eles explicam que os outsiders foram considerados, em princípio, como uma ameaça ao grupo estabelecido por serem desconhecidos e, por isso, não confiáveis. O medo, então, teria acionado o sentimento de coesão do grupo estabelecido, que procurou reforçar a sua superioridade moral desqualificando os outsiders, fortalecendo também seus laços de solidariedade grupal e reforçando o cumprimento das regras vigentes para o grupo.

Elias e Scotson esclarecem, no entanto, que já existia antecipadamente um diferencial de poder entre esses dois grupos. Entre os membros do grupo dos estabelecidos, havia uma coesão significativa em virtude do tempo que essas pessoas viviam no mesmo local, coesão essa sustentada por laços emocionais de antigas amizades e por compartilharem os mesmos valores. Era esse grau de coesão que justamente faltava aos recém-chegados outsiders, por conta do menor tempo de convivência entre eles, o que também dificultava a construção de solidariedade entre seus membros. A inferioridade de poder dos outsiders era vivenciada por eles como inferioridade humana, e quanto mais o desequilíbrio de poder aumentava, mais esse grupo passava a se autoavaliar pela bitola do grupo moralmente “superior”, muitas vezes incorporando os estigmas a eles imputados e agindo de acordo com a expectativa negativa que o estigma carrega.

Com esse estudo, Elias e Scotson buscaram desenvolver um método analítico que pudesse ser utilizado para a compreensão do funcionamento da relação entre grupos cujos diferenciais de poder não estivessem atrelados apenas às diferenças econômicas.

Em escala macro, o exemplo da relação estabelecidos-outsiders se encontra na obra *Os Alemães*, em que Elias (1997) descreve e analisa o processo que se desenvolveu e levou o povo alemão na primeira metade do século XX a internalizar um *ethos* ou *habitus* nacional fortemente influenciado pelo *habitus* militar-guerreiro da corte alemã, fazendo com que a violência se tornasse um instrumento legítimo e privilegiado na resolução de conflitos, tanto na política quanto na vida cotidiana, tornando a brutalidade um código de comportamento não só aceito como louvável (ELIAS, 1997, p. 168).

Nessa obra, o autor interpreta a ascensão nazista e a consequente barbárie contra os judeus como resultado de um longo processo sócio-histórico dentro do qual ocorreram várias transformações na sociedade alemã que resultaram também em transformação da personalidade e dos sentimentos do seu povo. A autoimagem de nação fracassada devido a sucessivas derrotas em guerras é modificada gradativamente com a vitória na guerra de 1871, que levou à unificação da Alemanha. É quando a autoimagem dos alemães começa a se transformar, necessitando, para tanto, de se afirmar como povo “naturalmente” superior. Esse sentimento de superioridade, no entanto, precisava ser assegurado pela coesão do grupo, que não admitia elementos estranhos a ele, como, nesse caso, os judeus. Esses passaram a ser vistos como a porção anômica da sociedade alemã, aquela que põe em risco a autoimagem nacional. E, devido à internalização de um *habitus* que toma a violência como meio privilegiado para a resolução de problemas, a resolução desse conflito não podia ser outra senão a exclusão e a eliminação da parcela indesejável da população através da força.

Com essa obra, Elias pretendeu mostrar que a necessidade de reversão do sentimento de inferioridade pode levar um grupo a estigmatizar outros no intuito de reverter uma autoimagem depreciativa na busca pelo sentimento de autoestima. Portanto, foi a necessidade de constituição da autoimagem de nação poderosa – autoimagem que também contribuiu para a autoestima individual –, o que levou os alemães a procederem à separação “nós”, o povo alemão, e “eles”, todos os outros que não compartilham de um mesmo passado histórico de lutas e bravuras, idealizado como aquele que deu origem à “verdadeira” nação alemã.

O que as análises acima descritas empreendidas por Elias guardam com o caso aqui estudado? O grupo por mim pesquisado faz parte de um segmento estigmatizado ou uma fração de classe inferiorizada na escala social, aqui definido como classes populares, que de

acordo com os dados de campo, cria mecanismos próprios que visam a autovalorização de suas qualidades e atitudes em oposição a um grupo ainda mais desvalorizado, através, por exemplo, da construção de uma autoimagem favorável e da reafirmação de estigmas já existentes imputados àqueles que se encontram em uma posição ainda mais desfavorável, os “maus” pobres.

A sociologia eliasiana fornece um modelo que pode ser empregado em figurações que guardam características específicas, revelando as razões e os mecanismos particulares ou o fluxo de equilíbrio de poder característico que levam determinados grupos a elegerem os seus outsiders, os seus modelos de conduta e as estratégias utilizadas para constituírem a sua própria autoestima enquanto grupo e enquanto indivíduo. No caso do segmento aqui estudado, aqueles considerados outsiders pelos pesquisados fazem parte do segmento ainda mais baixo na escala social, dependentes, favelados, vagabundos, miseráveis e marginais/bandidos, àqueles aos quais é recusada qualquer identificação, aqueles que são percebidos como a porção mais anômica da sociedade. Portanto, aqueles que devem ser afastados e reprimidos, ainda que de forma violenta, como será visto mais à frente. Já os estabelecidos, a classe média pequeno-burguesa e burguesa, fornecem os modelos de conduta apropriados e o ideal de sujeito a ser perseguido: disciplinado, trabalhador, contido, estudioso, esforçado, organizado, limpo, providente e todas as outras características que compõem o *ethos* burguês hodierno.

O que faz do segmento em questão um caso bastante específico é sua posição intermediária, que os coloca em uma batalha incessante contra a possibilidade sempre muito real de serem desqualificados e identificados com o grupo dos outsiders. Explicitarei essa luta incessante contra o rebaixamento social através dos depoimentos dos entrevistados, revelando as estratégias utilizadas por eles, que incluem desde a estigmatização dos pobres considerados outsiders até a manipulação cuidadosa da identidade real (GOFFMAN, 1982 e 2009) na busca pela reversão ou o ocultamento de estigmas dos quais são portadores em maior ou menor grau, passando pelo esforço individual de se constituírem como pessoas dignas de respeito aos olhos de seus pares e classes sociais dos estabelecidos.

A partir da perspectiva eliasiana ficou evidente para mim que a estigmatização dos mais pobres e o desejo de identificação com as classes estabelecidas não é, por parte dos pesquisados, nem consciente e nem intencional. Ela se dá, entre outros motivos¹⁶, pela relação de interdependência que o segmento estudado estabelece com os outros dois. No caso dos mais pobres, a proximidade de moradia, a mesma origem social e, na maioria das vezes,

¹⁶ A própria estrutura social através das instituições que a sustentam, como o mercado, a escola etc., reproduz os valores e a moralidade que está na base do reconhecimento social.

racial. No caso dos grupos estabelecidos, o segmento estudado se relaciona com ele de diversas maneiras, seja prestando serviços dos mais variados tipos, transitando em espaços públicos comuns, trabalhando em colocações subalternas nas empresas etc. Essa determinada figuração e a relação que se desenvolve entre os grupos que a constituem é resultado de um longo processo histórico e não intencional que diz respeito ao processo particular de modernização da sociedade brasileira, com todas as especificidades de uma sociedade que viveu por quase quatro séculos sob o regime escravocrata e que, após a abolição, excluiu, relegando à própria sorte, um contingente enorme de ex-escravos (FERNANDES, 2008). Isso sem negligenciar o fato relevante do país se situar na periferia do sistema capitalista e todas as consequências econômicas e sociais que advêm dessa condição. Enfim, não é intenção aqui descrever e explicar os elos e as conexões que resultaram na atual figuração que constitui as classes sociais no Brasil; o objetivo é analisar, com base na figuração existente, as relações de uma fração das classes populares com outras classes sociais e tentar apreender as especificidades dessa determinada sociabilidade.

2.3 Goffman: estigmas e manipulação da identidade

Como será visto mais adiante, os pesquisados buscam manipular a sua identidade no intuito de se distanciar dos estereótipos e estigmas relacionados a ela. Mas eles também fazem uso das mesmas imagens negativas que tentam evitar quando buscam se dissociar dos “outros” pobres. Goffman é um autor que pode ajudar no entendimento tanto dos mecanismos que auxiliam os pesquisados a construir suas identidades quanto dos mecanismos utilizados por eles para ocultarem atributos que se conectam a estereótipos depreciativos.

A perspectiva de análise goffmaniana é, ao mesmo tempo, relacional e estrutural, desde que trata da estrutura da experiência individual na vida social. Para o autor: “o papel que um indivíduo desempenha é talhado de acordo com os papéis desempenhados pelos outros presentes e, ainda, esses outros constituem a plateia” (GOFFMAN, 2009, p. 9). Enquanto Elias enfatiza a tendência universal entre os grupos humanos para a ocorrência sempre dinâmica e mutável de desequilíbrios de poder sustentados pela posse diferencial de algum elemento relevante em determinada figuração social, Goffman observa a necessidade igualmente universal de busca por respeito e estima por parte do indivíduo perante os outros participantes no momento da interação social. Ainda que a atribuição de respeito ou reconhecimento (ou honra) possa diferir em muitos aspectos de sociedade para sociedade ou

de figuração para figuração, será o conjunto específico de normas prescritivas de comportamento socialmente determinadas que constituirá a base para o jogo da interação social.

Goffman (2009) destaca o peso das determinações sociais nas sociedades ocidentais que, por conta do processo civilizatório de pacificação social¹⁷, praticamente extinguiu o uso de disputas violentas por honra e respeito e passou a contar de maneira mais intensa com a racionalização da conduta social. De acordo com Goffman, cada ator no jogo da interação social buscará passar a melhor impressão de si mesmo ou aquela que é mais conveniente naquela interação específica. O termo fachada ou face é utilizado pelo autor para se referir ao conjunto de características pessoais que um ator tenta transmitir aos outros durante a interação a fim de ser acreditado como alguém digno de consideração: “Independente do objetivo particular que o indivíduo tenha em mente e da razão desse objetivo, será de interesse dele regular a conduta dos outros, principalmente a maneira como o tratam” (GOFFMAN, 2009, p.13).

Em Goffman, a interação é apreendida como uma ordem social a partir da qual o indivíduo deve seguir regras para parecer uma pessoa normal diante de seus parceiros nas interações que estabelece. Emitindo informações a respeito de si, o indivíduo define a situação fazendo com que os outros na interação saibam antecipadamente o que esperar dele, orientando as suas ações a fim de obter uma resposta desejada. E, ainda que a interação se desenvolva entre indivíduos desconhecidos, a conduta e a aparência dos envolvidos nela fornecem indicações baseadas em experiências anteriores, o que pode levar de modo comum ao uso de estereótipos, mesmo que estes não sejam comprovados. Resumindo, existiria sempre na interação uma necessidade do indivíduo de regular a conduta dos outros para garantir a maneira como será tratado. Essa regulação ocorre no sentido de influenciar a definição da situação, quando o indivíduo procura se expressar de maneira tal que passe aos outros a impressão desejada (GOFFMAN, 2009, p.13-14).

Ainda segundo Goffman, a expressividade de qualquer pessoa na interação social ocorre tanto através da fala, quando os indivíduos transmitem informações, quanto através da emissão de sinais variados, ligados ao seu comportamento e às suas ações que podem se desconectar da informação transmitida verbalmente. Como veremos a posteriori, alguns pesquisados procuram nas interações através da fala transmitir a ideia de que são pessoas

¹⁷ O processo civilizador pelo qual passou o ocidente até a modernidade foi investigado por Elias (1993 e 1994). Em seus estudos, o autor explica a mudança do comportamento ocidental que levou a um maior controle das pulsões naturais jogando assim um peso maior nas formas de regulação do comportamento social através do uso intensivo de normas de etiqueta.

“educadas” – que seguem as etiquetas sociais dominantes – tentando assim se distanciar dos estereótipos negativos ligados aos pobres e aos moradores de favela, tais como: desocupados, marginais, malandros etc. Mimetizando formas de falar das classes estabelecidas, conseguiriam o efeito pretendido, a consideração e o respeito de seu parceiro de interação. Mas ao mesmo tempo emitem sinais não intencionais, por exemplo, o uso incorreto da língua culta, a vestimenta, sinais que têm a capacidade de desacreditar o indivíduo perante seus parceiros de interação. Isso ocorre porque as informações emitidas são aquelas de menor controle e/ou atenção por parte do indivíduo e por isso são percebidas como mais confiáveis e, portanto, menos sujeitas à manipulação e à fraude. Goffman aqui parece se aproximar do conceito de *habitus* de Bourdieu (2011), pois a forma de falar e vestir, bem como as maneiras e gestos corporais sempre exprimem de forma inconsciente um *habitus* de classe, ou seja, um *habitus* constituído conforme determinadas condições de existência. As características físicas também emitem sinais que são evidentes e incontornáveis, tais como aqueles expressos pela raça, sexo, deformidades físicas etc. É o conjunto de todas essas características do indivíduo que Goffman (2009, p. 29) denomina de fachada.

Goffman constrói seu arcabouço teórico fazendo uma analogia com o teatro e seus elementos, utilizando conceitos como palco, cenário, bastidores, representação, entre outros, para explicar sociologicamente como os atores apresentam a sua identidade através dos vários papéis sociais que desempenham em público, quer seja manipulando essa apresentação de forma a passar a impressão que acreditam ser verdadeira sobre si mesmos, quer desejando passar uma falsa impressão, muitas vezes idealizada. Segundo Goffman (2011, p. 14), o objetivo de definir uma situação ou conduzir uma representação por parte de um ator diante dos outros é o de conseguir certa estabilidade que não produza ruptura na interação, bem como grandes assimetrias, constrangimentos ou mal entendidos. Ao reivindicar para si uma fachada, o indivíduo estará reivindicando um valor social positivo, uma imagem do eu delimitada em termos de estatutos sociais aprovados.

A sociedade está organizada tendo por base o princípio de que qualquer indivíduo que possua certas características sociais tem o direito moral de esperar que os outros o valorizem e o tratem de maneira adequada. Ligado a este princípio há um segundo, ou seja, de que um indivíduo que implícita ou explicitamente dê a entender que possui certas características sociais deve de fato ser o que pretende que é. Consequentemente, quando um indivíduo projeta uma definição da situação e com isso pretende, implícita ou explicitamente, ser uma pessoa de determinado tipo, automaticamente exerce uma exigência moral sobre os outros, obrigando-os a valorizá-lo e a tratá-lo de acordo com o que as pessoas de seu tipo têm o direito de esperar. Implicamente também renuncia a toda pretensão de ser o que não aparenta ser, e, portanto abre mão do tratamento que seria adequado a tais pessoas. Os outros

descobrem, então, que o indivíduo os informou a respeito do que é e do que eles devem entender por “é” (GOFFMAN, 2009, p. 21).

O interessante na perspectiva goffmaniana é que a fachada é uma espécie de identidade que pode ser negociada a cada interação, algo que não é fixo e que não está alojado dentro ou sobre o corpo da pessoa, mas sim no fluxo de eventos, no encontro (2011, p. 15). As impressões que alguém procura transmitir ou emitir estão relacionadas a padrões de polidez e decoro empregados nas atividades sociais, o que significa que a vida cotidiana é preenchida por linhas morais de discriminação (2009, p. 229). Ainda de acordo com Goffman, existe uma dialética básica que dirige a vida social, na qual os indivíduos, enquanto atores, procuram demonstrar que vivem de acordo com os múltiplos padrões pelos quais eles e as suas ações são julgados. Mais do que interessados em viver sob os padrões morais, os indivíduos estão preocupados em passar a impressão de que esses padrões estão sendo realizados e isso ocorre porque a própria socialização exige isso de nós. Exige que nos mostremos constantemente como um tipo de pessoa em quem se pode confiar a cada interação em particular. Confiar, aqui, significa que representaremos corretamente o papel a nós atribuído.

Mas os atores e aqueles para quem eles representam um papel social não partem do nada para produzir a sua representação, eles idealizam os valores comumente associados a determinadas posições sociais. Como poderá ser conferido através dos relatos dos pesquisados, uma atitude mais estudada na presença de superiores hierárquicos ou dos estabelecidos de classe média partirá sempre de uma idealização de como devem se portar para serem respeitados ou terem a sua fachada acreditada pelos outros com os quais interagem em diversas situações. Quer dizer que os pesquisados, assim como quaisquer outras pessoas, manipulam a própria identidade fazendo com que ela se adeque à identidade virtual, isto é, às expectativas normativas dos outros. A esse respeito, interessa saber em quais situações isso ocorre de forma mais intensa e acurada, assim como compreender de quais maneiras isso ocorre e por quê.

No entanto, manipular a representação de si desejando corresponder da melhor forma possível a determinado papel social não é o mesmo que ter consciência e controle por cada ato desempenhado. Não quer dizer que o indivíduo tenha liberdade em relação ao peso das normas sociais ou que acione conscientemente cada uma delas na interação. Mas que cada um tem um estoque de conhecimento acumulado através da socialização sobre como desempenhar os vários papéis sociais existentes e lançará mão desse estoque quando

necessário, procurando se concentrar na representação do papel exigido. Significa que o indivíduo é capaz de tomar distância em relação a um papel de modo a demonstrar a sua fidelidade a outro papel.

Pois ao aprendermos a desempenhar nossos papéis na vida real guiamos nossas próprias apresentações não mantendo, demasiado conscientemente, uma incipiente familiaridade com a rotina daqueles com quem iremos lidar. E quando chegamos a ser capazes de dirigir convenientemente uma rotina real, isto se deverá, em parte, a uma “socialização antecipada”, já tendo sido instruídos sobre a realidade que justamente se está tornando verdadeira para nós (GOFFMAN, 2009, p. 72).

Isso não significa, na perspectiva do autor, que o indivíduo lance mão de forma consciente de um aprendizado completo e detalhado de como deve agir em cada representação.

O que parece ser exigido do indivíduo é que aprenda um número suficiente de formas de expressão para ser capaz de “preencher” e dirigir mais ou menos qualquer papel que provavelmente lhe seja dado. As encenações legítimas do cotidiano não são “representadas” ou “assumidas” no sentido de que o ator sabe de antemão exatamente o que vai fazer e o faz exclusivamente em razão do efeito que provavelmente venham a ter. As expressões que se julga que ele emite serão especialmente inacessíveis para ele (GOFFMAN, 2009, p. 73).

Para Goffman, não existe um eu real e mais verdadeiro que os papéis que o sujeito desempenha e que controlaria conscientemente todas as representações dos papéis, escapando das determinações sociais. Na sociologia goffmaniana, os atores e seus parceiros de interação não partem do nada para produzir a sua representação, eles atuam idealizando os valores usualmente associados a determinadas posições sociais. O que importa é descobrir como e por que os atores idealizam os valores e como imaginam que deve ser feito para assegurar a impressão que os outros têm sobre eles.

Os papéis sociais são construídos coletivamente, bem como os atributos e a valorização de cada papel: “a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias” (GOFFMAN, 1982, p. 11-12). Quando um indivíduo é portador de atributos físicos ou morais que não estejam previstos nas categorizações existentes, pode ser considerado um indivíduo que não está habilitado para a aceitação social plena (p. 11), ou seja, ele pode ser portador de um estigma.

As categorizações podem agrupar uma série de características que são associadas a um tipo social específico, se constituindo em um estereótipo. Aquela pessoa que apresentar uma

ou mais características relacionadas a um determinado estereótipo será a ele associada. Quando se trata de um estereótipo negativo, a pessoa corre o risco de ser estigmatizada: a ela serão imputadas uma série de atributos negativos. Os estigmas enfrentados pelos pesquisados em seu dia a dia, referente principalmente à classe social, à raça e ao local de moradia (favela) afetam aquilo que Goffman denomina de fachada pessoal. Desse modo, a manipulação da identidade está associada ao empenho efetuado para fugir de estereótipos, para não se tornar um indivíduo “desacreditado” ou “desacreditável” (quando o estigma não é imediatamente evidente) (GOFFMAN, 1982, p.14). Manipulando a identidade, os pesquisados buscam se desvincular dos estereótipos negativos comumente atribuídos aos pretos e aos pobres, tentando evitar, desse modo, embaraços, humilhações e até situações que atentem contra a sua própria integridade física nas inúmeras interações sociais das quais participam.

Mas, como Goffman também observa, os indivíduos acabam acreditando que aquelas características que eles procuram transmitir nas interações face a face constituem o seu verdadeiro eu (2009, p. 70). E, de certo modo, como será mostrado, isso pode contribuir na obtenção de autoestima, na construção das fronteiras simbólicas “nós” x “eles” (os “maus” pobres) e na identificação com o grupo estabelecido, a pequena e média burguesia. Essa busca de identificação com a classe média estabelecida não diz respeito simplesmente ao vislumbre de ascensão a uma posição de prestígio, mas a uma posição junto ao centro sagrado dos valores comuns da sociedade (p. 41), ou seja, a uma posição dignificante. Portanto, nesse caso, os esforços realizados para a manutenção da fachada têm como objetivo o não rebaixamento social.

3 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

3.1 Origem e situação atual

Neste capítulo, apresento um breve panorama sobre a origem dos entrevistados, alguns dados referentes ao capital cultural, a atividade de trabalho, a condições de moradia e a traumas passados e atuais. Ressalto que o objetivo neste momento é apenas apresentar um quadro que sirva de apoio ao foco principal da análise proposta, qual seja, a sociabilidade entre componentes das classes populares. Assim, não pretendo aprofundar neste momento qualquer análise sobre os fatos que apresentarei a seguir, apenas apontarei quando surgirem conexões entre as condições de vida e a situação em que se encontram os pesquisados.

Quadro 1 – Perfil geral dos pesquisados

Nome	Idade	Cor/ Etnia	Estado civil	Filhos	Religião
Eduardo	44	Preta	Casado	1	Católica
Marcelo	26	Preta	Separado	2	Candomblé
Jorge	31	Preta	Separado	2	Católica
Ana	44	Preta	Viúva	Nenhum	Católica
Leda	46	Parda	Separada	3	Evangélica
Bianca	23	Preta	Separada	1	Católica
Nara	32	Branca	Separada	3	Católica
Francisco	52	Branca	Separado	Nenhum	Evangélica
Pedro	30	Parda	Casado	Nenhum	Católica
Vera	38	Branca	Separada	1	Evangélica
Júlio	28	Branca	Solteiro	1	Evangélica
Gabriel	23	Branca	Solteiro	Nenhum	Católica
Isabel	38	Parda	Casada	1	Católica
Irene	53	Preta	Casada	3	Budista
Lúcia	56	Preta	Separada	3	Católica

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

Em relação ao Quadro acima, considero serem necessárias algumas informações adicionais. Os nomes dos pesquisados foram todos alterados com o intuito de preservar a intimidade deles. Evitei também identificar as favelas onde os pesquisados residem por entender ser essa mais uma forma de preservar as suas identidades. Entretanto, considerei interessante citá-las nominalmente aqui sem relacioná-las aos pesquisados. São elas: Morro da

Mangueira e Morro dos Prazeres, duas localidades que contam com a presença de UPPs¹⁸ e do tráfico de drogas, e onde os episódios de violência envolvendo tiroteios são relativamente frequentes; Morro do Salgueiro e Ladeira dos Tabajaras, que também contam com a presença de UPPs e do tráfico de drogas, mas são favelas onde os episódios envolvendo tiroteios são menos frequentes; Baixa do Sapateiro, localizada no complexo de favelas da Maré, e que não conta com a presença de uma UPP, existindo nela um ostensivo tráfico de drogas que se apresenta a céu aberto, onde frequentemente ocorrem tiroteios entre facções criminosas rivais e/ou entre os traficantes locais e a polícia; Favela da Estrada da Meringuava e Favela da Rua Teixeira Bastos, ambas pequenas favelas e que não possuem nem tráfico de drogas e nem UPPs - apesar disso, a primeira delas é controlada por uma milícia¹⁹. É importante esclarecer que as avaliações apresentadas referentes ao clima de violência nas favelas se deveram tanto à minha observação quanto à opinião dos pesquisados, assim como às notícias envolvendo essas mesmas favelas na grande mídia.

Em relação ao estado civil, alguns entrevistados já foram casados mais de uma vez. São eles: Leda, Ana, Nara (viúva) e Irene. Marcelo está separado do primeiro casamento, mas por motivos econômicos ainda mora na mesma casa que a ex-mulher e mantém um relacionamento sério com uma namorada há mais de cinco anos. Englobei também na categoria, casado (a), a relação estável entre duas pessoas que vivem na mesma casa, ainda que essa relação não tenha sido oficializada.

Com relação à religiosidade, alguns entrevistados se declararam católicos de batismo, mas já frequentaram ou frequentam esporadicamente igrejas evangélicas. São eles: Eduardo,

¹⁸ Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), posto da polícia militar, instalado dentro das favelas cariocas a partir de dezembro de 2008. As UPPs fazem parte de um programa de segurança pública implantado pela Secretaria de Estado e Segurança do Rio de Janeiro. A ideia era ter uma polícia de proximidade, um conceito que tem sua estratégia fundamentada na parceria entre a população e as instituições da área de Segurança Pública. Informação disponível em: http://www.upprj.com/index.php/as_upps. Acesso em: 10 ago. 2017.

¹⁹ Cano e Ioot (2008) definem as milícias da cidade do Rio de Janeiro como grupos que atuam em favelas e bairros pobres, controlando de forma coativa o território e a população que nele habita. A principal motivação desses grupos é o lucro individual. Suas atividades são sustentadas por um discurso de legitimação que se refere à proteção dos habitantes e a instauração de uma ordem que garante alguns direitos e exclui outros, gerando regras e expectativas de normatização da conduta. Participam desses grupos agentes e ex-agentes do Estado, como policiais militares, policiais civis e bombeiros. Ainda segundo Cano e Duarte, o termo milícia é impreciso e seu uso é recente. O termo passou a ser incorporado pela mídia e corre-se o risco de dar uma aparência positiva a um antigo cenário de corrupção e assassinatos por parte da polícia, já que o termo milícia estaria associado àqueles que reestabelecem a ordem enfrentando o inimigo público número 1, o traficante. Segundo Zaluar (1994), a ação dos milicianos, de um modo geral, é permeada por um discurso moralista, focando no combate ao uso e à venda de drogas ilícitas, promovendo um “reencantamento do mal” diante da ideia cristalizada pela população sobre o uso e a venda de drogas: “A relação entre a polícia e a comunidade monta-se em grande medida nas imagens e ideias que ficam cristalizadas em cada uma das partes da relação, tanto por conta de suas experiências concretas quanto pelo que poderíamos chamar de ‘quadro das mentalidades’, ou seja, os preconceitos, os estereótipos, memórias (como todas) ideologizadas, e que vão se montando a partir de vários mecanismos” (p.88). É por esse motivo que existe um sentimento ambíguo dos moradores dos bairros e comunidades pobres da cidade em relação à presença da milícia nessas localidades.

Jorge e Bianca. Alguns se declaram católicos, como Pedro, que frequenta também a umbanda, e Lúcia que se divide entre a igreja católica e o candomblé.

3.2 Educação e hábitos culturais

Os dados apresentados a seguir permitem afirmar a existência de certa homogeneidade no que diz respeito à origem e reprodução do capital cultural das pessoas pesquisadas. Filhos de pais com pouca escolaridade ou analfabetos, a maioria conseguiu terminar o ensino médio, mesmo que alguns o tenham feito na fase adulta, como pode ser visto no Quadro 2. Considero interessante observar que ao serem indagados sobre o grau de escolaridade, aqueles que concluíram o ensino médio disseram que já haviam terminado os estudos, o que revela a baixa expectativa em relação à realização de um curso superior.

Provavelmente, essa baixa expectativa se encontra associada ao fato da maioria deles ter começado a trabalhar ainda na infância ou adolescência (ver Quadro 4), o que fez com que a atividade do trabalho se tornasse uma questão mais central em suas vidas, além das óbvias implicações que derivam da circunstância em que a criança ou o adolescente têm que se dividir entre trabalho e estudo. Acrescento a isso a falta de estímulo familiar, dado o baixo volume de capital cultural dos pais e avós.

Bourdieu (2004) relaciona o baixo capital cultural da família ao desenvolvimento das crianças na escola. Segundo o autor, o conjunto de valores e expectativas ligados ao capital cultural é determinado pela condição de classe, desde que a educação seja pensada como um investimento do qual se deve ter expectativas reais de ganhos simbólicos e econômicos no futuro.

[...] as disposições negativas no tocante à escola que levam a maioria das crianças das classes e frações de classe mais desfavorecidas culturalmente à autoeliminação, como, por exemplo, a depreciação de si mesmo, a desvalorização da escola e das suas sanções ou a resignação ao fracasso e à exclusão, devem ser compreendidas em termos de uma antecipação fundada na estimativa inconsciente das probabilidades objetivas de êxito viáveis para o conjunto da categoria social, sanções que a escola reserva objetivamente às classes ou frações de classe desprovidas de capital cultural (BOURDIEU, 2004, p. 310).

Quadro 2 – Características relacionadas ao capital cultural

Nome	Grau de instrução respectiva do pai e da mãe	Grau de instrução do Pesquisado	Repetiu ano na escola	Pai ou mãe adolescente	Voltou a estudar quando adulto	Desejo de fazer curso superior	Parentes com curso superior
Eduardo	EMC EFC	EFC	X		X	X	1 = Tia
Marcelo	EFI EFC	EMC	X	X	X		Nenhum
Jorge	Não sabe EFC	EMC	X				1 = Tia
Ana	EMI EFI	EMC	X		X		Nenhum
Leda	EFI EFI	EMC	X		X	X	Nenhum
Bianca	Não sabe EMC	EMC		X		X	Nenhum
Nara	Não sabe EFC	EMC		X			Nenhum
Francisco	Analfabeto Analfabeta	EFI	Não se aplica		X		Nenhum
Pedro	EMC EMC	EMC	X		X	X	Nenhum
Vera	Não sabe Analfabeta	EMC	X		X	X	Nenhum
Júlio	EMI EFI	EFI	X				Nenhum
Gabriel	EFI EMC	EFI	X				Nenhum
Isabel	EFC EMC	EMC				X	1 = irmã
Irene	EMI EFI	EFI	X	X			Nenhum
Lúcia	EFI EFI	EFI	X	X	X		2 = tios

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

Notas: * Com relação ao assunto abordado no Quadro, é pertinente observar que a mãe de Isabel, assim como a de Pedro, voltou a estudar depois de adulta. No caso de Pedro, ele chegou a dividir a sala de aula com a mãe no mesmo curso noturno de educação para jovens e adultos. Atualmente, um neto de Lúcia e um irmão de Júlio estão cursando o ensino superior em uma instituição privada.

** Para a realização do Quadro foram empregadas as seguintes abreviações:

EFI - Ensino Fundamental incompleto;

EFC - Ensino Fundamental completo;

EMI - Ensino Médio incompleto;

EMC - Ensino Médio completo.

Quadro 3 – Hábitos culturais

Nome	Leitura	Ida ao teatro	Ida ao museu
Eduardo	Raramente lê e nunca leu um livro completo	De vez em quando	Duas vezes
Marcelo	Lê com pouca frequência livros sobre candomblé	De vez em quando	Algumas vezes com a escola
Jorge	Raramente lê e nunca leu um livro completo	Foi duas vezes com a escola	Uma vez com a escola
Ana	Raramente lê livros de autoajuda e religiosos	Foi uma vez com a escola	Nunca
Leda	Diariamente lê a bíblia e nunca leu um livro completo	Foi uma vez com a escola	Nunca
Bianca	Raramente lê e nunca leu um livro completo	Nunca	Nunca
Nara	Lê com frequência livros espíritas	Algumas vezes	Uma vez
Francisco	Diariamente lê a bíblia e nunca leu um livro completo	Nunca	Nunca
Pedro	Lê com pouca frequência livros sobre religião	Duas vezes	Duas vezes
Vera	Diariamente lê a bíblia	De vez em quando	Duas vezes
Júlio	Raramente lê e nunca leu um livro completo	Duas vezes com a escola	Uma vez com a escola
Gabriel	Raramente lê e já leu um livro completo: Harry Potter	Algumas vezes quando criança	Duas vezes quando criança
Isabel	Lê com muita frequência livros de literatura romântica	De vez em quando	De vez em quando
Irene	Raramente lê e nunca leu um livro completo	Duas vezes	Nunca
Lúcia	Raramente lê e nunca leu um livro completo	Algumas vezes	Nunca

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

Nota: Com relação ao assunto abordado no Quadro, é interessante notar que todos disseram ir de vez em quando ao cinema, mas preferem assistir filmes na TV a cabo. Os filmes preferidos são dos gêneros comédia, romance, aventura e ação.

Entendo que a falta de exemplos familiares (Quadro 2), o baixo envolvimento da família com a cultura legítima e, principalmente, as necessidades econômicas durante a infância e adolescência podem ter contribuído para o baixo volume de capital cultural apresentado pelos pesquisados. Como pode ser conferido no Quadro 3, o hábito de leitura, entre outros hábitos valorizados pela cultura legítima, é quase inexistente entre eles.

Um exemplo da necessidade de ter que trabalhar na adolescência e da falta de estímulos e de expectativas em relação aos ganhos que a escola pode trazer fica bastante evidente nos dois depoimentos a seguir. Vejamos primeiro o caso de Ana:

Eu nunca tive desejo de fazer faculdade. Porque eu sempre tive vontade de ganhar dinheiro trabalhando. Eu sempre fui muito batalhadora. Eu sempre trabalhei muito, mas eu nunca tive paciência de sentar e estudar. Quando comecei a trabalhar ainda estava estudando. Comecei a trabalhar porque eu comecei a ficar meio rebelde. Meu pai nunca foi um pai legal, nunca gostou de me soltar dinheiro, de dar dinheiro pra filho, nem nada disso, e ele já não queria mesmo, então ele falou: “– Bom, se você repetir de ano, você já começa a trabalhar, porque eu não te sustento mais”. Eu estava com 16 anos. Eu não ia passar de ano mesmo, então pensei: “– O ano que vem eu vou trabalhar”. Porque, para comprar um absorvente, eu tinha que pedir o dinheiro e dizer por que e pra que. Porque ele não queria dar. Tudo pra ele era um motivo pra não tirar o dinheiro do bolso. Então eu comecei a trabalhar com 16 anos e não parei mais. Comecei a trabalhar cedo e dinheiro chama dinheiro. Sempre fui muito trabalhadeira, sempre. Aí namorei, enxoval, aí depois você não quer mais saber, o dinheiro vai entrando e você não vai separar dinheiro pra faculdade, nada disso, né? Mas eu nunca tive vontade de fazer faculdade, eu nunca gostei de sentar pra estudar²⁰ (Ana, preta, 44 anos, viúva, faxineira/cuidadora de idosos).

Conforme visto, Ana prontamente acolheu a advertência de seu pai, pois além das necessidades econômicas pelas quais passava, não acreditava na sua capacidade de seguir os estudos, passando a atividade do trabalho a ocupar uma posição central em sua vida daquele momento em diante.

Temos outro exemplo em Gabriel que abandonou os estudos quando começou a trabalhar para ajudar a mãe nas despesas da casa e se pauta no exemplo do pai²¹, que, apesar de possuir baixa escolaridade, ascendeu economicamente.

Pô! Educação, eu não penso muito sobre isso, não. Para mim é mais uma obrigação, mas eu sei que é para se ter um futuro melhor. Mas eu sei que meu pai viveu de outras coisas, e eu nunca pensei em estudar para ser alguém na vida. Meu pai sempre foi camelô desde sempre na vida. Então nunca pensei em estudar para ter uma profissão (Gabriel, branco, 23 anos, solteiro, desempregado).

Em muitos dos casos que analisei, o fato comum da vida na adolescência é que ela se torna mais ativa socialmente e as implicações econômicas derivadas desse fato resultam na necessidade de começar a trabalhar mais cedo, como pode ser conferido nos exemplos a seguir:

²⁰ Os depoimentos apresentados têm a função de dar um pouco de cor ao quadro apresentado e uma dimensão mais vívida das dificuldades enfrentadas pelos pesquisados. Optei por transcrevê-los exatamente como os pesquisados se colocaram durante as entrevistas, porque acredito que a maneira de falar é uma das formas mais visíveis e indisfarçáveis de expressão do *habitus*. Desta maneira, entendendo que expor as falas, da forma como elas foram ditas, ajuda a compor com mais nitidez o retrato dos atores que fizeram parte desta pesquisa.

²¹ Gabriel e seu irmão foram criados pela mãe que praticamente arcava sozinha com as despesas da casa. O pai se tornou mais presente na vida de Gabriel apenas quando ele tinha por volta de 16 anos.

Pra ter uma renda, né? Porque minha mãe tinha seis filhos, meus irmãos mais velhos já tinham saído de casa, foram casando, mas na época era muita gente. Não tinha condições de acessar algumas coisas, já estava com idade, já queria sair, essas coisas assim do tipo, já queria ter minhas coisinhas. Você fica com aquela questão de querer trabalhar pra ter as coisas pra você, pra comprar, você vê todo mundo saindo arrumadinho, vai numa festinha, numa balada, e você não pode. Então você quer trabalhar pra ter isso [...] (Marcelo, preto, 26 anos, separado, promotor de vendas).

Eu parei na 7ª série para trabalhar. Eu comecei a trabalhar numa lojinha de salgado que tinha na frente do José de Alencar (escola que estudava). Foi o primeiro emprego que eu tive. Trabalhava ali até uma sete da noite. Eu me lembro até porque foi na época que eu comprei o tênis na loja do lado. Aí eu estava olhando aquele tênis na loja: “– Caraca! Eu quero esse tênis aqui”. Fui na loja e soube que era 700 e tal, mas que era lançamento, 5 molas e tal. Aí comecei a trabalhar, passava na frente da loja e ficava namorando o tênis. Aí recebi, fui lá na mesma hora e comprei o tênis. Cara, foi todo o meu salário, que eu ganhava 700 e pouco na época e o tênis custava 700 e pouco (Júlio, branco, 28 anos, solteiro, desempregado).

O cansaço pela longa jornada de trabalho, na maioria das vezes em atividades que exigem grande esforço físico, foi apontado também como causa comum pela desistência da escola na adolescência²².

Quando eu estava no primeiro ano (ensino médio), eu estava concluindo, aí eu comecei a trabalhar na metade do período, então eu senti o cansaço, não acompanhava as aulas, faltava, fui perdendo as aulas, faltava por causa do trabalho, aí parei (Marcelo, preto, 26 anos, separado, promotor de vendas).

Outro fato que merece atenção é que quase todos os pesquisados disseram ter sido reprovados uma ou mais vezes tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio (Quadro 2), dado que sugere que o fracasso escolar pode ter contribuído para a desmotivação em relação aos estudos.

Soma-se a pouca escolaridade a falta de possibilidade das famílias em investir em cursos extracurriculares, visando, por exemplo, a aquisição de uma língua estrangeira, o que aumentaria as possibilidades de competição no mercado de trabalho. De fato, os cursos extracurriculares realizados pelos pesquisados na adolescência visavam, principalmente, uma formação técnico-profissionalizante, como cabelereiro, manicure, técnico em enfermagem, técnico em refrigeração etc., o que sugere que o foco esteve voltado principalmente para a inserção imediata no mercado de trabalho.

²² O caso de outro pesquisado que foi obrigado a abandonar a escola ainda criança é excepcional na amostra. Francisco foi retirado da escola aos sete anos pelo pai para ajudar na pequena roça que a família mantinha como fonte suplementar de sobrevivência, por isso permaneceu analfabeto até pouco mais de 30 anos, quando foi alfabetizado por voluntários da igreja evangélica que frequentava.

Entretanto, foi possível perceber que, principalmente entre os mais jovens, existe o desejo de fazer um curso superior na expectativa de obter melhor colocação profissional, como demonstra Leda, cujos três filhos tiveram que começar a trabalhar na adolescência por conta de necessidades econômicas, já que a família tinha que viver apenas com o salário que ela recebia como empregada doméstica. Vejamos o que ela diz a respeito do que deseja para os filhos:

Eu queria que eles fossem assim um advogado. Médico, eu não diria que eles fossem porque precisa pagar muito pra ser médico, o custo é muito alto, e eu realmente não tinha condições nem pra comprar os livros pra eles pra advogado, entendeu? Ainda mais pra ser um médico! Mas assim, advogado, que fosse assim em uma faculdade, eu queria isso. Que eles tinham uma vida melhor, entendeu? Uma moradia melhor, dar um conforto melhor pros filhos pra depois dar os estudos melhor pros filhos, eu queria isso, entendeu? (Leda, parda, 46 anos, separada, técnica de enfermagem).

Ou ainda, na preocupação demonstrada por Bianca, que acredita precisar investir mais nos estudos para ter melhor qualidade de vida no futuro:

Vou fazer faculdade de enfermagem. Só o técnico para mim não serve, porque vou ganhar pouco e vai ser mais difícil ainda, vou ter que trabalhar em uma UPA²³, preciso focar nisso aí. Sim, vou trabalhar durante o dia e fazer a faculdade à noite. Já perdi muito tempo, daqui a pouco estarei com trinta anos (Bianca, 23 anos, preta, separada, desempregada).

É relevante pontuar também um fato que diz respeito à maternidade e à paternidade precoce (Quadro 2), o que pode significar um empecilho aos estudos, bem como impelir os jovens a ingressarem mais cedo no mercado de trabalho, desde que o filho possa representar uma responsabilidade pessoal de mães e pais, como fica evidente no depoimento de Bianca, que foi mãe aos 15 anos: “[...] hoje tem a minha filha, não é mais para mim, mas para ela”. Ou ainda, nas dificuldades encontradas por Marcelo para voltar a estudar:

[...] eu queria trabalhar e o dinheirinho que entrasse eu poderia ajudar um pouco a minha mãe, ficar com aquele dinheirinho pra mim, fazer as minhas coisinhas, até pra eu poder estudar, não ia ter preocupação nenhuma, mas aí quando eu ia fazer isso ela (ex-mulher) engravidou e eu já criei mais uma responsabilidade para mim (Marcelo, preto, 26 anos, separado, promotor de vendas).

Em relação ao capital cultural dos pesquisados, é perceptível certa homogeneidade não apenas no volume do capital possuído, como também nas condições e causas que resultaram

²³ Unidade de Pronto Atendimento (UPA). Trata-se de um serviço intermediário entre a atenção básica de saúde e as unidades hospitalares, que funciona em horário integral, inclusive nos fins de semana.

no atual estoque dessa espécie de capital: origem familiar semelhante, bem como as mesmas necessidades que os conduziram precocemente à esfera do trabalho e, assim, a limitações referentes aos estudos.

Ainda, é, preciso observar também que, além das necessidades materiais pelas quais os pesquisados passaram, muitos viveram outras circunstâncias que podem ser consideradas traumáticas e que, de modos e graus variados, exerceram influência e determinação em suas vidas - por exemplo, abandono ou ausência paterna, violência doméstica, pobreza extrema, moradia precária, exposição ao preconceito de raça e de classe.

3.3 Trabalho

O Quadro 4 na página seguinte mostra que alguns começaram a trabalhar muito cedo. À exceção de um dos pesquisados, Francisco (ver nota 28), os demais ingressaram na esfera do trabalho de maneira informal, no desempenho de atividades tanto regular quanto irregularmente, nas funções de ajudante de pedreiro, ajudante de carga/mudança, manicure, faxineira, lavadeira, babá, vendedor (a), distribuição de panfletos, catador (a) de lixo reciclável, digitador (a) entre outros. E a maioria deles não foi pressionada a trabalhar diretamente pelos pais, mas sim pela própria percepção das circunstâncias e necessidades econômicas de suas famílias. Eduardo, que desde os dez anos procurava formas de ganhar algum dinheiro, pontua que essa era uma atitude que recebia a aprovação e o incentivo de sua mãe e de seus avós, ainda que eles lhe cobrassem que não faltasse às aulas.

Se a pessoa fosse fazer uma mudança, eu ia ajudar, se a pessoa tava precisando de alguém para fazer uma obra, eu ia lá ser o servente do cara. Era mais na parte do pesado, carregar o carrinho, virar a massa, essas coisas assim. Geralmente lá nos prédios (conjunto habitacional) não tem elevador, é escada, então tinha que subir areia, pedra, cimento, então fazia isso aí. Meu irmão trabalhava no galinheiro (abatedouro de aves) (Eduardo, preto, 44 anos, casado, técnico de elevador).

No que se refere ao tipo de ocupação desempenhada ao longo da vida, a maioria já trabalhou em diferentes atividades que não requerem especialização ou grau mais elevado de educação formal (Quadro 4). Essa diversidade de ocupações revela a falta de poder de escolha dos pesquisados no mercado de trabalho, o que os obriga a aceitar ocupações muitas vezes penosas fisicamente e com baixa remuneração para evitar o desemprego (BRAGA, 2017; CASTEL, 2005; WACQUANT, 2007).

Quadro 4 – Características relacionadas ao trabalho

Nome	Atividade exercida atualmente	Idade em que começou a trabalhar	Atividades exercidas pelo pai e pela mãe	Algumas atividades já exercidas pelos pesquisados	Desejo pela carreira militar ou baixo funcionalismo público
Eduardo	Técnico de elevador	10 anos	PoliciaI militar Merendeira	Catador lixo, auxiliar de pedreiro e carregador de carga.	X
Marcelo	Promotor de vendas	13 anos	Auxiliar serv. gerais Auxiliar de alunos	Auxiliar de pedreiro, carregador de carga e auxiliar de protético.	X
Jorge	Carregador de caminhão	16 anos	Mecânico autom6vel Empregada doméstica	Office boy e Operador de xerox.	
Ana	Cuidadora/ Faxineira	16 anos	Vendedor, empresário, Cuidadora de idosos	Cozinheira, auxiliar de limpeza e empregada doméstica.	
Leda	Técnica enfermeira	15 anos	Agricultor/ Comerciante Agricultora/ Comerciante	Babá, empregada doméstica e cuidadora.	
Bianca	Desempregada	15 anos	Auxiliar laboratório Não se aplica	Passadora de roupa, caixa de loja e auxiliar de transporte escolar.	
Nara	Agente de saúde	17 anos	Auxiliar de limpeza Não se aplica	Catadora de latas, panfleteira e balconista.	X
Francisco	Faxineiro	7 anos	Agricultor Agricultora	Agricultor, vendedor em feira livre e auxiliar de pedreiro.	
Pedro	Promotor de vendas	14 anos	Militar aeronáutica Cozinheira	Ajudante lanchonete, vendedor de churros e segurança.	X
Vera	Técnico-administrativo	15 anos	Auxiliar de limpeza Não se aplica	Manicure, digitadora e boleira.	
Júlio	Desempregado	16 anos	Empregada doméstica Porteiro	Balconista, lavador de cães e porteiro.	
Gabriel	Desempregado	15 anos	Comerciante Faxineira	Vendedor e instalador de insulfilm.	X
Isabel	Desempregada	15 anos	Cozinheira Apontador de ônibus	Digitadora, vendedora autônoma e auxiliar administrativo.	

Nome	Atividade exercida atualmente	Idade em que começou a trabalhar	Atividades exercidas pelo pai e pela mãe	Algumas atividades já exercidas pelos pesquisados	Desejo pela carreira militar ou baixo funcionalismo público
Irene	Copeira	17 anos	Não sabe Nivelador asfalto	Faxineira, atendente em posto gasolina e embaladora.	
Lúcia	Copeira	15 anos	Costureira Marceneiro	Faxineira, vendedora autônoma e auxiliar de festas.	

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

Esse foi o caso de Jorge que, com medo de continuar desempregado e das implicações práticas e simbólicas que essa condição traz para o provedor da família, aceitou uma colocação com remuneração mais baixa do que recebia anteriormente e cujo desempenho requeria tanta força física que ele chegou a duvidar que conseguisse realizar.

Mas até se fosse trabalho em obra eu estava pegando²⁴, porque eu não estava trabalhando. Aí, graças a Deus, lá assina carteira direitinho, de segunda a sexta. Realmente rala para caramba. Lá no meu trabalho não é mole, é pesado, mas já me acostumei. Mas no começo, assim, pensei, “– Não vou aguentar não, vou ficar aqui, sei lá, uma semana, três dias, vou embora”. Fui falando, falando isso, fui pegando intimidade, aprendendo as coisas e acabei ficando (Jorge, preto, 31 anos, separado, carregador de caminhão).

Outro fato relevante diz respeito aos planos e sonhos ligados à carreira profissional, como o desejo de inserção na carreira militar ou no baixo funcionalismo, o que pode ser interpretado de um ponto de vista mais pragmático como uma forma de obter estabilidade empregatícia e melhores condições de salário devido às possibilidades de ascensão na carreira. Esses foram alguns dos motivos que fizeram que Eduardo decidisse permanecer no Exército depois do serviço militar obrigatório.

[...] eram os benefícios, um soldo que dava para ter uma família e eu não teria que me preocupar muito. E que eu sabia que dentro de certo tempo eu ia ter uma promoção. E quando eu me apresentasse eu ia ter aquele soldo sempre. Estabilidade também, ali você sabia que não ia ser mandado embora. Eu tenho colegas lá que hoje em dia eles são primeiro sargento, e vão sair a subtenente agora (Eduardo, preto, 44 anos, casado, técnico de elevador).

²⁴ Como pode ser constatado no discurso de Jorge, quando ele diz: “Mas até se fosse trabalho em obra eu estava pegando”, existe uma hierarquização simbolicamente sustentada relacionada às profissões internamente às classes populares que também será analisada mais à frente. Vale, no entanto, observar que Leda também evidencia essa hierarquia quando diz que gostaria que os filhos se formassem médicos ou advogados.

Como apresento mais à frente, o desejo pela carreira militar e outros cargos que representam a posse de algum tipo de autoridade parecem estar associados principalmente ao desejo de valorização e respeito social. Isso fica evidente quando o próprio Eduardo diz que o fato de seu pai ter sido um policial militar também o influenciou bastante e que, desde criança, o militarismo o inspirava.

Já a situação de desemprego, pela qual passavam quatro dos pesquisados no período de trabalho de campo, é sentida como bastante angustiante, conforme demonstram os depoimentos a seguir:

Eu me sentia mal. Tem a cobrança que rolava... Família, mãe dos meus filhos... eu sem trabalho. Homem sem trabalho hoje em dia não é um homem. Porque tem essa diferença, o cara que é acomodado, que é vagabundo mesmo, tem muito. E tem essa situação, está difícil, eu fiquei seis meses sem trabalhar, me sentia mal, me sentia incapaz, inútil (Marcelo, preto, 26 anos, separado, promotor de vendas).

O cara pode me chamar de Paraíba, de favelado, que isso aí não me atinge nada. Mas se me chamar de preguiçoso, aí me ofende, porque eu sou trabalhador, sempre trabalhei, nunca sai de um trabalho por causa de preguiça. É por isso que eu dou o máximo de mim no meu trabalho (Francisco, branco, 52 anos, separado, faxineiro).

O trabalho pra mim é pra mim não me sentir tão inútil. Porque você faz todo o seu trabalho de casa, mas você vê as pessoas indo e voltando do trabalho, então a gente se sente assim inútil, eu me sinto assim inútil (Irene, preta, 53 anos, casada, copeira).

Além das questões óbvias relacionadas à sobrevivência física e material, a condição de trabalhador para os pesquisados está também associada à obtenção de estima social e a reversão de estigmas ligados aos pobres²⁵, ideia que aprofundarei no próximo capítulo.

3.4 Moradia

Como o objetivo, neste momento, é apresentar um quadro das condições de existência do grupo estudado no sentido de situá-lo no espaço social, compreendendo que a graduação desse espaço é sempre objetivada no espaço físico e reflete a sua existência social (BOURDIEU, 2016), a seguir, no Quadro 5, procurei descrever de forma sucinta as condições e os arranjos relativos à moradia dos pesquisados. A maioria dos entrevistados mora em casa

²⁵ Resguardadas as devidas diferenças entre o trabalho no Brasil e as sociedades dos países centrais onde o modelo fordista vigorou por muitas décadas no século XX, vale aqui citar Castel (1998 e 2005) que trata da crise da sociedade salarial e do exército que dela foi excluído, um contingente enorme de pessoas que perdeu a identidade de trabalhador, passando a viver de forma instável na informalidade, permanentemente sujeitos à associação com vagabundos e inúteis à esfera reprodutiva da sociedade. Ou ainda, o trabalho de Zaluar (2000), que percebeu que o atributo de trabalhador estava associado positivamente ao morador de favela e que era frequentemente utilizado para reforçar a desassociação com o vagabundo ou marginal.

própria ou de propriedade de seus familiares. Mas, apesar do fato de morarem em casa própria, a forma de acesso à moradia se dá por inúmeros arranjos alternativos que revelam acima de tudo a falta de capacidade econômica. Entre as sete pessoas que moram em casa própria localizadas em bairros²⁶, cujas famílias possuem certificado de propriedade do imóvel, existe uma série de diferentes arranjos e acomodações. Um bom exemplo é Lúcia, cujo avô comprou uma casa na década de 1930 em um bairro do subúrbio da cidade, onde mais tarde a família foi construindo no quintal diversas casas minúsculas, o que acabou transformando o local em uma pequena vila familiar.

O mesmo se aplica a Marcelo e sua família, cujo avô, funcionário público de baixo escalão, comprou uma casa nos anos 1960 que foi ampliada e acabou se transformando em quatro casas menores que hoje abrigam todos os tios e alguns primos maternos de Marcelo, sua mãe, irmãos, ex-mulher e seus filhos.

Já aqueles que possuem casa própria em favelas também construíram nos quintais das casas dos pais ou avós ou nas lajes de suas casas. A maioria das famílias tomou posse dos terrenos nas favelas há bastante tempo, com exceção da mãe de Bianca, que participou de uma invasão na Zona Oeste da cidade há pouco mais de dez anos e teve que lutar bastante pela posse de um pedaço de terra, conforme relata:

Aqui era tudo mato, aí o pessoal invadiu, marcaram o terreno. Minha mãe veio e conseguiu um pedaço. Eles chegaram e marcaram os terrenos e, para entrar, precisava pagar para eles. Eles vendiam os terrenos marcados. Muita gente comprou, outros ficaram ali, sol e chuva até conseguir o que era deles. E tinha um responsável que era o cabeça. Minha mãe vinha todos os dias e aí ele deixou ela pegar um pedacinho perto do rio. Mas aí ele não deixava ela levantar a casa de madeira, ela insistindo, até que ele deixou, porque ninguém ia querer o terreno perto do rio. Depois minha mãe deu uma parte do terreno para o primo dela. Ele construiu lá atrás e nós aqui. Primeiro eram barracos, depois construiu e foi melhorando. Ela construiu aqui e nós viemos para cá, mas só tinha parede, não tinha porta, janelas, nada. A porta era um pedaço de madeira que ficava encostado, depois ela colocou portas, janelas e foi levantando aos poucos. O rio era aqui perto, depois foi aterrando, aterrando, a gente morava aqui com os sapos. Chovia mais aqui dentro do que fora (Bianca, 23 anos, preta, separada, desempregada).

²⁶ Quando distingo o local de moradia como sendo um bairro, estou me referindo a uma divisão territorial cuja área está regularizada pelo órgão competente do Estado. Segundo a publicação do IBGE intitulada *Aglomerados subnormais: informações territoriais* (2010), para áreas conhecidas como favela, comunidade, grovão, vila, mocambo, entre outras, é utilizado o conceito de aglomerado subnormal, um conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das seguintes características: irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes e/ou carência de serviços públicos essenciais, como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública (p.3). Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000015164811202013480105748802.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2018.

Quadro 5 – Condição de moradia

Nome	Local onde mora	Condição da moradia
Eduardo	Bairro	Mora com a esposa e o filho em casa cedida pela família do pesquisado.
Marcelo	Bairro	Mora com a família materna: avó, tios e mãe, e com os filhos e a ex-mulher em casa própria adquirida pelo avô.
Jorge	Favela	Mora com a mãe e os filhos em casa própria, está construindo a própria casa em cima da casa da mãe, que fica localizada em terreno dos avós.
Ana	Favela	Mora em casa própria construída no terreno da casa da mãe, localizada no terreno dos avós.
Leda	Favela	Mora com um filho e um neto em casa alugada.
Bianca	Favela	Mora com a mãe, os irmãos e a filha em casa própria construída em terreno invadido há 10 anos pela mãe.
Nara	Favela	Mora com os filhos em casa construída e cedida pela avó materna.
Francisco	Favela	Mora sozinho em casa alugada.
Pedro	Bairro	Mora com a esposa, a mãe e uma irmã em casa própria comprada pelo pai.
Vera	Favela	Mora com a filha em casa própria construída no terreno da sogra.
Júlio	Bairro	Mora com os pais e dois irmãos em casa própria doada pela ex-patroa da mãe.
Gabriel	Bairro	Mora com a mãe, o irmão e os tios em casa alugada.
Isabel	Bairro	Mora com o marido e o filho em casa alugada.
Irene	Bairro	Mora com o marido e um dos filhos em casa cedida pela família do marido.
Lúcia	Bairro	Mora com as irmãs, um filho adotivo e uma sobrinha na casa que pertenceu os seus avós.

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

Aqueles que moram em favelas reclamam da falta de infraestrutura e da exposição a situações de perigo constante devido à presença do tráfico de drogas em suas localidades. A seguir, observamos na fala de Ana a dificuldade de acesso a qualquer tipo de transporte no morro onde mora, referindo-se a um episódio bastante doloroso, quando seu marido enfartou vindo a falecer algumas horas depois no hospital:

Nem o Uber quer subir o morro. A gente vai ficando com uma certa idade ... eu estou com a minha mãe aí. Meu marido, quer um exemplo melhor? Eu desci o morro com o meu marido. Eu acho que se eu tivesse corrido mais, meu marido estaria aqui hoje. Foi o tempo de meu marido chegar no hospital, dali 1 hora e meia meu marido

morreu. Mesmo enfartado, ele teve que descer isso tudo aqui a pé, se segurando em mim (Ana, preta, 44 anos, viúva, faxineira/cuidadora de idosos).

As dificuldades estruturais para aqueles que vivem em favelas ou mesmo em bairros afastados e periféricos são muitas, como foi possível constatar no depoimento acima e nos de outros pesquisados. Isso, além de refletir objetivamente as diferenças das classes sociais ao acesso dos bens e equipamentos de uso comum na cidade, acaba se constituindo também enquanto estigma, quando as qualidades ou características dos lugares – como em um processo de transmutação - passam a fazer parte das características pessoais de seus habitantes. Isso será mostrado mais a frente.

3.5 Traumas e exposição à violência

Como pode ser observado no Quadro a seguir, as pessoas pesquisadas estão ou estiveram muito próximas de situações de violência e marginalização. É pertinente explicar, com um pouco mais de detalhe, algumas dessas situações que acabaram resultando em consequências determinantes na vida dos pesquisados. O caso mais emblemático é o de Gabriel que, no momento das entrevistas, estava cumprindo pena em regime aberto por assalto à mão armada. Gabriel foi criado apenas pela mãe e conviveu parte da infância e da adolescência com um padrasto que era um policial civil criminoso. Seu pai biológico esteve ausente da vida dos filhos presencial e economicamente. Quando Gabriel tinha 15 anos, seu pai se aproximou dos filhos que passaram a trabalhar no negócio que ele mantém no Camelódromo da rua Uruguaiana²⁷. Após dois anos, Gabriel começou a se desentender com o pai e resolveu então gerenciar um negócio por conta própria, fazendo receptação de aparelhos celulares roubados e revendendo-os no local.

Conforme citado anteriormente, é um fato recorrente a necessidade dos adolescentes e jovens começarem a trabalhar cedo para comprar roupas, tênis e outros acessórios, e com Gabriel não foi diferente. Assim, o dinheiro obtido com a venda de celulares roubados era despendido rapidamente em roupas, tênis, bonés de marcas famosas e bebidas caras nas baladas, onde Gabriel gostava de ostentar aos seus pares a seu poder de consumo.

²⁷ O Camelódromo da Uruguaiana é um conhecido local no centro da cidade do Rio de Janeiro, onde são comercializados em pequenos boxes, principalmente, produtos eletrônicos, como celulares, jogos, computadores e componentes eletrônicos. Segundo relatos do pesquisado e de sua mãe (que também já trabalhou no local), no Camelódromo são vendidos, além de produtos de origem lícita, mercadorias roubadas, principalmente aparelhos celulares. Existe um conluio entre os vendedores de mercadorias roubadas ou de origem duvidosa e policiais e ex-policiais que formam uma espécie de milícia que determina as condições de funcionamento do local.

Quadro 6 – Proximidade voluntária e involuntária com situações marginais e violentas

Nome	Parentes e amigos criminosos	Parentes, amigos ou conhecidos assassinados	Já esteve preso ou cumpriu pena	Proximidade física com tráfico de drogas ou milícia	Parentes e amigos envolvidos com milícia	Vítima da ação de milícias
Eduardo	Amigos	Amigos	Amigos		Pai	Perdeu uma casa
Marcelo	Primo	Primo	Amigos			
Jorge	Conhecidos			Tráfico		
Ana	Compadre	Vizinhos		Tráfico		
Leda		Vizinhos		Tráfico		
Bianca	Pai	Pai		Milícia		Extorsão mensal
Nara	Pai e marido	Pai e marido				
Francisco		Irmão e vizinhos		Tráfico		
Pedro	Tio	Conhecidos		Tráfico		
Vera	Primo	Primo		Tráfico		
Júlio	Amigos	Primo e amigos	Irmão	Tráfico	Primo	
Gabriel	O próprio		O próprio		Ex-padrasto	
Isabel	Conhecidos				Conhecidos	
Irene		Conhecidos			Conhecidos	
Lúcia	Irmão		Irmão e filho	Milícia		Em vias de perder uma casa

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

Segundo depoimento de Gabriel,

Muitos que trabalham lá moram em favelas, ficam lá trabalhando só com telefones. Às vezes, não têm onde comprar, quem entrega não aparece. E de um a dez, uns três ou quatro vai na rua e rouba para poder vender, senão fica sem mercadoria. Porque

só vive nesse mundo e acaba se envolvendo nesse mundo. Eu gastava muito e tinha que ter muito, mas aí foi acabando “– Vamos aí, vamos aí. Vamos arrumar um dinheiro, vamos tomar uma cerveja”, vai conversando e quando você vê já tá fazendo. Depois que você rouba a primeira vez, aí acaba o dinheiro, pensa de novo e assim vai (Gabriel, branco, 23 anos, solteiro, desempregado).

E foi dessa forma que Gabriel começou a assaltar transeuntes para depois vender os celulares roubados no Camelódromo. Foram mais de dois anos assaltando, até ser pego pela polícia pela primeira vez. Gabriel ficou preso cerca de dois meses. Mas, uma vez solto, voltou a assaltar. Até que, pouco tempo depois, foi gravemente ferido quando tentou assaltar um policial civil. As consequências dos crimes praticados por Gabriel se refletem hoje na sua saúde debilitada pelos quase oito meses que ficou cumprindo pena em presídios estaduais e na falta de perspectiva de conseguir um emprego formal. Por isso, ele tem receio quanto à possibilidade de voltar a cometer crimes.

Outras duas entrevistadas também sofreram diretamente as consequências de fatalidades em suas vidas. O pai de Bianca foi assassinado por envolvimento com o tráfico de drogas quando ela tinha apenas quatro anos e sua mãe ficou viúva ainda muito jovem, precisando arcar sozinha com os custos da criação dos três filhos pequenos. Como consequência, Bianca e seus irmãos tiveram uma infância com muitas dificuldades materiais.

O caso de Nara é especialmente emblemático, porque além de ter o pai assassinado quando ainda nem tinha nascido – e por esse motivo sofreu também as consequências de uma criação monoparental –, presenciou a mesma situação se repetir na vida de seus filhos, quando seu marido foi assassinado pela polícia em situação não esclarecida.

Outros pesquisados viveram e ainda vivem situações que os sujeitam em menor ou maior grau às consequências determinadas por situações marginais, exclusão social e ausência do Estado.

Outras formas de privação e violência estão também relacionadas aos traumas familiares que sofreram alguns dos pesquisados, como mostra o Quadro 7. Vera vislumbrou no casamento aos dezesseis anos uma maneira de se livrar da violência familiar da qual era vítima na infância e na adolescência. Já Eduardo percebeu que, se não casasse logo, nunca conseguiria se livrar das responsabilidades que assumiu quando seu pai abandonou de vez a família à própria sorte. Mesmo antes disso, o seu pai já mantinha mais de uma família e, por isso, não conseguia e não se interessava pelas necessidades materiais da mulher e dos filhos.

Meu pai era tudo o que eu não queria ser: um cara que não se importava com a família. Era relapso, só pensava nele. Ele era garotão a vida inteira. Com 40 anos, meu pai era garotão. Saía na segunda e só voltava no domingo ou na outra segunda.

Meu pai passava 20 dias sem vir em casa. Meu pai foi tudo aquilo que eu não quero ser (Eduardo, preto, 44 anos, casado, técnico de elevador).

Esse também foi o caso de Marcelo e Ana e, como uma das consequências mais evidentes, todos tiveram que começar a trabalhar cedo para ajudar a mãe. Além dos traumas e violências relatados pelos pesquisados, a maioria deles disse estar exposta cotidianamente ao preconceito relacionado à raça e à classe social, conforme listado sucintamente no Quadro 8.

Quadro 7 – Traumas familiares

Nome	Família monoparental	Violência doméstica e familiar	Pai mantinha mais de uma família simultaneamente	Pai abandonou a família
Eduardo			Mais de duas famílias.	Quando ele tinha 16 anos.
Marcelo			Mais de duas famílias.	
Jorge	Criado pela mãe. Só conheceu o pai depois de adulto.			
Ana			Mais de uma família.	
Bianca	Criada pela mãe.			
Nara	Criada pela mãe e avó.			
Pedro		Pai espancava a mulher e os filhos.		Quando ele tinha 14 anos.
Vera		Padrasto espancava a mãe. Ela era insultada e desprezada pelo padrasto e espancada pela mãe.		
Gabriel	Criado pela mãe.	Padrasto espancava a mãe.		
Irene	Criada pelo pai.	Convivência com um tio violento que espancava sua tia, ela e suas irmãs.		
Lúcia		Pai espancava a mulher e os filhos.		

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

Quadro 8 – Discriminação vivida em relação à classe e/ou raça

Nome	Discriminação atribuída à classe social e raça
Eduardo	<ul style="list-style-type: none">• Vigiado e seguido por segurança de estabelecimento comercial.• Sentimento de que foi discriminado pelo pastor de sua igreja evangélica.• Abordado e detido pela polícia a caminho do trabalho.• Intimado a usar o elevador de serviço por morador de prédio quando consertava um elevador social.
Marcelo	<ul style="list-style-type: none">• Insultado e agredido por conta de suas características raciais.• Sentimento de que pessoas mudam de calçada ao passar por ele em rua pouco movimentada.• Insultado por conta das suas características raciais por um cliente enquanto trabalhava como garçom.
Jorge	<ul style="list-style-type: none">• Abordado várias vezes pela polícia para averiguação.• Sentimento de que as pessoas evitam sentar ao seu lado em transporte público.
Ana	<ul style="list-style-type: none">• Excluída das festas infantis quando criança.• Impedida de namorar um rapaz branco pela família dele.• Sentimento de que era discriminada pelas colegas de trabalho porque era faxineira.• Sentimento de que já foi ignorada por vendedores (as) de lojas.
Leda	<ul style="list-style-type: none">• Sentimento de que era discriminada pelas patroas quando era doméstica.• Sentimento de que era discriminada por pessoas conhecidas porque trabalhava como empregada doméstica.
Bianca	<ul style="list-style-type: none">• Insultada pelas outras crianças por causa das suas características raciais: cor e cabelo.• Vigiado e seguido por segurança de estabelecimento comercial.• Discriminada e insultada pelos amigos quando era criança porque morava em barraco de madeira.
Nara	<ul style="list-style-type: none">• Nunca se sentiu discriminada em nenhuma situação.
Francisco	<ul style="list-style-type: none">• Percebe que há discriminação em relação aos nordestinos.
Pedro	<ul style="list-style-type: none">• Abordado e detido pela polícia para averiguação quando voltava da escola aos 15 anos.
Vera	<ul style="list-style-type: none">• Vigiado e seguido por segurança de estabelecimento comercial.• Sentimento de que já foi ignorada por vendedores (as) de lojas.
Júlio	<ul style="list-style-type: none">• Abordado pela polícia para averiguação mais de uma vez.
Gabriel	<ul style="list-style-type: none">• Abordado pela polícia para averiguação mais de uma vez.
Isabel	<ul style="list-style-type: none">• Sentimento de que já foi ignorada por vendedores (as) de lojas.
Irene	<ul style="list-style-type: none">• Acredita que foi confundida com prostituta quando estava na companhia do marido (branco) em um bar.• Discriminada no local de trabalho por ser copeira.• Discriminada e insultada enquanto aguardava audiência no fórum.
Lúcia	<ul style="list-style-type: none">• Sentimento de que já foi ignorada por vendedores (as) de lojas.

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

Os sentimentos decorrentes das situações pelas quais os pesquisados passaram e o receio de que situações semelhantes voltem a ocorrer inevitavelmente interferem e, de alguma maneira, determinam tanto seus valores e ações quanto o modo de se relacionarem com outras pessoas. A forma como os pesquisados costumam lidar com o preconceito e a discriminação social será apresentada no próximo capítulo e se provará bastante reveladora do quanto a moral dominante sobre o mérito pessoal e os estigmas e estereótipos que a sustentam estão presentes e ativos na vida das pessoas das classes populares.

Procurei desenhar um rápido panorama da origem e da história de vida dos pesquisados, bem como situá-los no momento presente, visando esclarecer as contingências e as consequências que derivam da falta de condições minimamente ideais, sejam elas materiais, simbólicas ou psicológicas. O que aparece como evidente é certa homogeneidade de origem e de reprodução da vida material e social. Essa homogeneidade se revelará nos valores e na visão de mundo (BOURDIEU, 2008) que os pesquisados apresentam, e de que tratarei no próximo capítulo.

Antes de seguir adiante, gostaria de notar que, apesar de todos os traumas e dificuldades que os pesquisados passaram e ainda passam em suas vidas, com apenas uma exceção, todos eles se mantiveram dentro dos limites das condutas legalmente estabelecidas, seguindo em frente e buscando não só melhorar o padrão de vida, como também assegurar a própria dignidade, pautando-se em valores e ideais burgueses. Isso os situa entre os pobres “de bem”, os pobres considerados dignos. No entanto, essa posição se encontra constantemente ameaçada por conta da precariedade econômica, cultural, de segurança etc., na qual estão inseridos. E será justamente essa ameaça constante, ainda que inconsciente, que determinará em grande medida a sociabilidade dos pesquisados com as outras classes sociais.

4 AS RELAÇÕES ESTABELECIDOS-OUTSIDERS NAS CLASSES POPULARES

4.1 “Nós”, os pobres disciplinados x “eles”, os pobres favelados²⁸

Segundo Bourdieu (2016), os agentes e as coisas têm um lugar, seja como localização seja como ponto de vista relacional. Quer dizer, existindo em um espaço físico ou como posição em referência à graduação em uma dada ordem. E, conforme mencionei, a graduação do espaço social é objetivada no espaço físico e reflete a existência social dos seres. O lugar físico ocupado pelo agente e pelas coisas apropriadas por ele – que, por serem apropriadas se transformam em propriedades dos agentes – está em sintonia com a posição ocupada por cada um no espaço social (p. 160). O espaço habitado pelo agente seria uma das possibilidades de manifestação da estrutura social sob a forma de oposições espaciais, é um tipo de simbolização “espontânea” do espaço social. Significa que, em uma sociedade hierarquizada, o espaço é também hierarquizado; exprime as distâncias sociais naturalizando as hierarquias, transmutando-as em inscrições duráveis das realidades sociais no mundo físico, anulando as lógicas históricas que as produziram. É também na relação entre a distribuição dos agentes e a distribuição dos bens no espaço que se define o valor das diferentes regiões do espaço social reificado ou fisicamente realizado. Assim, a não presença do Estado²⁹ – ou apenas a presença repressiva do Estado – nesses espaços físicos, desprovendo-os de equipamentos e serviços necessários, por exemplo, segurança, infraestrutura de esgoto e iluminação, educação de qualidade, instituições de saúde etc., contribuiu para a desvalorização desses locais, ao mesmo tempo em que (des)classifica no espaço social os agentes que habitam os lugares físicos pela falta de acesso aos recursos nesses lugares.

Neste tópico, analiso como o preconceito social que se estabelece a partir do estigma atribuído ao pobre morador de favela é operado pelos próprios pobres. Antes, realizo uma breve apresentação de como foram produzidas, simbólica e historicamente, as favelas na

²⁸ Os termos favelado, marginal, dependente, pessoa de bem, etc. são utilizados aqui como expressão de categorias nativas ou tipos sociais, produtos de categorizações formadas intersubjetivamente pelos próprios atores sociais.

²⁹ Bourdieu (2016, 2014 e 1998) observa que o Estado moderno neoliberal, que predomina hoje nas economias capitalistas, se apresenta com duas mãos: a mão direita, aquela dos órgãos e ministérios administrativos e econômicos com superpoderes, e a mão esquerda, dos órgãos e ministérios voltados para os investimentos sociais. O Estado passa a ser administrado como se fosse uma empresa que busca incessantemente alcançar superávits, enquanto a mão esquerda é sempre responsabilizada pelo mau desempenho da economia: “[...] os chamados ‘trabalhadores sociais’ (assistentes sociais, educadores, magistrados e também, cada vez mais, docentes e professores primários). Eles constituem o que eu chamo de mão esquerda do Estado, o conjunto dos agentes dos ministérios ditos ‘gastadores’, que são o vestígio, no seio do Estado, das lutas sociais do passado. Eles se opõem ao Estado da mão direita, aos burocratas do ministério das Finanças, dos bancos públicos ou privados e dos gabinetes ministeriais. Muitos movimentos sociais a que assistimos (e assistiremos) exprimem a revolta da pequena nobreza contra a grande nobreza do Estado” (BOURDIEU, 1998, p. 7).

cidade e da forma como os espaços ocupados por elas estiveram sempre associados às classes perigosas, ou seja, a associação da pobreza com os desvios das normas estabelecidas. No entanto, meu objetivo principal é perceber como o discurso estigmatizador dominante é incorporado a partir da construção de duas categorias opostas: a de “nós”, os pobres dignos de respeito e a de “eles”, os pobres indignos (favelados, vagabundos, criminosos etc.). Essas categorias auxiliam as pessoas dessas classes na demarcação relacional de fronteiras simbólicas³⁰ e na obtenção de reconhecimento através da identificação com a categoria positiva e também como estratégia de sustentação da autoestima e do valor social.

Como foi observado no capítulo I, Goffman (1982) define estigma como um atributo físico ou moral que inabilita a aceitação social de seu portador. Neste tópico, apresento alguns estigmas imputados ao morador da favela que estão presentes tanto no discurso daqueles que não moram quanto daqueles que moram nessas localidades. Procuo compreender como esses últimos sentem e lidam com esses estigmas visando se distinguirem dos outsiders (ELIAS e SCOTSON, 2000). Ou seja, daqueles que, no conjunto das representações dos pesquisados, são os “reais” portadores de atributos profundamente depreciativos. Interessa-me entender quais são os estigmas de ordem moral e como eles funcionam na sociabilidade e na construção da autoestima dos pesquisados.

A questão da habitação na cidade do Rio de Janeiro já se apresentava como um problema para seus administradores mesmo em meados do século XIX e início do século XX, quando a cidade possuía o maior percentual de população afrodescendente do sudeste do país³¹. Consequentemente, a cidade sofria sobremaneira com o déficit imobiliário. As

³⁰ Utilizo aqui o conceito fronteira simbólica, de acordo com o entendimento de Lamont e Molnár (2002), que apontam para a distinção entre esse conceito e o conceito de fronteira social. Segundo os autores, fronteiras simbólicas são distinções conceituais construídas pelos próprios atores sociais. Elas são utilizadas para categorizar objetos, pessoas, práticas etc. São ferramentas construídas através de disputas entre indivíduos e grupos tornando-se consenso sobre as definições da realidade. Através de seu exame é possível captar as dimensões dinâmicas das relações sociais e entender como os grupos competem na produção, difusão e institucionalização de sistemas alternativos e princípios de classificação. Os atores sociais utilizam as fronteiras simbólicas na separação das pessoas em grupos, através dos sentimentos de similaridade e pertencimento. Através delas as pessoas adquirem status e monopolizam recursos (p. 168). Já as fronteiras sociais, “são formas objetivadas de diferenças sociais manifestadas em desigualdades de acesso e distribuição desigual de recursos (materiais e não materiais) e oportunidades sociais” (p. 168-169). Elas passam a existir, quando as fronteiras simbólicas tornam-se amplamente aceitas, adquirindo um caráter restritivo que padroniza a interação social de formas significativas, apresentando-se em padrões claros de exclusão social, como são as segregações de classe e/ou raça. Significa que enquanto as fronteiras simbólicas existem no nível intersubjetivo, as fronteiras sociais conformam agrupamentos de indivíduos. No entanto, deve ser observado, que ambas estão entrelaçadas, desde que, no nível causal, as fronteiras simbólicas podem ser pensadas como uma condição necessária, ainda que insuficiente para a existência de fronteiras sociais.

³¹ Maiolino (2008) explica que o elevado percentual de afrodescendentes na cidade se deve a fatores como a abolição, a decadência das fazendas cafeeiras do estado e a Lei de Terras sancionada por D. Pedro II em 1850, que limitava a posse e a comercialização de terras, o que impediu a fixação no campo de pequenos produtores agrícolas.

habitações coletivas se multiplicavam, os chamados cortiços, nas palavras das ilustres autoridades sanitaristas da época, infestavam o centro da cidade de moradores pobres que portavam toda sorte de vícios e possibilidades de contágios³², e, como os vícios poderiam comprometer o desenvolvimento da nova ordem, os cortiços, como principal habitat das chamadas classes viciosas, deveriam ser eliminados.

Chalhoub (2006) narra a espetacular demolição do famoso cortiço Cabeça de Porco que ocorreu em 1893, promovida *in loco* pelo então prefeito e médico sanitarista Barata Ribeiro. Segundo o autor, a demolição do Cabeça de Porco pode ser considerada um mito de origem das favelas. O episódio de destruição do famoso cortiço se constituiu em um dos marcos inaugurais da forma como o poder público passou a gerir as diferenças sociais na cidade. Não se sabe ao certo se o número de moradores da habitação coletiva era de 400 ou 2.000 pessoas, o fato é que em um ato de “generosidade” o prefeito permitiu que os moradores levassem consigo as madeiras dos escombros da demolição para que pudessem construir habitações improvisadas em outro local. Presume-se, como havia um morro logo atrás do cortiço, que os desalojados tenham construído ali seus barracos, onde também, logo em seguida, os soldados que regressaram da campanha de Canudos³³ se instalaram. O morro passou então a ser conhecido como Morro da Favella³⁴.

A grande transformação da cidade do Rio de Janeiro, no entanto, ainda estava por vir. Ela se daria no início do século XX, quando o então prefeito Pereira Passos, o Haussmann brasileiro³⁵, promoveu uma demolição maciça dos cortiços localizados nas regiões economicamente mais relevantes da cidade, por onde passariam linhas de bonde, postes de iluminação elétrica, canalização de água e esgoto e outros empreendimentos levados a cabo pela iniciativa privada.

³² Malaguti (2014) observa que a biologização das questões sociais através da utilização de termos ligados ao corpo físico e às suas enfermidades esvazia essas questões de seus conteúdos políticos, tornando-as assuntos que devem ser tratados em termos puramente técnicos e científicos.

³³ Os ex-combatentes da Guerra de Canudos ali se instalaram com o intuito de pressionar o Ministério da Guerra, que ficava próximo ao local, a pagar seus vencimentos atrasados.

³⁴ Valladares (2015) esclarece que já havia outros morros da cidade ocupados pelas populações pobres sem teto à época da demolição do Cabeça de Porco e que o morro que viria a ser conhecido como Morro da Favella já existia com o nome de morro da Providência. Segundo a autora, o nome favella, que se generalizou para outras ocupações em morros da cidade a partir da segunda metade da década de 1920, recebe duas versões: “[...] 1ª) a planta favela que dera seu nome ao Morro Favella – situado no município de Monte Santo no Estado da Bahia – ser também encontrada na vegetação que recobria o Morro da Providência; 2ª) a feroz resistência dos combatentes nesse morro baiano da Favella, durante a guerra de Canudos, ter retardado a vitória final do exército da República, e a tomada dessa posição representando uma virada decisiva da batalha” (p.29).

³⁵ Pereira Passos é associado ao administrador francês Georges-Eugène Haussmann, que remodelou a cidade de Paris em meados do século XIX, ver: “Pereira Passos, um Haussmann tropical”, BENCHIMOL (1992).

Neder (1997) explica que, após a realização das reformas higienistas, a preocupação das autoridades era tratar também de forma científica a questão da ordem pública. Era necessário delimitar o espaço urbano definindo a geopolítica da cidade. Foram demarcados espaços tolerados para as manifestações públicas, para a malandragem (bairros da Lapa e do Estácio) e, entre as áreas centrais e nobres da cidade e os espaços que a autora denominava de áreas quilombadas (morros ocupados)³⁶, erigiu-se um paredão constituído por vários prédios relacionados à ordem e à segurança pública: delegacias, quartéis e presídios, como se formassem um muro simbólico entre duas distintas realidades sociais.

As fronteiras erigidas entre a “ordem” e a “desordem” ganharam concretude no imaginário social e político carioca e disciplinaram, portanto, o deslocamento e a sociabilidade urbanos. Estabeleceram, de forma sutil e alegórica, o território de cada grupamento étnico-cultural e apontaram o padrão hegemônico de atitudes e comportamentos face à problemática da alteridade. Assim que, pela exclusão e pela segregação, a cidade europeia pouco conhece da cidade quilombada. O mesmo não se pode dizer do contrário. Os trabalhadores pobres eram obrigados a se deslocar e a transitar pela cidade em função do trabalho. Mecanismos de controle social repressivos foram, então, construídos historicamente, erigindo barreiras entre as duas cidades. Se, portanto, a cidade europeia não conhece a outra parte da cidade, coube à polícia realizar “expedições” e estabelecer um relacionamento de controle sobre os moradores da cidade quilombada. As “batidas nos morros” (algumas vezes chamadas de “invasões”), feitas por policiais aos locais de moradia dos trabalhadores urbanos pobres, não tinham qualquer objetivo investigativo de busca de indícios criminais ou mesmo de policiamento ostensivo, levando segurança aos seus moradores. Tinham (e ainda têm) papel inibidor-repressivo para efeito de controle e disciplina, vale dizer, para efeito de uma vigilância permanente das ruas e dos espaços públicos (NEDER, 1997, p. 113)³⁷.

Atualmente, como será demonstrado no discurso dos pesquisados, as favelas permanecem sendo, assim como os guetos americanos (Wacquant, 2007), o principal lócus a abrigar aquelas que são consideradas as classes perigosas da cidade. A grande mídia, controlada pela elite econômica e política do país, tem desempenhado, desde sempre, o papel de consolidar a ideia de que os pobres, assim como os espaços que eles ocupam, são perigosos. Na televisão, tanto os grandes jornais quanto os programas vespertinos –

³⁶ Na metade do século XX, um levantamento realizado pela prefeitura da cidade do Rio de Janeiro já identificava a existência de 105 favelas (VALLADARES, 2015). Nos dias de hoje são 763 localidades denominadas pelo IBGE de aglomerados subnormais que abrigam 22,03% da população da cidade, segundo o censo do IBGE de 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/rio-de-janeiro/pesquisa/23/25359>. Acesso em: 12 ago. 2018.

³⁷ Com base nos relatos dos pesquisados que moram em comunidades, carros blindados apelidados de “caveirão” e helicópteros que realizam voos rasantes se tornaram uma constante nas ocupações fortuitas da polícia às favelas. No mais, as invasões aos domicílios sem um mandado judicial continuam a ocorrer e, no momento da operação, a ociosidade continua a causar suspeição, pois todo indivíduo do sexo masculino que for abordado e não portar uma carteira de identidade ou não estiver com alguma outra evidência que possa facilitar a sua identificação como trabalhador, e, portanto, como não perigoso, pode ser preso por vadiagem/ociosidade; quando não, corre o risco de ser assassinado pela polícia porque é “suspeito” de ser bandido, conforme foi relatado por alguns dos pesquisados.

verdadeiros *reality shows* da violência cotidiana (RIBEIRO, 2016)³⁸ – reforçam a ideia de que pretos, pardos e outros pobres são os verdadeiros inimigos da sociedade, e as favelas, os lugares de produção e manutenção da marginalidade que assombra o dia a dia dos “cidadãos de bem”. A mídia neoliberal dominante desempenha seu papel através da difusão imagética e discursiva do medo, do caos e da desordem que, no Brasil, tem sempre servido para detonar estratégias de neutralização e disciplinamento.

Não pretendo aqui negar o fato de que existe marginalidade nas favelas e bairros periféricos da cidade. Segundo Wacquant (2007), os efeitos do capitalismo neoliberal resultam na contração do mercado de trabalho, que, junto com a retirada de investimentos urbanos por parte do Estado, leva os bairros pobres dos guetos e favelas a um abismo de insegurança social, fazendo com que cresça o envolvimento dessas populações na economia informal. O Estado neoliberal,

[...] guiado por uma cabeça liberal montada sobre um corpo autoritarista, aplica a doutrina do “laissez faire, laissez passer” a montante em relação às desigualdades sociais, mas mostra-se brutalmente paternalista a jusante no momento em que se trata de administrar a suas consequências (WACQUANT, 2003, p. 21).

Seria, para Wacquant, a violência da economia oficial do trabalho assalariado que alimentaria a violência da economia informal (p.13). E, sem as várias formas de atividades ilícitas que uma parte da população dos guetos e favelas exerce, a situação de penúria seria ainda pior, porque essas atividades acabam por se transformar em estratégia de manutenção da estrutura doméstica e de sustento do bairro.

No entanto, a produção imagética contribuiu para reforçar a associação dos pobres com a violência e a marginalidade. Contribui também para a manutenção da organização social hierarquizada e para que os próprios pobres incorporem a sua posição no espaço social. Esses, para além da compreensão a nível racional e consciente, seguem sendo levados a ver e a sentir o lugar que lhes é designado na estrutura social. Isso nos explica a ênfase dada pelos pesquisados às categorias de favelado e bandido, personalidades das quais os pobres disciplinados, trabalhadores e honestos, os pobres dignos, desejam se afastar.

³⁸ Ribeiro (2016) procura demonstrar como os programas jornalísticos televisivos se prestam a legitimar uma visão de mundo conservadora nos meios populares. Geralmente desprovidas de capital cultural que lhes permita uma reflexividade crítica sobre aquilo que está sendo veiculado, as pessoas pertencentes às classes populares acabam tomando como verdade a opinião dos jornalistas, os quais, por sua vez, utilizam meios maniqueístas de fácil compreensão para legitimarem um discurso que, no fim, acaba reforçando os estigmas sobre os pobres e encobrindo as desigualdades estruturais.

4.1.1 A imagem estigmatizada do morador de favela

Metade das pessoas que pesquisei mora em favelas³⁹. E quase todos têm uma determinada percepção a respeito da estigmatização que recai sobre eles. A imagem do favelado, figura que apresenta significação bastante negativa, foi associada à miséria, à anomia social⁴⁰ e à criminalidade. Vejamos como o marido de uma das pesquisadas⁴¹ se refere ao morador do morro⁴² (favela) e aos pobres e negros:

Eu acho que existe o pobre, mas tem o pobre que quer continuar pobre, que vê vantagem em ser pobre. Se você chegar pra ele e falar: “– Vou te arrumar um emprego ali, só que tem que entrar às 7 horas da manhã.”, ele não vai, quem vai é você. A visão do cara do morro e da mulher do morro é essa: “– Ali está cheio de dinheiro! Vamos roubar quem tem”. Eles não pensam que alguém começou do zero ali. O preconceito do negro vem porque a maioria da bandidagem é negra. Porque o negro sofreu na escravidão e depois ficou sem emprego. Mas hoje as coisas mudaram e o negro não quer, eles fazem questão de descer do morro e botar um bonezinho e andar e você ficar com medo dele. Funciona, ele vê que você está com medo dele, então ele ali se sente com poder, ele acha que tira onda com aquilo ali, ele sabe que está se passando por bandido, mas ele faz questão daquilo ali, pelo poder, o poder social (Agnaldo, marido de Irene, branco, 45 anos, casado, desempregado).

Além da associação óbvia entre criminosos e moradores de favela, que expõe claramente a existência de um estigma que recai sobre essas pessoas, o discurso acima evidencia também que esse estigma se estende aos pobres e negros em geral. Agnaldo faz uma diferenciação entre duas categorias de pobres: “tem o pobre, mas tem o pobre que quer continuar pobre”. Ou seja, haveria distinção entre os que não querem continuar pobres, os pobres moralmente superiores, que “escolhem” ser trabalhadores que, segundo sua compreensão, têm uma “índole” ou “natureza” boa e os pobres indignos, os moralmente inferiores, que têm uma falha “natural” de caráter, que “escolhem” ser criminosos e, por isso, continuam morando nas favelas.

A crença de Agnaldo se alinha com o ideal liberal de autorresponsabilidade que joga todo o peso das escolhas, entendidas como conscientes, sobre o próprio indivíduo, que, nesse

³⁹ Conforme pode ser conferido no Quadro 5.

⁴⁰ O conceito “anomia” é aqui utilizado no sentido de pouca ou nenhuma observação às regras sociais legitimadas, fato que diminui a previsibilidade do comportamento social (ELIAS, 2000, p. 190 – 192).

⁴¹ Apesar do fato de não ser propriamente um entrevistado, em alguns momentos das entrevistas que realizei com Irene, Agnaldo esteve presente opinando sobre os assuntos abordados. No entanto, mesmo havendo algumas participações pontuais de Agnaldo, as entrevistas foram realizadas integralmente com Irene, que permaneceu sozinha comigo a maior parte do tempo.

⁴² Morro e favela são sinônimos para as pessoas que vivem na cidade do Rio de Janeiro. Isso se deve à geografia da cidade, que é delimitada de um lado pelo mar e de outro por um conjunto de serras e morros que formam o Maciço da Tijuca. E muitas das favelas cariocas estão localizadas nesses locais.

caso, é o pobre negro morador de favela. Todavia, para além dessa evidência, julgo necessário perceber sociologicamente como Agnaldo se insere na figuração aqui estudada, buscando compreender quais as razões possíveis que o levaram a incorporar o discurso dominante e seus valores conservadores.

Primeiro, considero necessário entender a origem social de Agnaldo, que difere um pouco da origem do demais pesquisados. Agnaldo é branco, foi criado em um bairro do subúrbio da cidade, é filho de um funcionário público de médio escalão formado em direito e de uma dona de casa. Ele é o mais velho entre quatro irmãos. Mas, ainda que tenha tido uma posição social de origem menos desafortunada que a da maioria dos pesquisados, Agnaldo não conseguiu fazer um curso superior. Assim que terminou o ensino médio, começou a trabalhar em atividades que não exigem quase nenhum capital cultural, por exemplo, vendedor ambulante, entregador de farmácia, motorista de caminhão de lixo. Além de não ter conseguido fazer um curso superior e de não ter sido capaz de obter uma profissão socialmente valorizada pela sua classe social de origem, Agnaldo se casou com uma mulher preta e pobre, que foi rejeitada pela família dele, como ela própria revelou:

Eu sempre morei em apartamento de COHAB⁴³, comunidade de baixa renda [...]. Então ela (sogra) me chamava de cohabeira: “– Você é uma cohabeira, que meu filho não era pra ter casado com você.” Falava que eu era uma negra, assim e assado, essas coisas de baixo nível e eu batia de frente com ela porque eu não aceitava o que ela falava. Aí ficava aquele estresse (Irene, preta, 53 anos, casada, copeira).

Parece óbvio que Agnaldo, que pertencia à pequena burguesia, ao longo de sua vida não se comportou de acordo com as expectativas comuns a esse segmento social; ou seja, não cursou o ensino superior como seu pai havia feito e acabou desempenhando atividades socialmente pouco valorizadas, comumente destinadas às classes populares. Ao que tudo indica, Agnaldo foi rebaixado na estrutura social. Sua situação social foi agravada ainda mais pelo fato de Irene ser preta, o que por tabela também o desqualifica socialmente. Segundo Goffman (1982, p.58): “A questão é que, em certas circunstâncias, a identidade social daqueles com quem o indivíduo está acompanhado pode ser usada como fonte de informação sobre a sua própria identidade, supondo-se que ele é o que os outros são”. Além de ser preta,

⁴³ Em 2011, quando realizei um trabalho de campo para minha pesquisa de mestrado, pude constatar que existe um preconceito muito parecido àquele relativo às favelas em relação aos conjuntos habitacionais populares, as COHABs, como são conhecidos. Nos trajetos que fazia de ida e vinda para a localidade pesquisada, eu costumava conversar com pessoas de fora, que sempre se referiam ao local como perigoso por causa da presença de bandidos. Provavelmente isso se deve, em parte, ao fato de que muitos dos moradores originais da Cohab pesquisada eram pessoas desapropriadas de favelas que foram destruídas por conta de projetos de reurbanização da cidade e que foram ali realocadas. Por esse motivo, o estigma associado à favela como lugar perigoso foi incorporado ao conjunto habitacional.

Irene apresentava uma posição social inferior à de Agnaldo, que, por causa da sua cor de pele, torna tangível um pretense símbolo de inferioridade humana (ELIAS, 2000, p. 36). Os fracassos de Agnaldo talvez se expliquem pelo fato dele ser viciado em drogas, o que também traz muitas dificuldades econômicas para a sua família atual.

O que poderia ser lido apenas como um discurso contraditório de Agnaldo pode, de fato, ter a ver com uma visão sobre os pobres que Agnaldo já traz incorporada desde a sua socialização familiar. Ao não ser capaz de atender às expectativas da sua classe social, muito provavelmente Agnaldo passou a ser visto como um viciado fracassado aos olhos de seus familiares e amigos, um completo outsider. Portanto, para ele, a dor da humilhação pelo fato de ser pobre foi agravada pelo rebaixamento social. Agnaldo, mais do que sua mulher Irene, entende o desprezo que as pessoas da sua antiga classe social nutrem pelos pobres e pelos fracassados em geral. Agnaldo precisa construir a imagem de um outro pobre, moralmente ainda mais inferior do que ele, para justificar qualquer amor próprio que alimente a sua autoestima.

Outro exemplo que expressa a percepção dos pesquisados a respeito das favelas como o lócus por excelência da criminalidade e da anomia social pode ser conferido, a seguir, nas palavras de Lúcia, uma das pesquisadas que não mora em uma favela:

Ah! Favela deve ser aqueles barraquinhos, aquele esgoto a céu aberto, aqueles traficantes tudo assim. Eu não tenho nenhuma noção como é que seja, mas imagino. Com toda sinceridade, eu não me vejo morando num lugar assim. Porque eu não aguento ver as coisas e ficar assim sem falar. Ver crianças assim jogadinhas, marido batendo em mulher, briga, bate-boca (Lúcia, preta, 56 anos, separada, copeira).

A questão da habitação, para a imensa maioria das pessoas das camadas populares, como as que moram em favelas, consoante o que foi possível constatar durante o trabalho de campo, é resolvida através de uma espécie de malabarismo arquitetônico, que faz sempre caber mais uma casa em cima, ao lado ou abaixo, dependendo do espaço. Assim foi com a família de Lúcia, que construiu uma pequena vila, explorando toda e qualquer oportunidade que o terreno no quintal da casa de seus avós permitisse para a construção de casas para os parentes que iam crescendo, ainda que essas sejam casas minúsculas. A grande diferença é que a casa dos avós de Lúcia não está localizada em uma favela, ela fica em uma rua de um bairro do subúrbio da cidade. Como Lúcia nasceu e morou a vida toda ali e nunca, segundo ela, entrou em uma favela, a percepção que ela tem sobre esses locais é de muita pobreza e degradação moral.

A rua onde Lúcia mora, como ela explicou, tem uma proximidade física muito grande com várias favelas⁴⁴, que para ela são mundos completamente à parte. A vantagem de Lúcia em relação aos outros pobres das favelas vizinhas, que são socioeconomicamente muito semelhantes a ela está justamente associada ao fato de ela morar em um lugar mais valorizado simbolicamente, um lugar que não é tão segregado e estigmatizado como são as favelas. Considerar as favelas lugares anômicos e degradantes pode dar a Lúcia a sensação de que apesar de pobre, ela não vai ser confundida – pelo menos no que tange ao seu local de moradia – com os pobres indignos, e isso também contribui para a manutenção da sua autoestima. Afinal, o seu lugar de moradia marca uma distinção de ordem simbólica entre ela e os pobres da favela.

Para Lúcia, essa distinção é especialmente importante por conta da proximidade que ela tem com outsiders na sua própria família. O tio de Lúcia, hoje idoso, participou quando mais jovem de um assalto à mão armada e outros atos ilícitos, o que lhe valeu uma pena de 25 anos de prisão. O seu filho⁴⁵ também já esteve preso por não pagar a pensão alimentícia devida a um dos filhos e corre o risco de ser preso novamente, porque continua sem conseguir cumprir com a obrigação legal. Vejamos como Lúcia se refere ao filho:

Meu filho não gosta de trabalhar. Ele tem uma boa profissão, mas ele não gosta disso, não gosta de acordar cedo, não gosta. Quem não gosta de trabalhar pra mim é vagabundo. Eu acho que todo mundo tem que trabalhar pra comprar as suas coisas: comprar um sapato, comer bem, sair, se divertir. Tem que ter o trabalho, tem que ter o dinheiro. Tem gente que tem dinheiro através de outras coisas, eu não acho que é por aí. Para você botar a cabeça no seu travesseiro, deitar e dormir, você tem que ter um trabalho digno. É que nem eu, saio de manhã pra trabalhar, faço as minhas faxinas lá, limpo lá e isso pra mim é muito digno. Então, não é roubando dos outros, não está certo (Lúcia, preta, 56 anos, separada, copeira).

O filho e o tio dividem uma das casas construídas no quintal da casa principal. E porque ambos fazem uso de drogas, a família se refere ao local onde eles vivem como “cracolândia”, o que já denota uma forma de estigmatizar e distinguir aqueles parentes outsiders dos outros trabalhadores e dignos que moram no mesmo local. Lúcia demonstrou durante as entrevistas sentir bastante desprezo pelos dois, a ponto de não permitir que o filho frequente a sua casa. Mas o que chama atenção é que no outro extremo da escala de sentimentos estão outros dois parentes de Lúcia: um tio e uma prima, ambos com curso

⁴⁴ Favelas próximas à casa de Lúcia: Morro do Urubu, Morro do Urubuzinho, Morro do Engenho e comunidades conhecidas como favelas do Trajano e Fernando Cardim.

⁴⁵ Trata-se do filho mais velho de Lúcia, que tem 37 anos. Assim como Lúcia, ele foi pai muito cedo, aos 17 anos, e hoje tem quatro filhos com diferentes mulheres, além de já ser avô de uma criança de dois anos. Percebe-se aí uma herança sociológica que diz respeito à reprodução na adolescência.

universitário, ambos bem-sucedidos profissionalmente e aos quais ela faz referências afetuosas e considera como exemplos a serem seguidos.

Os sentimentos de Lúcia pelo tio ex-presidiário e pelo filho estão associados à ameaça que eles representam à constituição de sua identidade social: a proximidade de relação com eles pode desaboná-la moralmente. Lúcia, enquanto mulher preta, pobre e sem muita educação formal, precisa provar continuamente que é uma pessoa que tem valor para obter respeito, e a imagem do tio e do filho acabam por contaminar a sua própria imagem. O desprezo que ela sente por eles está associado ao fato de ela ter incorporado os estigmas relacionados aos pobres. O comportamento do tio e do filho acaba enfraquecendo e confundindo a imagem que ela tem de si.

Mas o comportamento deles também agride a sua crença no trabalho honesto, que significa para ela o único caminho possível para a valorização social. Ou seja, o comportamento dos dois não ameaça apenas a sua identidade social, agride valores que lhe são essenciais, ao sentido que ela confere à sua vida. Enquanto que, no outro extremo, o tio e a prima bem-sucedidos de Lúcia são estimados exatamente porque contribuem para o reforço dessa crença. Eles representam o exemplo – ainda que representem também a exceção em uma família numerosa – de que a determinação, a disciplina e o esforço individual podem mudar o destino dos mais pobres.

Débora é mãe de Gabriel – que cumpre pena em regime aberto por assalto à mão armada – e não quer que o filho ande com pessoas que moram em favelas e nem que ele frequente esses lugares. Para ela, foram as más companhias, isto é, os amigos do filho que moram em favelas que o induziram a virar um criminoso.

Aí ele vai andar com gente assim? Você vai sair daqui para ir a um baile funk de favela, baile funk na Providência (favela), o que tem ali? Não tem nada que preste! Só pessoas pobres, compram roupas bem mais baratas. Vai comer o quê? Um cachorro quente, alguma coisa que esteja vendendo lá na favela? Lá na comunidade deles, tem drogas, drogas, drogas, um monte de meninas de 13, 14, 15 anos com roupas de vaca, de putas, que essa é a realidade (...) (Débora, mãe de Gabriel, branca, 47 anos, separada, desempregada).

Além do fato de perceber que a companhia de pessoas pobres não contribui em nada para a identidade social do filho, a preocupação de Débora tem a ver com a imagem negativa e cristalizada que ela tem das favelas, local onde acredita que os jovens não tenham qualquer regulação moral e estão livres para consumir drogas e se prostituir. Uma vez lá, Gabriel perderia – assim como já aconteceu uma vez – as suas referências e regulações morais.

É preciso entender com mais detalhes a configuração particular na qual Gabriel esteve inserido, para perceber que não foram necessariamente as más influências, daqueles considerados outsiders, que determinaram seu comportamento desviante. Além de sua própria família, – Débora foi casada por quase oito anos com um policial civil que, além de ser bígamo, estava envolvido com sequestros e assassinatos – Gabriel também sentia muita necessidade de consumir ostensivamente para se afirmar como alguém de valor entre seus pares, por isso precisava de uma quantidade de dinheiro que ele era incapaz de ganhar através de seu trabalho. Além de tudo, seu pai o levou para trabalhar em um lugar onde as regras são quebradas cotidianamente, tendo em vista que no Camelódromo existe um ostensivo comércio de mercadorias roubadas ou falsificadas⁴⁶.

Ao negar todos esses fatos atribuindo o desvio de Gabriel aos pobres favelados, Débora está negando as circunstâncias da sua própria vida, que a situam muito próxima de situações moralmente duvidosas, como ter sido casada com um criminoso, o local de trabalho dos filhos e do pai deles etc. E com o envolvimento de Gabriel em crimes, Débora se viu colocada novamente em uma situação muito próxima de rebaixamento social. Ela contou que, assim que soube que o ex-marido era criminoso, separou-se dele. Acontece que, agora, ela se viu novamente na mesma situação, mas o criminoso é seu filho. Além da possibilidade de ser identificada como uma mãe que não passou os valores morais apropriados para o filho, ela, como no caso de Irene, está associada por laços familiares com alguém que representa o que há de mais baixo na escala dos valores morais da sociedade: um presidiário.

Um exemplo bastante ilustrativo dos sentimentos relativos ao rebaixamento social sentido por Débora pode ser percebido em seu relato sobre a única vez em que visitou Gabriel no presídio:

Eles tratam familiar de presidiário como favelado, drogado, vagabundo, piranha, mulher de bandido. Existem acho que uns 70% que são assim, mas os outros não (Débora, mãe de Gabriel, branca, 47 anos, separada, desempregada).

Débora disse que se sentiu muito desrespeitada pelos agentes do Estado nessa ocasião e atribui isso ao fato de ser identificada com os marginais citados em sua fala. Para preservar sua autoestima e seu autorrespeito, ela encontra causas para os desvios morais de Gabriel do

⁴⁶ Segundo depoimento de Débora e Gabriel. Percepções semelhantes podem ser confirmadas pela mídia, como por exemplo, em: COSTA, A. Cláudi; LO BIANCO, Alessandro. “Um dia após operação em Camelódromo, ambulantes continuam vendendo celulares ilegalmente”. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/um-dia-apos-operacao-em-camelodromo-ambulantes-continuam-vendendo-celulares-ilegalmente-16278578>. Acesso em: 23 ago. 2018.

lado de fora, na favela, culpando seus amigos favelados. Aos olhos de Débora, Gabriel não é um marginal, ele é um menino bom e trabalhador que se deixou influenciar pelas más escolhas que fez porque estava iludido. Vejamos como ela o descreve:

O Gabriel não bebia, não fumava, não saía, não tinha amigos, era perfeito. Muito quieto, muito na dele, ele jogava vídeo game toda a madrugada no silêncio. Mas o Camelódromo atçou ele a roubar sim, vai dar chance, né? É o que eu falo para você, certas amizades te levam para trás, como certos relacionamentos. Ele foi para um mundinho que não tinha nada a ver com ele (Débora, mãe de Gabriel, branca, 47 anos, separada, desempregada).

Os relatos até aqui se referem à percepção sobre as favelas e seus moradores de pessoas que não moram neste tipo de localidade. Vejamos, a seguir, como as pessoas que moram nesses locais se sentem em relação aos estigmas a elas imputados.

4.1.2 O morador da favela: “pobre de bem” x o pobre favelado

Vera, moradora de favela, relata o preconceito dos recrutadores em ocasiões em que se candidatou a uma vaga de emprego e, por conseguinte, precisou dizer onde morava.

Porque as pessoas associam toda pessoa que mora na comunidade a favelado, acha que a pessoa vai trazer algum problema para aquela empresa, entendeu? Já aconteceu algumas vezes comigo. Acho que é a imagem que as pessoas têm, associa todo mundo àquele jeito de ser e de se comportar (Vera, branca, 38 anos, separada, técnica-administrativa).

Ana, outra pessoa que participou da pesquisa, construiu com muito esforço uma casa em uma favela na zona norte da cidade. Ela relatou que seus parentes por parte de pai, que nunca moraram em favela, não costumam visitá-la por considerar o local onde ela mora perigoso e degradado. Quando eles querem ofendê-la por algum motivo, referem-se ao local onde ela construiu sua casa, querendo retirar dela todo mérito de sua conquista. A casa que Ana construiu passou, então, a fazer parte dos atributos morais da sua pessoa, servindo para desvalorizá-la, fazendo parecer que ela não se esforçou o suficiente para construir em um local melhor.

Leda também diz que ficou muito constrangida quando casou e os parentes e amigos de seu marido não puderam ser convidados para a sua festa de casamento, que aconteceu nos salões da igreja que ela frequenta na favela onde mora. Isso se deveu ao receio de Leda de expô-los ao perigo, porque o local é dominado por um ostensivo comércio de drogas. Mas,

além do perigo, Leda acredita que as pessoas têm outras impressões bastante negativas sobre as favelas e seus moradores, conforme ela assinala:

Ah! Elas acham que são aquelas casas inacabadas, que as pessoas não têm nada dentro de casa, elas acham, eu já ouvi pessoas falar: “– Deve ser um lixo a casa.”, “ – É um barraquinho, é aquele barraquinho!”, “ – Ah! ela mora num barraquinho lá”. Eu já vi muito isso, não acham que a gente tenha uma casa arrumadinha, não sei, acham que é um barraco de tábuas, acham que é uma coisa assim jogada. Acham que é uma coisa pesada, entendeu? (Leda, parda, 46 anos, separada, técnica de enfermagem).

Observo que Vera, Ana, Leda e outros pesquisados moradores de favela ressentem-se porque acreditam que os de fora não percebem que há uma nítida diferenciação entre o morador digno e o favelado indigno. Como veremos a seguir, os pesquisados que moram em favelas tentam construir fronteiras simbólicas com o intuito justamente de se contrapor às imagens negativas que os de fora generalizam para todos os moradores dessas localidades. Essas fronteiras pretendem justamente diferenciar quem é digno e quem é indigno dentro da favela, dissociar os pobres “de bem” dos pobres favelados.

Essas construções simbólicas podem ser explicadas através do conceito de *habitus* de Bourdieu (2011), porque favelado é associado pelos pesquisados com um jeito de ser e se comportar que pode levar à estigmatização daquele que costuma falar gírias, gritar, falar palavrões, se vestir de modo inadequado – homens sem camisa e de chinelos, mulheres com decotes profundos e roupas curtas demais –, brigar em lugares públicos, ouvir som muito alto, não cuidar da aparência, não cuidar da casa, não ficar no mesmo emprego por muito tempo etc. Esses hábitos e maneiras tidas como inadequadas pelos pesquisados exprimem a falta de etiqueta que está associada à contenção de impulsos instintivos e ao comportamento mais controlado e mais disciplinado, como pode ser constatado no relato a seguir de uma pesquisada que mora na favela:

Favelado é aquela pessoa que não tem cultura, pessoa que qualquer coisa faz barraco, gosta de aparecer, na hora de falar faz aqueles gestos vulgar, isso é um favelado, entendeu? Porque mesmo que você more num lugar como uma comunidade, tem que ter dignidade, você tem que ter educação pra falar e não falar gíria, entendeu? Gíria de bandido, gíria de comunidade, isso é muito feio. Esse é o favelado. Aquelas pessoas que não liga pra frente de uma casa, tanto faz deixar como está, não liga, deixa de qualquer jeito, deixa de tijolo mesmo. Entra ali na sala e só está no piso, não é porque mora lá e mora de favor, não. Mora em favela, mas tem que morar melhor, você pode melhorar a casa. Se você pode construir tua casa, pode colocar um azulejo na frente pra dar uma aparência melhor, entendeu? E o favelado, ele não liga pra nada disso. E também cabelo despenteado, não se cuida, esse é o favelado, toma álcool, não tem um pingo de educação, esse é o favelado. Quando ele chega, todo mundo sabe que ele é favelado (Leda, parda, 46 anos, separada, técnica de enfermagem).

Considero interessante notar no discurso de Leda que a casa “bem acabada” dentro da favela, em oposição à casa de tijolos aparentes que não recebeu acabamento (como é possível observar em muitas favelas que beiram as grandes avenidas que levam ao subúrbio da cidade) se transforma em símbolo de diferenciação social. Mas não se trata, nesse caso, de um símbolo de status econômico. Leda não está se vangloriando de ter mais dinheiro que seus vizinhos. Ela está incluindo na mesma categoria a falta de comportamento consigo mesmo e a falta de cuidado com a casa, ou seja, a falta de uma conduta pretensamente civilizada, que incluiu o cuidado com a moradia onde se vive.

Vejamos o caso de Bianca, que mora em uma casa localizada em terreno que foi ocupado por moradores sem teto no ano de 2000. Hoje, Bianca vive em uma casa muito simples, que foi construída com bastante esforço pela sua mãe. Há aproximadamente oito anos a casa era apenas um barraco de madeira com portas e janelas improvisadas. A mãe de Bianca, que não fazia parte do grupo de moradores sem-teto, teve que lutar com muita insistência para que o grupo cedesse a ela um pedaço de terra, que ela conseguiu à beira do rio. Quando chovia, a casa era invadida pela água e pelos insetos. Mas, além do incômodo de morar em uma habitação tão precária, o que incomodava bastante Bianca e seus irmãos era o fato deles serem constantemente humilhados pelas crianças da vizinhança por sua casa não ser de alvenaria.

A gente morava em barraco de madeira, aí tinha uns amigos que ficavam zoando a gente porque era de madeira. Tinha um amigo meu que tacava pedra no telhado. Eu me sentia humilhada. Quando minha mãe levantou o barraco, não tinha janela, não tinha porta, a gente botava um pano e aí encostava uma porta, essas coisas. Eles zoavam falando que era de madeira, que ia cair, ia voar, isso eu não esqueço. Me sentia mal, constrangida... Ficava triste, me sentia muito mal (Bianca, 23 anos, preta, separada, desempregada).

Elias e Scotson (2000) perceberam, no estudo citado anteriormente realizado em uma pequena cidade da Inglaterra, que a maioria das casas na localidade eram construídas em meia-água, como era comum ao proletariado inglês da época. Porém, havia um fluxo contínuo, mas pequeno, de pessoas da localidade entre o grupo estabelecido, que passou a construir casas geminadas, um padrão que se aproximava ao da baixa classe média. Os autores acreditam que essas casas eram símbolos de ascensão de uma minoria, elas representavam motivo de orgulho para o grupo estabelecido, quando considerados em termos de valores públicos coletivos (p.167). Muito provavelmente, a casa da família de Bianca, na verdade um barraco, desabonava o lugar, era um símbolo de pobreza extrema, e os outros

pobres que haviam conseguido construir casas de alvenaria não queriam que o barraco estivesse identificado com o lugar onde viviam. O mesmo se aplica a Ana: as casas sem acabamento que ela associa à falta de um comportamento mais apropriado contribuem para a desvalorização simbólica da favela onde ela vive.

O exemplo a seguir diz respeito à diferença entre o pobre da favela que procura se instruir e obter informações consideradas legítimas e o pobre que permanece “acomodado”, se relacionando apenas com assuntos ligados à criminalidade e a outras atividades desprezadas pelo pobre digno, como é o caso do baile funk.

Porque favela é você que faz, né? O favelado, você que cria o favelado. O favelado não sabe falar direito, ele não tem uma postura, ele não tem educação, ele não tem uma criação boa, ele passa fome, ele não tem o que comer dentro de casa, o favelado é isso. Em questão de educação, entendeu? Não é porque você mora na favela que você não vai estudar, não vai fazer um curso, que eu vou falar é “mermo”, sabe? A gíria, “é nós”, “é com a gente mermo”, é a linguagem. Você tem que saber conversar, aprender a assistir um Jornal Nacional, pegar um livro pra ler, porque o livro, ele ajuda muito, entendeu? Então, o Jornal Nacional é chato? É, mas você tem que sentar, você tem que assistir alguma coisa. Não sei, falta de cultura, né? Então os assuntos é o baile funk, que fulano matou fulano, que fulano tá preso. Então, eu não sou desse mundo, eu não quero saber, não me interessa (Ana, preta, 44 anos, viúva, faxineira/cuidadora de idosos).

Ana não foi criada na favela, foi criada pelos avós em uma casa de bairro. Ela só veio a morar na favela depois de adulta, como última opção de moradia própria que lhe foi oferecida pela mãe, esta, sim, nascida e criada ali. Mas há mais elementos na história de Ana que precisam ser aqui resgatados para que se compreenda o conflito que é ter que viver em uma favela. Quando Ana se casou pela primeira vez, seu marido possuía um emprego estável como funcionário público de baixo escalão; logo o casal conseguiu comprar uma casa em um bairro do subúrbio. Quando Ana se separou para se casar com outra pessoa, sua família foi contra, principalmente porque essa outra pessoa possuía uma condição socioeconômica inferior. Acontece que o novo casal não conseguiu arcar com as despesas de um aluguel, e foi assim que Ana e o marido aceitaram a oferta de construir uma casa na favela, no quintal da casa da mãe de Ana.

Fica mais claro agora entender por que Ana afirma que não é “deste mundo”, sugerindo que o mundo ao qual pertence, apesar da aproximação física com seus vizinhos da favela, é um mundo não apenas economicamente, mas moralmente superior, de pessoas que não têm tempo para ficar jogando conversa fora e que correm atrás de se instruir para melhorar de vida. E, como vimos anteriormente, os parentes de Ana se utilizam do fato de ela morar na favela para desprestigiá-la. Desse modo, o lugar onde Ana vive contribui para seu

rebaixamento social, sobretudo aos olhos de seus amigos e parentes. Ana tenta evitar o contato com os vizinhos, que ela considera de um mundo inferior ao seu, porque o contato com eles pode contaminar sua crença sobre a própria superioridade moral. Por isso, ela faz questão de observar o quanto é importante ter um *habitus* burguês, por exemplo, assistir ao jornal, ler um livro, ter assuntos relevantes para conversar etc.

4.1.3 Sou pobre, mas sou educado

As definições sobre o que é um favelado, além de remeterem à criminalidade, referem-se, basicamente, ao comportamento inadequado e à forma de condução da vida. Por isso, as tensões e os conflitos que se estabelecem entre os estabelecidos e outsiders das favelas dizem respeito à discrepância quanto ao grau de civilidade das pessoas.

Conforme as descrições dos informantes, o favelado, entre outros maus comportamentos, é violento, pois ele bate nos filhos, passa fome porque não gosta de trabalhar, fala “gíria de bandido”, não cuida da aparência da casa nem da própria aparência, não sabe se comportar em público. Enfim, o favelado é completamente desprovido da espécie de *habitus* que é legitimado pelos estabelecidos das classes média e alta.

Isso nos revela que os pesquisados, de um modo geral, percebem que existem maneiras adequadas de se comportar, especialmente em lugares públicos (GOFFMAN, 2010). Percebem mesmo que existe um *habitus* condizente com aquilo que é moralmente valorizado, o *habitus* do cidadão civilizado, difundido como *habitus* legítimo na modernidade por múltiplas instâncias socializadoras como a família, a escola, a igreja, os locais de trabalho, as mídias. Enfim, os pesquisados percebem que existe um modo de ser e agir considerado o mais adequado no sentido tanto de obter sucesso objetivo quanto de ser valorizado simbolicamente. Mas, dada a falta de recursos sob a qual foi forjado seus *habitus*, eles buscam reformulá-los tardiamente, segundo as expectativas legitimadas, algumas vezes com sucesso, outras nem tanto. Eles entendem que portando o *habitus* legítimo podem evitar a identificação com o pobre favelado, tentando preservar a sua identidade social. Vejamos como Lúcia diz se portar no escritório onde trabalha de copeira:

No meu trabalho, lá da minha cor só eu e umazinha lá, o resto são tudo branco do cabelo liso, olhos azuis, olhos claros, tudo assim. Tudo branca, alta, tudo assim. No meu trabalho eu vejo muita, muita diferença. Lá o tratar das pessoas, a classe, o jeito de falar, entendeu? Eu prefiro o jeito da minha classe, que eu já estou acostumada. Mas lá eu me comporto como eles se comportam. Não posso falar alto, às vezes dá vontade de falar um palavrão. Mas lá é, “pois não”, “sim senhor”, “boa tarde”, “bom

dia”, “boa noite”, é tudo assim. Tudo tem que ser falado pausado. Minha chefe diz que tudo tem que ser falado pausado e com educação, olhando sempre na cara da pessoa, sabendo falar (Lúcia, preta, 56 anos, separada, copeira).

Em se tratando de características e atributos da aparência, segundo Bourdieu, o corpo e suas impressões são lidos como índices de uma fisionomia moral, que podem ser caracterizados como vulgares ou distintos:

Portador de sinais, o corpo é também produtor de signos que são marcados em sua substância perceptível pela relação com o corpo: é assim que, através da maneira de posicionar a boca ao falar ou de assentar a voz, a valorização da virilidade pode determinar totalmente a pronúncia das classes populares. Produto social, o corpo – única manifestação sensível da “pessoa” – é comumente percebido como a expressão mais natural da natureza profunda: não há sinais propriamente “físicos”; deste modo, a cor e a espessura do batom ou a configuração de uma mímica, assim como a forma do rosto ou da boca, são imediatamente lidas como índices de uma fisionomia “moral”, socialmente caracterizada, ou seja, estados de ânimo “vulgares” ou “distintos”, naturalmente “naturais” ou naturalmente “cultivados”. Os sinais constitutivos do corpo percebido, produtos de uma fabricação propriamente cultural, cujo efeito consiste em distinguir os grupos no que diz respeito ao grau de cultura, ou seja, de distância à natureza, parecem estar baseados na natureza. O que se chama apresentação, ou seja, a maneira legítima de posicionar o corpo e apresentá-lo, é espontaneamente percebido como um índice de conduta moral e constitui o fato de deixar ao corpo a aparência “natural” como índice de displicência, de abandono culpável à *facilidade* (BOURDIEU, 2008, p. 183).

Ainda que venham a incorrer na hipercorreção, – o que pode acontecer à Lúcia, pois, conforme sugere em seu relato, não é da sua “natureza”, ou melhor dizendo, de sua segunda natureza, falar baixo e pausadamente – tanto Lúcia quanto os outros pesquisados procuram, através de um comportamento considerado legítimo, a aceitação e a valorização social. Porque, conforme pontuou Bourdieu, a forma de se apresentar corporalmente bem como a forma de manejar a língua legítima são percebidas como índice de conduta moral.

A partir da perspectiva goffmaniana, podemos entender que os pesquisados procuram se afastar dos estereótipos que podem levar à identificação deles com os favelados através do cuidado com a apresentação da sua identidade virtual ou de fachada, procurando se aproximar do padrão socialmente aceito. No entanto, apesar do controle consciente que possa existir por parte deles em relação à identidade virtual, Goffman (2009) esclarece que existem características que são transmitidas por meio do equipamento expressivo que cada um de nós carrega e sobre o qual não temos quase nenhum controle.

Se tomarmos o termo “cenário” como referente às partes cênicas de equipamento expressivo, podemos tomar o termo “fachada pessoal” como relativo aos outros itens de equipamento expressivo, aqueles que de modo mais íntimo identificamos com o próprio ator, e que naturalmente esperamos que o sigam onde quer que vá. Entre as partes da fachada pessoal podemos incluir os distintivos da função ou da categoria,

vestuário, sexo, idade e características raciais, altura, aparência, atitude, padrões de linguagem, expressões faciais, gestos corporais e coisas semelhantes. Alguns desses veículos de transmissão de sinais, como as características raciais, são relativamente fixos e, dentro de um certo espaço de tempo, não variam para o indivíduo de uma situação para outra (GOFFMAN, 2009, p.31).

Assim, ainda que Lúcia tome cuidado em relação ao seu comportamento, cuidando para não parecer uma outsider entre os estabelecidos do escritório onde trabalha, ela nunca vai deixar de emitir sinais que acabam categorizando-a socialmente. Lúcia nunca vai deixar de ser preta e/ou a pessoa que serve o café e limpa o escritório, ou ainda, aquela que também não domina a língua legítima. São essas características emitidas e sobre as quais ela não tem controle que determinam o lugar que Lúcia ocupa na hierarquia social e o acesso ou a restrição aos recursos e privilégios da sociedade.

De todo modo, Lúcia acredita que, em função de seu comportamento disciplinado, ela acabou sendo recompensada porque conseguiu manter-se no atual emprego por mais de 12 anos. Ela conta que, quando foi contratada, foi posta à prova: seus patrões queriam saber se ela fazia fofoca do que escutava nas salas onde servia café ou se era uma pessoa reservada. Lúcia diz que passou no teste e vangloria-se ao contar que uma colega sua, com quem ela dividia o serviço, foi demitida e ela não. Lúcia também se considera superior aos outros faxineiros, que trabalham como terceirizados, sobre os quais ela lança o estigma de fofoqueiros e desonestos:

Quando eu trabalhava no Bingo (faxineira), eles falavam que faxineiro era a pior raça que tem no mundo. Eu perguntei: “ – Por quê?”. Eles diziam que faxineiro é assim mesmo, que tudo que escuta se comenta, se vê um negocinho aqui, pega. Sabe como é o pessoal de faxina, o pessoal é tudo pobre e ladrão, né? Assim é visto pela sociedade. Mas eu nunca fui disso, mas a maioria dos faxineiro é assim. Eu não estou falando mal da minha classe, não. Porque eu sempre fui faxineira, mas quando a firma contratada é assim, terceirizada, tem sempre um pessoalzinho que gosta de ser assim mais esperto do que os outros. Adora mexer, porque eu tenho umas colegas que trabalhava comigo, se visse um negocinho lá, pegava dos outros. Aí fica sendo pessoas mal visto. Ih! Lá no meu serviço, eles deixam anel, deixam tudo, aí eu falei: “– Se vocês fazem isso pra me testar, vocês vão gastar o tempo de vocês” (Lúcia, preta, 56 anos, separada, copeira).

Lúcia se coloca em uma categoria de faxineiros superiores, acima dos que são terceirizados, estabelecendo uma distinção simbólica que serve à sua autovalorização. Além disso, ela demonstra ter também incorporado as falsas generalizações produzidas pelos grupos estabelecidos sobre os grupos outsiders e, desse modo, avalia aqueles que fazem parte do grupo de faxineiros terceirizados como se fossem mais propensos à criminalidade.

A atribuição de estigmas aos pobres ou de sentidos negativos, como a associação deles à falta de apego às normas sociais (são considerados potenciais ladrões) legitimam tanto a violência policial quanto a forma como eles são tratados cotidianamente por aqueles com os quais se relacionam. A atribuição de qualidades negativas aos pobres, como no caso de Lúcia, também serve ao disciplinamento das pessoas da sua classe social, pois ela está sempre cuidando para que os estabelecidos com os quais ela se relaciona em seu trabalho não pensem que ela é capaz de roubar, ser indiscreta ou mal-educada. Portanto, esse é um mecanismo que a mantém dócil, no lugar que lhe é designado na estrutura social pelos estabelecidos.

A arma que Lúcia possui para se distinguir dos pobres indignos, representados em seu discurso pelos faxineiros desonestos e indiscretos e pelos favelados anômicos é a regulação consciente do seu comportamento e a obediência às regras burguesas impostas a ela no seu local de trabalho. O que lhe garante determinadas recompensas, como a estima de seus patrões, o que, segundo ela, é o que lhe assegura seu emprego até hoje. E, por menores que possam parecer, as recompensas simbólicas recebidas por Lúcia tornam-se fundamentais para a sustentação do seu autorrespeito e do sentido que ela atribui à sua vida.

Como no caso estudado por Elias e Scotson (2000), não há diferenciais econômicos ou culturais relevantes entre os estabelecidos da favela e os outsiders da favela. O que os primeiros utilizam como diferencial de superioridade em relação aos segundos é justamente a capacidade de possuir um comportamento mais controlado e a condução mais disciplinada da vida. Os pesquisados se orgulham de suas virtudes relacionadas à disciplina, ao trabalho, à contenção dos impulsos naturais, à forma legítima de se comportar em lugares públicos. Essa crença na superioridade moral em relação àqueles considerados os verdadeiros favelados, ainda que não seja manipulada no sentido de assegurar a posse exclusiva de algum tipo de capital ou do poder de impor a classificação cultural legítima, funciona como suporte para a construção da autoestima social, o que fornece sentido a suas vidas.

Antes de passar para o próximo tópico, gostaria de sintetizar tudo o que foi dito até esse ponto. Os dados apresentados permitem-me concluir que os pobres pesquisados fazem uma distinção entre dois tipos de pobres: aqueles disciplinados, que procuram e conseguem pelas mais diversas circunstâncias se adequar e viver o mais próximo possível do comportamento moral burguês. Esses seriam “os pobres dignos de respeito”. O grupo antagônico, por sua vez, seria aquele formado pelos pobres indisciplinados, “os verdadeiros favelados”, aqueles responsáveis pelos estigmas imputados aos pobres em geral,

especialmente àqueles que moram em favelas. Esses últimos seriam os responsáveis pelo fato dessas localidades serem consideradas pelos de fora como lugares sem ordem e sem moral.

Os pesquisados, a maioria formada por trabalhadores com famílias estáveis e empregos regulares, com certo grau de conforto material que não compromete a sua subsistência, dando margem até mesmo a um consumo mais diversificado, reconheceriam os estigmas que lhes são imputados pelos de fora. Eles procuram adequar seu comportamento para não terem desacreditadas as suas identidades sociais ou virtuais, objetivando desvincularem-se dos estigmas a eles imputados através da manutenção de um comportamento mais afinado com o *habitus* burguês. Ao mesmo tempo, eles também se utilizam desses estigmas para construir barreiras simbólicas que os colocam em um patamar de humanidade superior aos outros pobres, pelos quais eles sentem desprezo e dos quais eles querem afastar qualquer possibilidade de identificação.

4.2 “Nós”, os pobres evangélicos x “eles”, os pobres do “mundo”

Mesmo aqueles que não conseguem alcançar o padrão de comportamento distintivo lutam por isso, como é o caso de Júlio, que está desempregado, ainda mora com os pais e já flertou algumas vezes com a possibilidade de entrar para o tráfico de drogas. Bastante afetado emocionalmente à época das entrevistas porque fazia pouco tempo que tinha perdido seu irmão mais novo, vítima de um acidente de moto, Júlio sentia-se culpado pelo que havia acontecido ao irmão. Segundo Júlio, foi ele quem apresentou o irmão para alguns amigos seus que trabalham para o tráfico, e foi um desses amigos que, embriagado e drogado, provocou o acidente no qual seu irmão viria a falecer. Mas esse não é o único motivo do arrependimento de Júlio em relação ao seu irmão, que aqui chamarei de Mário. Antes de morrer, Mário já havia sido preso duas vezes, uma por portar drogas e outra por portar arma de fogo. E, apesar de Júlio negar o envolvimento de Mário com o tráfico, ele contou que o irmão estava construindo uma casa na favela, em um terreno que ele havia recebido de presente do chefe do morro⁴⁷.

O caso de Júlio e Mário ilustra como é difícil, principalmente para os mais jovens, manterem-se afastados das opções ligadas ao crime. Júlio, que não foi criado em uma favela, acabou conhecendo muitos garotos na escola pública onde estudou e que, mais tarde, vieram a fazer parte do tráfico de drogas em suas favelas. A proximidade com os amigos do tráfico e a

⁴⁷ O chefe do morro é geralmente o chefe do tráfico de drogas, aquele que dita as regras a serem seguidas na favela.

necessidade de realizar um consumo ostensivo⁴⁸ de roupas, acessórios, entre outros, tornou-se incompatível com os ganhos do trabalho dentro da lei, e essa foi uma das razões que levou Mário a ingressar na vida do crime.

A morte do irmão fez Júlio repensar a sua vida e as prováveis consequências que pode sofrer aquele que não consegue manter-se no grupo dos pobres dignos de respeito. No relato abaixo, Júlio nos fala do seu desejo de inserção no grupo estabelecido da pequena burguesia, demonstrando ser esse o horizonte máximo que ele almeja alcançar. Isso ocorre, muito provavelmente, porque é o único que ele percebe como possibilidade real de ser atingido em função das suas condições reais de existência, e também como consequência do universo cultural onde se insere, o qual, por sua vez, determina os valores a serem desejados.

Hoje em dia eu quero criar uma família. Morar com uma mulher e ter filho. Tipo, eu quero morar sozinho, sair da casa dos meus pais e tal. Para ter as minhas responsabilidades, mesmo. Tipo, pagar uma luz, fazer compras de mês, essas coisas, pagar a internet, essas coisas. Aí eu fico pensando direto, caramba, nem que seja alugado, vou alugar uma casinha, vou morar. É para ter a minha responsabilidade, entendeu? Eu quero ser um pai, estar presente, ver os caras vindo instalando alguma coisa, tu ir no banco pagar alguma conta. Igual o meu pai, quero ser igual ao meu pai, trabalhador: faz compra, vai lá e paga as coisas, troca as coisas de lugar, pinta a parede. Sei lá, fazer uma família, filho, mulher, dividir tudo, conversar, eu gosto dessas coisas (Júlio, branco, 28 anos, solteiro, desempregado).

Júlio, cuja mãe e o irmão mais velho já foram obreiros⁴⁹ da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), vem considerando a possibilidade de voltar a frequentar a Igreja com mais regularidade. Ele acredita que os conselhos dos pastores podem ajudá-lo na resolução de seus conflitos interiores. Júlio não está sozinho em relação à crença de que a religião pode ser um suporte moral e psicológico para que ele se mantenha no grupo dos estabelecidos. Conforme mostrarei a seguir, as religiões neopentecostais cumprem determinadas funções essenciais na vida de alguns pesquisados.

A adesão dos pobres brasileiros às denominações pentecostais já foi tematizada por vários estudiosos como, por exemplo, Cândido Procópio Camargo, Antônio Flávio Pierucci e Ricardo Mariano. Apresentarei, na sequência, de forma bastante resumida, as ideias desses três autores, que buscaram explicar a adesão massiva dos pobres às denominações pentecostais e neopentecostais no Brasil. Após, apresento a forma como alguns dos pesquisados se relacionam com esse tipo de religiosidade e de que modo as teses dos autores

⁴⁸ O consumo ostensivo entre os jovens das classes populares, suas prováveis causas e consequências serão aprofundadas mais à frente neste trabalho.

⁴⁹ Os obreiros são fiéis voluntários que desempenham tarefas cruciais para garantir o bom funcionamento dos cultos e da evangelização pessoal (MARIANO, 2004, p.128).

apresentados podem ajudar a compreender a dinâmica relacional estabelecidos-outsiders dos pesquisados.

Segundo Pierucci e Prandi (1987), Camargo estudou a religião sob a ótica da mudança cultural e a partir da ideia de que a laicização da vida e dos valores acabou afastando as pessoas dos dogmatismos tradicionais. Camargo chamou de internalização o processo de mudança religiosa que abarca tanto o catolicismo quanto o pentecostalismo e o espiritismo. A modernização da sociedade e os processos de mudança social contínua que ela acarreta demandaram das religiões que elas fossem capazes de fornecer, cada uma a seu modo, um sentido para parcelas inteiras da população. Baseado na divisão que Weber promoveu entre religiosidade tradicional e religiosidade racionalizada, Camargo entendeu que a separação entre religião e mundo da vida permitiu ao indivíduo que ele assumisse conscientemente um comportamento religioso (internalização de valores e normas).

De acordo com Pierucci (2006), Camargo adotou uma perspectiva funcionalista sobre as religiões, baseada nos aspectos práticos dos diferentes tipos de religiosidade. Ele dividiu as religiões existentes em dois grupos em relação à função que elas desempenham: as religiões étnicas, aquelas que preservam determinado patrimônio étnico-cultural, favorecendo a autoidentificação de um grupo social; e as universais, aquelas que estão abertas a todas as pessoas. As religiões pentecostais se inserem no segundo grupo e teriam a função de dar uma resposta à anomia social causada pela mudança de grandes contingentes populacionais que se deslocaram do campo para as grandes cidades no processo de urbanização e industrialização pelo qual passou a sociedade brasileira, especialmente a partir da segunda metade do século XX.

Interessou a Camargo entender como as novas formas de religiosidade eram capazes de constituir, inculcar ou influenciar a conduta moral de indivíduos e de grupos das grandes cidades. População essa que, em geral, é pobre e busca respostas mais concretas e imediatas para os problemas cotidianos, para o alívio de seu sofrimento, para as injustiças e para o sentido da vida. Quando o sujeito se converte, ele transfere o conjunto de símbolos religiosos que redefinem o mundo para dentro de si. Isso oferece ao crente um novo repertório de conhecimentos que permite que ele enfrente as adversidades de um mundo estranho ao seu.

A cura da dor para Camargo não se limita à questão mágica, mas sim, dentro de uma perspectiva weberiana, a uma teodiceia que remete constantemente à questão da justiça, do sentido e da ética, indicando quais ações no limite são moral ou eticamente aceitáveis. Para Camargo, essas religiões teriam um caráter de responder à anomia social causada pelo

desenraizamento do homem do campo acostumado à sociedade tradicional. Elas desempenhariam a função de “integração social” ao reconstruírem um sistema significativo de relações primárias em uma sociedade urbana atomizada, respondendo às necessidades dos estratos pobres formados principalmente por migrantes de origem rural (MARIANO, 2011).

Portanto, o êxito das seitas pentecostais, na concepção de Camargo, se deveu à sua capacidade de suprir as necessidades e aspirações dos indivíduos que se viram expostos aos impactos causados pelas mudanças socioculturais que não conseguiam dominar nem compreender. Nesse sentido, a função do pentecostalismo no Brasil foi a de reconstruir as relações primárias e as identidades desses atores sociais, promovendo a integração social, atribuindo um sentido sacral aos eventos cotidianos, conformando-os através de uma moral puritana, além de exercer também uma função terapêutica de alívio para as frustrações causadas pelas doenças e dificuldades de relacionamento social.

Enquanto Camargo procurou ressaltar a capacidade associativa das religiões universais de conversão e, especialmente, a função de integração social das religiões pentecostais, Pierucci (2006) lançou uma tese contrária: ele percebeu, nesse tipo de religiosidade, um movimento para o individualismo. Partindo do pressuposto que essas são religiões de escolha, opta-se por abandonar a religião de origem, aquela herdada, para converter-se. A pessoa escolhe livre e conscientemente uma nova identidade, a do crente, deixando para trás um passado muitas vezes desabonador. Isso descreve um movimento propriamente dito de mobilidade social, segundo o autor (p. 115).

Apoiado nas ideias de Weber sobre religião, Pierucci destacou um importante achado:

Quando a profecia de salvação criou comunidades de fundamento puramente religioso, a primeira força com a qual entrou em conflito foi a comunidade naturalmente dada, o clã, o qual temia sua desvalorização por aquela. [...] Mas, quanto mais abrangente e internalizadamente se concebeu o escopo da salvação, tanto mais evidente se considerou que o crente deve estar mais próximo, antes de tudo, do salvador, do profeta, do sacerdote, do confessor e do irmão na fé do que da parentela natural e da comunidade matrimonial enquanto puramente tais (WEBER *apud* PIERUCCI, 2006, p. 121).

Nesse sentido, a religião congregacional de salvação pode ser entendida como desintegradora, tantos dos laços familiares quanto dos laços tradicionais e comunitários, porque ela cria uma nova comunidade social.

Congregacionista, “con-grega” indivíduos que ela própria “des(a)grega” de outras greis, por secessão ou abdução, indivíduos que ela recruta desenraizando, desterritorializando-os de seus assentamentos convencionais, desviando-os de suas

rotas convencionais, desqualificando sistematicamente outros sistemas religiosos de crença e vida prática, criticando ou condenando sem pedir licença outras condutas de vida e pautas de comportamento, religiosas ou não, coletivas ou não, significativas ou não (PIERUCCI, 2006, p.122).

Estabelece-se, então, segundo Pierucci, uma competição entre os “novos laços” (entre “irmãos de fé”) com os “antigos laços” (de sangue, de cor, de localidade, religião herdada etc.), quando os vínculos de antiga pertença precisam ser cortados.

Pierucci observa também que enquanto para Durkheim a religião teria a função integradora, quando ritualmente consagra e reatualiza psicologicamente a coesão de um grupo, para Weber a tendência na modernidade estaria na predominância crescente da religiosidade carismática (pessoal ou institucional) “que inventa *ex nihilo* comunidades sempre novas, mesmo que ao preço de ter que cortar outras relações” (p. 124). Parafrazeando Durkheim no que tange às ideias desse autor relativas às formas elementares da vida religiosa, Pierucci sugere que Weber teria descoberto “a forma elementar da modernidade religiosa”, aquela que acompanharia o desenvolvimento do sujeito moderno simmeliano: individualista e livre para fazer as suas escolhas.

Já Mariano (1996) destaca o fato de que o pentecostalismo foi favorecido pela privatização da religião, contribuindo para com que ela se tornasse cada vez mais um canal de expressão da subjetividade e um espaço de sociabilidade no qual o indivíduo passou a se situar acima do coletivo e a experiência pessoal a predominar sobre a doutrina religiosa (p. 124). O autor focou seus estudos sobre a religiosidade neopentecostal brasileira, buscando explicar a enorme adesão popular a esse tipo de religião.

Segundo Mariano, o pentecostalismo nasceu nos Estados Unidos e foi se espalhando durante todo o século XX para as regiões mais pobres do globo. No Brasil, atualmente os evangélicos⁵⁰ ultrapassam o número de 45 milhões de pessoas (22,2 % da população) segundo dados do Censo do IBGE de 2010⁵¹. Sendo que 57% deles são pretos e pardos. Já os pentecostais formam o segundo maior grupo religioso do país, com seu avanço estando entre os estratos mais pobres da população e se estendendo também a parcelas da classe média. Mas apesar da adesão de parte da classe média, a pobreza, a marginalidade, a baixa escolaridade e

⁵⁰ Os evangélicos no Brasil abrangem: 1 – as igrejas protestantes históricas: Luterana, Presbiteriana, Congregacional, Anglicana, Metodista, Batista, Adventista; 2 – as pentecostais: Congregação Cristã no Brasil, Assembleia de Deus, Evangelho Quadrangular, Brasil Para Cristo, Deus é Amor, Casa da Bênção etc.; 3 – as neopentecostais: Universal do Reino de Deus, Internacional da Graça de Deus, Renascer em Cristo, Sara Nossa Terra etc. (Mariano, 2004, p.134).

⁵¹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. IBGE, 2012. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf. Acesso em: 10 fev. 2018.

até o analfabetismo seriam fatores fortemente correlacionados com o crescimento do pentecostalismo no Brasil (MARIANO, 1996, p. 121).

O neopentecostalismo, do qual fazem parte alguns dos pesquisados, nasceu no país por volta dos anos 1970, ganhando visibilidade e se fortalecendo nas décadas seguintes. As igrejas neopentecostais, segundo Mariano, tiveram um crescimento expressivo, especialmente no final do século XX, porque souberam tirar proveito dos contextos socioeconômico, cultural, político e religioso. Elas se valeram da recrudescência das crises sociais e econômicas e, em particular, do aumento do desemprego e da violência urbana no país. Sua abrangência está para além do campo religioso, abarcando grupos midiáticos e políticos.

A adesão a essa vertente do pentecostalismo se deveu em grande medida ao seu rompimento com o ascetismo contracultural tipificado no estereótipo estigmatizado dos “crentes”, permanecendo apenas a interdição ao consumo de álcool, tabaco e drogas e ao sexo extraconjugal e homossexual. Mas seu crescimento expressivo se deve, sobretudo, ao uso extensivo que essas igrejas fazem da mídia eletrônica, além de oferecer compensações concretas e imediatas. Sua mensagem religiosa é adaptada à vida material e cultural dos pobres, com a finalidade de prover-lhes sentido, significação e justificação para a posição social em que se encontram, oferecendo-lhes recursos simbólicos e rituais para que mudem subjetivamente de vida (MARIANO, 2004, p. 132). Essa vertente religiosa também se caracteriza pela abrangência de seus valores, interesses e práticas.

[...] oferecendo serviços mágico-religiosos especializados de cunho terapêutico e taumatúrgico, centrados em promessas de concessão divina de prosperidade material, cura física e emocional e de resolução de problemas familiares, afetivos, amorosos e de sociabilidade. Oferta sob medida para atender a demandas de quem crê que pode se dar bem nesta vida e neste mundo recorrendo a instituições intermediárias de forças sobrenaturais (MARIANO, 2004, p. 124).

Mariano (1996) observa que a despeito do enfraquecimento esperado das religiões magicizadas em virtude da separação entre religião e mundo da vida e do aumento da racionalidade das outras esferas da sociedade, ocorreu um movimento inverso, que o autor atribui ao fato das religiões magicizadas tenderem a se adaptar melhor ou gerar menos tensões com as outras esferas da sociedade laicizada. Diferentemente do protestantismo reformado, o neopentecostalismo ressuscita práticas religiosas e mentalidades do catolicismo primitivo. De acordo com esse tipo de religiosidade, Deus agiria diretamente sobre as enfermidades, expulsando demônios, trazendo benesses materiais e espirituais, intervindo na história e na vida cotidiana dos fiéis.

Mariano também destaca o fato das religiões neopentecostais não serem sectárias e nem elitizadas, além de mostrarem-se flexíveis e adaptáveis à sociedade de consumo, sustentando e promovendo valores e interesses mundanos. O objetivo passa a ser o bem-estar do converso através das recompensas de Deus no mundo presente.

A tese que Mariano desenvolveu sobre as igrejas neopentecostais, especialmente a IURD, afirma que esse tipo de religiosidade age de modo utilitarista, funcionando como pronto-socorro espiritual para atender demandas e problemas do cotidiano de populações carentes e de indivíduos em crise (1996, p.125). Através da venda de inúmeros serviços mágico-religiosos de pronta-entrega, as igrejas neopentecostais acabariam atuando como um “supermercado da fé”. Por meio de ritos, práticas e cultos, essas igrejas exprimem sua teodiceia de salvação, quando os pastores conferem novos significados religiosos ao desemprego, à pobreza, à doença, à briga conjugal, à depressão, à solidão, à infelicidade, ao sofrimento e aos infortúnios em geral (MARIANO, 2011, p.29). E, como a magia tende a gerar compromissos efêmeros baseados nas trocas imediatas para prender a sua clientela, essas igrejas acabam rotinizando a dispensação de bênçãos celestiais e fixando extensa programação diária de rituais destinados ao tratamento espiritual de infortúnios concretos e específicos.

Ao enfatizar a guerra espiritual contra o Diabo, o principal responsável por todos os males possíveis que possam recair sobre os seres humanos, essas igrejas promovem a acomodação às estruturas vigentes. Elas difundem uma teologia da prosperidade, sustentando que o fiel deve dar à igreja o máximo que a sua fé atingir, com a certeza que Deus lhe retornará em dobro. Nesse sentido, elas se adequam como nenhum outro tipo de religião à realidade existente, porque não contestam o *status quo* e nem o modo como a sociedade se organiza, já que tudo é entendido e reduzido como influência de forças malignas, como o Diabo. Enfim, elas vendem a promessa de felicidade nesse mundo tal como ele é.

Mariano (2011) destaca, ainda, o fato de as igrejas neopentecostais serem geridas como empresas modernas, com um gerenciamento central nos moldes de qualquer grande empresa capitalista. O que contribui para o seu crescimento e reforça a sua conformidade com as estruturas e instituições dominantes.

Compreendo, então, que a adesão das classes populares às religiões neopentecostais pode ser entendida como um efeito de condicionamento que remonta à totalidade do modo de vida dessas classes, desde que os efeitos prometidos por essas formas de religiosidade estejam em sintonia com suas demandas imediatas. Isso se configura como consequência da

impossibilidade das pessoas das classes populares de investirem no futuro em virtude do *habitus* precário que desenvolvem (SOUZA, 2009).

Tabela 1 – Distribuição percentual dos evangélicos no Brasil em 2016

Denominação Religiosa	%
Assembleia de Deus	34%
Igreja Batista	11%
Universal do Reino de Deus	8%
Congregação Cristã do Brasil	6%
Quadrangular	5%
Deus é Amor	3%
Adventista	3%
Internacional da Graça	2%
Mundial do Poder de Deus	2%
Outras denominações	20%

Fonte: Instituto de Pesquisa Datafolha⁵².

Francisco, por exemplo, foi obrigado a deixar a escola ainda antes de concluir a alfabetização, pois até mesmo o esforço na lavoura desempenhado por um menino de sete anos era importante para garantir no final do mês os poucos meios de subsistência da família. Tudo que a família de Francisco conseguia ganhar através do trabalho era convertido em meios de subsistência imediatos: comer e vestir, conforme seu relato:

Na minha casa tinha muita gente pra o meu pai sustentar, aí meu pai trabalhava de vaqueiro. Ele não tinha quase tempo de plantar o roçado, o roçado ficava na nossa responsabilidade, do meu irmão mais velho e eu. Aí nós tinha que limpar, capinar e plantar e meu pai sempre que podia ajudava a gente. Porque meu pai acordava três horas da manhã pra tirar leite das vaca do patrão. A vida na roça não foi fácil. Eu vou ser sincero pra senhora, quando eu acabei de fazer o ABC, que eu ia entrar pra primeira cartilha, meu pai me tirou da escola e me botou pra trabalhar. Eu comecei a trabalhar com sete anos de idade. Eu trabalho desde sete anos na roça. Eu só vim aprender um pouquinho aqui na Igreja Universal em Botafogo. Eu só sei assinar meu nome e ler pouquinho coisa para me defender. Antigamente quando eu vinha pra cá (Rio de Janeiro) eu tinha que marcar uma pessoa para não me perder no caminho (no ônibus de viagem). Agora não, eu posso ir pra qualquer lugar, eu leio um pouquinho. Não sou mais tão analfabeto demais, eu sei ler um pouquinho da Bíblia também. Na matemática, eu sou bom, se eu for num mercado, ninguém me enrola, não (Francisco, branco, 52 anos, separado, faxineiro).

⁵² Tabela de autoria própria baseada em pesquisa nacional realizada pelo Instituto de pesquisa Datafolha em dezembro de 2016. Segundo a mesma pesquisa, o número de evangélicos no país parece ter aumentado 7% desde o Censo de 2010. A pesquisa aponta que, entre os 29% dos pesquisados que se declararam evangélicos, quase a metade pertence às denominações pentecostais: Assembleia de Deus, Congregação Cristã, Quadrangular, Deus é amor, entre outras. Já as religiões neopentecostais: Universal do Reino de Deus, Internacional da Graça, Mundial do poder da Graça, entre outras representam um percentual muito menor de adeptos. Pesquisa disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2016/12/28/da39a3ee5e6b4b0d3255bfef95601890afd80709.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2018.

Um conceito importante para falarmos sobre é o de poupança, que se configura como um comportamento baseado em um tipo de pensamento ou racionalidade prospectiva⁵³, que demanda que a percepção da vida seja compreendida como um afazer "racional", visando a recompensas no futuro – como prescreve a condução da vida nas religiões ético-transcendentes –, trata-se de viver a vida de forma ética aqui, para receber a recompensa no paraíso que virá depois. Francisco tem muita gratidão pelo fato de seu pai ter-lhe ensinado o gosto pelo trabalho, mas lamenta que o pai não o tenha orientado para o comportamento da poupança. Ele atribui ao analfabetismo do pai essa falha na sua educação. Francisco não percebe que tanto ele quanto o seu pai não tiveram uma base de sustentação que lhes conferisse certo grau de liberdade em relação ao tempo presente, ao sentido imediato da vida, para que pudessem planejar o amanhã. A isso se soma a necessidade de se mostrar vitorioso através do consumo mais evidente do produto do seu trabalho, por isso Francisco esbanjava tudo o que ganhava em meses de trabalho na construção civil, com amigos e parentes.

Não era pra dizer que eu era o poderoso, que o poderoso é Deus, mas era pra dizer que eu tava com dinheiro, que eu cheguei do Rio e que eu ganhei dinheiro aqui e tal. Fui fazendo festinha pros amigos e depois eu vi que foi uma furada, porque, se alguém tivesse me orientado, hoje eu estaria bem de vida mesmo, ajudando a minha família, porque eu sou uma pessoa que, se eu puder ajudar, eu ajudo (Francisco, branco, 52 anos, separado, faxineiro).

Essa era a forma encontrada por Francisco para ser reconhecido como alguém digno, queimando, como em um *potlatch*⁵⁴, suas economias para provar a sua dignidade de trabalhador que desbravou o Sudeste hostil e afastou a miséria material da sua vida.

Foi em um momento de certo desespero, quando o trabalho irregular na construção escasseou, que Francisco sentiu necessidade de procurar ajuda para ter algum motivo para voltar a acreditar no futuro. E foi na Igreja Universal do Reino de Deus que ele conseguiu renovar a sua esperança no dia de amanhã.

⁵³ Souza (2009) explica que o pensamento prospectivo é um tipo de economia emocional baseado no cálculo racional das consequências e para o qual o futuro é mais importante do que o presente. Essa, como outras disposições associadas ao *habitus* burguês, é aprendida de modo invisível e afetivo através da herança familiar. No entanto, para que os pais transmitam tal disposição para os filhos, eles mesmos precisam possuí-la, bem como ter certa segurança no presente, o que não é comum nas famílias das classes populares, as quais em sua maioria lutam diariamente pela sobrevivência imediata.

⁵⁴ *Potlatch*, segundo Marcel Mauss, é um sistema de dádivas, contraprestações, encontrado entre tribos nativas na Região Noroeste dos Estados Unidos e significa em linguagem nativa incorporada pelos brancos e pelos estudiosos: “nutrir”, “consumir”. O *Potlatch* acontece em festividades realizadas durante o inverno como um dos eventos, no qual as rivalidades e os antagonismos dos chefes nobres podem levar até à morte dos desafiantes ou à destruição puramente suntuária das riquezas acumuladas para eclipsar o chefe rival (MAUSS, 2003). É possível fazer um paralelo entre os gastos suntuosos de Francisco com seus amigos e parentes para demonstrar o seu poder em fazer riqueza (dinheiro), como será mostrado mais adiante com Gabriel, Júlio e Jorge sobre o consumo ostentatório desses jovens pesquisados.

Tinha uns pensamento que eu queria até virar bandido, que eu falei: “– Ah! Essa vida de trabalhar não dá certo, é trabalhar muito e não ganhar dinheiro, ficar ralando, ficar cheio de calo na mão”. Porque eu não tinha uma paz de espírito assim. Às vezes assim pra dormir, aí passava até meia noite, virava de um lado pro outro cansado e não dormia, aí quando eu fui pra Igreja eu comecei a dormir melhor. Na época, eu estava desempregado, aí eu fui. E com duas semanas, Deus abriu as portas e com duas semanas eu arrumei emprego (Francisco, branco, 52 anos, separado, faxineiro).

As frustrações de Francisco lhe tiravam o sono, ele era acometido pela dúvida que colocava em xeque seu comportamento de trabalhador honesto. Propostas de pessoas conhecidas que haviam entrado para a criminalidade começaram a tentá-lo. Ele, que trabalhava desde os sete anos, que tinha no trabalho a sua principal, se não a única, fonte de orgulho e autoestima, via-se agora privado dela. Para resistir aos sentimentos de frustração e raiva que a sua condição lhe impunha, para resistir às tentações que a sua vizinhança lhe oferecia, para não ir contra a sua crença quase infinita no valor do trabalho, Francisco lançou mão daquilo que estava mais ao seu alcance: sua conversão ao neopentecostalismo da Igreja Universal do Reino de Deus.

A partir do relato de Francisco é possível concordar com Mariano, no sentido de que esse tipo de religiosidade funciona como um pronto-socorro capaz de curar momentaneamente as angústias e frustrações provocadas pelas situações de classe social. A conversão de Francisco ao neopentecostalismo também contribuiu para que ele se afastasse daquelas amizades que o chamavam para a vida do crime, fazendo com que ele se inserisse em uma nova comunidade que nega a vida mundana ou “o mundo”, como os evangélicos costumam dizer, e todas as tentações às quais ele estava exposto. Essa constatação se aproxima da tese de Pierucci, pois Francisco buscou uma nova identidade quando se converteu, deixando para trás laços de amizades que considerava ruins e que o levavam a beber cotidianamente “além da conta”, consumindo parte considerável do seu salário. Ele, agora, poderia construir uma nova biografia, amparado em uma nova comunidade de irmãos de fé.

A conversão de Francisco não serviu apenas para que ele remodelasse seu comportamento, exigindo-lhe uma vida mais ascética, como também a conversão e a participação quase diária nos cultos o ajudaram no sentido de reforçar a sua fé no trabalho, recuperando a sua principal fonte de autoestima.

Reflexo indireto de alguns dos ensinamentos que recebeu na Igreja, Francisco aprendeu que deveria começar a fazer uma poupança porque sabia que a sua “disposição de

touro” para encarar o trabalho não duraria para sempre. É óbvio que a regularidade do trabalho de carteira assinada em contraposição às empreitadas temporárias da construção civil também lhe possibilitou um comportamento mais prospectivo, pois ele trabalha como faxineiro há seis anos no mesmo condomínio. Hoje, Francisco orgulha-se de dizer que possui uma quantia considerável na poupança.

Outra coisa que Francisco aprendeu a partir dos ensinamentos religiosos foi que ele deveria melhorar seu comportamento, deixar de ser tão “rudão”, não perder a cabeça por qualquer motivo, enfim, remodelar o seu *habitus*, desenvolver um maior controle sobre as suas emoções: “Porque eu queria ter um encontro com Deus na Igreja, eu nunca matei ninguém, mas eu era um pouco rebelde, aí eu fui ficando um pouco mais calmo e mais tranquilo depois que entrei pra Igreja” (Francisco: branco, 52 anos, separado, faxineiro). Ele conta que já passou por algumas situações de confronto no condomínio onde trabalha, quando alguns moradores tentaram humilhá-lo por um motivo qualquer, mas soube agir de modo diferente do que agia antes. Ao invés de partir para agressão verbal e física, ele parou por um instante e buscou dialogar, de forma que depois acabou recebendo pedidos de desculpas desses moradores.

O caso de Francisco mostra que as igrejas neopentecostais, ainda que tenham uma atuação de pronto-socorro ou supermercado de fórmulas mágicas para a resolução de todos os males, também conseguem, através de seus dogmas, inculcar em seus fiéis algum sentido ético para a condução da vida. Elas acabam facilitando a eles a regulação do próprio comportamento, promovendo uma melhor adequação do *habitus*, o que acaba surtindo efeito em termos competitivos. E, conforme mostrei no tópico anterior, a capacidade de regulação do próprio comportamento é entendida como uma forma de superioridade moral que distingue os pobres dignos de respeito dos indignos.

Apesar do seu analfabetismo funcional, Francisco percebeu algumas contradições relativas ao enriquecimento dos pastores e às coações sobre os fiéis para que realizassem cada vez mais doações⁵⁵. Mesmo se dizendo feliz com o atual trabalho e com a poupança que está conseguindo juntar para futuramente comprar um pedacinho de terra e nela plantar, Francisco diz sentir um vazio existencial. Esse vazio tem se manifestado através dos longos períodos de insônia que têm lhe acometido todas as noites. Segundo relatou, chega a ouvir vozes que não consegue discernir de onde vêm, mas que associa a coisas ruins, as quais, segundo ele, só conseguirá afastar se voltar a frequentar a Igreja.

⁵⁵ Para maiores informações sobre como funciona a dinâmica de ofertas de fiéis à Igreja Universal, ver Mariano (1996).

Francisco não consegue perceber que o seu desconforto emocional pode estar relacionado à insegurança relativa ao lugar onde mora, lugar que ele considera desorganizado, barulhento e violento⁵⁶. Pode estar relacionado também à percepção de que a sua idade já dá sinais de menor potência física, logo ele, que fez da sua necessidade uma virtude (BOURDIEU, 2008), que a vida toda sempre apostou todas as suas chances na disposição para o trabalho pesado, sua maior fonte de autoestima. Francisco sente receio de que essa disposição não dure o tempo necessário até que ele consiga a aposentadoria, que pode ser prejudicada pelas futuras reformas nas leis da previdência social⁵⁷.

Seu desconforto emocional pode, também, estar relacionado ao tipo de trabalho que Francisco exerce, o qual não possui quase reconhecimento social, além de não ser a atividade que mais lhe dá prazer, que seria, segundo ele, o trabalho na agricultura e na criação de animais.

Pedro também é um caso evidente de alguém que pretende encontrar na Igreja, assim como Francisco, maior controle sobre seus impulsos e emoções e o apoio para continuar acreditando no futuro. Portador de um comportamento impulsivo e violento provavelmente em decorrência do modelo paterno, ao desempenhar o papel que seu pai deixou vazio quando abandonou a família Pedro passou a reproduzir o comportamento opressivo que aprendeu, infligindo castigos físicos, medo e ansiedade sobre seus sobrinhos, irmãs e na própria esposa. Entretanto, ele sente que precisa mudar, ou, do contrário, perderá, como seu pai, o afeto da família e dos amigos, e tampouco conseguirá conduzir a sua vida da forma mais racional e proveitosa que deseje.

[...] de um tempo pra cá eu venho sentindo um chamado meio complicado. Comecei a ler a Bíblia, eu nunca tinha pego pra ler porque eu nunca acreditei na Bíblia. Então não tinha que seguir aquilo ali. Mas veio acontecendo certas coisas na minha vida que me despertou o desejo de conhecer. Estou pensando no meu coração, nos últimos tempos eu venho tendo contato e me relacionando com pessoas cristãs, pessoas que conversam muito comigo. Eu vejo o poder que elas têm na vida. Não que todas são bem de vida, mas a facilidade que as pessoas têm se relacionando com a família, o carinho. Assim, pessoas a qual eu encontro, elas procuram na Palavra ter mais controle emocional e ter mais carinho ao falar. O meu problema é que eu não

⁵⁶ Francisco mora em uma favela onde, mesmo com a presença de uma UPP, as trocas de tiros entre a polícia e os criminosos são constantes, bem como entre estes últimos e grupos rivais. Francisco também reclamou dos bailes que o tráfico organiza todos os finais de semana. Em virtude do som muito alto, ele não consegue dormir e acaba chegando muito cansado no trabalho.

⁵⁷ A inquietação manifestada por Francisco em relação à reforma da Previdência proposta pelo Governo Temer se relaciona ao fato de Francisco possuir muito pouco tempo de contribuição à previdência social, por conta de anos de informalidade no trabalho da construção civil. Qualquer reforma que venha a jogar o peso maior no cálculo da aposentadoria sobre o tempo de contribuição previdenciária deixará em situação muito complicada uma legião de trabalhadores braçais como é o caso de Francisco. Ele tem medo de que não consiga se aposentar nunca, uma triste ironia para ele que trabalha sem parar desde os sete anos de idade.

tenho isso, entendeu? Eu falo que vem na venta, se eu ver uma coisa errada. Então eu venho sentindo que esse relacionamento que eu estou tendo com essas pessoas é um relacionamento no qual eu posso aprender qual é a Palavra. E sabe, convivendo com eles, o bem que tem me feito... Por exemplo, hoje em dia na hora de comer, eu paro e oro pra agradecer, vou dormir: eu agradeço. É uma coisa que eu nunca tive e eu tenho que entender que eu sou uma pessoa que Ele quer, eu sou uma criação Dele, então não preciso de terceiros pra isso (Pedro, pardo, 29 anos, casado, promotor de vendas).

O drama de Pedro ilustra, mais uma vez, o desejo de adequar o comportamento visando a disciplina e o controle relacionado tanto à obtenção de sucesso no trabalho quanto à obtenção de respeito e estima social. Pedro, que foi privado em seu processo de socialização da internalização de mecanismo de controle das pulsões, fato característico de homens, sobretudo, das camadas populares, reproduz um *habitus* semelhante ao do pai.

Pedro tem muitos motivos para se sentir angustiado após ter passado por inúmeras frustrações desde a adolescência: o pai abandonou a família à própria sorte quando ele tinha 13 anos; por isso, ele precisou trabalhar desde cedo nos mais diversos tipos de ocupações e não conseguiu sucesso em nenhum deles. Assim como muitos meninos das classes populares, Pedro tentou se tornar jogador de futebol – um dos mundos possíveis para meninos pobres – contudo, mesmo depois de muito insistir, não deu certo. Houve também mais um projeto frustrado na tentativa de desenvolver um estúdio de música para jovens carentes. Há pouco mais de três anos, Pedro também acabou se envolvendo em uma situação de violência que quase lhe tirou a vida e fez com que ele perdesse bens e o emprego. Não consegue fazer um curso superior porque lhe falta disciplina até mesmo para entregar os documentos necessários para a obtenção da bolsa de estudos, entre outros dramas e impossibilidades vividas.

Além do medo de perder o amor e o carinho da sua família por conta de seu comportamento agressivo, existe o receio de não conseguir manter a esperança de que conseguirá se sair bem nos seus projetos profissionais. E a opção que Pedro enxerga em seu limitado horizonte de possibilidades para afastar seus demônios e recobrar a esperança no futuro é através da conversão religiosa. Afinal, exemplos não lhe faltam entre amigos e colegas de trabalho que encontraram na Palavra, como ele diz, um caminho para continuar acreditando e investindo no futuro e para obter a orientação apropriada para a condução da vida de forma menos emocional. Por isso, ele diz que vem cogitando a possibilidade de se converter. O que lhe impede de ainda não ter entrado definitivamente para uma igreja evangélica é a sua fé e paixão por São Jorge, que ele diz ter herdado de seu pai. Como vemos, Pedro teria que abandonar por escolha própria coisas que lhe são caras para construir uma nova biografia.

No caso de Vera, a Igreja Universal operou mudanças significativas em seu comportamento, conforme ela relatou. Vera, na verdade, pode ser considerada uma sobrevivente das precárias condições sob as quais foi criada. Ser neta e filha de mulheres analfabetas, com um pai ausente e um padrasto violento que a preteria abertamente em relação à sua irmã (a filha legítima), uma mãe violenta que a espancava regularmente e uma situação de precariedade econômica foram circunstâncias que marcaram a história de Vera até a adolescência, quando ela percebeu que o casamento poderia dar alguma segurança na tão instável vida que levava.

Vera, depois de adulta, ainda acreditava na possibilidade de um futuro melhor. Assim que conseguiu alguma estabilidade, ela conseguiu se dedicar ao trabalho, à construção da sua casa, à criação da filha e voltou a estudar. Ainda que Vera considere que antes da conversão religiosa era uma mulher emocionalmente instável, briguenta, sem ânimo para tocar a vida, e se culpe por ter abandonado os estudos aos dezesseis anos quando, sem um local para viver, ela e a mãe foram morar de favor na casa de uma tia, Vera, de fato, realizou muitas coisas. Mesmo com poucas chances, ela concluiu o ensino fundamental e o ensino médio, e conseguiu alguns empregos nos quais permaneceu por alguns anos, o que demonstra regularidade na sua conduta profissional. Construiu uma casa junto com o marido e tentou cursar o ensino superior. Muito provavelmente, Vera tinha no casamento alguma segurança necessária para realizar todas essas coisas, e essa segurança, ainda que precária, em virtude da relação conturbada que ela tinha com o marido, foi abalada profundamente com a separação.

Com o fim do casamento, a Igreja, a qual ela já havia recorrido antes, novamente era a sua tábua de salvação. A religião lhe trouxe algo no qual ela podia se apoiar:

Ninguém vai por amor a Deus. Ninguém vai pra Igreja porque está bem e está feliz. Eu fui assim, porque Deus traz alívio pra sua alma, traz alegria pra você, traz paz interior, se você estiver bem com Deus, você consegue ser bem sucedido em tudo que você fizer. A Igreja foi a última porta e a única que existia. Eu tinha consciência de que eu não podia deixar de ir, isso eu tinha dentro de mim, eu falava: “– Não posso deixar de ir porque eu tenho uma filha. E se minha filha escolher ir pro mundo?” Eu tinha essa preocupação de que ela fosse sair, beber, escolher o lado errado, vamos dizer assim. Então eu estava mais afastada, mas não abandonei de vez, meu problema era depressão, tristeza, aquelas coisas. Quando eu voltei, eu entendi que o problema não era Deus, o problema era eu que não estava fazendo as coisas direito, não estava obedecendo para que tivesse os benefícios. Às vezes a gente chegava da Igreja e já estava brigando, reclamava que estava cansada, que tinha coisa pra fazer, e na verdade a culpa era minha que não sabia administrar meu tempo (Vera, branca, 38 anos, separada, técnica-administrativa).

O relato de Vera fornece muitas pistas sobre o papel que as religiões neopentecostais desempenham na vida das pessoas das classes populares. As pessoas procuram essas igrejas

porque estão sofrendo e esperam encontrar “um remédio imediato para aliviar a dor”. A igreja é percebida como a saída para vencer o desalento e as frustrações. Não existe dinheiro ou tempo para consultar um psicanalista e nem mesmo uma disposição cultural que valorize esse expediente, pois Vera diz que tentou visitar uma psicóloga e tomar remédio, mas abominava a ideia de ter que ficar dependente das duas coisas, pois isso a colocava em um lugar inferiorizado, de alguém incapaz de ter autocontrole, e ela tinha medo dos estigmas que essa situação pudesse vir a induzir.

Outra questão que fica explícita na fala de Vera é a incapacidade de perceber o peso que a sua situação de classe e os impedimentos estruturais que essa situação acarreta tiveram em sua vida. Ela se culpa pelo próprio comportamento e pelas coisas que lhe aconteceram: brigava; gostava de sair e beber; não conseguia conciliar através da autodisciplina a atividade profissional e os cuidados com a casa; usava roupas inapropriadas que, segundo ela, a associavam a uma mulher “fácil”. A Igreja a “transformou”, como ela mesma diz, porque, ao ingressar de fato na IURD, Vera teve que trocar a comunidade na qual vivia, aquela do “mundo pecaminoso”, cheio de tentações, mundo dos não convertidos, pela presença quase diária na “comunidade” da Igreja.

É assim, meu caráter foi moldado, foi como eu te falei, eu era barraqueira, ciumenta. Eu era briguenta, vivia gritando, xingando, entendeu? Brigava com a minha filha e xingava palavrões, vivia gritando, confusão, bagunça. Como eu te falei, a gente aprende o caráter, né? Se você quiser os benefícios que a fé te dá, você tem que obedecer o que está sendo proposto. Você tem que obedecer o que o pastor está falando, você faz isso e Deus vai transformar, Deus vai mandar. É fé, você tem que acreditar no que Deus fala, no que a Bíblia fala [...] (Vera, branca, 38 anos, separada, técnica-administrativa).

É justamente à constância de um comportamento disciplinado que Vera atribuiu o seu sucesso no atual emprego, e é por causa da sua fé em Deus que ela acredita que mudou seus hábitos e consegue conservá-los. Na verdade, é a Deus que ela também atribui a obtenção do emprego atual, as promoções e os aumentos de salário.

Através do exemplo de Vera vemos a conversão como forma de refazer a própria biografia, de abandonar a antiga comunidade do “mundo”, dos outros pobres, para ingressar em uma comunidade cujos dogmas ajudaram-na a modelar o seu comportamento e a construir para si uma nova biografia. É na Igreja que Vera hoje, junto com a filha, vive a sua sociabilidade. Ela vai quase todos os dias aos cultos, nos finais de semana realiza trabalho voluntário na Igreja, participa da evangelização dos recém-convertidos, participa de várias atividades de lazer que a Igreja oferece junto com outros fiéis, como festas, atividades

esportivas, viagens. Vera agora é uma obreira da IURD, pertence totalmente à nova comunidade escolhida por ela.

Mas por que para Vera é tão importante pertencer a essa nova comunidade de convertidos? Se pensarmos sob a perspectiva da relação estabelecidos e outsiders, podemos entender que, para Vera, abandonar o “mundo”, passar a ter um comportamento mais controlado e disciplinado, se desligar do ambiente social da favela onde mora, a distingue, a situa no mundo estabelecido dos pobres dignos de respeito e estima social. Não à toa que quando perguntei a ela qual a imagem que os seus vizinhos teriam dela, ela tenha me respondido que todos percebem que ela é uma mulher trabalhadora, decente e honesta. Isso porque todos veem que ela sai para trabalhar todos os dias e volta tarde da noite; todos percebem a forma decente e comportada como ela se veste; todos veem que ela, nos finais de semana, vai para a igreja, porque ninguém vai encontrá-la nos botecos da comunidade bebendo, nem nas festas mundanas de seus vizinhos e parentes que lá vivem. A nova comunidade à qual Vera pertence agora lhe dá um sentido de pertencimento, reconhecimento e estima social. A sua conversão transformou uma mulher pobre, favelada e abandonada, portanto, sem quase nenhuma fonte de onde retirar sua autoestima em alguém respeitada não apenas pelos seus irmãos de fé, mas também pelos seus vizinhos e parentes.

Leda, que também é evangélica e frequenta a Igreja Assembleia de Deus, colocou muito bem a necessidade da Igreja na vida das pessoas das classes populares:

E também é assim, porque nós aqui da comunidade, é um lugar um pouco assim constrangedor, pelas coisas que acontecem. Então, se tu não tiver em quem se apegar, a gente não sabe o que fazer. E na Igreja nós temos orações, muita oração, corrente e assim, quando acontece uns fatos desse que nem uma guerra (tiroteios na comunidade), a gente se reúne todos em oração, se uma irmã está com um problema com o filho, a igreja se reúne e ajuda aquela irmã. Então a gente acha um apoio nisso, então é por isso que tem muitos evangélicos, entendeu? É por isso (Leda, parda, 46 anos, separada, técnica de enfermagem).

Fraser (2007), dissertando sobre a inserção de mulheres americanas no pentecostalismo nos Estados Unidos, observa que o que pode parecer uma contradição - afinal, trata-se de mulheres inseridas no mercado de trabalho e influentes em suas famílias (muitas, monoparentais) que se subscrevem a uma ideologia conservadora de domesticidade tradicional – pode ser explicado como a uma resposta à “sociedade da insegurança”. Nos Estados Unidos, assim como no Brasil, as políticas neoliberais retiram cada vez mais direitos, afetando as redes de segurança que dão alguma estabilidade ao mundo. Em ambos os países, as classes populares vivem sob formas precárias de trabalho assalariado, terceirização e

trabalho temporário. Especialmente no Brasil, existe violência policial, presença ostensiva do tráfico e ausência da “mão esquerda” do Estado⁵⁸ nas comunidades pobres.

Segundo Fraser, o pentecostalismo não fornece segurança de forma real, mas fornece um discurso e um conjunto de práticas através das quais as pessoas podem gerir as suas inseguranças. Além de aceitar e incluir pessoas desprovidas de qualquer fonte de estima social, esse tipo de religiosidade tem uma relação particular com a insegurança gerada pelo capitalismo neoliberal: ele se alimenta dessa insegurança, ele lembra ao crente o tempo todo dos perigos do “mundo”, como incorrer em pecado, fracassar, perder o emprego, beber, ter um caso extraconjugal, ser abandonado pelo cônjuge, os filhos usarem drogas, as filhas se prostituírem. Mas a igreja está lá e Deus sempre concederá mais uma chance, basta ter fé. O que Fraser destaca é que, para além da aceitação e do pertencimento, essas igrejas incutem insegurança para oferecer os métodos necessários para lidar com todos esses problemas, elas fornecem os meios para o “cuidar de si”⁵⁹ (p.302).

A religiosidade neopentecostal, além de oferecer conforto emocional e de favorecer a obtenção de um comportamento mais equilibrado e contido, adequando-o à ordem do mundo, oferece também um conjunto de práticas para que os pesquisados consigam gerir as suas inseguranças. Sob a perspectiva da relação “estabelecidos e outsiders”, ela permite aos pobres a constituição de uma identidade mais valorizada socialmente, fornecendo um sentido de pertencimento a um grupo que tem certa coesão social e que se percebe superior aos não crentes, o que contribui para a sustentação da autoestima. Por último, esse tipo de religiosidade sustenta valores que de forma alguma entram em conflito com os valores neoliberais, ao contrário, ela os confirma.

4.3 “Nós”, os pobres autônomos x “eles”, os pobres dependentes

No tópico anterior, expliquei como a autorregulação do comportamento é utilizada pelos pobres pesquisados como moeda para o estabelecimento de fronteiras simbólicas do tipo “nós” x “eles” (ELIAS e SCOTSON, 2000), visando tanto a construção da autoestima quanto a diferenciação da identidade social no sentido de positivá-la e, assim, afastar qualquer identificação com os “maus” pobres. Isso ocorre porque a ameaça constante de rebaixamento social tem consequências negativas para os sentimentos de autoestima dos pesquisados,

⁵⁸ Ver nota 25.

⁵⁹ Esse aspecto de insegurança criado pela sociedade neoliberal (DARDOD e LAVAL, 2016) será abordado mais detalhadamente no tópico seguinte.

implicando em falta de respeito, usurpação dos direitos, insegurança nas interações cotidianas, perda de valor social, da autoestima e do sentido da vida.

Neste tópico, eu analiso o mérito pessoal como um mecanismo utilizado pelos pobres que se consideram “responsáveis”, como um meio de distinção social em relação aos pobres considerados “dependentes”. Através das opiniões coletadas sobre o programa Bolsa Família⁶⁰ e a Lei de cotas étnico-raciais⁶¹, foi possível a associação entre autoestima e autorresponsabilidade. Possuir força de vontade, batalhar para vencer, não depender de ninguém, não ser acomodado, aperfeiçoar-se cada vez mais, não se apegar a nenhum “vitimismo” de classe ou raça, não depender do Estado, condenar determinadas políticas públicas direcionadas especialmente aos pobres são atitudes que os pesquisados acreditam ser indispensáveis à constituição da própria dignidade.

Considero importante nesse ponto, antes de apresentar as ideias e valores dos pesquisados a respeito das políticas públicas a eles direcionadas, explicar resumidamente no que consiste e como o atual discurso dominante atinge de forma difusa todas as classes sociais. Pretendo, nesta seção, expor quais mecanismos levam à sua legitimação e incorporação generalizadas para, então, identificar as particularidades dos efeitos desse discurso sobre a fração das classes populares que aqui está representada, mostrando como ele se reflete na vida prática e nos sentimentos dessas pessoas.

A ideologia do mérito e a condenação à dependência não são ideias novas, elas estão associadas à atribuição de valor e status concedidos ao indivíduo na modernidade capitalista.

⁶⁰ O Programa Bolsa Família existe desde outubro de 2003 e foi regulamentado pelo decreto Lei 5.209 de setembro de 2004. O Programa visa combater a pobreza e a desigualdade no Brasil e possui três eixos principais: complemento de renda que se dá por transferência em dinheiro realizada pelo Governo Federal diretamente às famílias assistidas pelo Programa; acesso a direitos, a família assistida deve cumprir algumas condicionalidades relacionadas à educação, saúde e assistência social; e a articulação com outras ações através da integração com várias políticas sociais com o objetivo de estimular o desenvolvimento das famílias, na intenção de que elas superem a situação de vulnerabilidade e de pobreza. São elegíveis para a participação no PBF as famílias cuja renda per capita seja de até R\$ 85,00 mensais e famílias com renda per capita entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00 mensais, que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos. No primeiro caso, o benefício é de R\$ 85,00 mensal por família e no segundo caso o benefício é variável e seu limite é de até cinco vezes o valor de R\$ 39,00 pago por criança de 0 a 15 anos. Gestantes e nutrizes cujas famílias se enquadrem no mesmo limite de renda recebem 39,00 mensais em nove parcelas (gestante) e em seis parcelas (nutrizes). Informações disponíveis no site do Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia>. Acesso em: 21 mar. 2018.

⁶¹ As cotas étnico-raciais são reguladas pela Lei 12.711 de 08/2012 que determina que 50% das vagas de graduação das universidades federais e 50% das vagas das instituições federais de ensino técnico de nível médio devem ser reservadas para aqueles autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência. Em ambos os casos, a renda familiar per capita familiar do candidato não deve ultrapassar 1,5 salários mínimos, no caso das vagas para o ensino superior, o candidato deverá ter cursado todo ensino médio em instituição de ensino pública.

Para além da ética protestante (WEBER, 2003)⁶² dos primórdios da modernidade, essas ideias eram centrais para os utilitaristas na fase clássica do capitalismo, quando a valorização da eficiência no uso dos recursos visando abolir qualquer tipo de desperdício, inclusive o recurso humano em forma de força de trabalho, também era visto como indispensável à acumulação do capital. É nesse sentido que o desenvolvimento de habilidades consideradas úteis passou a ser valorizado como essencial à reprodução do sistema. Foi visando justamente à eficiência que se constituiu o discurso científico, que desde o século XVII tinha como objetivo construir o homem como um animal produtivo e consumidor, a partir de um conjunto de diferentes tecnologias com princípios práticos distintos voltados para a modificação e o disciplinamento da conduta individual (FOUCAULT, 1988)⁶³.

Segundo Dardot e Laval (2016), o individualismo promovido pela mercantilização das relações sociais e pela urbanização que emancipou o indivíduo com relação às tradições, às raízes e às redes de solidariedade acabou cobrando um preço alto pela liberdade subjetiva, impondo uma nova forma de sujeição às leis impessoais e incontroláveis da valorização do capital. A economia capitalista progressivamente produziu transformações sociais no espaço das relações de mercado e no espaço da soberania política. Contudo, segundo os autores, havia, antes do século XX, uma independência, ainda que relativa, dos instrumentos, regras e normas morais, religiosas, políticas, econômicas, intelectuais etc., que asseguravam a existência de dois discursos distintos sobre o homem: aquele do cidadão dotado de direitos e outro referente ao homem econômico guiado pelos seus interesses. Ou seja, havia dois discursos disputando legitimidade, o homem como fim e o homem como meio. Porém, os avanços das ideias neoliberais mudaram radicalmente esse quadro, promovendo a supremacia quase que absoluta do segundo discurso sobre todas as esferas e suas instituições correlatas.

Não que não houvesse um esforço no utilitarismo clássico para que, através do princípio da eficácia, o homem fosse unido em um só discurso e instituição totalizante. Mas a

⁶² A ética protestante que constituiu o espírito do capitalismo (ou a condição de possibilidade do fenômeno chamado capitalismo) valorizou o hábito do consumo ascético e da contenção de desperdício. Historicamente foi o processo de racionalização econômica que levou à eliminação do desperdício dos recursos (inclusive humanos) quando o propósito do esforço humano deixou de ser considerado apenas para fins de produção e passou a ser o dever de trabalhar.

⁶³ Segundo Foucault (1988), o conhecimento científico produz “verdades” relacionadas às técnicas particulares que os seres humanos utilizam para entenderem a si próprios. O autor classifica essas técnicas, a partir da racionalidade prática de cada uma, em quatro grupos principais: tecnologias de produção, tecnologias dos sistemas de signos, tecnologias de poder e tecnologias de si. Os quatro tipos de tecnologias operaram geralmente em conjunto, apesar do fato de cada uma delas se referir a um sistema específico de dominação. Mas o que todas elas têm em comum é o objetivo de modificar e adestrar os indivíduos a fim de que se tornem recursos mais rentáveis ao sistema capitalista. Foucault se interessou, especialmente, pela tecnologia de poder e pela tecnologia de si, observando que a ação conjunta e interativa entre essas duas técnicas formam o que o ele chamou de governamentalidade (p.18-19).

norma da eficácia econômica era contida pelos discursos heterogêneos e o sujeito produtivo da sociedade industrial ainda não apresentava uma economia psíquica tão homogênea como apresenta agora o indivíduo da sociedade⁶⁴ neoliberal. Segundo Dardot e Laval, hoje a eficácia passou a ser o princípio de condução da vida que se fundamenta em torno da empresa.

A lógica neoliberal que, de acordo com esses autores, se impôs ao mundo moderno, vem sendo gestada desde o início do século XX. Ela não apenas exerce seu poder para destruir direitos e instituições, como também ordena as relações sociais segundo os moldes do mercado, instituindo um universo de competição generalizada. Então, ocorreu uma radicalização do individualismo e o homem calculador e produtivo do capitalismo clássico se transformou no homem competitivo neoliberal.

A liberdade subjetiva alicerçada na ideia de contrato já continha aquilo que os autores denominam de “dispositivo de eficácia”, que atua principalmente através da tecnologia relacionada à própria dominação individual, o que Foucault (1988) chamou de governamentalidade, que contribuiu decisivamente para o desenvolvimento e sustentação da sociedade capitalista. Contudo, na sociedade neoliberal, esse dispositivo é desenvolvido de tal modo que passa a disciplinar não apenas o corpo, mas também as vontades do indivíduo. Trata-se de um arranjo de processos de normatização e técnicas disciplinares, que permanece oculto no discurso sobre a liberdade individual, uma estratégia sem estratégias (DARDOT e LAVAL, p.324) que atua diretamente educando o pensamento e o desejo. Agindo diretamente sobre a vontade, essa nova racionalidade faz crer que o desejo é completamente livre de coerções.

Isso acarreta sérias implicações sobre a atribuição de responsabilidades. Os dispositivos neoliberais atuam sobre a insegurança que é instalada gradativamente entre os assalariados através da subtração de direitos, das novas formas precárias e flexíveis de emprego que aumentam a dependência do empregado em relação ao empregador, da diminuição das proteções e das solidariedades coletivas, da corrosão dos salários, o que leva frações inteiras das classes populares ao empobrecimento. Trata-se de uma lógica que se retroalimenta, reproduzindo indivíduos que cada vez mais têm que competir entre si e, como

⁶⁴ Os autores preferem o termo “sociedade neoliberal” em vez de “política neoliberal”, por entenderem que o capitalismo atual não é apenas um modo econômico de produção, que se apoiaria em um movimento natural da economia ou simplesmente consequência necessária das leis de acumulação. Ele é fundamentalmente um complexo econômico-jurídico orientado para sua própria sustentação e desenvolvimento (DARDOT e LAVAL, 2016, p.26).

consequência dessa competição extremada, as condições vão se tornando ainda mais duras e perenes. O sujeito fica à mercê das flutuações do mercado sob um discurso que naturaliza o risco.

Esse fato tem consequências também para a subjetividade, pois o indivíduo é obrigado a adaptar-se a condições cada vez mais duras, em um mercado de trabalho flexível, precário e fluido. O sujeito tem que estar apto a vencer a imprevisibilidade e as adversidades, aprimorando-se e se reinventando a cada momento. A mesma lógica competitiva das empresas passa a gerir a vida das pessoas: o trabalhador se transforma em uma empresa, uma espécie de empreendedor de si mesmo. O trabalho passa a ser o veículo privilegiado de realização pessoal, garantindo autonomia e liberdade na medida em que é tido como a melhor maneira de exercer nossas disposições continuamente aperfeiçoadas.

Se, antes, a força de trabalho do indivíduo era a mercadoria, hoje, concebido como capital humano, o próprio indivíduo passa a ser a mercadoria. Para garantir a empregabilidade em um mercado completamente instável, ele tem que ser proativo, autônomo e adaptar-se à realidade sobre a qual ele não tem nenhum controle.

[...] o sujeito deve cuidar constantemente para ser o mais eficaz possível, mostrar-se inteiramente envolvido no trabalho, aperfeiçoar-se por uma aprendizagem contínua, aceitar a grande flexibilidade exigida pelas mudanças incessantes impostas pelo mercado. Especialistas de si mesmos, empregador de si mesmo, inventor de si mesmo, empreendedor de si mesmo: a racionalidade neoliberal impele o eu a agir sobre si mesmo para fortalecer-se e assim sobreviver na competição (DARDOT e LAVAL, 2016, p.330-331).

E, como tudo nos parece ser livre escolha individual, em um mundo globalizado, competitivo, fluido, intangível, impossível de ser controlado, onde não há um centro de direção, a ideia de responsabilidade individual é reforçada. Passamos a nos sentir os únicos responsáveis por nossos destinos: nos responsabilizamos pelas dificuldades econômicas e nos inculpabilizamos por nossas escolhas e fracassos. É a partir da mesma racionalidade que a distribuição dos recursos econômicos e das posições sociais é concebida exclusivamente como consequência daquilo que cada um escolheu fazer da sua vida. Na sociedade da individualização radical, todas as formas de crise são percebidas como crises individuais e todas as desigualdades são atribuídas à falta de responsabilidade do indivíduo (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 348). Todas as formas de desigualdades, como classe social, gênero ou etnia, são apagadas, desde que tudo passa a depender apenas das escolhas de indivíduos livres e autônomos. E, desde que capacitados fisicamente, todos são percebidos como iguais no jogo competitivo.

Assim, o discurso neoliberal que se tornou uma *doxa*⁶⁵ é incorporado pelos pesquisados, reforçando o sentimento de culpa e autorresponsabilidade, quando se referem, por exemplo, a sua baixa escolaridade ou à falta de uma boa qualificação profissional. Em outro sentido, as políticas públicas voltadas ao reparo das desigualdades sociais não são bem avaliadas por eles. No entanto, o que poderia vir a ser entendido simplesmente como uma contradição deve, de fato, ser examinado mais atentamente a partir da própria lógica de um discurso que pretende igualar a todos, apagando ou subestimando as diferenças estruturais de acesso aos recursos que possibilitam o auto aperfeiçoamento, seja comportamental, técnico ou intelectual. Isso tem a ver com o fato de que o discurso neoliberal não reconhece a existência das classes sociais, porque, ao promover a individualização radical, esse discurso se abstém de classificar e, assim, identificar as pessoas com as suas faltas estruturais. Esse mecanismo se reflete tanto nas avaliações que fazem os pesquisados quanto em suas práticas, sob dois aspectos que explico a seguir.

O primeiro deles diz respeito à impossibilidade de transformar as próprias condições estruturais nas quais estão inseridos, pois eles se veem diante de um mundo sobre o qual não têm qualquer controle ou chance reais de mudar, assim “[...] o domínio de si mesmo coloca-se como uma espécie de compensação ao domínio impossível do mundo [...], obrigando o indivíduo a ser [...] o melhor, senão o único “integrador” da complexidade e o melhor autor da incerteza” (DARDOD e LAVAL, 2016, p. 342). Dito de forma bem direta, o discurso neoliberal dominante, ao fazer crer que só depende do indivíduo, joga uma luz de esperança, ainda que totalmente ilusória, sobre a falta de oportunidades e de recursos na qual ele está imerso, em se tratando, é claro, de pessoas das classes populares. Isso se torna a melhor escolha, porque a outra possibilidade seria o indivíduo se apegar às suas condições totalmente desfavoráveis para justificar a sua inércia e acabar sucumbindo à desgraça. Esse discurso concede ao indivíduo ao menos alguma possibilidade, dizendo que ao acreditar em si mesmo, é possível ser mais forte do que as circunstâncias. Portanto, ou o indivíduo acredita nesse discurso, ou ele se entrega às circunstâncias e se transforma ou em um marginal ou em um miserável, enfim, em uma pessoa sem qualquer possibilidade de valor e de autoestima.

⁶⁵ O sentido do termo “*doxa*” que utilizo aqui é aquele atribuído por Bourdieu (2001), que ao invocar a oposição entre *doxa* e ideologia se propôs a explicar a diferença entre as ideias que são tidas como autoevidentes ou pré-reflexivas, daquelas ideias que guiam conscientemente as nossas ações: “Se aos poucos fui banindo o emprego da palavra ‘ideologia’, não é somente em razão de sua polissemia e dos equívocos daí resultantes. Ao evocar a ordem das ideias, bem como da ação pelas ideias e sobre as ideias, esse termo tende a cancelar um dos mais potentes mecanismos de manutenção da ordem simbólica, qual seja, a dupla naturalização que resulta da inscrição do social nas coisas e nos corpos (tanto dos dominantes como dos dominados)” (BOURDIEU, 2001, p. 220).

Outro achado no caso estudado está associado ao fato de que, ao igualar a todos, o discurso neoliberal promove o distanciamento da identificação do pobre com qualquer tipo de inferioridade ou determinismo relacionado às condições de existência. Portanto, não se trata apenas da crença gerada por esse discurso, que afirma existirem possibilidades “reais” dos pobres passarem a fazer parte do mundo dos estabelecidos, conquistando por si mesmos o valor e o reconhecimento social. Isso ocorre porque, ainda que essa crença jogue uma luz de esperança ilusória sobre eles, a própria crença em si e os valores que ela encarna se configuram de antemão como valores morais “superiores”, os quais são utilizados para separar os “bons” dos “maus” pobres. Significa que a simples identificação com os valores percebidos como legítimos e superiores já se configura como mecanismo de distinção entre os pesquisados.

4.3.1 O pobre “dependente” nas relações estabelecidos-outsiders

Em virtude das expectativas em relação à escola e da necessidade de trabalhar cedo por conta da insuficiência de recursos econômicos, o mais comum foi os pesquisados começarem a se relacionar com a atividade produtiva logo na infância ou na adolescência. Isso pode explicar em parte a força do *ethos* ligado ao trabalho entre as classes populares. Mas, o que parece também constituir esse *ethos* seria a necessidade de construção da identidade de trabalhador em oposição a categorias socialmente desvalorizadas e estigmatizadas, como o pobre dependente, o miserável, o bandido ou o marginal, desde que a condição de trabalhador pareça ser a maior fonte de dignidade para muitos dos pesquisados. Essa também foi a percepção de Zaluar que estudou, na década de 1980, trabalhadores pobres de um bairro periférico da cidade do Rio, a Cidade de Deus.

A identidade de trabalhador, que é parte de um caleidoscópio de inúmeros arranjos possíveis, tem inúmeras refrações em torno de uma característica central. [...] a oposição mais recorrente que os trabalhadores faziam para se distinguir era com o “bandido” [...]. Sempre que, na sua fala, o contexto é a família como unidade de renda ou, mais raramente, a produção, a identidade acionada é a de trabalhador. Quando quem fala é adulto, homem ou mulher, o termo trabalhador é sempre dito com orgulho, se a fala é autorreferida, ou com uma ponta de respeito, se a fala se refere a outrem (ZALUAR, 2000, p. 87-88).

Por isso, o desemprego é o maior fantasma e grande fonte de angústia. Ainda que a questão da sobrevivência seja óbvia, o aspecto simbólico do desemprego também provoca muito sofrimento. Pedro fornece um bom exemplo do que acabo de dizer:

Aí tinha o pai de uma amiga minha que passava, me via e falava: “– O fiscal... O fiscal...”. E eu sempre levei na brincadeira, eu achava que levava isso na brincadeira. Ele estava falando é que eu era fiscal da natureza, não fazia nada pra ninguém, está entendendo? Então as pessoas começaram me ver como um cara velho e vagabundo que não fazia nada pra ninguém, mas não sabiam que eu estava procurando emprego. Eu não estava ali porque eu queria, eu estava querendo um emprego (Pedro, pardo, 29 anos, casado, promotor de vendas).

Comentários depreciativos que acabam se transformando em fofoca entre os vizinhos, segundo Elias e Scotson (2000), podem se configurar como um mecanismo que serve tanto para reforçar a coesão existente em um determinado grupo quanto para excluir aqueles que não seguem as regras e normas que constituem o motivo de orgulho e superioridade desse grupo. Enquanto a fofoca elogiosa reforça as qualidades e atributos positivos que dão orgulho e um sentido de superioridade ao grupo, as fofocas depreciativas sinalizam que um de seus membros está ameaçando a coesão grupal ao ferir alguma norma. Ainda segundo os autores, quanto mais inseguro for o grupo a respeito de seu valor social e quanto menos controle o grupo tiver sobre as circunstâncias do mundo, mais inseguro ele se torna e mais atados ficam seus membros à rigidez doutrinária (p.125 – 126). Portanto, dentro de um mesmo grupo social as pessoas também são vigiadas por seus iguais e obrigadas a se adequar às expectativas sociais referentes a formas de comportamento desejáveis. Isso significa que as pessoas estão sujeitas à violência simbólica praticada por pessoas do seu próprio grupo social, e esse parece ter sido o caso de Pedro.

A partir das constatações de Elias e Scotson, é possível deduzir que o que de fato incomodava Pedro em relação aos comentários maliciosos de seu vizinho é que esses sinalizavam que ele não estava se comportando à altura dos padrões de honradez e de respeitabilidade dos estabelecidos das classes populares. Estes seriam os pobres “responsáveis”, identificados com a figura do trabalhador honesto e, portanto, durante os dias de semana, supõe-se que estejam trabalhando, lutando pela sobrevivência, e não se comportando como um outsider que não tem o que fazer. Os comentários maldosos do vizinho sinalizavam a Pedro a possibilidade de desclassificação e provável exclusão do grupo dos pobres respeitáveis. E isso atingia diretamente o seu sentimento de autoestima.

Outro exemplo relacionado à importância da figura do trabalhador para a constituição da identidade social é fornecido por Jorge, que acredita que a polícia teria toda razão em suspeitar dele, caso chegasse em sua casa durante o dia e o encontrasse por lá, sem fazer nada.

É horrível ficar sem trabalhar. Aí quando vem a polícia no morro numa tremenda segunda-feira e você dentro de casa? Pô! Vai caçar alguma coisa (Jorge, preto, 31 anos, separado, carregador de caminhão).

Para Jorge, preto, pobre e morador de favela, a constituição da identidade de trabalhador está associada ao aspecto simbólico do reconhecimento por uma dupla necessidade. Pois, nesse caso, a desclassificação social não implicaria somente no sentimento de vergonha, colocaria também em risco seus direitos como cidadão no que se refere à atuação violenta da polícia sobre aqueles pobres moradores de favela suspeitos de serem outsiders fora da lei⁶⁶. Justamente pelo fato de ser preto e morador de favela, Jorge corre o risco de ser estigmatizado pelas falsas generalizações que são produzidas socialmente, as quais atribuem aos tipos sociais como ele certa propensão à criminalidade. Torna-se claro que esses estigmas legitimam para toda a sociedade e, inclusive para os próprios pobres, as práticas policiais arbitrárias dirigidas aos pobres favelados e, especialmente, aos pretos.

Já Irene, que à época das entrevistas apresentava problemas físicos que a impedia de ficar longas horas em pé, como era exigido na atividade desempenhada por ela como copeira, deseja muito voltar ao trabalho. Ainda que o seu desejo tivesse a ver com questões econômicas, ela também expressou o quanto o trabalho tem um significado simbólico para ela.

Meu trabalho é pra mim não me sentir tão inútil. Porque você faz todo o seu trabalho de casa, mas você vê as pessoas indo e voltando do trabalho, então a gente se sente assim inútil. Eu me sinto assim, inútil. Então meu trabalho pra mim agora seria gratificante. Eu tenho que voltar a trabalhar, eu tenho que me sentir viva (Irene, preta, 53 anos, casada, copeira).

Fez parte desta pesquisa também a opinião das pessoas sobre o Programa Bolsa Família (PBF). O resultado foi que a maioria dos entrevistados não vê com bons olhos e sem muitas críticas esse tipo de política social. Poderia ser esperado que essas ações de cunho distributivo, cujo objetivo é corrigir desigualdades econômicas, fosse bem avaliada pelo segmento estudado. Mesmo porque alguns dos pesquisados foram diretamente beneficiários ou têm parentes muito próximos que já receberam ou ainda recebem o benefício do programa. Mas, aquilo que pode parecer uma contradição à primeira vista, relacionada à necessidade material, de fato, revela muito sobre as necessidades simbólicas e os artifícios utilizados pelos pesquisados no sentido de obterem valorização social. Acredito que o significado simbólico

⁶⁶ Conforme foi relatado por Jorge e por outros moradores de favelas, a respeito do assassinato de pessoas dessas localidades pela polícia, sem comprovação da participação delas em atos considerados ilícitos.

do trabalho para as pessoas das classes populares esteja implicado na rejeição demonstrada ao PBF, que é interpretado por eles como um “benefício” recebido sem que o receptor tenha trabalhado para merecê-lo.

O PBF é percebido como um perigo do vício à dependência, pois negaria o *ethos* do trabalhador, e essa é uma das justificativas que confirma a má vontade deles em relação ao programa.

Eu não sou a favor. Eu moro em comunidade, né? Então quem mora em comunidade está à frente de tudo, né? Da realidade da vida. Então muitas se aproveitam, muitas e muitas (ênfase). É uma facilidade, convivi com aquilo ali, uma Bolsa Família de 200 reais. Então o que é 200 reais? Então hoje come com os 200 reais e amanhã você não vai comer nada. Você sai de porta em porta pedindo, é tão feio! (Ana, preta, 44 anos, viúva, faxineira/cuidadora de idosos).

Tem pessoas que se acomodam, né? Por exemplo, aqui onde eu moro, a maioria não paga água, não paga luz, a casa, as pessoas não pagam, não é alugado, porque isso aqui foi invadido. Então não paga luz, não paga água, nem moradia, então, vai precisar do quê? Então vai precisar do dinheiro só para quê? Pra comer, calçar e vestir. Então a pessoa acaba se acomodando, ela pensa: “– Eu tenho pra vestir e pra comer, eu tenho um arroz e um feijão, eu tenho um dinheirinho pra comprar uma pecinha de roupa, eu tenho um dinheirinho pra dar um passeio quando eu quiser.” Então a pessoa acaba se acomodando. [...] Porque o Bolsa Família por si só não está capacitando em nada, ele está só botando as pessoas assim: “– Vou lá no final do mês, pego meu dinheiro, pago meu Nextel, tomo minha cervejinha e tá bom, vou vivendo do jeito que dá”. [...] “– Ah! Não vou trabalhar pra ganhar mil reais”. Como assim não vai trabalhar pra ganhar mil reais?! Por quê? Porque o governo está dando, porque eu ganho 400, 500 reais sem fazer nada. Pra que eu vou trabalhar, pra que eu vou trabalhar de segunda a sexta, pra que eu vou trabalhar de segunda a sábado pra ganhar por mês uma quantia, não vou. Eu estou ganhando de graça, ali? (Nara, branca, 32 anos, separada, agente de saúde).

Marins (2017), em estudo realizado em uma cidade da região metropolitana do Rio de Janeiro com beneficiárias, não beneficiárias e agentes institucionais envolvidos no PBF, constatou a existência de duas categorias formuladas a partir da percepção dos pesquisados: a do “pobre acomodado” e o do “pobre que corre atrás”. Os primeiros, segundo os pesquisados por Marins, teriam como característica “natural”, ou seja, da própria “índole”, a disposição para agir e vencer as adversidades, em oposição ao “pobre acomodado”, aquele que não possuiria uma personalidade proativa e disposição para o trabalho (p.225). Isso significa que os impedimentos estruturais não são valorizados ou levados em conta. As circunstâncias desfavoráveis são naturalizadas como obra do destino e a responsabilidade pela situação de pobreza é individualizada e atribuída à falta da força de vontade pessoal necessária para vencer os obstáculos da vida.

A associação entre o PBF e o suposto vício à dependência ou o parasitismo social de seus beneficiários alimenta o sentimento de superioridade entre os “bons” pobres autônomos,

tanto quanto gera neles o sentimento de desprezo em relação aos “maus” pobres dependentes, desde que uma das principais, se não a principal fonte de respeito entre eles, está relacionada ao trabalho. Essa miopia em relação às desigualdades é sustentada pela crença generalizada no discurso dominante que perpassa todas as classes sociais. O desprezo à dependência está relacionado à ideia de que a pessoa acomodada reduz o que há de mais humano nela, a vontade de agir sobre o mundo e transformá-lo, além de estar colaborando para o desperdício e a não eficácia dos recursos, nesse caso, o próprio “capital humano”. Afinal, o dependente também não estaria ativando o seu talento particular em prol da reprodução da sociedade.

Outro tipo de estigma que recai sobre as beneficiárias do PBF diz respeito à falta de caráter e a propensão à corrupção. Um exemplo disso é a crença de que algumas mulheres colocam mais filhos no mundo, agindo de forma irresponsável, para aumentar o valor do benefício.

Tem que ter uma pesquisa maior para ver quem realmente precisa. E não tem que dar Bolsa Família para uma mulher que tem cinco filhos e que vai engravidar de novo a qualquer momento. E também para aquela “novinha” que não está nem aí se vai engravidar ou não. Elas bebem, elas fumam, não estão nem aí, não sabem o significado da palavra respeito. Elas ficam com homens casados. [...] Por isso elas fazem mais filhos, para ganhar mais. Tem uma moça aqui no prédio, uma “escurinha” que morou aqui no meu prédio, no mesmo andar, ela tem oito filhos, todos pequeninhos. Se ela tiver 30 anos é muito! (Débora, mãe de Gabriel, branca, 47 anos, separada, desempregada).

E por isso que no Brasil tem esse monte de vagabundagem. Uma vez eu fui tirar meu benefício no Banco do Brasil, e tinha lá aquelas mulheres de shortinho, falando: “– Ah! Meu Bolsa Família! No ano que vem eu vou ter outro filho, para ter mais um Bolsa Família”. Então, este tipo de pessoas assim vai produzir o quê no Brasil? (Irene, preta, 53 anos, casada, copeira).

Relatos de humilhação vividos ou presenciados nas filas e no momento da retirada do benefício do PBF em agências bancárias ou agências lotéricas, onde é possível sacar o dinheiro, também foram ouvidos por Marins (2017). As ofensas parecem ter semelhança com aquilo que pensam Débora e Irene, e apontam para o fato do dinheiro ser recebido sem ganho e sem esforço por mulheres consideradas inconsequentes. A violência da humilhação pública (GOFFMAN, 1982) pode ser entendida, nesse caso, como expressão do desprezo que, ao ser objetivado publicamente, configura-se como uma expressão fenomênica da distinção simbólica “nós” x “eles”.

Outro exemplo da suposta falta de caráter das beneficiárias do PBF é a crença de que algumas mulheres cadastram como seus os filhos de outras, para também obterem vantagem.

Agora tem muitas lá que se aproveita, bota lá quem nem filho dela é pra ganhar o Bolsa Família, bota duas vez mais, então isso está errado. A mãe tem cinco filho, tem que cadastrar os cinco e ganhar o que é justo. Agora botar sobrinho, botar primo para ganhar mais, está errado. Eu não conheço ninguém que faz isso, mas eu tenho um amigo meu lá na Bahia que conhece, ele que me falou (Francisco, branco, 52 anos, separado, faxineiro).

Uma espécie de determinismo cultural brasileiro que diz respeito à ideia de que o povo gosta de levar vantagem em tudo também é invocado para justificar a rejeição ao programa. Segundo Pedro, as pessoas não dispensariam a oportunidade de ganhar dinheiro “sem fazer nada”, ainda que não precisem disso, porque, de acordo com ele, as pessoas “não vão querer perder uma boquinha” e, por conta disso, acabam elegendo corruptos.

Como o recebimento do benefício é relacionado à falta de atributos morais, por exemplo, a força de vontade individual, ele também pode associar a receptora a outras espécies de estigmas, como aqueles relacionados a formas de vícios pessoais. Foi frequente, nesses discursos, alguma história de beneficiária, conhecida ou não, que era considerada indigna de receber a assistência porque costumava gastar o que recebia de forma “indevida” com cigarros ou bebidas.

Conheço quem usa o dinheiro para outras coisas, para beber, para fumar, aqui tem isso. Tem pessoas que usam para outra coisa. Não para se alimentar, para cuidar das crianças, existem vários casos. Minha mãe precisa, ela não bebe, não fuma, não tem nenhum vício, ela realmente precisa, mas tem outras pessoas que usam para isso (Bianca, 23 anos, preta, separada, desempregada).

Bianca considera justa a ajuda a mulheres necessitadas como à sua mãe, pobre, mas correta. Correta porque, além de trabalhadora, não bebe, não fuma, não tem nenhum vício. Por outro lado, ela considera injusta a ajuda a outro tipo de mulheres, as irresponsáveis, pois desviam, para finalidades nada honrosas, um dinheiro que desde sempre tem sua finalidade traçada moralmente.

Não é que o PBF seja de todo rejeitado: alguns pesquisados acreditam que as beneficiárias não agem segundo os padrões morais relacionados à “boa” utilização do benefício, pois deveria ser evitada a distribuição de valores em espécie, optando-se pela distribuição de vales estritamente direcionados para a compra de alimentação e gás.

Acho bom. Ajuda mesmo. Se bem que tem gente que aproveita. Teve uma época que minha mãe ganhava o “cheque cidadão”, não sei se você já ouviu isso. Só podia usar no mercado e não podia comprar nem cigarro e nem bebida, acho que é legal, mais do que dinheiro. Acho que, se fosse um cartão para mercado como era o cheque cidadão, seria melhor (Bianca, 23 anos, preta, separada, desempregada).

Eu acho que o Bolsa Família não deveria ser em dinheiro, mas em tickets para fazer uma boa compra que dura um mês [...] (Débora, mãe de Gabriel, branca, 47 anos, separada, desempregada).

Outros entendem que o benefício só deveria ser concedido para as mulheres que vivem em situação de absoluta miséria e/ou sem condições de ganhar o próprio sustento. E essas seriam, por exemplo, as mulheres que vivem no Nordeste do Brasil, onde as condições climáticas não permitem o trabalho na lavoura e não há oferta suficiente de empregos em outras áreas. O benefício caberia, ainda, somente àquelas pessoas idosas (por exemplo, as avós) responsáveis pelo cuidado dos netos.

O benefício só seria legitimamente concedido àquelas pessoas que, mesmo querendo trabalhar, estariam totalmente impossibilitadas de fazê-lo. Ou àquelas pessoas que têm seu tempo comprometido pelo cuidado que dedicam a algum deficiente, pois elas não estão trabalhando porque não querem, mas porque ocupam seu tempo de forma considerada nobre.

Eu acho justo apenas para as pessoas mais idosas que estão com aquelas crianças ali, aí eu acredito que seria uma boa. Eu não acho justo uma pessoa jovem, que está ali com saúde, não ir atrás de alguma coisa, ficar ali prostrada, recebendo, esperando cair do céu. Eu acho que não vale (Nara, branca, 32 anos, separada, agente de saúde).

Eu não sou a favor. Exceto para aquelas pessoas que realmente precisam entre aspas, porque não é todo mundo. Digamos que eu, Irene, meu filho tenha um problema muito grave, que nem essas crianças que nasceram com hidrocefalia por causa desse problema da dengue, essa mãe vai ter condição de trabalhar? Vai ter que cuidar do filho. Essas pessoas, eu daria uma Bolsa Família, pra essa pessoa. Eu acho que não deveria ter pra ninguém fora esses casos (Irene, preta, 53 anos, casada, copeira).

O que pode parecer apenas uma série de discursos moralistas sem conexão com a prática, no entanto, configura-se como um discurso que se realiza de fato, como pode ser conferido pelos exemplos dados por Irene e Nara. Irene afirmou que nunca solicitaria o PBF, e ainda se gaba do fato de nunca ter reivindicado pensão alimentícia de seu ex-marido para seus dois filhos mais velhos, que à época da separação eram ainda crianças. Irene parece não perceber ou não valorizar o fato de que as mulheres que exigem pensão dos ex-maridos estão, na verdade, reivindicando um direito garantido por lei. Ela demonstra ter incorporado o discurso de dominação dos homens sobre as mulheres (BOURDIEU, 2002)⁶⁷, assumindo toda a responsabilidade sobre a maternidade, como também percebe como qualidade moral diferencial a sua independência em relação ao ex-marido.

⁶⁷ Bourdieu (2002) trata da dominação masculina como uma forma particular de violência simbólica. A dominação e a violência contra a mulher estariam encobertas por representações e significações simbólicas de gênero, que justificariam e legitimariam esse tipo de dominação.

Ele vai ter que dar pensão pra mim porque ele separou de mim? Isso aí pra mim não rola. Isso é de mim e das minhas irmãs, que as minhas irmãs também não são assim. A gente fala: “– A gente tem dois braços e duas pernas e podemos trabalhar para sustentar os nossos filhos”. Quando eu separei do pai dos meus filhos, um tinha 8 e o outro 11 anos, e eu nunca botei na justiça. Eu estava numa situação muito complicada. Eu fui lá pra pegar um dinheiro pra comprar pão e leite pra os meus filhos e ele falou: “– Se vira, se você quiser, você que se vire aí”. Pra mim aquilo foi o fim da picada. Não, eu não preciso disso, eu vou me virar, vou fazer faxina, vou fazer uma limpeza numa casa, como eu fiz bastante, e não vou depender de dinheiro dele pra nada, como não dependo até hoje. Nunca peguei nada dele e isso pra mim é o fim da picada. Sei lá, mas eu me sinto tão mal. Parece que você está pedindo uma esmola, vamos dizer assim, né? Tinha caso de amigo dele (marido) que tinha que comer no trabalho pra poder pagar pensão. Eu é que não vou botar meu marido na justiça pra poder pegar dinheiro para o meu filho, nunca (Irene, preta, 53 anos, casada, copeira).

Apesar de todas as dificuldades pelas quais passou, Irene utiliza o fato de não ter solicitado pensão alimentícia para os filhos como comprovação de sua dignidade moral. Ela também transforma uma característica socialmente adquirida em algo natural, quando afirma que é dela (da sua natureza) e das irmãs (como se fosse uma herança biológica), a qualidade de não gostar de depender de ninguém. Segundo Elias e Scotson (2000, p. 35), a atribuição à natureza ou aos deuses, tanto de qualidades depreciativas (estigmas) quanto de qualidades valorizadas socialmente, serve para encobrir os diferenciais de poder que existem entre os grupos sociais. Irene não possui um grande diferencial de poder em relação às outras mulheres da sua classe social; no entanto, ela reproduz a mesma lógica dos grupos dominantes, que se percebem “naturalmente” superiores aos pobres. A diferença é que as classes mais abastadas naturalizam as desigualdades, entre outros motivos, para justificar o acesso privilegiado às oportunidades de vida, negando as diferenças estruturais. Irene faz a mesma coisa, mas o faz para justificar a si mesma e aos outros o seu valor social.

Nara fornece outro exemplo de moralidade prática. Mesmo pobre e lutando sozinha para criar os três filhos, ela, que já foi beneficiária do PBF me explicou que, assim que conseguiu o emprego como agente de saúde, cancelou por conta própria o benefício. Nara fez questão de lembrar que são poucas as pessoas que agem como ela, que correm atrás de um emprego quando estão ganhando “sem fazer nada”, e que se desligam do programa por conta própria. Ao acentuar o fato de ter procurado e conseguido um emprego enquanto era beneficiária e depois ter aberto mão do benefício, Nara pretende, na verdade, marcar a distinção que a separa das mulheres que se acostumam com a dependência, daquelas mulheres que não têm as mesmas qualidades superiores às suas, como força de vontade, autonomia e honestidade.

Marins (2017) percebeu em relação ao PBF que o fornecimento do benefício só é considerado legítimo quando a pessoa que o recebe passa fome: somente nesse grau de necessidade a pessoa poderia solicitar o auxílio, porém, tendo em mente que o recurso deve ser aproveitado apenas para tirá-la da situação de dependência (p. 205). Já aqueles que não passam fome e solicitam o benefício são considerados “aproveitadores” e, por esse motivo, a autora encontrou mulheres das classes populares que poderiam solicitar o benefício, mas não o fazem por questões morais. Temos aí, então, outro exemplo da moral se realizando na prática.

O que fica claro é a valorização do *ethos* do trabalho, pois a ajuda material não pode ser simplesmente dada sem que nada seja exigido em troca. Ela deve ser obtida através do esforço pessoal. Do contrário, a pessoa que o recebe corre o risco de ser identificada como uma pessoa indigna de respeito.

Rego e Pinzani podem ajudar a reforçar ainda mais essa ideia. Elas entrevistaram beneficiárias do PBF na região Nordeste do país. A partir das respostas das próprias beneficiárias, as autoras contam que, quando questionadas sobre se gastavam o dinheiro do benefício com algo não relacionado à alimentação ou ao material escolar, as mulheres respondiam em tom quase confessional sobre outros tipos de compras e demonstravam um visível sentimento de culpa quando diziam ter comprado para si um batom ou um creme para o cabelo (REGO & PINZANI, 2013, p. 198). As autoras interpretaram esse sentimento como ligado a uma espécie de moralidade em relação às despesas domésticas, o que Zelizer (2011) chama de *morality of spending*, abarcando a ideia de que alguns tipos de gastos são mais legítimos que outros, o que remete à condenação utilitarista do desprezo ao desperdício. Utilitarismo, diga-se de passagem, que não considera as “necessidades” subjetivas e simbólicas dos atores sociais. Eu arriscaria dizer que, para além da moralidade com o gasto, estaria a moralidade relativa à qualidade do dinheiro. O dinheiro recebido como benefício social seria considerado inarticuladamente, do ponto de vista moral, de uma espécie diferente daquele recebido como fruto do esforço próprio, obtido por meio do trabalho.

Outro dado que reforça a ideia de que o preconceito em relação ao PBF está ligado à centralidade do trabalho nas classes populares é o fato de que alguns dos pesquisados acreditam que a melhor forma de ajudar o pobre é capacitando-o.

O Bolsa Família não dá garantia de emprego. A pessoa fica a vida toda ganhando o Bolsa Família sem trabalhar, porque sabe que vai ter o Bolsa Família. Se o Bolsa Família tivesse um programa de qualificação pra todo mundo, igual tinha antigamente no SENAI e no SENAC, hoje em dia não tem mais, mas você entrava

no curso e você já saía do curso empregado. Eu acho que seria mais válido do que o Bolsa Família. Não adianta você fazer um programa social que você não vai dar o futuro pra essa pessoa. Você sabe que vai receber aquele dinheiro todo mês, aí as suas contas já estão em cima daquele dinheiro, pra que você vai procurar emprego? Aí você começa a trabalhar de biscate para ganhar um dinheirinho a mais e tentar completar essa renda do Bolsa Família. Pra que você vai querer ter emprego regular? Pra que você vai procurar uma qualificação melhor? (Isabel, parda, 38 anos, casada, desempregada).

O que a exposição acima revela é que as manifestações negativas sobre o PBF se configuram como um tipo de manifestação fenomênica do sistema de relação estabelecidos-outsiders que eu venho apontado ao longo deste trabalho. Nas declarações dos pesquisados, fica claro que eles não são contra a ação do Estado. Um bom exemplo se encontra no caso de Isabel, no qual se percebe que ações estatais voltadas ao aperfeiçoamento individual destinado ao trabalho são bem recebidas. Isso se casa com a incorporação das ideias neoliberais citadas anteriormente, quando o aperfeiçoamento pessoal ou “as técnicas de si” são percebidos pelos pesquisados como um caminho mais coerente do que a ajuda material do Estado.

Desse modo, compreendo que todo atalho ou desvio em relação àquilo que se acredita ser uma fonte de motivação para seguir em frente e de reconhecimento social corre o risco de ser condenado. É por esse motivo que ações como o PBF podem não ser bem aceitas entre os pobres, que, apesar de necessitarem de ajuda material, precisam também resguardar as suas fontes simbólicas de autoestima e reconhecimento social. Políticas públicas desse gênero correm o risco de serem compreendidas como negação do *ethos* do trabalho. Um *ethos* tão importante para os pobres, porque não é apenas considerado a forma mais legítima, ele se apresenta como a única forma da qual eles podem lançar mão se quiserem obter alguma legitimidade e respeito social.

Políticas públicas dessa natureza podem colocar em dúvida fontes morais que são fundamentais para a motivação dos pobres, os quais são confrontados diariamente pela dureza do esforço físico que tem que desempenhar em atividades que geralmente estão ligadas ao uso do corpo, pelos longos trajetos que são obrigados a percorrer todos os dias entre a casa e o local de trabalho, pelas más condições de moradia, pelo baixo poder de compra do salário, entre outras dificuldades.

Isabel novamente ilustra muito bem o que acabo de dizer. Ela explica como é difícil resistir às duras circunstâncias às quais os pesquisados estão submetidos continuamente na luta contra o rebaixamento social:

Eu sou muito sonhadora, às vezes eu idealizo. Eu entrei na central de táxi achando que era uma coisa e quando eu sentei lá e fiquei uns dois ou três meses e vi que era

outra. [...] (Ela imaginava que) “– Com o meu curso de inglês eu vou entrar na empresa, aí eu vou subir e trabalhar como secretária”. Mas nada disso aconteceu. Eu continuei como operadora lá, atendendo telefone como todo mundo. O que faz para uma pessoa ser valorizada no serviço? O que faz estimular ela a ir trabalhar? Eu levantava às 4 horas da manhã, eu olhava para o teto e me perguntava: “– O que eu estou indo fazer neste trabalho?”. A pessoa além de ser desvalorizada é invisível, não ganha mais, não é respeitada como profissional. Aí você pensa: “– Vou me especializar e vou fazer uma faculdade de administração. Vou trabalhar diretamente com o presidente da cooperativa. Caramba, vou ser também da administração da cooperativa!”. Não tem isso. A pessoa não se sente capaz de ir além, fica travada, parece que é só aquilo, sabe? Eu vi um vídeo da Cia da Comédia que no final o cara acaba sendo um peso de papel. É como se a gente fosse só um peso de papel. Se sente invisível. Aí eu penso que o mundo hoje está uma droga. Então, o ser invisível é que, por mais que você faça, por mais que você se dedique em alguma coisa que você acha que está ajudando a empresa, ninguém tá vendo isso. Ninguém tá vendo seu esforço. Ninguém tá vendo você sair de madrugada e quase ser assaltada de madrugada na rua, ninguém tá vendo que você nem vê seu filho acordar quando você sai de casa, ninguém tá vendo isso. E você tentando ajudar a empresa (Isabel, parda, 38 anos, casada, desempregada).

Apesar de se empenhar, tentando se aperfeiçoar como reza a cartilha do dispositivo da eficácia pessoal, Isabel não colheu os frutos desejados. Como ela bem pontuou, “O que faz uma pessoa ir trabalhar” diante de tantas negativas? O que alimenta a esperança dos “bons” pobres, de que com esforço e trabalho honesto um dia eles poderão ocupar as posições de trabalho que hoje pertencem à classe média pequeno-burguesa estabelecida? Para responder essas perguntas, é preciso lembrar que os pesquisados não têm muitas alternativas a não ser se apegarem à ideia de mérito e seguir lutando contra o rebaixamento social ou capitular de vez e ser rebaixado para o lado dos pobres outsiders, seja como peso de papel – miserável, inútil e dependente –, ou como marginal. Por isso, qualquer coisa que ponha em jogo a crença no mérito, por exemplo, receber dinheiro sem que essa “dádiva”⁶⁸ esteja relacionada ao esforço do trabalho, corre o risco de ser uma ação mal avaliada.

Mas há mais a ser dito sobre as políticas públicas direcionadas especialmente aos pobres: elas homogeneizam e cristalizam todos os pobres em uma única categoria. Elas contribuem para o apagamento das fronteiras simbólicas que distinguem os “bons” dos “maus” pobres. Elas podem reforçar os estereótipos e estigmas de inferioridade a eles imputados, principalmente através do discurso dominante calcado na ideia de autonomia e meritocracia. Elas podem transmitir a ideia de que os pobres em geral precisam delas porque

⁶⁸ A palavra dádiva foi propositalmente empregada no sentido que foi dado a esse conceito por Mauss (2003). O autor explica que, em muitas sociedades estudadas pela antropologia social, o ato de receber entre os seres humanos em sociedade, automaticamente implica uma dívida do receptor para com o doador. No caso aqui estudado, a dívida de quem recebe o benefício do PBF parece estar sendo paga com a perda da honra e do respeito social.

não são capazes por si próprios, confirmando a crença socialmente disseminada de que os pobres são naturalmente inferiores – sem força de vontade, dependentes, viciosos etc.

No entanto, é necessário esclarecer que esse tipo de discurso que discrimina e diminui os pobres não é acionado conscientemente por um grupo específico de pessoas mal intencionadas. Ele é fruto de uma figuração específica à modernidade neoliberal e do caminho que tomou o capitalismo. Ele é um discurso difuso, que acaba servindo para que a classe média estabelecida, por exemplo, afirme a sua superioridade humana em relação aos pobres. Bem como serve para que os “bons” pobres ou os pobres “de bem”, por sua vez, afirmem a sua superioridade em relação aos “maus” pobres. Porque ambos, a classe média e os pobres o incorporaram de tal maneira que esse discurso acabou sendo naturalizado e, desta forma, perdemos de vista que ele é consequência dos arranjos e construções sociais que os homens estabelecem entre si.

As lógicas que acionam esse discurso demonstram que a luta por posições sociais mais favoráveis que, no fim, acaba sendo uma luta dos grupos sociais por posições de poder (poder de ter mais acesso aos recursos escassos, poder de ter acesso aos direitos de cidadania etc) é uma luta que se estabelece entre todos os níveis da sociedade, até mesmo entre o grupo outsider aqui estudado.

4.4 A meritocracia nas relações estabelecidos-outsidere

Os pesquisados também opinaram em relação à política de reserva de vagas nas universidades públicas para pobres e pretos. As opiniões negativas e as justificativas apresentadas por eles também demonstram a força dos valores morais relacionados às práticas desses atores sociais.

A história da lógica do mérito pessoal ou da meritocracia está relacionada ao próprio desenvolvimento da sociedade moderna. Ela diz respeito em seus primórdios à ética puritana da eleição: somente aqueles que se dedicavam individualmente para a elevação do mundo terreno criado por Deus, em respeito à sua honra e glória, seriam os eleitos para a vida eterna no plano divino (Weber, 2003). A ética protestante ou o *ethos* do protestantismo⁶⁹ contribuiu para o desenvolvimento da modernidade capitalista ao colocar toda a responsabilidade pela condução da própria vida nos indivíduos. O que também mudou radicalmente a forma de

⁶⁹ Segundo Schluchter (2011, p. 302), Weber utiliza, em muitas ocasiões na sua obra “A ética protestante e o espírito do capitalismo”, o termo *ethos* em vez do termo ética. De acordo com Schluchter, *ethos se refere à ética praticada, ou seja, à conduta moral.*

atribuição de status social. Os privilégios, que na sociedade tradicional dependiam da posição social herdada, passaram a depender do desempenho pessoal nas várias esferas de atividades que os homens desenvolveram na modernidade.

Elias (2001) observa que o talento para ganhar dinheiro na sociedade do *Ancien Régime* era desprezado, o que causou a falência de muitos nobres e a ascensão nobiliárquica de muitos burgueses à época. Mas o avanço dos métodos racionais ligados à administração das finanças do Estado demandou cada vez mais a participação de pessoas com habilidades próprias a essa atividade, o que era mais comum de ser encontrado entre os burgueses. O que antes se restringia aos funcionários do Estado foi se expandindo como um princípio sociológico mais amplo para o resto da sociedade. O ideal de reformadores, como Thomas Jefferson, era “substituir ‘uma aristocracia artificial fundada na riqueza e no nascimento’ por ‘uma aristocracia natural’ (...) de valor e de gênio [a ser] obtida a partir de toda condição de vida” (SENNETT, p. 91).

Essa transformação só seria possível com uma mudança geral nas instituições, com o estabelecimento de concursos para a ocupação dos cargos e com a criação de instituições que treinassem as pessoas para os processos seletivos. As avaliações passaram a demandar um padrão objetivo institucional que não serviria apenas para classificar os mais aptos, como também para institucionalizar e justificar o fracasso.

As carreiras abertas ao talento passaram por uma espécie de alquimia social no iluminismo, de forma que mérito e talento tornaram-se sinônimos. A alquimia produziu o termo moderno “meritocracia”, cunhado pelo sociólogo britânico Michael Young [...]. A meritocracia habita o mesmo país linguístico da aptidão, fundindo motivação, desejo e atitude com coragem e habilidade (SENNETT, 2004, p. 118).

Havia por trás disso o propósito de construção do caráter pessoal. Pensava-se que se as demissões dos cargos ocupados estivessem baseadas em regras racionais que as justificassem. Isso promoveria maior eficiência, empenho e responsabilidade pessoal dos funcionários. A legitimidade da ocupação do cargo estaria de agora em diante determinada pelo mérito pessoal.

Além da burocratização das instituições, a especialização cada vez maior do trabalho contribuiu para que o talento individual se tornasse a medida, por excelência, da atribuição de valor social. A vida profissional se tornou então uma fonte de dominação, e o talento especializado na técnica, um tipo de saber cada vez mais valorizado. O conhecimento lógico e

sistematizado passou a ser aquele que se afina com o *self* procedimental do racionalismo moderno (TAYLOR, 2011).

O domínio da sociedade pela ciência, técnica e burocracia na modernidade tardia e suas consequências negativas foram tematizadas por muitos autores. O que assistimos em fins do século XX e início do século XXI é a exacerbação da valorização do conhecimento cognitivo institucionalizado frente aos saberes informais, o que levou Gorz (2005) a cunhar a expressão “sociedade do conhecimento” para se referir ao predomínio do trabalho intelectual sobre o trabalho produtivo de molde fordista. Antes de Gorz, Touraine (1970) e Bell (1974) já haviam alertado para o fato de que na sociedade pós-industrial o que triunfaria seria o trabalho baseado no conhecimento intelectual, técnico e de comunicação. Em outras palavras, o conhecimento técnico intelectual passaria a ser a bitola por excelência da avaliação pessoal. A predominância do trabalho que exige conhecimento técnico e científico e a redução dos postos de trabalhos tradicionais, por conta da crescente informatização dos serviços e a robotização da produção, resulta, atualmente, em consequências ainda mais nefastas para sociedades periféricas como a brasileira, nas quais o acesso ao conhecimento técnico legítimo sempre foi negado a um contingente muito grande de pessoas.

Em relação à distinção simbólica entre um tipo de trabalho que não exige nenhuma escolarização e outro, que exige uma formação técnica institucionalizada, ainda que ambas as profissões sejam socialmente desvalorizadas e mal remuneradas, temos o caso das profissões de empregada doméstica e de técnica em enfermagem. Esta última parece ser uma alternativa de ascensão profissional para muitas mulheres das classes populares como é o caso de Leda. Ela conta que foi através de muito esforço que, após a primeira separação, com filhos ainda pequenos, conseguiu conciliar os estudos que havia abandonado na adolescência com a sua atividade de empregada doméstica. E foi também com muito sacrifício e dedicação que ela conseguiu se formar como técnica em enfermagem.

Originária de uma cidade do interior da Bahia, Leda se mudou com os pais para Salvador ainda criança. Seus pais, ex-agricultores, depois de desempenharem várias atividades, conseguiram montar uma pequena mercearia na periferia de Salvador. Desde criança, Leda já ajudava no pequeno comércio da família e, por volta dos 14 anos, começou a trabalhar como babá, o que a levou ao abandono da escola.

Quando voltou a estudar, depois de se separar de seu primeiro marido, Leda sonhava em ter uma profissão que fosse mais valorizada do que a atividade de empregada doméstica. E, dentro do seu reduzido universo de possibilidades, a formação como técnica em

enfermagem foi aquela possível. Assim que concluiu o curso, Leda viu que era difícil conseguir emprego em Salvador; resolveu seguir os passos dos pais e das irmãs que haviam se mudado para o Rio de Janeiro alguns anos antes. Chegando ao Rio de Janeiro, ficou quase oito meses desempregada e aceitou trabalhar em outras atividades, até que conseguiu um emprego como enfermeira técnica em uma empresa de *home-care* para idosos. Ela disse com um orgulho evidente que já chegou a receber quase 4 mil reais por mês no atual emprego, emendando vários plantões seguidos.

Mas é justamente a distinção simbólica entre a profissão de empregada doméstica e de técnica em enfermagem, que se traduz na diferença de tratamento que Leda recebe agora dos clientes nas residências onde presta serviço, que também a deixa feliz. Na condição de técnica ela passou a ter o direito de se sentar à mesa junto daqueles para os quais presta serviço, possibilidade que, como empregada doméstica, lhe era negada. Leda assinala que não é mais obrigada a usar o banheiro de serviço, nem beber e comer em louças separadas daquelas dos seus patrões.

Por exemplo, antes, quando eu trabalhava em casa de família [...] a gente não tinha o direito nem de chegar na sala. Na minha época, era assim, a gente trabalhava, servia as madames, servia o almoço, servia tudo e você só servia e saía. Não chegava na sala. Você não podia nem sentar no sofá. Não podia de jeito nenhum sentar no sofá, só servia e saía. Você não podia sentar na mesa, porque você era pobre, não podia. E eu vindo trabalhar de técnica de enfermagem, eu vi uma grande diferença no jeito de tratar a pessoa que trabalha como doméstica e a pessoa que trabalha como enfermeira, vi muitas vezes. Nos outros lugares em que eu trabalhei como técnica em enfermagem, até lá na Bahia, eu fiquei observando: as meninas que trabalhavam de empregada, as que trabalhavam na casa, almoçavam lá na cozinha, servia o almoço dos patrões e almoçavam na cozinha. Eu como enfermeira, me botavam na mesa com eles, médicos, advogados, juiz, eu almoçava na mesa, eu era servida pelas empregadas, entendeu? Quer dizer, aonde que eu ia ser servida por empregada? Não, eu era servida e estava na mesa com os patrões porque eu sou a técnica em enfermagem. Eu não era uma empregada, está entendendo? Em vários lugares em que eu trabalhei foi assim. Então houve uma grande diferença e eu observo muito isso em vários lugares que eu vou eu observo isso, entendeu? Assim, usar o banheiro da madame, eu uso os banheiros. Lá quando a gente vai lidar com o paciente, a gente usa os banheiros que é do paciente, o banheiro da madame, a gente usa. E antigamente não tinha isso, tinha banheiro na casa que a gente não podia usar, nem pra sala a gente ia. Hoje em dia você chega na sala. Hoje em dia você participa da conversa porque a gente está ali na sala junto com o paciente e desenvolve uma conversa e a gente participa, entendeu? E antes não tinha isso, então teve racismo comigo (Leda, parda, 46 anos, separada, técnica de enfermagem).

Leda só veio a se dar conta mais atentamente do preconceito de classe, que ela chama de racismo, quando ascendeu profissionalmente. É evidente que um diploma de técnico de enfermagem significa muito pouca coisa na “sociedade do conhecimento” (GORZ, 2005), mas o exemplo dado por Leda fornece uma dimensão do quanto algumas profissões

desvalorizam socialmente os trabalhadores que as executam, e esse é o caso da profissão de empregada doméstica.

Segundo Elias e Scotson (2000, p. 35), a estigmatização que se constitui entre estabelecidos e outsiders se associa a um tipo específico de fantasia coletiva criada pelos primeiros. Ao mesmo tempo em que essa invenção coletiva reflete a aversão a um determinado grupo, ela justifica o preconceito, coisificando-o. Mary Douglas, em sua obra *Pureza e Perigo* (s/d [1966]), fala da incorporação tanto das estruturas sociais quanto das classificações que fazemos do mundo social: ações, ideias, instituições e categorias sociais são classificadas como puras e impuras ou morais e imorais. A estabilidade social depende de um consenso sobre a legitimidade das hierarquias sociais estabelecidas, sustentada pela ideia do que é puro e do que é impuro. Permitir que o empregado doméstico se sente à mesa durante as refeições em família ou que ele use o mesmo banheiro que os moradores da casa poderia colocar em perigo a estabilidade das hierarquias sociais. Sendo incorporadas tanto as estruturas hierárquicas quanto a classificação do mundo, a transgressão pode ser sentida como algo realmente impuro para além do seu efeito simbólico, transformando-se em uma transgressão física. O contato com pessoas de baixo na hierarquia social pode contagiar a parte hierarquicamente superior; por isso, é comum, muitas vezes, a separação não apenas do momento da refeição, como de talheres, pratos, copos e assento sanitário. Douglas estudou as formas de contágio nas sociedades primitivas e tradicionais, que, enquanto artefatos simbólicos, segundo a autora, aplicar-se-iam, também, a qualquer formação social.

Para além dos ganhos materiais, a satisfação de Leda está relacionada com os ganhos simbólicos que se revertem em ganhos de valor social, de sentido, de amor-próprio e de autorrespeito. Ela sonha em comprar um carro e uma casa fora da favela onde mora, sonho que ela tinha certeza que se realizaria em breve, não fosse pelo fato de ter sido traída e abandonada há pouco tempo pelo seu segundo marido.

Como este trabalho trata em muitos sentidos da luta simbólica por poder, um fato interessante vale ser notado, referente à separação de Leda e que, de certo modo, se relaciona também com a sua ascensão profissional. Considero interessante justamente porque demonstra que a luta simbólica que se estabelece na sociedade ocorre em diferentes níveis. Vamos a ele. Leda contou que seu casamento, que durou cerca de seis anos, era um mar de rosas. A relação, no entanto, começou a degradingolar exatamente quando Leda passou a fazer muitas horas extras e a receber mais que o dobro do que o marido recebia de salário como segurança em uma empresa privada. Ele, então, passou a não querer mais pagar as despesas

da casa que lhe cabiam e, por fim, acabou se demitindo do emprego. Depois de muitas brigas, o marido de Leda acabou a traindo e abandonando a casa, não sem antes levar boa parte dos móveis e eletrodomésticos, além de deixar uma enorme dívida para Leda pagar.

O que aconteceu no casamento de Leda pode ser abordado de várias formas. Do ponto de vista sociológico, a explicação mais provável se deve ao fato de que, em nossa sociedade, com um forte domínio patriarcal, o papel de provedor do lar se constitui como uma importante fonte de respeito e estima social para os homens e, mais ainda, para os homens das classes populares, porque eles estão destituídos de inúmeros privilégios e de outras fontes de reconhecimento e estima, que são exclusivos dos homens das classes média e alta. Mas existe uma hierarquia simbólica que dá a eles uma posição de poder acima da posição ocupada pelas mulheres (BOURDIEU, 2002). O fato de Leda passar a ganhar mais do que o marido provavelmente abalou a crença que ele tinha a respeito da sua superioridade, o que acabou gerando nele um sentimento muito forte de frustração e que pode ter feito com que não apenas ele desistisse do casamento, como se vingasse dela.

4.4.1 A educação e o mérito na perspectiva dos pobres

Conforme abordei na introdução deste trabalho, o capital econômico e o capital cultural são duas grandezas de valor ou dois princípios de diferenciação fundamentais que definem as posições dos agentes no espaço social estruturado de acordo com volume e o peso das diferentes espécies de capital possuído. Em relação ao capital cultural, segundo Bourdieu (2004), a sua eficácia simbólica ocorre porque sua aquisição é atribuída a um “dom” (atributo natural) e ao mérito individual de quem o possuiu (atributo moral), permanecendo encobertos outros fatores essenciais para a sua reprodução.

A reprodução cultural desigual é explicada pelo autor em grande medida pelas vantagens com que as crianças das classes mais abastadas chegam à escola, pois essas herdaram dos pais um patrimônio cultural composto tanto por estruturas mentais – visão de mundo ou *ethos* – quanto pelo capital cultural objetivado a que têm acesso já na fase mais precoce da socialização familiar. Na forma objetivada do capital cultural, a criança das classes mais favorecidas tem acesso e contato permanente com a língua em sua forma culta através da fala dos seus familiares, tem maior relação de intimidade com bens culturais como livros, museus, teatros, jornais, obras de arte, enfim, tem maior acesso a um conjunto mais diversificado do capital cultural legítimo.

Na realidade, cada família transmite a seus filhos, mais por vias indiretas que diretas, um certo capital cultural e um certo *ethos*, sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados, que contribui para definir, entre outras coisas, as atitudes face ao capital cultural e à instituição escolar (BOURDIEU, 2007, p.42).

A exposição, desde cedo, à cultura legítima, a partir dos componentes objetivados e da forma legítima de se apropriar e usufruir desses componentes, dá origem ao *habitus*: posturas corporais, disposições estéticas, domínio culto da língua, gosto pela leitura, valorização da cultura legítima, o que permite adquirir ou incorporar o capital cultural familiar herdado.

A maior parte das propriedades do capital cultural pode inferir-se do fato de que, em seu estado fundamental, está ligado ao corpo e pressupõe sua incorporação. A acumulação de capital cultural exige uma incorporação que, enquanto pressupõe um trabalho de inculcação e de assimilação, custa tempo que deve ser investido pessoalmente pelo investidor (tal como o bronzeamento, essa incorporação não pode efetuar-se por procuração). Sendo pessoal, o trabalho de aquisição é um trabalho do "sujeito" sobre si mesmo (fala-se em "cultivar-se"). O capital cultural é um ter que se tornou ser, uma propriedade que se fez corpo e tornou-se parte integrante da "pessoa", um *habitus* (BOURDIEU, 2007, p. 74-75).

A aquisição precoce da cultura legítima, principalmente dos pressupostos cognitivos, por exemplo, a capacidade de concentração, configura-se como uma enorme vantagem para as crianças das classes mais favorecidas. No entanto, essas vantagens não são associadas pelos pesquisados como vantagens que dependem das condições estruturais. Elas aparecem como "dom" ou "mérito", alinhando-se com aquilo que observou Bourdieu.

Irene, que praticamente se transformou na mãe das suas irmãs mais novas aos dez anos de idade, não consegue relacionar a falta de capital cultural às circunstâncias reais de sua vida, as quais praticamente determinaram o seu destino.

Foi sem-vergonhice mesmo, porque eu tenho amigas que também tomaram conta das irmãs e se formaram e hoje têm uma boa profissão. Eu, como eu te falei, eu queria ser enfermeira, por preguiça minha de ler, descansei. Então eu não culpo ninguém: A, B, nem C. Eu culpo eu mesma. Eu podia ter me esforçado mais e conseguido chegar a algum lugar, mas não, eu me estacionei naquilo ali, e acabou. Entendeu? Eu fiquei naquilo ali. [...] eu não tinha muito esforço pessoal, no caso, eu tinha preguiça. Por que se eu tivesse tido esforço. Hoje eu estaria com meu diploma ali, hoje eu seria uma ótima psicóloga ou uma enfermeira (Irene, preta, 53 anos, casada, copeira).

Uma condição bastante relevante para o sucesso na escola, conforme também aponta Bourdieu (2004), é a possibilidade de dedicação exclusiva da criança aos estudos, justamente porque ele é incorporado, portanto é necessário tempo e dedicação para a sua aquisição. Vantagem que as crianças de classe média, que normalmente dedicam todo seu tempo aos

estudos, têm em relação às crianças das classes populares, que precisam trabalhar ou tomar conta da casa e dos irmãos menores. Sem considerar que Irene já saiu em desvantagem por pertencer a uma família com baixo volume de capital cultural – pai e mãe com baixa escolaridade, pertencentes às classes populares, portanto, sem acesso tanto à cultura objetivada quanto sem domínio sobre a cultura legítima.

Além da falta de exemplos vivos em sua família que liguem os estudos à autoestima – como alguém que é valorizado socialmente por causa da sua profissão ou daquilo que a profissão possibilita em termos de aquisição de recursos escassos –, a presença constante dos pais incentivando e cobrando resultados foi outro fator que não existiu de modo minimamente satisfatório para Irene. Sua mãe era totalmente ausente e o pai pouco presente, dada a natureza do seu trabalho⁷⁰. A gravidez precoce – um fato que confirma as estatísticas⁷¹ entre as adolescentes pobres – antecipou o que já era previsível.

Faltou à Irene algo fundamental para a aprendizagem, como as recompensas de afeto concedidas pelos pais quando a criança tem sucesso na escola, bem como o seu contrário, a repreensão quando o desempenho é insatisfatório. Segundo Souza (2009), as recompensas afetivas transmitidas em relação à escola se tornam fonte de autoestima e inculcam nas crianças a associação entre educação e estima social. É desse modo, portanto, que a presença dos pais ou de outras pessoas na vida das crianças é importante para a valorização dos estudos e da escola, ou seja, por conta da associação que será feita sempre entre estudo e autoestima.

[...] pais são capazes de demonstrar importância social e simbólica ao que é escolar, de atribuir um lugar efetivo e valorizado dentro do seio familiar à criança que estuda. É graças a essa carga afetiva que os pais transmitem aos filhos, juntamente com a vigilância e os incentivos (principalmente aqueles que eles transmitem espontaneamente através de seus exemplos vivos) a favor dos estudos que faz com que, pouco a pouco, essas crianças transformem os desejos dos outros – que elas amam e com os quais por conta disso se identificam – em seus próprios desejos (SOUZA, 2009, p. 284).

O mesmo é possível dizer de Ana, que foi criada pelos avós, os quais mal conseguiam alimentar a numerosa família. Justamente por causa do seu baixo desempenho escolar, Ana foi obrigada pelo pai a abandonar a escola na adolescência para trabalhar. Da mesma forma que os familiares dos outros pesquisados, os avós e pais de Ana quase não possuíam nenhum

⁷⁰ O pai de Irene trabalhou a vida toda como operário na indústria de construção e pavimentação de ruas e estradas, tendo passado, inclusive, boa parte do tempo fora da cidade e do país.

⁷¹ Nas regiões mais populosas do país, Nordeste e Sudeste, 32% das crianças nascidas vivas em 2015 eram de mães na faixa de 10 a 19 anos de idade, segundo dados do Ministério da Saúde. Disponível em: <http://portalmms.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/28317-gravidez-na-adolescencia-tem-queda-de-17-no-brasil>. Acesso em: 5 fev. 2018.

capital cultural legítimo. Significa que Ana também não teve exemplos para associar desde cedo os estudos a fontes de reconhecimento e autoestima.

Eu sou sem vergonha, porque a minha mãe, apesar de não ter casado com o meu pai e de eu ter sido criada pelos meus avós, minha mãe falava: “– Quer fazer um curso? Eu quero que você seja alguém da vida. Eu pago, eu trabalho, eu vou pagar”. Eu que fui sem vergonha. Eu não cheguei a um certo lugar porque eu não quis. Eu poderia hoje estar formada, eu não fiz isso de sem vergonha que eu fui (Ana, preta, 44 anos, viúva, faxineira/cuidadora de idosos).

Contudo, é necessário observar que, mesmo que os pesquisados não tivessem na infância modelos que transmitissem diretamente a eles os ganhos simbólicos relativos à educação, ou ainda, a participação mais efetiva dos pais ou outros responsáveis efetuando com regularidade as trocas afetivas ligadas à incorporação da disciplina, isso não representou uma falta absoluta em suas vidas⁷². Percebe-se que, de maneiras distintas e em graus variados, eles acabaram incorporando certo grau de disciplina, que os habilita, por exemplo, a exercerem atividades regulares no trabalho. Esse é um fato que os distingue dos outros pobres que não conseguiram desenvolver um *habitus* minimamente condizente com aquele que é capaz de obter algum sucesso na sociedade moderna. E, em certa medida, eles passaram a considerar os estudos como um dever do ponto de vista da moral.

É justamente a valorização moral do empenho pessoal uma das razões que distingue os “bons” pobres dos “maus” pobres. Esses últimos não tiveram a mesma sorte quanto à incorporação dos valores morais burgueses da mesma forma que a maioria dos pesquisados (SCHLUCHTER, 2011). Quando Irene e Ana dizem que não estudaram por falta de “vergonha”, é porque sentem que não cumpriram com um dever moral que em maior ou menor grau foi incorporado por elas. Elas atribuem o não empenho nos estudos à “falta de vergonha”, ou seja, à própria responsabilidade pela não regulação do comportamento de acordo com os valores concebidos como corretos. Esse tipo de sentimento faz com que o fracasso escolar, entendido como fracasso pessoal natural ou moral, seja uma das primeiras formas de desclassificação e estigmatização.

⁷² Segundo Souza (2010, p. 51), a disciplina para o trabalho enquanto disposição adquirida pelas pessoas das classes populares é derivada da herança transmitida através do que ele chama de “capital familiar”, que se consubstancia na transmissão efetiva de uma “ética do trabalho”, que é diferente da aquisição da “ética do trabalho” das pessoas de classe média. As pessoas de classe média adquirem esse tipo de ética como um prolongamento natural da “ética do estudo”. Nas classes populares, a necessidade que se impõe aos adolescentes e jovens para trabalhar desde cedo acaba impedindo essa etapa da incorporação da disciplina. No entanto, pais e familiares, enquanto modelos e fontes de afeto transmitiriam desde cedo a importância da disciplina ligada ao trabalho.

É desse modo, acreditando na ideia de que a escola é um meio democrático de acesso à cultura legítima, que é gerado o sentimento de culpa pela constatação da suposta incapacidade, falta de força de vontade ou de dedicação. Isso pode justificar, ao menos em parte, a aversão dos pesquisados à política de cotas nas instituições públicas de ensino superior.

Eu acho que, quando a pessoa tem capacidade, quando ela assume aquele compromisso de estudar e de se empenhar, ela consegue. Eu acho que cota é assim mais pra “– Ai, coitadinho!” (tom de deboche). Que coitadinho, gente! Ninguém é coitadinho. Eu acho que ninguém tem que ser coitado. Porque eu acho que as pessoas querem assim ser vítimas: vítimas porque nasceu pobre, vítima porque nasceu negro, vítima porque não teve oportunidade. Eu acho que não tem que ter esse lance de vítima, não precisa ter isso, se a pessoa quer, a pessoa faz. Quando a pessoa já nasce com aquela índole ali: não vou fazer nada, não quero nada com nada, a pessoa não faz (Nara, branca, 32 anos, separada, agente de saúde).

Todas as diferenças e restrições que permitem a aquisição da cultura legítima são subtraídas pela ideia de força de vontade e desempenho pessoal. Nara disse que nunca desejou ou pensou seriamente em fazer uma faculdade quando era criança ou adolescente. Essa também foi a resposta que obtive de muitos pesquisados, o que confirma a ideia bourdieusiana de que um conjunto de valores e expectativas ligadas ao capital cultural é determinado pela condição de classe, desde que a educação seja pensada como um investimento do qual se deve ter expectativas reais de ganhos simbólicos (afetivos) e econômicos no futuro (BOURDIEU, 2004, p. 310).

Mas não só isso. Nara, por exemplo, explicou que não pensava em fazer faculdade porque não se via sentada estudando, não tinha paciência, não era da sua “natureza”. De fato, faltou a Ana desenvolver certo tipo de disposição que deveria ter sido incorporada preferencialmente através da socialização familiar. A falta desse tipo de disposição associada a características naturais ou morais como, “quando eu era criança, eu só queria brincar”, “eu nunca gostei de ficar parado e para ler tem que ficar parado”, “eu só queria saber de brincar e fazer bagunça”, “eu nunca tive paciência de sentar e estudar”, “eu nunca tive vontade de fazer faculdade porque eu nunca gostei de sentar pra estudar”, e outras declarações do mesmo tipo são algumas das razões que justificam para os pesquisados o seu fraco envolvimento nos estudos.

Segundo Souza (2009), a falta de concentração nos estudos está associada à constituição de uma disposição específica que é determinada pelo ambiente de socialização da criança. Conforme mencionei antes, a presença da família supervisionando a vida escolar,

gerando recompensas e castigos contribui para a incorporação dos valores relativos aos estudos e à escola, porque associa esta atividade com a obtenção de estima social. Isso se liga também a outro aspecto importante relacionado à incorporação das categorias temporais da modernidade e às condições de possibilidade de previsibilidade e imaginação do futuro.

A ideia de se dedicar a uma atividade e colher os frutos no futuro também é uma construção social moderna⁷³. Está relacionada com a individualidade e com a progressão da própria vida. Ela depende da capacidade e possibilidade de imaginar o futuro, que são, por sua vez, determinadas pelas condições de existência. O tempo se torna racionalizado dentro de um espaço imaginário onde decisões são encadeadas de modo que resultados futuros possam ser previstos. Investe-se hoje para colher os frutos amanhã. Nesse sentido, a educação escolar se configura como um dos primeiros investimentos dedicados ao futuro (SOUZA, 2010).

A disciplina, em relação ao uso do tempo, que deve ser incorporada pela criança, é essencial para a concentração que é exigida pela escola e, conseqüentemente, para o desenvolvimento das habilidades emocionais e cognitivas que geram o interesse espontâneo pelos estudos (SOUZA, 2009, p. 251). Mas o processo de incorporação da racionalização do tempo depende antes de tudo da família, que educa através de recompensas afetivas no que concerne à divisão das rotinas diárias: hora de estudar, hora de brincar, hora de comer, hora de dormir etc. Para que isso ocorra, depende-se do fato da família ser organizada⁷⁴ e poder proporcionar à criança uma percepção temporal ordenada, em função de um planejamento racional da vida que esteja baseada em uma lógica do cálculo e da previsão (SOUZA, 2010, p. 278). Significa que, para educar o filho em relação ao tempo, os pais ou outros adultos responsáveis pela criança devem também poder fazer uso de um tempo racionalizado e de rotinas continuadas que visem o futuro. Eles também devem ter a capacidade e a disponibilidade para imaginar o futuro e desempenhar as ações previstas de forma encadeada para atingir o fim desejado⁷⁵.

Acontece que, para a maioria dos pesquisados, faltou justamente uma presença mais intensa dos pais regulando as atividades escolares e transmitindo a disciplina em relação à

⁷³ Essa construção do tempo também é derivada da ética protestante e está pautada na ideia de salvação: investe-se esforço e dedicação no tempo presente para colher os frutos na outra vida.

⁷⁴ Organizada no sentido de seguir uma rotina racional e regular do tempo, o que depende também de certa estabilidade econômica e emocional.

⁷⁵ A posse de um habitus prospectivo é essencial para o sucesso na sociedade moderna pautada pela racionalidade de meios e fins. E, como consequência, o habitus prospectivo é também um meio de distinção entre as classes sociais. A classe média burguesa, por exemplo, cuja situação no presente é mais estabilizada em relação àquela das classes populares e, portanto, tem maior capacidade e disponibilidade de recursos para construir um futuro, percebe a constituição desse habitus como um aspecto “natural” de superioridade humana (BOURDIEU, 2008).

racionalização do tempo. Isso porque faltou também aos pais e avós a capacidade e a possibilidade deles próprios construírem um tempo imaginário, em virtude das emergências do presente, comuns a quem luta diariamente para garantir a própria sobrevivência. Emergências do presente, por exemplo, que fizeram com que os próprios entrevistados tivessem que interromper os estudos para trabalhar⁷⁶. E como não há uma reflexividade por parte deles em relação aos impedimentos estruturais, eles acabam por atribuir à própria natureza a incapacidade para a concentração exigida nos estudos. Isso pode explicar porque as circunstâncias desfavoráveis não entram no leque de suas justificativas.

Mas por que alguns pobres conseguem vencer todas essas adversidades e acabam sendo bem sucedidos em relação à escola ou até mesmo conseguem um curso superior? A história de Isabel pode ajudar a compreender isso. Pode ajudar a compreender porque alguns pobres das classes populares conseguem ter uma vida mais disciplinada e, desse modo, se distinguir daqueles outros pobres que, por contingências mais duras, não tiveram a mesma sorte. A diferença no caso de Isabel remete à herança familiar de sua mãe, que era filha de um militar de baixa patente e de uma dona de casa. Por conta da profissão do pai, a mãe de Isabel foi criada em um bairro destinado às famílias dos soldados que trabalhavam próximo do Arsenal de Guerra no centro da cidade. Quando seu pai morreu, a mãe de Isabel, ainda adolescente, teve que abandonar a escola para trabalhar em período integral. Sua família foi obrigada a deixar a casa que o Estado oferece aos militares e acabou se mudando para o conjunto habitacional popular onde Isabel foi criada.

O que é significativo nessa história é o fato da mãe de Isabel ter tido um pai militar, ter crescido em um local onde moravam outros militares e ter a presença continuada da mãe em casa. Isso provavelmente possibilitou a ela a incorporação de certo grau de disciplina, necessário à concentração nos estudos, conforme expliquei mais acima. Não é por acaso que depois de adulta tenha voltado a estudar para concluir o segundo grau. A mãe de Isabel provavelmente incorporou tanto a disposição para os estudos quanto a importância do ato de estudar como um fim em si mesmo. E isso se deu graças às circunstâncias de vida na sua infância, que lhe conferiram a oportunidade de aquisição dessas disposições.

O exemplo da mãe de Isabel confirma que são as oportunidades diferenciais de constituição do *habitus* – que se apresentaram de formas diversas para os “bons” pobres das classes populares aqui pesquisados por mim – que permitiram a constituição de disposições que dão ao seu portador alguma chance de não ser um total outsider entre os pobres. Foi essa

⁷⁶ Sobre a luta pela sobrevivência e o futuro dos jovens das classes populares ver Bourdieu (2012, p. 219).

disposição que fez com que a mãe de Isabel, apesar de pobre, investisse na educação privada das filhas enquanto pôde. Quando Isabel e sua única irmã eram crianças, seus pais tinham uma vida economicamente estável, com empregos regulares e uma renda razoável. A mãe, segundo Isabel, tinha uma forte convicção de que precisava investir na educação das filhas. Sendo assim, desde criança Isabel não apenas ouvia da mãe o quanto eram importantes os estudos, como era cobrada por um bom desempenho na escola. A mãe desejava que as filhas cursassem uma faculdade e não deixou de lograr esforços investindo nesse sonho que ela mesma não pôde realizar. Foram os cuidados dos pais e avós durante a infância que contribuíram para que também Isabel incorporasse uma disposição significativa em relação os estudos.

Porém a situação econômica da família mudou radicalmente quando Isabel era adolescente. Seus pais passaram a viver em um estado de desemprego prolongado. Isabel percebia a situação difícil pela qual passava a família: mal tinham o que comer, vivendo de cestas básicas ofertadas por parentes e da caridade da igreja católica que costumavam frequentar. É claro que por conta dessa situação ela e a irmã tiveram que sair da escola privada. Isabel, como filha mais velha, tomou para si a responsabilidade de aliviar as dificuldades econômicas pelas quais a família passava. Ela começou a buscar formas de conseguir dinheiro: fazendo digitação de trabalhos, vendendo salgados, bijuterias, trabalhando de babá na vizinhança, enfim, trabalhando com o que aparecesse. Porém, apesar de todos os males que a situação precária dos pais representou em sua vida, Isabel acredita que o determinante para seu insucesso nas três vezes em que prestou vestibular em uma universidade pública foi o fato dela não ter podido continuar estudando em escola privada.

Mesmo não tendo sido aprovada em uma universidade pública, Isabel continuava sonhando em cursar o ensino superior. Assim, planejava casar e, em comum acordo com o futuro marido, eles investiriam no pagamento de uma faculdade particular para ela. Acontece que, logo após o casamento, uma gravidez não planejada desenhou outro caminho para sua vida.

Aí foi quando o meu mundo caiu, porque mesmo casada eu tinha a cabeça de solteira e então eu pensei, “– Meu Deus! O que vai ser da minha vida agora?” (Isabel, parda, 38 anos, casada, desempregada).

Ou seja, foi quando ela percebeu que seu sonho de classe média – estudar e ter uma profissão valorizada econômica e socialmente – não se encaixava na sua vida de classe baixa, na qual é mais comum a vinda de filhos não planejados. Já o destino da irmã de Isabel foi

diferente: ela não se casou, permaneceu morando com os pais e conseguiu conciliar o trabalho com uma faculdade particular. O que é interessante sobre esse fato é que, quando se referiu à realização da irmã, Isabel deixou transparecer raiva e inveja. Os sentimentos de frustração trazidos pelo próprio insucesso e aqueles de despeito pela conquista da irmã podem ser explicados justamente pelo descompasso entre o desejo idealizado de cursar uma faculdade e a impossibilidade de agir de acordo com a crença e a disposição incorporada na infância (LAHIRE, 2005)⁷⁷.

Isabel contou que depois de formada em contabilidade, sua irmã conseguiu um bom emprego, tem um carro e viaja com certa frequência a lazer: “ – Até pra Disney ela já foi!”, falou indignada Isabel. Ela acredita que a irmã deveria ajudar mais a família, porque quando os pais passaram por necessidades ela não se empenhou como fez Isabel. Os sentimentos em relação à irmã, que ascendeu à pequena burguesia, indicam um tipo de ressentimento que talvez seja comum àqueles pobres que investem no esforço pessoal e não conseguem ascender socialmente. Porque, por mais que eles se dediquem, frequentemente veem frustradas as suas possibilidades de ascensão, como bem exemplifica o caso de Isabel. E poucos têm a mesma sorte que teve a sua irmã.

E, por não ter conseguido fazer um curso superior, Isabel só consegue se encaixar em ocupações pouco valorizadas, que fazem com que ela se sinta inútil.

É como se a gente fosse só um peso de papel. É horrível. Eu particularmente não encontrei uma coisa que eu goste de trabalhar. Eu só trabalho mesmo porque eu preciso do dinheiro, preciso sustentar o meu filho. Até hoje, mesmo como auxiliar administrativa, eu nunca me senti valorizada em lugar nenhum, mesmo trabalhando seriamente. [...] Não dá vontade de fazer mais nada. Não dá vontade de levantar pra trabalhar, não dá vontade de procurar especialização em alguma outra coisa, não dá vontade de fazer nada, nada. É estagnar, ficar do jeito que está, essa é a vontade que dá, é horrível [choro] (Isabel, parda, 38 anos, casada, desempregada).

O caso de Isabel é típico de uma pessoa com disposição para os estudos, demonstrada não apenas pela forma como ela valoriza a educação do próprio filho – ela e o marido comprometem mais de um terço da renda no pagamento da escola particular dele –, como também pelo seu hábito de leitura: ela declarou que lê um livro em menos de 24 horas quando é interessante e, em média, quatro livros de ficção por mês. Além disso, Isabel procura sempre que pode passear com a família fazendo programas culturais em museus, Bienal do livro, teatro, entre outros.

⁷⁷ Lahire (2005) observou que, ainda que uma determinada disposição seja adquirida na infância, por exemplo, a disposição para os estudos de Isabel, para que ela possa ser ativada é necessário que existam possibilidades reais para a ação.

Apesar do sentimento de desesperança expresso durante as entrevistas, Isabel entende que precisa ajudar o marido, principalmente com o pagamento da escola do filho, algo que considera muito importante. Como ela própria não pôde fazer uma faculdade, como sua mãe também desejou e não pôde, Isabel acaba projetando a realização desse ideal no filho. O exemplo de Isabel ilustra perfeitamente a reprodução não apenas da desigualdade de acesso aos estudos, mas da frustração entre distintas gerações das classes populares.

4.4.2 Cotas étnico-raciais x meritocracia

Pedro explicou que ingressou em uma universidade particular para fazer um curso de marketing à distância, a única forma possível para ele, já que não tem hora certa para sair do trabalho. Fez o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e obteve uma bolsa integral. Mas, segundo ele, em virtude da burocracia da instituição universitária e de contratemplos no trabalho, perdeu o prazo da matrícula. Sua intenção era a de tentar novamente no ano seguinte. O que chamou minha atenção na narrativa de Pedro é que, assim que começou a falar sobre o seu ingresso na faculdade, a primeira coisa que fez questão de observar foi que ele não havia conseguido a bolsa de estudos por meio das cotas étnico-raciais, mas sim em virtude da sua colocação no ENEM e da sua renda.

A minha nota foi justamente por causa das cotas. Eu entro pela cota social que no caso não é pela cor, mas pela renda familiar. Acho que fica uma coisa muito vitimizada (cotas étnico-raciais), eu não gosto disso, o meu jeito de competir é igual ao do branco, a cota social é mais justa (Pedro, pardo, 29 anos, casado, promotor de vendas).

Além da responsabilidade pessoal, os pesquisados também justificam a baixa escolaridade adquirida devido à baixa qualidade do ensino público e às greves frequentes que acabam por deixar alunos e professores desestimulados. Por isso, assim como Pedro, eles acreditam que uma política de cotas que beneficiasse aquelas pessoas que sempre estudaram em escola pública, independente da etnia, seria admissível, mas somente até quando a educação pública fosse revista e aprimorada.

Eu concordo até o ponto em que se melhorar o ensino público, porque depois que se melhorou o ensino público, você está em igualdade, porque teve um bom ensino em cima. Então, não é porque você nasceu pobre que você vai ter benefício mais do que quem nasceu bem. Tu não sabe qual foi a história do pai daquele. Tu não sabe se o pai daquele já foi humilde e ficou bem e deu condições pro filho. Então, você tem

que lutar de igual: não, eu tive o mesmo preparo e é de igual pra igual (Pedro, pardo, 29 anos, casado, promotor de vendas).

No discurso de Pedro, fica evidente não apenas a crença no mérito individual relativo aos estudos, como também a ideia de que, se alguém tem uma condição social melhor, é porque alguém ou algum antepassado na família daquela pessoa conseguiu acesso legítimo àquela posição. Isso significa que a reprodução dos privilégios de classe não é percebida: os privilégios herdados são considerados merecimento justamente conquistado. Porque Pedro entende que, anteriormente, deve ter ocorrido uma disputa em pé de igualdade e, desse modo, as pessoas que hoje são favorecidas por conta da conquista dos seus antepassados o são legitimamente. Não há qualquer reflexão sobre a desigual posição de partida das pessoas, determinada pela classe social. Pedro, assim como os demais pesquisados, tem naturalizada a ideia de sociedade como luta, consequência das condições adversas a que eles estão expostos, as quais eles têm que vencer a cada dia sem tempo nem condições de refletir sobre isso.

Assim como Pedro, a reação dos pesquisados pretos e pardos em relação às cotas étnico-raciais, de um modo geral, foi contrária. Para esses, essa ação não é apenas entendida como uma “vantagem” que fere as regras do jogo meritocrático. Além da fé manifesta em relação ao discurso dominante sobre igualdade de oportunidades e empenho pessoal, há também o sentimento de que as cotas étnico-raciais colocam em xeque a capacidade intelectual dos negros.

Muita gente conta com isso, mas muitos negros também não concordam muito, porque como é que fica aquele lance da igualdade, né? Fica aquela coisa da desigualdade que existe, né, o preconceito. Não deveria existir, mas se é a única oportunidade que você tem é essa ... se eu tivesse que aproveitar eu aproveitaria, mesmo eu não concordando. Porque se for colocar pelo lado assim, de pensar profissionalmente na sua carreira e no estudo, eu aproveitaria, mas se botar pro outro lado? Porque não tinha que ter essa desigualdade, essa diferença. É justamente por conta disso, realmente é desigual, é complicado, é difícil isso pra gente. Bom, tinha que ter o direito como todo mundo tem e não chegar ao ponto que tem que reservar assim, vaga de cota na universidade. Aquela coisa toda... De falar que é pobre, que não estudou, que não tem capacidade de acompanhar, toda essa coisa que deve acontecer (Marcelo, preto, 26 anos, separado, promotor de vendas).

No caso de Marcelo, que se mostra dividido em relação à validade moral no que se refere às cotas, é preciso levar em conta todas as situações de desrespeito que ele sofreu desde a infância, todas as vezes em que foi associado de forma ofensiva com um ser que tem menos capacidade cognitiva⁷⁸. Mesmo afirmando que se pudesse aproveitaria o mecanismo das cotas

⁷⁸ Segundo seus relatos, Marcelo foi humilhado na infância pelo fato de ser negro e continua, depois de adulto, a sentir o peso do racismo no seu dia a dia.

para entrar em uma universidade pública, Marcelo se incomoda com o fato de precisar existir esse mecanismo para que as desigualdades sejam compensadas. Mas, mesmo considerando que as cotas seriam menos ofensivas se elas fossem destinadas às pessoas menos favorecidas economicamente, independentemente da cor, ainda assim Marcelo não as vê com bons olhos, pois acredita que isso vai contra a ideia de esforço e desempenho pessoal.

Para além da incorporação do discurso dominante e sob a perspectiva estabelecidos-outsiders, a razão pela qual os pesquisados avaliam as cotas de forma desfavorável tem a ver também com o fato de que essa é uma política que distingue um determinado grupo de forma negativa. Ela acaba por reforçar os estereótipos de inferioridade racial, promovendo a ideia de que os negros são intelectualmente menos capazes do que os brancos ou que são menos esforçados. Como o PBF, a política de cotas acaba promovendo o apagamento das fronteiras simbólicas entre os “bons” pobres pretos, aqueles que são esforçados e só dependem de si mesmos, e os “maus” pobres pretos, aqueles que não se esforçam por conta própria.

O que eu acabei de dizer acima pode ser melhor compreendido se levarmos em conta o fato de que, se as cotas fossem direcionadas para estudantes de escola pública em geral, sem que ocorresse distinção entre pretos e brancos, muitos pesquisados passariam a considerar essa uma política válida, porque acreditam que os mais pobres são prejudicados pela má qualidade do ensino público. Vejamos o que pensa Eduardo a respeito da política de cotas:

Eu vejo assim, como se quiser dar como uma premiação ao coitadinho. É, o negro é o coitadinho. O negro não tem capacidade. A gente não tem capacidade. Então a gente vai dar uma cota. Eu acho que tinha que ser avaliado pela questão financeira, independente de você ser branco ou você ser negro. Eu sou negro, mas, pô, cara, eu tenho uma condição um pouquinho melhor. Aí o cara é branco, ele quer fazer a mesma faculdade que eu quero fazer, mas ele não vai fazer porque ele é branco? E eu tenho dinheiro pra pagar a faculdade e ele não tem. Mas eu vou ganhar a cota tendo condições, e o outro não vai ganhar e ele não tem condições. Aí eu acho que isso é errado, cara! (Eduardo, preto, 44 anos, casado, técnico de elevador).

Eduardo demonstra novamente o receio de ser estigmatizado como um ser naturalmente inferior e a ideia de sociedade como luta entre todos. Revela também que a política de cotas pode ser válida, desde que não distinga os pobres pela cor ou etnia. O que confirma a ideia de que quanto mais racializada ou discriminatória for a ação social do Estado, mais ela tende a ser percebida como uma ameaça à construção das barreiras simbólicas que distinguem quem é moralmente digno de quem não é, quem merece respeito e valorização social de quem não merece.

4.4.3 A boa fé dos pobres na educação

A importância do investimento em educação, ainda que a estimativa inconsciente das probabilidades de sucesso seja pouco favorável para as classes populares, como observa Bourdieu (2004), é percebida pela maioria dos pesquisados, em especial Nara, Isabel e Eduardo, os quais comprometem boa parte da renda familiar na escola particular para os filhos. Eles acreditam, conforme já foi exposto, que se a educação for de qualidade, as chances de sucesso serão melhores. Uma vez que o ensino público não é capaz de fornecer isso, eles realizam um enorme esforço apostando na educação privada. Ainda assim, em todos os discursos, permanecem inarticuladas as injustiças de acesso à educação de qualidade.

Isabel acredita que não conseguiu uma vaga na universidade pública porque não cursou o ensino médio na rede privada. Foi possível perceber, em vários momentos de nossas entrevistas, como ela sofre pelo fato de não ter conseguido cursar o ensino superior.

Sobre o ensino, Eduardo percebe que a falta de um diploma faz muita diferença na garantia da sua estabilidade e futuro profissional:

Antigamente, a gente era avaliado pela parte técnica, hoje em dia se torna assim: o cara não é bom técnico, mas ele tem um canudo, ele tem um diploma, entendeu? Tecnicamente ele não sabe fazer. O diploma vale mais que a experiência hoje em dia. Na prática ele não sabe fazer, mas na teoria ele tem um diploma e ele vai ganhar aquele cargo ali (Eduardo, preto, 44 anos, casado, técnico de elevador).

Eduardo, que começou a trabalhar fazendo pequenos bicos desde os 10 anos, disse que tanto sua mãe quanto seus avós aprovavam e até incentivavam os esforços relativos ao trabalho dele e do irmão. Ainda que a família cobrasse que eles frequentassem as aulas, a preocupação central era a de que eles aprendessem desde cedo formas honestas de ganhar a vida. Foi por isso que, ainda adolescente, Eduardo, incentivado pelos avós, fez um curso técnico de refrigeração e elétrica. Percebemos aí mais uma vez a preocupação das pessoas das camadas populares em inculcar nas crianças o *ethos* do trabalho. Nesse caso, a ideia de “necessidade feita virtude” parece fazer todo sentido, pois ocorre a valorização do trabalho precoce mais do que dos estudos.

Porque eu parei... teve a separação dos meus pais e coisa e tal, então eu me dediquei mais ao trabalho, trabalhar pra poder ajudar a minha mãe a pagar o aluguel, ou me dar de comer. Ou a gente fazia alguma coisa ou não fazia nada. Não tinha dinheiro pra pagar uma conta de luz, então a gente tinha que sacrificar de um lado, entendeu? (Eduardo, preto, 44 anos, casado, técnico de elevador).

A urgência das necessidades, somada ao cálculo inconsciente das probabilidades objetivas de êxito através da escola, determinaram em grande medida o que seria sacrificado e, portanto, o destino de Eduardo, que abandonou a escola antes de terminar o ensino fundamental para se dedicar exclusivamente à atividade do trabalho. Depois de alguns anos, já adulto, percebendo a importância de ter um certificado escolar, Eduardo voltou a estudar quando estava no Exército, concluindo o ensino fundamental. Mas Eduardo compreende que isso é pouco, porque se viu ameaçado por outros profissionais da sua área, que, apesar de não dominarem tão bem o saber prático como ele, estão garantidos institucionalmente por um diploma. É exatamente por isso que Eduardo considera necessário investir na educação do filho, ainda que seja através de um esforço econômico considerável.

Eduardo quer fazer diferente do que fez seu pai, que nunca se importou em prover as necessidades básicas da família, que agiu egoisticamente ao constituir mais de uma família, pouco se importando se os filhos estavam alimentados ou não. Eduardo quer oferecer ao filho o que ele não teve quando criança: a oportunidade de poder apenas estudar, sem ter que se dividir entre a escola e o trabalho.

Mas Eduardo, que poderia estar mais seguro quanto ao futuro do filho, utilizando o expediente das cotas étnico-raciais para garantir a entrada dele em uma universidade pública, nem imagina essa possibilidade, na verdade ele é totalmente desfavorável às cotas. Primeiro, porque isso coloca em dúvida a capacidade intelectual dos pretos. Segundo, porque com base na ideologia do mérito, ele acredita que os brancos esforçados poderiam ser prejudicados. É possível percebermos, mais uma vez, os valores morais se realizando na prática: Eduardo escolheu que seu filho utilize o caminho que ele acredita ser o mais ético. Nem que para isso ele tenha que empenhar mais de um terço de seu salário mensal.

Eduardo, que gosta de lembrar ao filho do privilégio que é ter um pai presente e empenhado no seu futuro, faz questão de lembrá-lo também que apenas ter esse privilégio não basta, é preciso que ele se esforce muito e faça valer cada centavo investido. Ele acredita que faz a sua parte pagando uma escola particular que exigirá mais esforço do filho, mas acredita que mesmo que uma criança esteja em um colégio com ensino mais forte, como ele diz, isso por si só não significa o sucesso.

O outro vai falar assim: “– Mas isso é filhinho de papai, porque estuda no colégio tal”, mas é independente, se meu filho não se empenhar em aprender não adianta o colégio de papai. Não adianta ele pagar um colégio muito bom se o filho dele não quer estudar, mesmo ele tendo estudo, entendeu? (Eduardo, preto, 44 anos, casado, técnico de elevador).

Eduardo não percebe os privilégios de classe enquanto privilégios, assim como os demais pesquisados. Acaba tudo reduzido a uma questão de esforço individual, independente da classe social. Mas, além disso, também é possível perceber que, ao apontar as cotas étnico-raciais como injustiça para os brancos, Eduardo talvez não esteja tão preocupado com justiça, mas com o fato de que as cotas discriminam e colocam os pretos em uma categoria inferiorizada socialmente. O peso do preconceito racial, provavelmente, é muito forte e, ao mesmo tempo, é quase impossível de se lutar contra. Então, a alternativa é negá-lo, é deixar isso pra lá; do contrário, como ter motivação para continuar vivendo em uma sociedade tão excludente?

A cobrança constante de Eduardo sobre o filho por melhores resultados tem gerado muitos atritos entre os dois, conforme ele me confidenciou. Se o garoto não conseguir corresponder às expectativas do pai, Eduardo provavelmente não vai relacionar isso às desvantagens de classe social herdadas pelo filho. Não vai relacionar isso à competição acirrada que cada vez exige mais e mais investimentos no aprimoramento pessoal através de cursos extracurriculares, nem às vantagens de se estudar em instituições de ensino de excelência, que se configuram como vantagens que colaboram em grande medida para a reprodução da ocupação dos melhores postos de trabalho pelos filhos das classes média e alta (BOURDIEU, 2007).

Eduardo sonha que o filho tenha uma profissão melhor que a dele, que não precise desempenhar tanto esforço físico, como ele, Eduardo, é obrigado a fazer hoje e que o filho tenha acesso a melhores salários e a posições mais valorizadas socialmente. Contudo, existe uma grande possibilidade de que nem a crença, nem a disposição inculcada no filho sobre o valor da educação e nem mesmo o modesto, porém sacrificado investimento em dinheiro que Eduardo faz na escola particular do menino, sejam o suficiente para que ele vença a imensa e complexa desigualdade entre as classes sociais no Brasil. Provavelmente, o insucesso do filho em ascender a posições normalmente ocupadas pelas pessoas de classe média será justificado pela falta de empenho dele ou até mesmo pela má de sorte.

A ideia de que a superação das condições desfavoráveis é sempre possível e que só depende da vontade de cada um fica ainda mais evidente na seguinte declaração de Nara:

Eu acho assim, todo mundo tem capacidade pra ir, entendeu? Eu acho que esse negócio de cotas, eu não sou muito a favor, né? Eu acho que a pessoa quando ela tem a capacidade ela vai, quando ela é estudiosa, quando ela é firme ali, ela vai. Porque tem um menino aqui dentro (comunidade), ele é um exemplo. Ele foi criado pela irmã, porque a mãe trabalhava muito. A irmã mais velha que cuidava dele. A mãe sustentava tudo, mas não era presente. A irmã que ia nas reuniões, a irmã que

ajudava ele nas tarefas e tudo. Hoje em dia ele já está na faculdade, eu não sei em qual faculdade ele entrou, mas ele já está na faculdade de matemática, eu acho isso muito complicado. Eu mesma não me veria fazendo, ele entrou pra fazer matemática! O garoto é assim excelente, ou seja, ele não teve amparo de mãe, nem de pai, foi só de uma irmã que estava ali batalhando do lado dele, e ele está ali. E ele não foi por cotas, e ele é negro, não foi por cotas, nem nada, foi por mérito dele, foi pelo estudo dele. Eu acho que, quando a pessoa tem capacidade, quando ela assume aquele compromisso de estudar e de se empenhar, ela consegue. Eu acho que cota é assim mais pra “ai, coitadinho!” (Nara, branca, 32 anos, separada, agente de saúde).

Há sempre um exemplo de superação que, ao invés de confirmar a regra enquanto exceção passa a ser percebido como “a regra”. Do mesmo modo que Nara, Pedro conhece pessoas que, apesar de terem a mesma origem que a sua, conseguiram vencer na vida através do esforço pessoal.

Inclusive em Olaria tem uma menina que deve ter mais ou menos a minha idade. Eu não conheço, mas é amiga de um amigo. Ela é juíza, saiu de Olaria. Tem o mesmo nível financeiro que a gente e hoje ela sendo juíza. Não a conheço pessoalmente, mas sempre falo para todos, com muito orgulho, acho super maneiro. [...] Tenho amigos advogados, amigos de colégio que são capitães do exército, das forças armadas. As pessoas começaram a entender e se tornaram referência. Se ela pode ser uma juíza, eu posso ser um advogado, um capitão do exército, eu posso ser também (Pedro, pardo, 29 anos, casado, promotor de vendas).

É óbvio que modelos positivos como o da menina pobre que se tornou juíza são importantes porque permitem que as pessoas possam desenvolver uma compreensão mais construtiva sobre si mesmas. No entanto, nesse caso, o pobre exemplar se presta a validar ainda mais a ideologia do mérito, contribuindo para aumentar os conflitos existentes entre os pobres e, dessa forma, enfraquecer qualquer forma de solidariedade que possa vir a existir intraclasse.

4.5 Questionamentos a respeito do potencial emancipatório das classes populares

Os resultados da pesquisa até aqui demonstram que as práticas e representações dos pesquisados são sustentadas por um pensamento relativamente alinhado com a ideologia dominante, pois eles parecem não valorizar as contradições estruturais da sociedade. Ao contrário, as políticas públicas direcionadas aos pobres e/ou aos pretos, que poderiam ser consideradas como reparadoras das desigualdades, são percebidas como vantagens indevidas. O que é importante a respeito da opinião dos pesquisados acerca dessas políticas é que, através das justificativas que sustentam as suas convicções, foi possível perceber como

determinados estereótipos relacionados aos pobres foram por eles incorporados e atuam no sentido de manter intactas as estruturas que sustentam as desigualdades sociais.

Mostrei, no tópico anterior, que os estereótipos depreciativos que dizem respeito à conquista profissional e educacional estão relacionados à dependência e à falta de força de vontade. Esses se constituem em generalizações socialmente construídas, que se baseiam em atributos de uma minoria que passam a ser imputados a todo um grupo social (ELIAS e SCOTSON, 2000). Esses estereótipos acabam servindo para que os grupos estabelecidos legitimem e mantenham seus privilégios, justificando como inferioridade “natural” ou “moral” as diferenças de acesso aos recursos disponíveis na sociedade. A legitimação e a naturalização das desigualdades socialmente construídas e reproduzidas por instituições específicas que as sustentam, como a escola e o mercado de trabalho, também eliminam as possibilidades de percepção desses indivíduos enquanto grupo social, porque a depreciação de grupos inteiros atua como forma de enfraquecer a coesão social entre o grupo.

Os resultados apresentados até aqui permitem também que eu coloque em questão os achados de dois autores, que contradizem, de formas distintas, o que acabei de demonstrar sobre os potenciais e os limites políticos das classes populares. São eles Jessé Souza e Ruy Braga.

Em relação à Souza (2009 e 2010), pretendo aqui problematizar duas questões: uma delas diz respeito ao fracionamento que ele opera em relação às classes populares; a outra se refere ao potencial crítico e político que o autor afirma existir em uma dessas frações de classe.

Souza compreende as classes populares como constituída por duas frações distintas: a ralé estrutural e os batalhadores. Os primeiros seriam os inadaptados à sociedade moderna; por esse motivo, estariam alijados da sua capacidade de reflexão sobre as injustiças estruturais e a falta de direitos sociais. Consequentemente, seriam incapazes de promover qualquer ação política reivindicatória. Os segundos, razoavelmente aptos ao mercado de trabalho, estariam se beneficiando das ações distributivas implantadas pelos governos petistas e, conscientes dos ganhos que estão obtendo através das políticas públicas a eles direcionadas, estariam, em resposta, agindo politicamente através do voto popular, ao reelegerem consecutivamente os governos do Partido dos Trabalhadores.

A primeira questão que eu gostaria de observar sobre a abordagem de Souza se relaciona à divisão das classes populares entre ralé e batalhadores. Os primeiros, para Souza, seriam aquelas pessoas à margem do sistema produtivo, cujo *habitus* está mais distante do

habitus dos batalhadores, um modelo incapaz de atender minimamente às exigências do mercado de trabalho:

[...] uma classe inteira de indivíduos não só sem capital cultural nem econômico em qualquer medida significativa, mas desprovida, *esse é o aspecto fundamental* das condições sociais, morais e culturais que permitem essa apropriação (SOUZA, 2010, p. 25).

Já os batalhadores, embora pertençam a uma massa que não tem um lugar fixo no sistema produtivo, estariam representados por aqueles portadores de um *habitus* menos precário do que o da ralé. Eles teriam herdado o que Souza chama de “capital familiar”:

[...] a separação em relação à ralé, como fronteira para baixo, se consubstancia na internalização e in-corporação – tornar-se “corpo”, automático – das disposições nada óbvias do mundo do trabalho moderno: disciplina, autocontrole e comportamento e pensamento prospectivo (2010, p.51).

Os resultados da pesquisa demonstram que esse fracionamento não é assim tão claro. Por isso, entendo que faltou a Souza uma sistematização teórica mais consistente dessa distinção a partir de uma comprovação empírica mais substancial. Com base nos resultados apresentados, o tipo social que Souza distingue como ralé pode ser, hoje, um trabalhador disciplinado e, amanhã, por conta de todas as contradições sociais, vir a se tornar um outsider.

As possibilidades de constituição do *habitus* pareceram ser muito semelhantes para todos os pesquisados. Em alguns casos, como o de Bianca, que é filha de um traficante assassinado e foi criada em uma família monoparental miserável, exemplifica o que estou dizendo. A despeito de todas as condições desfavoráveis, Bianca parece ser uma jovem disciplinada para o trabalho. Entretanto Júlio e seu irmão Mário, filhos de pai e mãe trabalhadores e disciplinados, criados em um bairro de classe média⁷⁹, acabaram se envolvendo em graus distintos com a criminalidade. E, tanto Bianca quanto Júlio, no momento em que foram realizadas as entrevistas, estavam desempregados já há algum tempo e sem possibilidades concretas de conseguir um emprego em curto prazo.

O que desejo sublinhar é que os pesquisados parecem lutar constantemente contra o rebaixamento social – marginalidade, dependência ou miséria – e que estar ou pertencer a um ou outro grupo, pobres estabelecidos ou pobres outsiders, ralé ou batalhadores, não se trata apenas da constituição de um *habitus* mais ou menos apto à concorrência, uma vez que os

⁷⁹ Júlio foi criado num bairro da Zona Sul da cidade porque sua mãe, que é empregada doméstica, ganhou de uma antiga patroa um pequeno apartamento para onde a família se mudou quando Júlio tinha 11 anos.

pesquisados mostraram certa homogeneidade em relação a esse ponto. Não estou dizendo, com isso, que a constituição de um *habitus* burguês não seja relevante, mas que isso apenas não serve para justificar uma divisão sociológica entre os pobres das classes populares. Porque, devido às circunstâncias estruturais, há sempre o risco iminente de rebaixamento social. Desse modo, defendo que o central para se compreender a estruturação dessa camada social rebaixada seja jogar luz sobre a relação entabulada entre os estabelecidos e os outsiders internos a ela própria: substancializar duas camadas por meio de suas propriedades sociais e não tirar do jogo de relações existente *entre* elas a dinâmica explicativa para suas próprias tomadas de posição seria ignorar o que de mais relevante uma sociologia relacional – tal como a de Pierre Bourdieu ou Norbert Elias – trazem para a inteligibilidade do mundo social, sobretudo quando aplicada à realidade brasileira.

Alguns dos pesquisados já chegaram a ascender profissionalmente, pelo menos da perspectiva deles próprios. Jorge, por exemplo, lamenta o fato de ter deixado de ser operador de máquina xerox, o que lhe conferia um salário melhor que o atual e cuja atividade desempenhada não exigia tanto dele fisicamente quanto exige agora a atividade de carregador de caminhão. Ele também lamenta porque enquanto operador de máquina xerox, ele trabalhava em sala com ar condicionado no centro da cidade e tinha chances de ampliar qualitativamente o seu capital social, pois chegou a fazer amizades com advogados e até juízes, que, segundo ele, poderiam vir a ajudá-lo profissionalmente.

O que eu pretendo mostrar é que os pesquisados estão sujeitos e bastante vulneráveis às estruturas que reproduzem as desigualdades sociais. Alguns como Francisco, desalentados e frustrados em suas perspectivas de futuro, chegam a cogitar a possibilidade de entrar para o mundo do crime, mas conseguem, através da religiosidade, restituir a fé na condição de trabalhador; outros, como Gabriel, não têm a mesma sorte.

Souza também se refere à família típica da ralé como: “[...] monoparental, com mudança frequente do membro masculino, enfrenta problemas graves de alcoolismo, de abuso sexual sistemático e é caracterizada por uma cisão que corta essa classe ao meio entre pobres honestos e pobres delinquentes” (2010, p.50). Na verdade, algumas das pessoas pesquisadas por mim foram criadas apenas pela mãe, em outros casos o pai era violento, em outros, omissos, em outros, além de omissos, possuíam mais de uma família, e alguns passaram por situação de extrema pobreza. Mas a maioria parece ter incorporado a “ética do trabalho”, ainda que em graus variados, o que me permite dizer que os elementos categóricos usados por Souza para definir uma e outra fração das classes populares, quando aplicados na prática e de

forma estanque, isto é, de forma não relacional, aparentam não conseguir explicar esse fracionamento. O que parece evidente é que, entre os pobres estabelecidos, os quais provavelmente Souza chamaria de “batalhadores”, a possibilidade de rebaixamento social real é um fantasma com o qual eles convivem diariamente.

Minha pesquisa permite que eu levante também um segundo ponto em relação aos achados de Souza (2010), quer dizer, aquele que se refere à avaliação das políticas públicas direcionadas aos pobres. Em relação ao BPF, Souza afirma que tanto essa quanto outras ações sociais dos governos do Partido dos Trabalhadores tiveram influência sobre as consecutivas eleições que favoreceram esse partido político. E discorda das avaliações que dizem que essas ações se prestam à manipulação das massas passivas, percebendo que há por trás do voto dos mais pobres uma racionalidade instrumental.

[...] é precisamente porque os batalhadores mobilizam o conhecimento prático [...] adquirido e atualizado em suas experiências cotidianas de vida, que eles percebem e comentam as realizações do governo nas “esferas públicas” não burguesas do mundo da vida, como as feiras livres, os mercados públicos [...]. O lulismo, longe de ser um indício de alienação ou da venda mercenária do voto por causa do Bolsa Família e de outros programas de cunho popular, representa uma manifestação mesma dos conteúdos cognitivos, morais e estéticos incorporados no *ethos* do trabalho e na racionalização de uma ética do sofrimento. Não compreender esses elementos significa se recusar a ver as motivações morais e democráticas por trás dessa adesão: o que não implica uma adesão desinteressada, porque as tomadas de posições políticas nunca o são, para qualquer classe. [...] Assim, os batalhadores que não recebem o Bolsa Família defendem o programa não apenas porque talvez algum parente ou amigo receba o benefício. De fato, há um pressuposto compartilhado intersubjetivamente entre os batalhadores de que o Estado deve “ajudar os pobres” independente da riqueza que produz e dos interesses do capital. E isso significa: dar garantia de dignidade básica aos cidadãos. Essa preocupação tem respaldo no humanismo realista inspirado na igualdade de condição do pecador “no vale de lágrimas” que é o mundo de profunda inspiração cristão (SOUZA, 2010, p. 251 – 252).

Como vimos nos resultados apresentados, o PBF está longe de ser uma política que agrade aos pesquisados. Apesar do fato de que todos eles se declararem cristãos, sejam católicos ou evangélicos, não manifestaram compartilhar intersubjetivamente nenhum pressuposto comum baseado em uma ética religiosa de que o Estado deva conceder ajuda aos pobres, sendo a conclusão de Souza mais uma projeção do acadêmico do que uma interpretação baseada em algum dado real. Ao contrário, eles parecem considerar os pobres beneficiários moralmente inferiores, porque o PBF fere os princípios da meritocracia e pode estimular a dependência, o que pode ser facilmente explicável por meio da teoria de estabelecidos e outsiders. Políticas desse gênero acabam separando os pobres do resto da sociedade, inferiorizando-os, homogeneizando-os e os apagando; desse modo, tornam-se

patentes as fronteiras simbólicas construídas para a sustentação da autoestima e da valorização social. Os pesquisados também não parecem considerar essas políticas como direitos conquistados e nem as relacionam de forma positiva aos governos petistas. Ao contrário, eles reproduzem o discurso dominante, acreditando que elas servem à manipulação eleitoreira.

A sociedade – pelo menos a sociedade dos que participaram desta pesquisa – não parece ser guiada por um humanismo realista; longe disso. A ideia de sociedade como luta a ser travada através do esforço e mérito individual é a imagem mais próxima sugerida pelos discursos e pelas práticas dos pesquisados. Parece-me que Souza faz uma análise um tanto idealista dos pobres, identificando um grau de solidariedade e coesão grupal que não se reflete na realidade. Souza parece não dar o peso devido ao fato de que a mesma lógica classificatória, que opera no resto da sociedade, também é operacionalizada pelos pobres. Também não dá a devida atenção ao fato de que os estigmas associados aos pobres, os quais são internalizados e operacionalizados por eles, acabam enfraquecendo a coesão e as solidariedades.

Além disso, Souza estaria atribuindo aos pobres certa consciência de classe, ao afirmar que: “[...] a expressão de anseios de justiça dos batalhadores por meio do lulismo não é à toa” (2010, p. 252). Isso contradiz também os resultados apresentados, pois, como vimos, não há reflexividade quanto às desigualdades estruturais, muito menos contestação sobre as regras do jogo meritocrático ou quanto a essas regras favorecerem mais um grupo do que outro. Na verdade, os pesquisados parecem evitar rótulos como os de classe social ou grupo racial. É claro que se trata de duas pesquisas distintas, com recortes geográficos e temporais⁸⁰ que diferem entre si. No entanto, nem uma nem outra permite que se façam generalizações do tipo das apresentadas por Souza.

Braga (2012 e 2017), por sua vez, faz uma crítica contundente em relação aos achados de Souza, ao mesmo tempo em que se coloca radicalmente contra a negação da capacidade política emancipatória dos trabalhadores precarizados. Ele localiza esse potencial não através do voto popular no período que ele denomina de “hegemonia lulista”, mas justamente na reação dos trabalhadores precarizados desse período contra as condições desfavoráveis impostas pelo regime que ele denomina de produção pós-fordista financeirizado e a complacência dos sindicatos dominados pelo governo.

⁸⁰ Os pobres que foram pesquisados por mim estão inseridos em uma figuração particular da cidade do Rio de Janeiro. Eles habitam a periferia da cidade e se relacionam com a classe média das zonas abastadas e com os pobres outsiders que vivem próximos a eles.

Braga acredita que as lutas operárias que ocorreram no país desde os anos 1950 não apenas resultaram em importantes conquistas para a classe trabalhadora como têm influenciado os rumos políticos do país. Através de uma “sociologia da inquietação operária”, ele procurou reconstruir a trajetória da formação e da organização sindical da classe trabalhadora no Brasil, atribuindo-lhe um novo significado que diverge das antigas interpretações que viam o operariado brasileiro como uma massa passiva e desorganizada.

Um ponto importante a ser observado na análise de Braga é a ideia de “inquietação social” formulada pelo autor, que se opõe à ideia de passividade e manipulação das massas. Braga (2017) entende que a globalização neoliberal destrói as formas associativas do fordismo clássico, mas que, por outro lado, o protesto é reorientado por ações alternativas ao burocratismo trabalhista, quando as massas precarizadas e descontentes interpelariam diretamente aos governos. Esse tipo de pressão das bases, segundo o autor, representaria uma dimensão a cada dia mais importante na reinvenção do sindicalismo (2017, p. 28). Mais otimista ainda, Braga defende a ideia de que a globalização teria homogeneizado as formas de precariedade do trabalho tanto no Norte quanto no Sul global, possibilitando um processo de retomada da internacionalização das práticas solidárias em relação ao trabalho (2017, p. 38). A globalização estaria sendo desafiada pelas forças subalternas através de movimentos sociais protagonizados por jovens trabalhadores desempregados e subempregados em escala global.

Ainda que os movimentos do precariado urbano sejam desiguais, Braga acredita que eles têm pressionado os sindicatos tradicionais e os partidos políticos na direção de lutas sociais mais amplas. Essas novas formas de ação coletiva estariam sendo organizadas dentro e fora dos locais de trabalho, assim como nos bairros populares e nas redes sociais da internet. A busca das organizações multinacionais por trabalho mal remunerado e disciplinado teria surtido um efeito contraditório à globalização, despertando a consciência do precariado. Esses movimentos seriam uma resposta à pressão neoliberal sobre os trabalhadores.

Aonde vai a crise da globalização, a rebeldia do precariado vai atrás. Assim, é da práxis política do proletariado precarizado que devemos partir se quisermos decifrar o enigma da ausência de um contramovimento polanyiano⁸¹ em escala global (2017, p. 38).

⁸¹ Citando Polanyi, Braga (2017) lembra que este autor percebia na mercantilização sem limites a destruição da “substância da própria sociedade”. Ao mesmo tempo em que viu a classe trabalhadora como o coração de um “contramovimento” de resistência à mercantilização do trabalho, da terra e do dinheiro através de conquistas como a regularização do trabalho e direitos sociais (p. 28).

A crise do sindicalismo decorrente das novas formas de organização do trabalho – descentralização dos locais de trabalho, terceirização, trabalho temporário, contratualização – poderá ser superada, segundo Braga, por meio da pressão dos jovens trabalhadores precários. Na verdade, ele aposta em uma reinvenção democrática do movimento sindical, que elevará o precariado a um patamar superior de organização política (BRAGA, 2012, p.222).

Braga explica que o jovem precariado brasileiro formado no período de “hegemonia lulista” teria uma experiência política limitada por conta da dominação desse período basicamente alicerçada na desmobilização dos movimentos sociais.

[...] enquanto o populismo contribuía para a expansão da cidadania salarial no país, o lulismo teria destruído os músculos da sociedade civil brasileira em benefício de um modelo de desenvolvimento mais parecido com uma plataforma internacional de valorização financeira (2012, p. 226).

As massas se encontravam seduzidas, nesse período de apaziguamento, por conta das políticas públicas redistributivas, pelos modestos ganhos salariais resultantes do crescimento econômico e da atuação cooperativa dos dirigentes sindicais seduzidos pelos ganhos dos fundos de pensão (BRAGA, 2012, p. 37). Percebo nisso uma discordância fundamental de Braga em relação a Souza no que se refere aos ganhos políticos dos trabalhadores nos governos Lula da Silva. Enquanto Souza observa, nesse período, consciência de classe e aprovação através do voto das políticas públicas reconhecidas como reparadoras de injustiças sociais, Braga percebe sedução, manipulação e passividade das massas.

No entanto, a despeito dessa passividade, Braga irá localizar na década de 2000, na indústria do telemarketing, um locus privilegiado para a construção da sua “sociologia da inquietação operária” no período do capitalismo pós-fordistas⁸². Ele acredita que esse tipo de indústria se caracteriza pela “despolitização das relações sociais na produção e da inviabilização (nunca definitiva, vale lembrar) das formas coletivas de ação social na mundialização capitalista” (BRAGA, 2006, p. 137).

Essa indústria, composta por jovens pouco qualificados, sub-remunerados e inseridos em relações trabalhistas pouco favoráveis à organização coletiva, majoritariamente formada por mulheres, é considerada por Braga um modelo bastante preciso do precariado atual. O autor pontua, ainda, que esses movimentos grevistas e outras atividades reivindicatórias se dariam a partir do descontentamento desses trabalhadores com suas condições de trabalho.

⁸² Esse precariado pós-fordista estaria localizado na confluência entre a terceirização empresarial, a privatização neoliberal e a financeirização do trabalho (2012, p. 187).

Braga percebe aí um embrião reformista que, por meio de greves e mobilizações, busca atender suas demandas e romper com o conformismo e a passividade política. O autor concluiu que as paralizações dos teleoperadores representariam um estado de inquietação social permanente (2012, p.218).

Para reafirmar as suas ideias sobre a inquietação social latente no precariado, Braga cita o período de 2011 a 2013, quando ocorreu uma explosão de greves no país, manifestações populares conhecidas como as “jornadas de junho de 2013” e outros movimentos menores que se multiplicaram e se espalharam pelas periferias das grandes cidades no referido mês e em períodos subsequentes. O autor menciona também as ocupações nas escolas paulistanas contra o projeto de lei estadual que visava à diminuição das vagas de ensino médio na rede pública e sobre as manifestações contra a construção dos estádios para a Copa do Mundo de 2014. Na visão de Braga, todos esses movimentos acabaram por pressionar o governo e os partidos políticos, o que acabou resultando em ganhos sociais, por exemplo, na aprovação da lei que destinava 75% dos recursos dos royalties do petróleo para a educação pública, com prioridade para a educação básica, e 25% para a saúde.

Os resultados desta pesquisa me permitem questionar o otimismo de Braga em relação à inquietação social latente e à consciência de classe dos trabalhadores precarizados das camadas populares, bem como questionar o otimismo acerca da eventual associação que estes possam vir a fazer entre o neoliberalismo e as perdas de direitos sociais e trabalhistas. Conforme apresentei, não há quase nenhuma reflexividade por parte dos pesquisados no sentido de uma percepção da deterioração das condições de trabalho, até porque eles, em sua maioria, nunca experimentaram relações de trabalho do fordismo clássico. De fato, eles estão mais propensos a atribuir o desemprego e os baixos salários a uma incapacidade do governo em gerir a economia e à corrupção. Longe de imputar sentidos ocultos a uma pretensa “mentalidade operária” ou a tentar fazer reviver um hegelianismo-marxista, penso que caberia mais pesquisas empíricas de cunho científico a fim de, a partir desse ponto, traçarmos generalizações teóricas mais precisas.

Ao levantar essas questões, minha intenção foi contribuir para o entendimento do potencial político das classes populares. Entendo que qualquer investigação sobre o assunto não deve excluir os sentidos simbólicos derivados da relação estabelecidos e outsiders, ou seja, os significados que a interdependência entre as classes sociais assume na luta pela posse de valor e respeito social.

4.6 O estigma incontornável

Segundo Goffman (1982), em todas as sociedades encontramos os meios de categorizar as pessoas e os atributos considerados naturais e comuns para as respectivas categorias. Essas categorias e os atributos que as definem formam um conjunto de expectativas normativas, que é utilizado por nós de forma pré-reflexiva. Só nos damos conta dessas expectativas até que algo incongruente se apresente. Esse conjunto formado por expectativas normativas Goffman chamou de identidade virtual. São modelos mentais que dirigem a percepção das pessoas através de valores e códigos culturais construídos socialmente, que são incorporados pelas pessoas através do processo de socialização e que correspondem ao conhecimento acumulado das representações sobre o outro.

Um indivíduo pode apresentar evidências de que possui atributos indesejáveis que o tornam diferente dos outros. Passamos, então, a deixá-lo de considerar uma pessoa comum e total, reduzindo-o a uma pessoa diminuída e até mesmo moralmente defeituosa. Diz-se sobre esse indivíduo que ele é portador de um estigma. Mas os atributos, segundo Goffman, só se tornam estigmas dentro de uma linguagem relacional, isto é, quando um conjunto de atributos depreciativos está relacionado a um estereótipo.

Se o atributo ou os atributos negativos não são conhecidos e nem imediatamente evidentes, essa pessoa é considerada uma pessoa desacreditável - por exemplo, um ex-presidiário, um viciado em drogas, uma prostituta. Mas quando os atributos negativos que distinguem um sujeito já são conhecidos pelos outros na interação ou são imediatamente evidentes, esse sujeito é percebido de imediato como uma pessoa desacreditada.

Neste tópico, falarei do preconceito racial, ou seja, dos estereótipos ligados à raça que fazem de alguns dos pesquisados pessoas desacreditadas nas interações que estabelecem com os outros em suas vidas cotidianas. O intuito não é discorrer sobre o preconceito em si, mas compreender de que maneira a percepção dos pesquisados sobre o preconceito sofrido e a forma como elaboram esse preconceito pode contribuir para o entendimento da relação estabelecidos-outsiders nas classes populares.

Os estereótipos e estigmas relacionados aos negros no Brasil foram legitimados no final do século XIX, quando surgem os primeiros estudos ditos científicos sobre a presença dos negros na sociedade brasileira. Teorias biológicas de cunho racista importadas da Europa afirmavam a superioridade da raça branca sobre as demais, o que induziu cientistas, políticos e elites agrárias nacionais da época a pensarem em soluções no sentido de diminuir ou atenuar

a presença dos negros na sociedade, fosse através da deportação para o continente africano, fosse pela importação de imigrantes europeus para a promoção da arianização do povo brasileiro (GUIMARÃES, 2017; HASELBAUG, 2005). Portanto, a legitimação da desigualdade desde cedo esteve calcada na naturalização ou na biologização da inferioridade dos negros.

No decorrer da história brasileira, os argumentos discriminatórios e racistas estiveram sempre sustentados na incapacidade dos negros de abandonarem a situação de miséria em que a maioria esteve imersa desde a abolição da escravatura. Foi Fernandes (2008) quem primeiro observou que negros e mulatos⁸³ foram alijados de pertencer à nova ordem competitiva pela distância social a eles imposta pelas elites brancas e pelo correspondente padrão de isolamento sociocultural. Com o advento da modernização da sociedade brasileira e da consequente transformação das relações produtivas, havia o enorme receio da perda de privilégios por parte das elites nacionais.

Segundo Fernandes, no início do século XX, com a presença já maciça dos imigrantes europeus no país, os negros foram desalojados das ocupações urbanas que preenchiam no comércio e no artesanato, e confinados a atividades mal remuneradas e degradantes. Na lavoura cafeeira, principal suporte econômico do país à época, os negros foram substituídos pelos europeus, considerados mais hábeis e industriais. Nas demais zonas agrárias, como no nordeste canavieiro, perpetuaram-se as relações de mando e de subserviência baseadas em arranjos contratuais cujo desequilíbrio pendia fortemente para o lado da elite latifundiária.

Por um lado, o autor observa que a introdução da ordem capitalista no país não sofreu qualquer regulação do Estado – até porque ele era dominado pelas elites oligárquicas –, sendo deixada ao curso livre e natural das relações entre dominantes e dominados, o que acabou minando em sua base os próprios fundamentos jurídicos e morais da ordem contratual, que na prática significou que o contrato de trabalho continuou a depender do status e do poder relativo das partes, prejudicando não apenas os trabalhadores brancos, mas mais agudamente os negros. Por outro lado, Fernandes acredita que a substituição da mão de obra negra pelo imigrante europeu tinha certo fundamento, já que os negros não haviam incorporado os pré-requisitos da ordem capitalista.

No fundo de toda essa questão, está a natureza das reações dos negros e dos mulatos ao trabalho livre. Para o branco, que contratava os trabalhadores em termos puramente mercantis, o que contava era o rendimento do trabalho, a observância das cláusulas dos contratos e o nível de remuneração desse fator da produção. Para o

⁸³ Uso aqui a terminologia do autor: negros e mulatos.

negro e para o mulato, tudo isso era secundário, como meros atributos do homem que fosse livre para vender e aplicar a sua força de trabalho; o que adquiria caráter essencial, no cerne de suas avaliações, era a condição moral da pessoa e a sua liberdade de decidir como, quando e onde trabalhar. Enquanto o estrangeiro via no trabalho assalariado um simples meio para iniciar “vida nova na pátria nova”, calculando se libertar dessa condição o mais depressa possível, o negro e o mulato convertiam-no em um fim em si e para si mesmo, como se nele e por ele provassem a liberdade da pessoa humana. Introduziam, portanto, elementos morais no contrato de trabalho, altamente desfavoráveis em uma ordem que timbrava por despojar a relação patrão-assalariado de obrigações e direitos extra econômicos (FERNANDES, 2008, vol. I, p. 45-46).

Jogados à própria sorte após a abolição e sem as condições psicossociais e morais adequadas para a inserção na nova ordem, os negros não receberam nenhum incentivo que os integrasse de forma convincente à sociedade competitiva de mercado. A situação imposta pelo contrato de trabalho soava aos negros como uma venda parcial ou total da sua própria pessoa ao outro, o que conflitava com a ideia que possuíam em relação à liberdade. Para Fernandes, faltava aos negros tanto a aptidão para se adequar satisfatoriamente à universalização do trabalho livre, como também capacidades psicossociais “segundo os modelos de organização do comportamento, da personalidade ou das instituições impostos pela ordem social competitiva” (2008, p. 68). Em resumo, faltava-lhes o *habitus* – no sentido bourdieusiano do termo – condizente com a nova ordem racional.

Segundo Fernandes, por conta de hábitos impostos, como a proibição da constituição de grupos familiares ou comunitários durante a escravidão no Brasil, negros e mulatos não foram capazes de constituir famílias – instância moral e social básica da modernidade – sem um alto grau de disfuncionalidade: “Deram-lhe a liberdade física, mas não lhe deram a liberdade moral e intelectual. Sem a capacidade de pensar e de agir, como poderia o negro transmitir aos seus filhos uma orientação mais firme e produtiva, numa sequência progressiva?” (FERNANDES, 2008, p. 111). Sendo a família o *locus* principal de socialização primária, os negros não conseguiriam desenvolver um tipo de personalidade e comportamento baseado no controle dos instintos no sentido de adaptarem-se à sociedade capitalista (ELIAS, 1993). A repetição de padrões disruptivos colaborou para a perpetuação das condições de desorganização social. Aspectos como pobreza extrema, vida familiar desorganizada, individualização egoísta e predatória, instrumentalização do outro mais vulnerável (criança e mulheres), constituíam uma situação de sobrevivência tão limítrofe que corroía internamente a possibilidade de qualquer vínculo de solidariedade, seja na família, em grupos comunitários ou associativos. Portanto, de acordo com Fernandes, foram os arranjos sociais da sociedade brasileira pós-escravatura que contribuíram de forma determinante para a

pobreza e a situação de marginalização dos negros e seus descendentes, e não qualquer tipo de inferioridade biológica ou psicológica dos negros.

No entanto, os estereótipos relacionados a determinados grupos sociais se constituem por uma série de associações que servem à categorização desses grupos. Essas categorizações, como bem explicou Goffman, são governadas por um processo cognitivo pré-reflexivo constituído por associações simbólicas inseridas no imaginário social de toda a sociedade, inclusive dos próprios negros. Esses estereótipos são também reafirmados e reproduzidos cotidianamente pelas instituições como a mídia, o mercado, a escola, enfim, pelas principais instituições da sociedade. Essa reprodução não ocorre à toa. Como disseram Elias e Scotson (2000), ela tem a função de fazer com que os membros dos grupos outsiders incorporem os atributos negativos que a eles são imputados. E, ao crer na própria inferioridade, não apenas aceitam como legítimos os privilégios dos grupos estabelecidos, como os justificam naturalizando a superioridade dos membros desses grupos.

Vejamos como isso ocorre na prática entre os pesquisados de cor preta. Ana diz que apesar de todas as dificuldades pelas quais passou na infância – a família de Ana pedia sobras de pão na casa de uma vizinha para comer –, foi feliz vivendo em um bairro no subúrbio da cidade, que à época mais se parecia com uma cidade do interior. As crianças costumavam brincar na rua, e a casa de seus avós estava sempre aberta para que Ana trouxesse seus amigos da vizinhança. Mas ela hoje percebe que não havia reciprocidade, porque não era convidada a frequentar a casa dos seus amigos. Quando havia festas de aniversário das crianças da sua rua, Ana não era convidada: o máximo que ela ganhava era um pratinho de bolo no dia seguinte. Ana percebe hoje que a causa da rejeição era devido ao fato dela ser preta. Porém, até a adolescência, ela não entendia bem porque isso ocorria e tampouco se importava, o que ela queria era continuar brincando com as outras crianças do bairro. Ana diz que começou a se dar conta da existência da discriminação contra ela, de fato, quando aos 14 anos se apaixonou por um garoto branco da vizinhança.

Isso existe (preconceito racial). Porque eu passei muito pelo preconceito quando eu era criança. (...) eu perdi um namorado que hoje eu poderia estar casada com ele, porque ele era branco e eu sou negra. Então eu tive essa oportunidade ... porque eu, negra, pobre, cabelo duro, e a família dele era branca, loira, do olho azul. Eu perdi dois namorados por causa da minha cor. Mas teve um que me marcou mais. Ele era meu vizinho, desde pequeno a gente brincava junto, a gente cresceu junto. Começamos a namorar com 11 anos, brincava e daqui a pouco estava se pegando. E com 14 anos, quando a família começou a ver que o negócio estava ficando sério, tirou ele de perto de mim (Ana, preta, 44 anos, viúva, faxineira/cuidadora de idosos).

Segundo Ana, a família obrigou o garoto a viver na casa de parentes em outra cidade no interior do Estado. Foi quando ela percebeu que o máximo que poderia ter com os seus amigos de infância era uma amizade restrita ao âmbito da rua, porque ela era preta. Como outros pesquisados que são também pretos, Ana só veio a ter consciência do racismo na adolescência. Porém, hoje ela diz que aprendeu a lidar com isso, diz que procura viver a vida sem prestar muita atenção a “essas coisas”, pois segundo ela, “não vale a pena perder tempo com isso”. Mas será que o discurso de Ana se confirma na prática?

Ana é uma mulher bonita, que cuida do seu corpo fazendo atividades físicas regularmente. Ela diz estar satisfeita com a sua aparência, mas confessa que tem uma única coisa que lhe dá trabalho, o seu cabelo crespo. Ela faz relaxamento na raiz dos cabelos para “domá-los”⁸⁴.

Eu não faço cabelo em qualquer lugar, porque cabelo de negro é complicado, então a gente não pode fazer em qualquer lugar e com qualquer pessoa. Porque cabelo de negro é caro, porque são cabelos duros, é cabelo que a raiz é dura, então ele sai caro, não é em qualquer lugar e qualquer pessoa que consegue fazer, entendeu? Antes eu alisava de vez em quando com o ferro quente. Eu passei Henê, mas não me dei bem. Aí deu ferida e tudo, aí minha avó parou de passar. Aí usava trancinha, ferro quente no cabelo pra alisar, botava um rococó ali e outro aqui (Ana, preta, 44 anos, viúva, faxineira/cuidadora de idosos).

Como visto, desde cedo Ana incorporou, através dos cuidados da avó com ela, a ideia de que seus cabelos precisavam ser “domados”, de que havia algo errado com eles. Ana diz que é impossível não fazer um tratamento para domar os cabelos, e ao mesmo tempo ela procura justificar de algum modo essa preocupação, dizendo que adora a sua cor de pele, não presta atenção em preconceito racial e tem uma autoestima muito boa. Ela tentou, inclusive, usar o cabelo de forma natural, sem alisamento, ao estilo *black power*, que ela acha lindo, mas considerou que não combinava muito com ela. Ela diz que não se sentia ela mesma daquela forma.

O cabelo do negro, visto como “ruim”, “uma coisa a ser domada” é uma expressão do racismo e da desigualdade racial, da inferiorização naturalizada e incorporada. Mudar os cabelos assumindo-os da forma natural e se sentir bem requer de Ana que ela deixe de acreditar nos estigmas que são imputados aos pretos, um trabalho de consciência sobre os mecanismos de inferiorização ao qual Ana não teve e continua não tendo acesso pelas

⁸⁴ Esse é um gasto com a aparência que a maioria das pesquisadas afrodescendentes (pretas e pardas) declararam ter.

circunstâncias estruturais que determinaram a sua situação de classe e o seu lugar na sociedade.

De fato, a preocupação com o alisamento do cabelo está ligada à necessidade de obter uma estética semelhante à estética considerada legítima: aquela da mulher branca de cabelos lisos predominante nos grupos estabelecidos. Significa que os estereótipos de inferioridade em relação à aparência física dos negros persistem mesmo naquelas pessoas que parecem ser bem resolvidas porque são incorporados e reafirmados pelo racismo manifesto contínua e difusamente pela sociedade. Vale lembrar que Ana foi impedida de continuar o namoro com garotos brancos por conta da sua cor. Talvez por essa razão, os cuidados com a aparência não se restringem aos cuidados com o cabelo: “Até porque a gente sempre andou muito arrumado e tal. Eu sempre andei muito arrumadinha”. A preocupação em andar bem “arrumadinha” e “bem apresentável” foi percebida em outros depoimentos, principalmente entre os que são pretos. Esses consideram a apresentação através da vestimenta adequada e do cabelo domado (no caso das mulheres) muito importante para não serem identificados como alguém perigoso ou sem valor social.

As experiências de vida de Ana, que a marcaram através da dor e do sentimento de rejeição e exclusão, contribuíram para a construção da sua baixa autoestima. Ainda que negue, a insegurança quanto ao uso do seu cabelo natural está relacionada à sua aparência física, aparência determinada de antemão pelas expectativas morais que os outros têm sobre ela, mulher preta e pobre.

Já Eduardo demonstrou ter desenvolvido uma racionalidade prática para lidar com o preconceito, afirmando que se for se importar com tudo que acontece com ele nesse sentido, a sua vida seria muito difícil. Desde que rompeu os limites do seu mundo de infância, “nos bairros que eu morava (...) era misturado, tinha mais gente negra”, até quando foi seguido pela primeira vez pelo segurança do supermercado no subúrbio onde morava, Eduardo começou a se dar conta do preconceito que colocava em xeque a sua moralidade. Daí em diante ele sofreria preconceito racial em ambientes religiosos, de trabalho, comerciais, entre amigos e em abordagens policiais.

Foi a partir dos 16 ou 17 anos que Eduardo diz ter realmente começado a perceber que a cor da sua pele fazia diferença no modo como as pessoas o tratavam.

Você chegar em alguns lugares, entendeu? E a pessoa começar a te olhar por você ser assim negro, você ser preto. Você viu que os olhares eram diferentes, entendeu? Olha, estava todo mundo ali, mas aí neguinho falava assim: “– O único negão é você, aqui”, entendeu? Já começava as brincadeiras. Na hora de pegar uma parada:

“– Manda neguinho pegar ali”, “– Vai lá neguinho, pega lá”. Porque você é preto, você é que tem que pegar as coisas (Eduardo, preto, 44 anos, casado, técnico de elevador).

O preconceito ficou mais óbvio ainda quando, aos vinte e dois anos, Eduardo começou a frequentar uma igreja evangélica no bairro onde morava. Ele conta que fazia evangelização todos os domingos nas imediações da igreja, além de chegar mais cedo para preparar o lugar para o culto limpando as instalações. Mas sentia que o pastor o discriminava e fazia o mesmo com um colega seu, também preto, com quem estava sempre junto.

Eu ia na rua falar da palavra de Deus pro pessoal, eu o meu colega. Aí beleza, fazia a evangelização, aí tinha um horário que a gente ia arrumar a igreja e coisa e tal pra ter o culto, né? Aí eu chegava cedo e arrumava, eu e esse meu colega e, no finalzinho, a gente ia pra casa e tomava um banho. Chegava o pastor e mandava a gente ir lá pra trás. Porque eu e este meu colega, a gente era preto, né? Aí mandava a gente lá pra trás, eu falei assim: “– Cara, eu vou sair, porque ele só manda nós dois lá pra trás. Cara, é porque a gente é preto”. Então eu vi o preconceito. Aí eu falei: “– Cara, isso aqui não está me fazendo bem”, e acabei saindo (Eduardo, preto, 44 anos, casado, técnico de elevador).

Eduardo percebeu que era considerado bom para fazer o serviço pesado, mas não era bom o suficiente para representar a igreja permanecendo próximo ao pastor. O estigma desacredita de antemão Eduardo e, pelo fato dele ser preto, todos os estereótipos relacionados à sua característica física poderiam “contaminar” a imagem do pastor e da sua igreja. Essa foi, provavelmente, a razão pela qual o pastor não permitia que ele e o amigo ocupassem aquela posição durante os cultos. Eduardo não correspondia ao conjunto de expectativas que o pastor possuía sobre alguém que merecesse ocupar aquele local: a identidade virtual de Eduardo, na concepção do pastor, não correspondia àquele papel, o que significa que a cisão social entre estabelecidos e outsiders determina na prática os papéis sociais que cada um pode ocupar na sociedade.

No entanto, o episódio mais significativo em relação ao preconceito na vida de Eduardo ocorreu quando, certa vez, ele estava a caminho do trabalho. Eduardo conta que trabalhava como carregador de caminhão em uma transportadora havia alguns anos, quando a empresa passou a apresentar dificuldades financeiras e, por esse motivo, começou a atrasar o pagamento dos salários e a entrega dos benefícios, como o vale-transporte. Sem dinheiro para pegar as duas conduções necessárias para chegar ao trabalho, Eduardo pegava apenas um ônibus e fazia o resto do percurso a pé, passando por dentro de uma favela para cortar caminho. Em uma dessas ocasiões, ele foi abordado pela polícia militar e, antes que pudesse

explicar que estava a caminho do trabalho, foi retido pelos policiais e jogado de forma truculenta contra uma parede.

Em algumas ocasiões, a gente vinha a pé, saltava em certa parte do caminho e vinha a pé, porque eu não tinha dinheiro para a outra condução, porque a empresa não dava, né? Então, quando eu passei dentro de uma comunidade e eu fui abordado pela polícia, a polícia me tacou na parede, me botou sentado no chão junto com os bandidos lá. Foi na favela Parque Columbia, fica perto da Pavuna. Eu pegava no trabalho de tarde, de duas da tarde até dez da noite. Foi à tarde que a polícia me abordou. Então eu fiquei muito aborrecido. Eu andava com uniforme da empresa, crachá, com tudo, mas aí eles não quiseram saber de nada. Tentei falar que eu estava indo para o serviço. Aí eu estava de walkman, aí os caras me jogaram na parede, aí eu já fiquei nervoso, e eu cheguei muito atrasado na empresa (Eduardo, preto, 44 anos, casado, técnico de elevador).

Pergunto a Eduardo se a polícia ficou com o walkman dele, Eduardo respondeu: “Não, a polícia não me levou nada, levou minha moral, né?”. O que o livrou de um desfecho talvez mais violento e irreparável que pudesse vir a ter a abordagem policial foi que a experiência no exército fez com que Eduardo, na primeira chance, depois de algum tempo retido, se referisse aos policiais pelas patentes. Assim ele obteve uma chance de se explicar e retirar da bolsa seu uniforme e seu crachá, podendo então provar que era trabalhador, não bandido.

Os sentimentos suscitados em Eduardo ao viver a situação narrada foram de humilhação e raiva pela injustiça sofrida, quando ele sentiu que a sua dignidade havia sido roubada.

É humilhação, impotência, porque você não pode fazer nada, porque você está dentro de uma comunidade e pra pessoa fazer alguma coisa e forjar alguma coisa é super fácil, entendeu? Então, eu queria falar, mas não podia falar, eles não deixaram eu falar, então eu fiquei... Cara, só passava revolta pela minha cabeça, vontade de pegar aquilo tudo e sair correndo. Senti medo, porque eles batiam nos outros caras. Eles iam batendo nos outros caras. Já tinha outros caras presos lá e à medida que passava alguém lá, eles pegavam, perguntavam alguma coisa e colocavam sentado no chão, chutavam. Quando ele me mandou parar e eu não escutei porque eu estava de walkman, daí ele me jogou contra a parede, eu senti muita raiva. Então eu senti muita impotência, que você não pode fazer nada, que você tem que se sujeitar a muitas leis. Aí eu vi que a pessoa de bem não é respeitada. Hoje em dia existe muito direito, mas, para o bandido, para pessoa de bem, nada (Eduardo, preto, 44 anos, casado, técnico de elevador).

Eduardo acredita que a abordagem ocorreu porque ele é preto. Ele diz que, em outras situações, nas quais foi abordado pela polícia e estava na companhia de colegas brancos, os policiais só revistaram ele. Como ficou um tempo considerável retido pela polícia, Eduardo chegou muito atrasado ao trabalho e também muito agitado pelo ocorrido e acabou então se desentendendo com o chefe quando ele chamou a sua atenção pelo atraso, sem lhe dar

oportunidade de se explicar (novamente sem voz). Como consequência, além de ter a sua dignidade abalada pela agressão policial, Eduardo perderia, em seguida, o emprego.

É interessante observar o fato de que Eduardo parece não condenar a truculência e a violência da abordagem policial em si quando ele diz, “Aí eu vi que a “pessoa de bem” não é respeitada. Hoje em dia, existe muito direito, mas, para o bandido, para pessoa de bem, nada”. O descumprimento da lei por parte da polícia e o desrespeito dos direitos de cidadania não são questionados por Eduardo; o que o deixou indignado foi o fato dele ser tratado como um outsider. Significa que Eduardo não apenas incorporou o discurso dos estabelecidos, mas que esse discurso tem o efeito de colocar os pobres uns contra os outros, produzindo um sentimento de desprezo e intolerância que se torna um obstáculo às formas de solidariedade e de coesão social, além de encobrir possíveis causas da violência e da marginalidade.

Um bom exemplo do que acabei de falar pode ser conferido no exemplo dado por Vera. À época que realizei as entrevistas com ela, estavam ocorrendo eleições municipais no país, o candidato no qual Vera votaria era aquele indicado pela IURD, o bispo Marcelo Crivella. Questionada por mim sobre seu voto, Vera me respondeu que, quanto mais evangélicos ocupassem cargos políticos, tanto melhor seria a expansão dos espaços onde poderia ser levada a palavra de Deus. Quanto ao candidato mais progressista nessa eleição, Marcelo Freixo, Vera, assim como outros pesquisados, revelou que não votaria em alguém que defende “direitos humanos para bandido”.

A contradição representada pela rejeição às ações de direitos humanos vinda desses pobres é algo que impressiona, uma vez que estas se constituiriam como um mecanismo em defesa daqueles que são mais pobres e mais carentes, garantindo-lhes os direitos de cidadania. No entanto, a rejeição deve ser enquadrada sob a ótica da relação entre pobres dignos (estabelecidos) e pobres indignos (outsiders), oposição que, justamente, dificulta enormemente qualquer solidariedade entre os pobres. Ela é alimentada pelo desprezo e pela raiva que os pobres “de bem” sentem pelos “pobres marginais”, porque os últimos seriam a fonte de todos os estigmas dos quais querem se dissociar.

Vejamos o caso de Nara que foi entrevistada quando as eleições municipais já haviam ocorrido e o bispo Marcelo Crivella já havia sido eleito prefeito da cidade. Nara estava com o salário atrasado e um tanto apreensiva em relação à manutenção do seu posto de trabalho porque o novo prefeito ameaçava cortes na área da saúde que a afetavam diretamente. Ironicamente, Nara havia votado nele, pois acreditava que, caso o seu adversário fosse eleito,

ele liberaria o uso de drogas, e Nara disse enfaticamente que tem aversão às drogas. Ela afirma que entre a liberação do uso de drogas e a Igreja Universal, preferiu a Igreja.

O conformismo de Nara pode ser conferido em sua narrativa do episódio de assassinato do seu primeiro marido, quando associa justamente a causa da sua morte, aos vinte e quatro anos, ao uso de drogas.

Ele estava no lugar errado, na hora errada, enfim, fazendo o que não devia. Justo nesse dia tinha tido um assalto no Meier⁸⁵ e vieram procurando os assaltantes desde o Meier dentro da linha do trem até aqui próximo. Coincidiu dele estar dentro da linha do trem⁸⁶, e aí ... Você é policial, vê um preto e um branco, você está dentro da linha do trem caçando bandido, você vai perguntar ainda se é bandido ou se é trabalhador? Eu não perguntaria. Se eu sou polícia, eu ia atirar mesmo. Tá correndo! E se tá correndo é porque está devendo. Esse foi o meu pensamento quando eu soube de toda a história. E foi o que aconteceu (Nara, branca, 32 anos, separada, agente de saúde).

Segundo Nara, o marido não costumava fazer uso de drogas em casa por causa dos filhos, apenas fora e a linha do trem no trajeto entre estações era um desses locais. No dia em que foi assassinato pela polícia, ele, que era branco, estava na companhia de um amigo preto. Os dois provavelmente correram quando avistaram a polícia para não serem pegos em flagrante com drogas. Intimidada pelos policiais que assassinaram seu marido e que vieram logo em seguida até a sua casa fazer perguntas sobre a família, Nara achou melhor não ir até a delegacia, dias depois, quando foi intimada a fazer o reconhecimento dos policiais que provavelmente cometeram o crime. Temendo pela vida da sua família, que reside na mesma localidade, Nara acabou abandonando o caso, justificando para si mesma que o marido tinha boa parte da culpa pelo que lhe havia acontecido e, se essa tinha sido a vontade de Deus, ela não poderia fazer mais nada.

É interessante observar que Nara culpa o marido pela sua própria morte. Ela se sustenta em um pensamento que culpabiliza os próprios pobres pelos infortúnios que lhes acometem, e que, nesse caso, justifica toda a arbitrariedade e ilegalidade policial. Segundo Malaguti (2014), a conjuntura inicial de formação do Estado nacional brasileiro pode ser entendida a partir da luta pela hegemonia política, cultural, racial e simbólica da elite branca do país. No século XIX, no Rio de Janeiro, a política de confinação dos escravos nas fazendas obedecia a um rígido controle de seus deslocamentos. Com o fim da escravidão, a repressão não diminuiu, apenas modificou seu modus operandi, através da formação de uma república

⁸⁵ Meier, bairro da Zona Norte da cidade.

⁸⁶ Linha de trem pertencente ao Ramal de trem Deodoro-Central do Brasil que liga os bairros da Zona Norte da cidade até à Zona Central.

excludente e intolerante que legitimou as diferenças através da lei⁸⁷ por meio de um projeto autoritário, cuja eficácia das instituições de controle social se fundou na capacidade de intimidação que estas são capazes de exercer sobre as classes subalternas (p. 37).

Malaguti observa também que, além do exercício continuado da força e da repressão, o paternalismo no Brasil exerceu e ainda exerce um papel fundamental no controle sobre as classes populares, “uma política de domínio com rituais próprios de afirmação e estratégias de dissimulação e de estigmatização de adversários sociais e políticos” (p. 66). A pobreza, compreendida como defeito moral, auxilia na formação da consciência da dependência, das hierarquias e dos “lugares sociais”, naturalizando-os.

A ideia de que os pobres são portadores naturais de defeitos morais é alimentada diariamente: ela contribui, como observado no caso de Nara, para culpabilizar os próprios pobres pela violência que os acomete, mantendo encobertas as estruturas constituídas pelos grupos dominantes ou estabelecidos para a reprodução das estruturas que mantêm seus privilégios. O discurso dominante produzido contra as ações voltadas para o cumprimento dos direitos humanos, além de ter como objetivo legitimar entre os próprios pobres a violência policial, acaba por jogar uns contra os outros, retirando possibilidades de solidariedade de classe, de percepção das situações desfavoráveis que induzem à marginalidade e, até mesmo, de entendimento que existem direitos adquiridos que devem ser respeitados.

A violência policial sofrida por Eduardo revela o risco constante de rebaixamento social e a conseqüente humilhação a que estão expostos os pesquisados, pois mesmo sendo trabalhador, Eduardo, assim como outros aqui retratados, corre cotidianamente o risco de ser identificado como pessoas sem valor social dado que os estereótipos relativos à cor fazem

⁸⁷ Holston (2013) desenvolveu a ideia de que as diferenças substantivas no Brasil são legitimadas pela lei e acabam por se converter também em diferenças simbólicas. O autor observa que a ideia da cidadania formal fundada de acordo com os princípios do Estado-nação, juntamente com a distribuição substantiva de direitos, significados, instituições e práticas, de fato, gera cidadanias específicas a partir das contingências históricas e sociais das quais essas cidadanias emergem. No caso brasileiro, o autor afirma que temos um tipo de cidadania includentemente desigual. Discordando da análise social que fez DaMatta (1997) em relação ao binômio indivíduo-pessoa, Holston afirma que, em todas as sociedades, incluindo a americana, existe a exigência por privilégios e por um tratamento pessoalizado, portanto, isso não seria uma particularidade da nossa cultura. Entretanto, para Holston, a lei brasileira, desde sua constituição inicial que uniu a todos, o fez através de uma cidadania diferenciada legalmente, ela “[...] trata todos os indivíduos como iguais de acordo com as distinções pessoais legalizadas” (p.45), ela se utiliza de diferenças sociais como propriedade, educação, raça, gênero e ocupação, resultando em tratamento diferenciado para os cidadãos. Mas essa não seria também uma particularidade brasileira segundo Holston, para ele a cidadania moderna em qualquer lugar do mundo é um sistema de distribuição desigual, que se configura como “[...] meios fundamentais pelos quais os Estados-nação reconhecem e administram algumas diferenças como sistematicamente proeminentes, ao legitimá-las ou igualá-las para propósitos diversos” (p.28). Isso significa que o sistema de cidadania em qualquer Estado-nação serve para administrar as desigualdades em diferentes graus de acordo com a contingência histórico-social de cada país. Significa também que, quanto maior as desigualdades substantivas, maior o grau de desigualdade formalizada na lei.

desses indivíduos pessoas de antemão desacreditadas. Talvez isso explique o fato de tanto Ana quanto Eduardo se preocuparem muito com a apresentação pessoal. Ele considera muito importante andar adequadamente vestido e se gaba do fato de nunca sair de chinelos nem na porta de casa. Assim como Ana, Eduardo ele diz:

Eu acho que se você andar um pouquinho mais arrumado, as pessoas não torcem o nariz para você. Eu acho que eu passei a ter mais esta preocupação com uns 16 anos. Eu fui no mercado e alguém torceu o nariz pra mim. Eu tava de short, chinelo, camiseta e alguém torceu o nariz pra mim, entendeu? Eu tava com a minha mãe, ela foi pegar alguma coisa e eu fui para o outro lado. O segurança veio atrás de mim, e a minha mãe, ela percebeu. Eu não percebi nada, mas a minha mãe percebeu e bateu boca com ele. Minha mãe, como já te falei, é branca. Daí eu comecei a andar mais bem arrumada (Eduardo, preto, 44 anos, casado, técnico de elevador).

A racionalidade prática de Eduardo para vencer o preconceito se traduz no cuidado com que ele procura se vestir e na valorização que ele dá ao uniforme da empresa onde trabalha. Mesmo podendo se deslocar até o trabalho com roupas comuns, Eduardo faz questão de trabalhar uniformizado, até porque no uniforme consta o nome da empresa para a qual ele trabalha. E como fez questão de dizer em vários momentos das nossas entrevistas, ele trabalha para aquela empresa que é a “número 1” no ramo de elevadores. Ao andar com o uniforme da empresa, Eduardo pretende comunicar algo sobre sua identidade real: ele pretende atenuar os estigmas a ele relacionados.

É esse o tipo de racionalidade prática que Eduardo pode acionar dadas as suas circunstâncias de vida. Por exemplo, ele sabe que existe uma lei⁸⁸ que proíbe a discriminação no uso de elevadores sociais no município do Rio de Janeiro, pois ele fez referência a isso durante a entrevista. Apesar disso, Eduardo não buscou acionar a lei em seu favor quando foi discriminado por um morador do prédio onde trabalhava, que o intimou a usar o elevador de serviço, quando de fato, Eduardo estava apenas consertando o elevador social.

Acontece que, além dos poucos recursos sociais, culturais e econômicos que Eduardo possuiu para acionar os mecanismos legais que façam valer os seus direitos, essa não é uma questão refletida por ele, e não é refletida até mesmo pela falta desses recursos. Eduardo pode ter até sentido raiva na hora que ocorreu o incidente, mas em certo sentido ele acha que a lei

⁸⁸ Trata-se da Lei Municipal nº 3629 de 28 de agosto de 2003, que estabelece que é vedada qualquer forma de discriminação em virtude de raça, sexo, cor, origem, condição social, idade, porte ou presença de deficiência e doença não contagiosa por contato social no acesso aos elevadores existentes no Município do Rio de Janeiro, estabelecendo, também, que o transporte de pessoas deve se dar pelo chamado elevador social. A exceção se aplica unicamente ao transporte de volumes, cargas ou, no caso de serviços de obras ou reparos e em trajés de banho, situações em que as pessoas devem ser orientadas a utilizar o elevador de serviço.

de injúria racial acaba acendendo conflitos sociais desnecessários. Na verdade, ele chega a dizer que ela é injusta.

Antes de fazer a injúria racial, agora a pessoa pensa duas vezes, “– Pô, se chama o cara ali de, “– Aí macaco!”, o cara pode me processar e coisa e tal”, ainda mais com testemunho. Mas se eu te chamar assim: “– Oh, branquela, oh leite azedo!”, aí você não pode me processar. Mas eu te chamei de branquela, de leite azedo (Eduardo, preto, 44 anos, casado, técnico de elevador).

O fato de Eduardo considerar a lei de injúria racial uma lei injusta para os brancos aponta para um efeito importante que leis deste tipo têm sobre os pretos ou os pobres: elas expõem a cisão social. Essa lei é entendida por Eduardo como uma proteção ou tutela concedida pelo Estado a um grupo incapaz de se impor por si só. Assim como as cotas étnico-raciais, essa lei acaba reafirmando a suposta inferioridade dos negros. Ao interpretar a lei dessa forma, Eduardo está reivindicando um tratamento igualitário por parte do Estado, o qual ele entende, deve ser concedido aos indivíduos e não a grupos de indivíduos específicos. Isso porque, conforme a ideologia dominante da meritocracia incorporada por Eduardo, todos são iguais, todos têm a mesma capacidade, basta o esforço pessoal para vencer. E, dessa forma, vencer o preconceito racial se torna uma questão individual e particular de provar o mérito pessoal, não uma questão de se identificar com um grupo ou uma causa comum.

O que acabei de dizer pode ser ilustrado através de outro exemplo fornecido por Eduardo, que descreveu um episódio quando ele e alguns colegas foram ao shopping Rio Sul⁸⁹ resolver questões referentes ao trabalho deles em uma empresa localizada no mesmo prédio onde fica o shopping. Uma vez lá, decidiram aproveitar para “ver as vitrines” e depois tomar um chope na praça de alimentação. Em determinado momento, Eduardo e os amigos perceberam que estavam sendo seguidos pelo segurança. Eduardo diz que eles não se abalaram nem um pouco, sentaram e tomaram chope como clientes normais que, de fato, eram. Ele confessa que a sua segurança hoje reside no fato de poder pagar pelo que consome.

Porque hoje em dia, é aquele negócio assim, eu posso comprar. Eu não posso comprar aquele negócio assim, muito caro, mas eu posso comprar. Eu tenho um cartão de crédito e, Graças a Deus, eu posso comprar. Eu não preciso ficar me rebaixando (Eduardo, preto, 44 anos, casado, técnico de elevador).

Em se tratando de identificação, segundo Goffman (1982), os documentos que a pessoa traz consigo funcionam como uma espécie de prova de sua identidade pessoal. E entre

⁸⁹ Shopping Center localizado na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, área considerada economicamente nobre na cidade.

esses documentos, eu diria que o cartão de crédito é especialmente valorizado, haja vista simbolizar o sucesso do seu portador na ordem competitiva de mercado, “[...] Os cartões de crédito atestam superficialmente a identidade pessoal, útil na decisão de se dar ou não crédito ao indivíduo, mas, além disso, atestam que ele pertence a uma categoria social que garante tal crédito” (GOFFMAN, 1982, p. 71).

No caso de Eduardo, o cartão de crédito atenua a sua condição de pessoa desacreditada. Eduardo é um homem das classes populares que conseguiu se especializar em uma profissão um pouco mais valorizada do que, por exemplo, carregador de caminhão, profissão que depende muito mais da força física do que da capacidade intelectual. Ele se sente orgulhoso da profissão e de poder ser respeitado, ainda que parte do respeito que ele receba da sociedade advinha da sua capacidade de consumo. E é dessa forma individualista que ele consegue se opor às injúrias raciais direcionadas a ele. De fato, Eduardo não recusa a dinâmica estabelecidos e outsiders, ele luta para estar ao lado dos estabelecidos, não percebendo que o seu poder nessa luta é infinitamente inferior aos das pessoas brancas da classe média estabelecida e, por isso mesmo, está sujeito cotidianamente a avaliações negativas sobre a sua pessoa.

A falta de disposição de alguns entrevistados para buscar seus direitos foi um dado que também demonstra a operacionalidade da relação estabelecidos-outsiders. Um caso emblemático é o de Irene, que diz se sentir muito constrangida na presença de um juiz.

Caramba, eu imagino essas mulheres que vão para pedir pensão, como é que não é a situação. E eu não me vi nessa situação no tribunal, nem nada, nunca pedi pensão, nem pedi nada na justiça trabalhista, não é a minha cara. Eu acho que ficar na frente de um juiz me constrange. Eu não sei te explicar, mas não é legal. Não é legal pra mim, eu acho que isso aí não deveria existir. Eu vou botar na justiça a firma, chega lá na hora dá tudo errado, a firma está sempre na razão (Irene, preta, 53 anos, casada, copeira).

O constrangimento de Irene parece estar associado à sensação de inferioridade que provavelmente ela sente perante figuras de autoridade, como um juiz ou o médico com quem ela costuma se consultar no INSS a respeito de um problema crônico de saúde. Essa sensação de constrangimento é tão poderosa que ela prefere não buscar seus direitos. Irene não se sente à altura de reivindicá-los, porque, além da falta de recursos materiais e simbólicos para tal, ela incorporou todos os estigmas dirigidos a ela enquanto mulher preta e pobre. É justamente esse o efeito dos estigmas imputados às pessoas dos grupos outsiders. A incorporação da inferioridade como uma verdade enfraquece a autoestima, gerando insegurança e impotência

e, como resultado, isso mantém os dominados no lugar a ele determinados no espaço social, o que explicaria o imobilismo em relação à reivindicação de justiça social.

Jorge também parece ter desenvolvido uma espécie de racionalidade prática para lidar com a discriminação racial. O trabalho de Jorge fica a menos de meia hora da sua casa, e ele costuma fazer esse percurso de bicicleta. Assim, pode economizar o vale transporte que recebe. Mas, para se prevenir, ele só faz o percurso de bicicleta com o crachá da empresa pendurado no pescoço, de forma que fique bem visível.

Quando vou trabalhar, no trabalho, eu vou trabalhar de chinelo e de camiseta. Lá eu boto uniforme. Antes de ir, claro, levo meu documento, coloco meu crachá na frente, para qualquer coisa, sabe como é na rua, né? Hoje em dia tem assalto de bicicleta, assalto a pé, aí como sou negro, de repente passando, de repente assim, um exemplo, antes de eu passar já aconteceu alguma coisa ali na frente, aí a bicicleta do garoto (assaltante) era igualzinha à minha, de repente, ele é mais ou menos parecido comigo. Aí me param, até... Como te falei antes, até descobrir que não sou eu, para ver que estou indo trabalhar mesmo, de verdade (Jorge, preto, 31 anos, separado, carregador de caminhão).

Jorge tem que se preocupar e estabelecer estratégias para não ser preso pelo simples fato de ser preto. Contudo, a preocupação maior dele é que, se tal incidente viesse a acontecer, isso poderia prejudicar o seu trabalho, pois poderia acontecer de ele ser levado até a delegacia apenas para averiguação para ver se não é fichado ou procurado por algum delito. E, depois, ele teria que levar uma declaração policial na empresa para explicar o “mal-entendido”, a declaração poderia demorar a sair. “Como te falei antes, até descobrir que não sou eu, para ver que estou indo trabalhar mesmo, de verdade... aí sabe como é, né? Aquele nosso dilema brasileiro, é ficar enrolando a pessoa”. O dilema brasileiro ao qual Jorge se refere não é o preconceito racial, mas a burocracia estatal que ele teria que enfrentar para conseguir a declaração que justificaria, para a empresa onde trabalha, que ele foi erroneamente confundido com um assaltante. Mesmo diante do absurdo de tal situação, Jorge tem consciência de que todos os ônus resultantes do “mal-entendido” pesariam sobre ele.

Para evitar situações similares a essa, Jorge prefere viajar em pé quando usa transporte coletivo.

No ônibus também, você senta do lado, eles ficam achando que a gente vai fazer alguma coisa. [...] porque tem muita gente que infelizmente tem muita titica na cabeça, para não falar besteira, tem gente também que procura, dá motivo. Aí pessoas que não tem nada a ver, como eu ... acham que a gente está do lado de lá, é fogo! Porque tem, tipo assim, tem gente que dá motivo, como eu te falei, dá motivos, em vez de arrumar um trabalho, vai para rua roubar os outros, roubar trabalhador. Aí eu vou sentar do seu lado, vou te dar motivos também. Vou estar aqui quietinho na minha, curtindo minha musiquinha, mesmo assim você vai ficar desconfiada. Eu prefiro levantar. Eu levanto, ou então tiro meu crachá e boto aqui

para o pessoal ver que estou indo trabalhar ou saindo do trabalho, mas eu prefiro levantar mesmo (Jorge, preto, 31 anos, separado, carregador de caminhão).

Por ser preto e pobre, ele acredita que pode ser confundido com um marginal em qualquer uma das situações acima citadas. Goffman (2010), a respeito do comportamento em lugares públicos diz que:

A regra de comportamento que parece ser comum a todas as situações e exclusiva a elas é a regra que obriga os participantes a “se encaixarem”. [...] o indivíduo deve ser bom e não causar um escândalo ou uma perturbação; ele não deve atrair a atenção indevida para si mesmo [...] (p.21).

Para se encaixar, não chamar a atenção para si e não causar nenhuma perturbação, como deixar os outros apreensivos em relação a ele, Jorge desenvolveu estratégias que o ajudam a lidar com tais situações. Enquanto portador de uma identidade virtual desacreditada e que, portanto, pode despertar suspeita sobre si, Jorge procura se antecipar a qualquer situação desagradável que possa surgir através da regulação consciente e intencional de seu comportamento em lugares públicos, o que provavelmente demanda um desgaste emocional que se configura como mais uma forma de retirada de direitos de pessoas como Jorge.

Outra estratégia de Jorge para não ser confundido com um marginal ou um favelado é andar “arrumadinho”, “cabelo cortadinho” e, sobretudo, saber falar, jamais falar gírias quando estiver fora da favela. Ele presta bastante atenção para parecer educado: “Eu moro cá, mas eu tento aprender também do lado de lá, entendeu?”. Jorge acredita que tem que assumir um comportamento diferente daquele que ele está acostumado a ter quando está na companhia de amigos na favela, do contrário não será respeitado em determinados lugares fora da favela.

Infelizmente, vamos botar assim, às vezes a gente vai comprar uma coisa na rua, a gente fala que é do morro, não dão mais atenção para a gente. A gente tem que dar bom dia, falar com educação, gíria a gente deixa pro morro. Não confundir as coisas. Porque não adianta eu chegar lá e falar “- Já é, tranquilo, não sei o quê” (Jorge, preto, 31 anos, separado, carregador de caminhão).

A percepção dos pesquisados de que existe um tipo de comportamento específico e adequado a ser seguido, mesmo que eles não articulem dessa forma, pode ser assinalada na declaração de Eduardo, quando ele diz que desenvolveu maior controle sobre as suas emoções. Ou quando Jorge se refere às gírias, que são permitidas apenas entre os amigos dentro da favela, pois elas denotam falta de formalidade e são associadas à marginalidade. Tal aspecto confirma as premissas de Bourdieu (2008) quanto à importância do *habitus* nas dinâmicas classificatórias e valorativas entre os grupos sociais.

Mas, de acordo com o que observei, não basta aos pretos, especialmente aos pretos pobres, serem trabalhadores disciplinados e honestos para terem confirmados a sua moral e o seu valor social. Existe, ainda que de forma difusa, a associação e a identificação deles com imagens negativas, relativas ao elemento improdutivo, indisciplinado, desqualificado, incapaz, ameaçador, bandido e marginal. Isso revela a carga do preconceito racial entre nós e o quanto isso contribui para a manutenção da desigualdade de poder entre pretos e brancos.

Tanto Jorge quanto Eduardo parecem entender o peso dos estereótipos que são a eles imputados, mas ambos justificam a discriminação sofrida como consequência da atuação criminosa dos outros pobres outsiders que têm as mesmas características físicas que as deles. Incapazes de lutar contra o racismo, por falta de recursos simbólicos e materiais para isso, e por terem que batalhar a cada dia pela sobrevivência imediata em um mundo sobre o qual não têm quase nenhum controle, eles procuram negar ou atenuar o preconceito, afirmando que quem se apega a isso está de fato se aproveitando de um vitimismo que serve para justificar a falta de força de vontade individual.

A incorporação do discurso dominante talvez seja a única estratégia à mão para lidar com a cisão social praticamente naturalizada, contra a qual há duas escolhas possíveis: aceitá-la e tentar sobreviver dentro dos moldes da legalidade e da meritocracia, ou se colocar contra isso da única forma possível de fazê-lo, que é desafiando as regras e as leis da sociedade estabelecida através do comportamento criminoso. Isso ocorre porque uma terceira via, aquela da consciência de classe e de raça, que pudesse ser despertada pelo sentimento de injustiça e que levasse a algum tipo de reflexão e de luta socialmente organizada, está muito distante do mundo vivido por Jorge, Eduardo e pelos outros pesquisados, principalmente porque a causa do preconceito e da discriminação não é percebida como desigualdade de poder, mas como culpa daqueles maus elementos, daquela minoria de pobres realmente responsáveis pelo fato dos “cidadãos de bem” sentirem medo.

Os efeitos da dinâmica relacional entre os pobres estabelecidos e os pobres outsiders e entre os primeiros e a classe média estabelecida, contribuem para perpetuação das estruturas sociais e a desigualdade entre as classes, além de ocultar as verdadeiras causas desse desequilíbrio de poder.

4.7 Os jovens das classes populares nas relações estabelecidos-outsiders

4.7.1 Os jovens pobres e o consumo-ostentação

Outro ponto relevante a ser destacado tem a ver com a necessidade dos jovens das classes populares de demonstrar poder. E uma dessas formas é realizada através da demonstração da capacidade do consumo ostentatório. Entretanto, há também o flerte desses jovens com a marginalidade por conta da sedução que o poder do bandido ou do traficante emana. Poder esse que se contrapõe à toda forma de resignação e subordinação a que estão confinados permanentemente os pobres perante as outras classes estabelecidas da sociedade.

A respeito da delinquência juvenil, Elias e Scotson (2000) discorrem sobre a dificuldade dos jovens pertencentes aos grupos estigmatizados na construção da sua autoestima e na ideia de seu valor social. O consumo ostensivo, bem como a delinquência e até mesmo a criminalidade podem ser considerados duas facetas da mesma moeda sobre a necessidade de obtenção de valorização e reconhecimento social pelos jovens pobres. O consumo ostensivo deve ser entendido como uma forma mais passiva e conformista de obtenção de estima social; o comportamento desviante, por sua vez, pode ser entendido como uma forma de se rebelar contra a rejeição social, atacando a ordem constituída pelos estabelecidos.

A necessidade de consumo ligada à apresentação pessoal foi uma das causas mais citadas pelos pesquisados como motivo para começar a trabalhar na adolescência. Essa é a fase da vida em que o grupo familiar deixa de ser a principal referência e a fonte principal de reconhecimento para o reforço do eu ou da identidade própria, quando o adolescente busca em seu grupo de amigos ou até mesmo no primeiro romance outras fontes com o mesmo sentido (ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 143). Provavelmente, por isso mesmo a apresentação pessoal é tão importante nessa fase da vida.

Jorge, enquanto exemplo de um jovem que busca estima e reconhecimento social de forma passiva e conformista através do consumo, diz que gosta de vestir roupas de marca. Para ele, é importante poder comprar roupas, tênis e acessórios caros.

Tem que pensar um pouquinho mais alto também, você trabalha muito para isso, luta muito para isso, eu penso assim. Me sinto lá em cima, né? Me sinto bem usando essas coisas, dependendo do lugar onde eu vou, me sinto bem, sabendo chegar (Jorge, preto, 31 anos, separado, carregador de caminhão).

Mas não só a roupa importa para Jorge. Ele também demonstra dominar o saber prático dos jovens das classes populares ao se referir à hierarquia de gosto em relação às bebidas consumidas nas baladas noturnas:

Vamos supor, você está num bar bebendo Itaipava, Itaipava é igual o exemplo do mensageiro (office-boy), mensageiro é abaixo, Itaipava é abaixo também. Agora, se estiver bebendo uma Brahma, se estiver bebendo uma Antártica, estiver bebendo uma Skol Beats, uma Budweiser, você já está em cima. Tem aquela Heineken que é bom, aí pode achar que você é o tal. Agora se você estiver bebendo Itaipava, estiver bebendo Cristal... Já pensou, lá no Barra Music, você bebendo Glacial, bebendo Itaipava? Porque hoje em dia tem o famoso copão, você bota o copão, bota uísque, tem a pedra de gelo e o canudinho. Bota uísque com Red Bull, uísque com energético e dá um tchã também, é bacana. Sinal que... Vamos supor, você está com uma garrafa aqui ou então duas garrafas de Red Label, copão na mão, bem arrumadinho, aí, ali que está o dinheiro (Jorge, preto, 31 anos, separado, carregador de caminhão).

Apesar de gostar de ostentar, Jorge se apressou a dizer que não gosta de enganar as pessoas a respeito da sua condição social e que as roupas e as bebidas fazem parte apenas do jogo de cena para parecer poderoso. Assim que conhece uma menina e a relação se torna séria, Jorge diz que procura logo esclarecer as coisas, deixar claro que não é rico, que é apenas um trabalhador que gosta de se vestir com roupas bacanas. Ao dizer que se sente bem consumindo roupas e bebidas caras e logo em seguida desculpar-se por isso, Jorge procura se assegurar de duas fontes de reconhecimento que estão entrelaçadas: a primeira é o consumo ostensivo na balada que lhe traz ganhos simbólicos entre os seus; a segunda, por sua vez, se refere à afirmação da sua honestidade, pois ele não quer e não pode ser confundido com alguém que trapaceia.

Por ser um bom pobre, que não pretende ameaçar o status quo de forma alguma, o consumo dessas coisas é importante para Jorge porque elas materializam o orgulho que ele sente em ser um trabalhador, alguém produtivo.

Caramba! Trabalhador pode ir em qualquer lugar. Trabalhador pode andar na rua de cabeça erguida. Pode bater no peito e falar assim, “– Eu comprei aquilo com meu suor”. Igual em casa, em casa eu quero comprar as coisas com meu suor. Não adianta você chegar lá em casa agora, “– Jorge, olha, eu comprei essa televisão para você e tal”. Tudo bem, ficou bonito, ficou bacana? Ficou. Mas não foi com o meu suor. Sendo trabalhador, sendo educado, você vai para onde você quiser conquistar o que é seu, conquistar com seu suor. E, vamos botar assim, sonhar alto (Jorge, preto, 31 anos, separado, carregador de caminhão).

É óbvio que Jorge busca reconhecimento e estima social ao demonstrar que, apesar de pobre, é alguém que tem valor porque pode consumir. Mas talvez até por ser um pouco mais velho que os outros jovens pesquisados e pelo tamanho do receio que demonstrou quanto à

possibilidade de ser confundido com um marginal, a identidade de trabalhador esforçado é mais importante para ele do que talvez seja para os outros pesquisados mais jovens.

Esse não é o caso de Júlio. Nas ocasiões em que estive com ele em sua casa para entrevistá-lo, percebi que ele estava usando camisa e bermuda de marcas caras; no pescoço, uma corrente grossa banhada a ouro e, no pulso, um relógio dourado que também chamou minha atenção. As roupas com as quais Júlio estava vestido naquele momento foram compradas quando ainda estava trabalhando, hoje desempregado, ele disse que não pode mais gastar com esses itens. Júlio me explica por que é importante para um jovem das classes populares andar vestido desta forma:

É o estilo e chama a atenção porque nos USA a pessoa tem uma Armani⁹⁰, tem uma Hollis⁹¹, pouco importa, né? No Brasil, se você tem uma Armani ou uma Hollister, caramba, está tirando onda. Maneiro e tal, a pessoa elogia. Porque é moda, tipo o meio que eu vivo do funk, assim, das amizades que eu tenho, a maioria traja assim. É igual na escola, quando você é diferente na escola, geral te ignora, porque você é muito diferente na escola. Chama muito a atenção. Tipo assim, lançou um tênis, aí queria estar na moda, porque todo mundo estava usando aquele tênis ali. Porque tá chamando atenção, “Caramba, você tem um tênis lançamento e tal”. Aí tem a roupa, lançamento, aí as mulher também é muito focada nisso, de Nextel e tal. Esse mundo de funk é esse negócio assim (Júlio, branco, 28 anos, solteiro, desempregado).

Júlio explica também que se o jovem for a um baile funk e não estiver vestido dessa maneira, ninguém vai tratá-lo mal, mas ele corre certamente o risco de ser ignorado pelos seus pares.

Vão te olhar assim de lado, se for um cara vai dizer, “– O cara é o maior sem moda”, não vai dar muito valor, “– Esse aí não vai pegar ninguém”, e se for uma mulher, ela vai falar, “– Ih! Tá muito mal arrumadinho”, não vai valorizar. Eu já vi muito, não dá ideia, não vai chegar (Júlio, branco, 28 anos, solteiro, desempregado).

Do mesmo modo, a bebida também fala sobre a pessoa.

Whisky, vodca Green Goose, essas coisas. Green Goose é uma vodca muito louca, ela pisca a garrafa. Pode comprar a garrafa ou a dose, mas os caras acham onda comprar a garrafa. Eu não gosto de beber essas coisas, eu gosto de uma cervejinha. Só no baile funk mesmo que eu bebo. Às vezes a gente comprava só para tirar uma onda mesmo. Pra tirar onda tem que comprar a garrafa de whisky, comprar energético, tem que tá arrumadão, cordão, tenizão, dançando. Tem que ter Red Bull.

⁹⁰ Armani, empresa de moda italiana que vende seus produtos através das lojas Empório Armani, localizadas em shopping centers de luxo das principais capitais do país e em lojas que vendem multimarcas. O preço de uma camisa de malha desta marca pode variar entre R\$ 400,00 a R\$ 800,00.

⁹¹ Hollister Company ou HCO é uma marca de roupas norte-americana, que tem como público-alvo os consumidores com idades entre 14 a 18. No Brasil, a marca é vendida junto com a marca mãe Abercrombie & Fitch CO. O preço médio de uma camiseta masculina de malha é R\$ 200,00.

Tem que estar trajado, arrumadinho, cheiroso (Júlio, branco, 28 anos, solteiro, desempregado).

Júlio é um assíduo frequentador de baile funk e, segundo ele e outros entrevistados, em muitas favelas cariocas os bailes funk são organizados pelos traficantes locais para, entre outros motivos, alavancar a venda de drogas. Conhecer as pessoas que trabalham para o tráfico e estar ao lado deles é uma maneira também de demonstrar poder. Ele conta que possuía alguns amigos da época da escola, que faziam parte do tráfico de uma conhecida favela da Zona Sul carioca. Sempre que ia ao baile funk ele encontrava esses amigos que, por serem bandidos, costumavam andar ostensivamente armados enquanto circulavam pelo evento.

Vila Olga⁹² é uma favela que eu sentia como a minha segunda casa. Eu chegava lá e falava com todo mundo, cara. Eu andava com o Lúcio. Eu conheci o Lúcio no colégio. Ele acabou morrendo no tráfico. Aí conheci muitas pessoas lá. Aí tive uma namorada que sofreu por causa dela. Ela curtia baile. Aí ela terminou comigo e ficou com um garoto que eu não gostava dele, cara. Aí eu falei, “– Vou sacanear ela”. Aí eu cheguei lá e estava com os meus amigos lá conversando e tal, os moleques tudo da boca, nós estava conversando, aí eu falei: “– Cara, me dá isso aqui que eu vou dar um rolé hoje com isso aqui dentro do baile”. [...] E botei o negócio e veio uma porção de moleque atrás de mim. Mano, os cara têm um poder danado. Se você está com uma arma, tem quatro ou cinco do seu lado. Eu botei aquele treco aqui, era até uma Uzi⁹³ pequena, e fui andar. Eu olhei pra trás tinha uns dez armados, eu pensei, “– Caramba, eu estou puxando um trenzinho!”. Você se sente o dono, você se sente o todo poderoso (Júlio, branco, 28 anos, solteiro, desempregado).

É possível fazer um paralelo entre o uso de roupas e acessórios de marca e a ostentação da arma e perceber que a ostentação de ambas as coisas está associada à obtenção de poder. No primeiro caso, a demonstração de poder está associada ao poder de consumir, importante para a obtenção de respeito na ordem capitalista. No segundo caso, à afirmação de um ethos de masculinidade, uma demonstração acentuada da virilidade com o objetivo de demonstrar força. Segundo Júlio, foi a partir desse episódio que ele se deu conta da enorme dimensão de poder associada à posse de armas⁹⁴.

⁹² Vila Olga é o nome fictício da favela citada pelo pesquisado.

⁹³ Uzi é uma submetralhadora de fabricação israelense.

⁹⁴ Zaluar (2000) aborda muito bem a questão da demonstração de força relacionada à obtenção da dignidade masculina.

4.7.2 A transgressão da ordem estabelecida pelos jovens do grupo dos outsiders

Mas há outro motivo para a necessidade de demonstração de poder que está para além da afirmação do ethos da masculinidade e que está relacionado ao fato de Júlio e seus amigos serem pobres, ou seja, ao pertencimento a uma classe social desvalorizada. Segundo Elias e Scotson (2000), todas as sociedades produzem e reproduzem, continuamente, pessoas que se adaptam melhor e outras que se adaptam mal ou não se adaptam à ordem estabelecida e a seus papéis pré-fixados. Jorge é um exemplo de pessoa que se adapta bem ao seu lugar na sociedade, mas esse não é o caso de Júlio e, muito menos, o caso de Gabriel, conforme veremos a seguir. O que determina a adaptação ou a negação em maior ou menor grau aos papéis sociais definidos socialmente são as circunstâncias de socialização de cada um em função da estrutura da própria sociedade.

Ainda segundo Elias e Scotson, é mais fácil, por exemplo, para os adolescentes da classe média aceitarem a disciplina, ainda que no processo de disciplinamento muitos dos impulsos naturais e energia sejam frustrados, porque os ganhos e recompensas são mais tangíveis. Eles percebem, através de exemplos familiares, ganhos e metas sociais claramente tangíveis e reconhecíveis. Eles têm modelos de pessoas na família e no círculo de amigos que são valorizados socialmente. As crianças, por exemplo, aprendem a reconhecer esses modelos e a sentir orgulho pela pertença a um grupo considerado superior no ordenamento social. Elas também têm acesso a imagens mais gratificantes em termos afetivos. Por isso se tornam mais aptas a respeitar as normas, mas não apenas porque foram socializadas através da disciplina imposta pela família e pela escola de forma mais eficiente, mas porque percebem que o respeito às normas estabelecidas gera ganhos sociais.

Já as crianças e jovens das classes populares, em muitos casos, não têm um controle tão rígido, consequência da própria incapacidade dos pais de estarem presentes orientando seus filhos quanto ao que é certo e ao que é errado, ou do fato de viverem em famílias instáveis e disfuncionais, cujos pais tampouco conseguiram incorporar as normas e regras sociais. Além disso, eles não têm acesso aos modelos socialmente valorizados dentro do seu círculo familiar por pertencerem a um grupo socialmente desvalorizado, desprezado e frequentemente desrespeitado. Isso gera um alto grau de insegurança em relação ao seu status social. E, ainda que tenham em suas famílias modelos estáveis de pais trabalhadores e honestos, a imagem e o valor que seus familiares têm na sociedade é sempre desfavorável. Não há como extrair muito orgulho e grande sentimento de orientação do fato de se saberem

idênticos e identificados com famílias pouco valorizadas ou até mesmo pouco respeitadas socialmente. Esses jovens constituem um eu fragilizado, uma autoestima vulnerável e instável. Eles permanecem inseguros quanto ao próprio valor, função e papel que ocupam na sociedade, porque também são tratados com desprezo e desconfiança.

Parece provável que a diferença entre Jorge e Júlio quanto ao grau de respeito às normas e regras legais e à sedução pelo mundo do crime esteja justamente nas condições em que ambos foram socializados. Apesar do fato de ter sido criado em uma favela, Jorge esteve sempre cercado por uma extensa rede de familiares, avós, tios e tias, que exerciam uma cobrança constante sobre ele. Mesmo sendo criado apenas pela mãe (ele só conheceu o pai aos 14 anos), Jorge conta que ela sempre foi muito rígida, ao mesmo tempo em que sempre procurou conversar com ele em vez de bater, caso desobedecesse. Como resultado de sua socialização, provavelmente Jorge desenvolveu submissão e conformidade em relação às regras sociais.

O caso de Júlio difere pelo fato de sua mãe, que é empregada doméstica, quando ele tinha por volta dos 11 anos de idade ter recebido de presente da patroa para a qual trabalhava há muitos anos um pequeno apartamento de presente em um bairro de classe média na Zona Sul da cidade. Júlio, que até então morava no longínquo município de Magé, situado na região metropolitana do Rio, percebeu-se inserido em um mundo muito diferente.

Magé era muito diferente, eu nunca tinha saído de lá. Eu praticamente vivi toda a minha infância lá. Morava numa ruazinha e eu ficava muito dentro de casa porque não tinha criança para brincar, tinha uma pista que passava muito carro, tinha um terreno baldio e várias casinhas espalhadas. Quando a gente veio para conhecer (o apartamento atual), a gente veio de ônibus, aí quando a gente chegou, tinha um monte de sinal. Eu era criança, nunca tinha visto aquilo. Chegamos aqui e foi outra parada, outro mundo, totalmente diferente, tudo. Porque lá é Baixada⁹⁵, Magé é Baixada, lá antigamente era chão de barro socado, não tinha sinal, agora tem sinal. Eu tenho família lá até hoje. E é tudo diferente, aqui tem carro pra caramba, lá não tem muito carro. É totalmente diferente, outro mundo, eu falei, “– Caramba, eu saí de um mundo pra outro”. Tipo um bicho do mato, nunca tinha visto a praia (Júlio, branco, 28 anos, solteiro, desempregado).

Além de ir morar em um bairro elitizado para os padrões de sua família, o pai de Júlio, que era porteiro, conseguiu um emprego em um condomínio no mesmo bairro. Júlio conta que

⁹⁵ A Baixada Fluminense faz parte da região metropolitana do Rio de Janeiro e engloba os seguintes municípios: Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Belford Roxo, São João do Meriti, Mesquita, Nilópolis, Magé, Queimados, Japeri, Paracambi, Seropédica, Itaguaí e Guapimirim. Magé fica localizada a 70 km do centro da cidade do Rio de Janeiro, com 12,2% da sua população ocupada, o rendimento médio dos trabalhadores formais era de 1,8 salários mínimos em 2015, enquanto que no mesmo ano no município do Rio de Janeiro o mesmo indicador era de 4,3 salários mínimos e o do bairro para onde a família de Júlio mudou-se ficava entre 8 e 8,5 salário mínimos. Mais informações em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj>. Acesso em: set./2017.

ia brincar frequentemente no condomínio onde o pai trabalhava, mas que não conseguiu estabelecer amizades duradouras ali. Suas amizades verdadeiras foram aquelas da escola pública onde estudava e onde estudavam também garotos moradores das favelas que ficavam próximas ao bairro. Como seus pais trabalhavam muito (ambos se dividiam em dois empregos), Júlio frequentemente faltava às aulas para jogar videogame com os amigos. Para ele, a escola foi um grande aprendizado sobre como se dividiam as facções criminosas nas favelas da cidade. Júlio começou também a frequentá-las, pois era onde seus amigos moravam e onde alguns deles vieram, mais tarde, a trabalhar para o tráfico.

Parece óbvio o fato de Júlio não ter conseguido estabelecer amizades duradouras com as crianças de classe média, no condomínio onde seu pai trabalhava. Ele não pertencia ao mesmo grupo social dessas crianças. Seu valor social desde cedo estava determinado pela profissão dos seus pais. É óbvio, também, que Júlio só poderia se sentir “alguém” entre seus amigos da escola, tão pobres quanto ele. Para Júlio e seus amigos moradores da favela, uma das maneiras de deixar de ser “ninguém” para a sociedade é negar as ordens impostas pelos estabelecidos.

Ainda que Júlio tenha percebido no consumo-ostentação uma forma de receber estima social – a maioria dos jovens no tráfico usa roupas e acessórios de marcas caras –, ele também chegou a flertar com o mundo do crime e acabou influenciando seu irmão menor que, de fato, cometeu alguns delitos e se envolveu com o tráfico antes de morrer. O estigma da rejeição e da exclusão formatou o comportamento de ambos, fazendo-os perceber que havia um tipo de atitude que efetivamente poderia fazer com que fossem respeitados e temidos pela sociedade estabelecida.

Elias e Scotson explicam que é justamente esse o ciclo de reprodução da delinquência juvenil. Sobre os jovens que representavam os delinquentes no estudo desses autores, eles pontuam que:

[...] era a condição de outsiders rejeitados que, numa compulsão como que onírica e totalmente ineficaz, rebelavam-se contra essa rejeição através de uma espécie de guerrilha, provocando e perturbando, agredindo e, tanto quanto possível, destruindo o mundo ordeiro do qual eram excluídos, sem entender muito bem por quê. A lógica de seus sentimentos e atos parecia ser: “Vamos obrigá-los a prestar atenção a nós, se não por amor, ao menos por ódio.” Ao agir de acordo com esse sentimento, eles ajudavam a reproduzir a própria situação de que tentavam escapar. Induziam repetidamente os representantes do mundo ordeiro que os cercavam a rejeitá-los como outsiders e a trata-los com desprezo (2000, p.145).

Podemos ver algo muito parecido no comportamento de jovens das favelas e dos bairros periféricos da cidade nos finais de semana quando, em grande número, eles se dirigem às praias da Zona Sul da cidade negando-se a pagar a passagem de ônibus, algumas vezes depredando os veículos⁹⁶. No extremo, praticam os conhecidos arrastões⁹⁷ nas praias e nas suas imediações, fazendo-se notar e temer por aqueles que cotidianamente os desprezam. Ao agirem contra a ordem, eles só conseguem obter mais desprezo e raiva por parte da sociedade dos estabelecidos. Essa raiva e esse desprezo talvez se reflitam na falta de indignação por parte da sociedade em relação aos abusos e assassinatos cometidos por policiais contra os jovens dessa parcela da população⁹⁸.

No entanto, esses jovens não são desprezados apenas pela classe média estabelecida. Os próprios pobres que se comportam de forma ordeira e que desejam alcançar uma posição entre os estabelecidos, os pobres “de bem”, condenam esse tipo de comportamento. No entanto, os “de bem” também acabam penalizados, dado que na dinâmica relacional entre os estabelecidos e os outsiders em geral, os desvios, os maus comportamentos e os crimes cometidos pelos pobres outsiders passam a ser imputados pelo grupo estabelecido como um comportamento típico de todo um grupo social, os pobres em geral.

Vejamos agora o caso de Gabriel, de 23 anos que, por cometer assaltos à mão armada, hoje paga um alto preço. Desde adolescente, Gabriel diz que já se interessava em usar roupas e tênis de marcas famosas, e quando começou a trabalhar pôde concretizar os seus desejos, já que a sua mãe não podia lhe dar aquilo que desejava. Ele disse que se sentia bem com aquele tipo de roupa: “Me sentia arrumado, me sentia leve, tinha disposição, me sentia bem vestido. Aquela é a roupa que eu gosto, me sentia mais apresentável e mais agradável” (Gabriel, branco, 23 anos, solteiro, desempregado). E a maioria dos colegas no Camelódromo onde

⁹⁶ Um exemplo de depredação aos ônibus pode ser conferido na reportagem, “Vídeos mostram rotina de violência e depredação no ônibus 474 no Rio”, do site de notícias Globo.com, que exhibe imagens de um ônibus de uma determinada linha que tem regularmente seus veículos destruídos pelos jovens pobres nos finais de semana. Trata-se da linha 474 que faz a ligação entre o bairro do Jacaré na Zona Norte da cidade e a praia de Copacabana, na Zona Sul. Disponível em: <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2017/01/videos-mostram-rotina-de-violencia-e-depredacao-no-onibus-474-no-rio.html>. Acesso em: 29 ago. 2018.

⁹⁷ A seguir, duas reportagens dentre as inúmeras existentes sobre os arrastões nas praias cariocas: Globo.com, “Beltrame admite que houve arrastão em praias do Rio e pede mais apoio”. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/11/beltrame-admite-que-houve-arrastao-em-praias-do-rio-e-pede-mais-apoio.html>. Acesso em: 20 ago. 2018. E, MAIA, Gustavo. “Arrastão, pânico e revolta: como a praia de domingo virou pesadelo no Rio”. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/09/22/arrastao-panico-e-revolta-como-a-praia-de-domingo-virou-pesadelo-no-rio.htm>. Acesso em: 20 ago. 2018.

⁹⁸ Segundo o Atlas da violência, divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Fórum de Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), mais de 318 mil jovens foram assassinados no Brasil entre 2005 e 2015. E apenas em 2015, foram 31.264 homicídios de pessoas com idade entre 15 e 29 anos, sendo que 3020 delas em decorrência de intervenção policial. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/170609_atlas_da_violencia_2017.pdf. Acesso em: 20 ago. 2018.

trabalhava, grande parte moradores de favelas, usava o mesmo tipo de roupa, “A maioria que trabalha na Uruguaiana só usa esse tipo de roupa. São as marcas mais vendidas hoje em dia: Oakley, Osklen, Redley, John John, Armani, Christian”. Ele diz também que a maioria dos seus colegas não costuma comprar as versões falsificadas dessas grifes que se encontram disponíveis no Camelódromo. Segundo ele, “não é a mesma coisa, dá pra ver logo que é falsificada”, então perde todo encanto e poder. Gabriel fala da satisfação em poder mostrar aos outros que ele era um vencedor ao poder comprar e vestir o que desejava.

Se você trabalhar, correr atrás, você vai conseguir o que quer. Isso é normal. Você poder mostrar que você pode, sente-se bem até consigo mesmo. Dá até uma satisfação de conseguir e mostrar. Antigamente, quando eu trabalhava, gastava com o que eu quisesse. Já cheguei a falar isso para o meu colega: “– Eu trabalho, ganho e se quiser gastar R\$ 1.000,00, eu gasto”. Não gastava todos os dias não, mas uma vez na semana pelo menos. Uma vez gastei mil e poucos em um dia com roupa, foi R\$ 600,00 de camisetas. Porque eu ia num lugar diferente, saía todos os dias. Então, eu não gostava de usar a mesma roupa. Porque eu me sentia bem nessas roupas, são roupas que eu gostava, eu olhava e queria aquela. Eu sempre gostei de roupas de marca. Mas, se você quer se vestir bem, usar coisas boas, tem que correr atrás para ganhar bem e poder se manter (Gabriel, branco, 23 anos, solteiro, desempregado).

Em outro trecho da nossa conversa, ele expressou como se sentia entre seus pares:

Me sentia ótimo, o rei da noite. Fazia compra todo final de semana. Não é só a roupa, o que você bebe também conta, deixei de tomar Itaipava e comecei a beber Budweiser. Tem também o relógio que você usa, os óculos, o tênis que está no seu pé. Quando eu chegava no bar os caras diziam: “– E aí, playboy?”, e eu dizia: “– Eu não sou playboy, não! Só porque eu ando bem não quer dizer que eu sou playboy, não” (Gabriel, branco, 23 anos, solteiro, desempregado).

Diferentemente de Jorge e de Júlio, Gabriel não teve modelos estáveis na sua família que pudessem lhe servir de exemplo. O pai sempre foi ausente, sua mãe se envolveu em muitos casamentos conflituosos, sendo que durante alguns anos, entre a infância e a adolescência, Gabriel foi criado por um padrasto que, segundo ele, era policial civil corrupto e criminoso. Mesmo o pai de Gabriel, com o qual ele só veio a ter relações mais próximas aos 15 anos, é uma pessoa que parece viver de “esquemas duvidosos” e também trabalha no Camelódromo. Além disso, as angústias e inseguranças comuns na adolescência a respeito da própria identidade foram, para Gabriel, agravadas por mais instabilidade familiar. Um pouco antes de começar a cometer os assaltos, Débora, mãe de Gabriel, estava se relacionando com um homem que a traía, e as brigas e agressões eram constantes. Por não suportar essa situação e não poder fazer nada a respeito, Gabriel foi morar na casa do pai. Mas, uma vez lá, ele foi rejeitado pela madrasta e expulso de casa. Para Gabriel, a rejeição e a exclusão parecem ter

exercido um papel significativo para que ele viesse a praticar os crimes que quase lhe custaram a vida⁹⁹ e que lhe tirou a liberdade.

Mesmo tendo optado por cometer crimes, Gabriel se mostrou um jovem de valores conservadores; seu ideal de felicidade está voltado para a constituição de uma família. Quando o perguntei sobre qual gênero musical ele gostava, ele disse gostar de funk, mas não daqueles que falam explicitamente sobre sexo. Ele disse gostar também do gênero hip hop americano, mas não do nacional, pois segundo ele: “Esses hip hop daqui é mais para drogado. Eu não gosto não”. Gabriel afirma nunca ter usado drogas, apenas a chamada “cheirinho da loló”,¹⁰⁰ uma substância que ele não considera que seja droga. É interessante notar que, mesmo tendo sido transgressor de um tipo específico de norma socialmente muito significativa, roubo armado à propriedade privada, Gabriel se mostra conservador em relação a outras regras, como a moral sexual e o uso de drogas. Enfim, ele demonstra valores tradicionais e o desejo de uma vida pequeno burguesa como horizonte.

Apesar da sedução que o comportamento desviante exerce sobre os jovens das classes populares, há também outra forma que esses jovens percebem como um meio de obter respeito e estima social, totalmente oposto ao comportamento marginal. Trata-se do desejo de obter uma profissão ligada às forças da ordem: militar ou policial. As duas alternativas – desrespeitar a lei e “fazer valer a lei” –, apesar de contraditórias entre si, parecem estar muito próximas do imaginário desses jovens como formas possíveis de obtenção de respeito social, como pode ser conferido a partir das ideias do próprio Gabriel e de seu irmão.

Trabalhando também no Camelódromo da rua Uruguaiana, vendendo jogos eletrônicos e acessórios para celular que adquire no Paraguai, o sonho do irmão mais novo de Gabriel é ser delegado da Polícia Federal. Durante as entrevistas, Débora, a mãe dos jovens, referiu-se algumas vezes ao filho mais novo exaltando as suas qualidades, falando de como ele era trabalhador e estudioso e que, ao contrário de Gabriel, o garoto “tinha a cabeça no lugar”.

Ele quer ser policial porque ele não suporta bandidos. Ele acha que bandido tem que estar preso. Ele não aceita que ninguém roube. Ele não aceita que ninguém mate ninguém, nada de errado ele não aceita. O Sérgio vai fazer direito, ele quer ser policial, delegado, o foco dele é ir para a Polícia Militar. Ele vai fazer concurso para a Polícia Militar, depois para a Civil e da Civil para a Federal (Débora, mãe de Gabriel, branca, 47 anos, separada, desempregada).

⁹⁹ Gabriel ficou gravemente ferido durante um assalto, quando foi baleado. Ele passou dois meses hospitalizado e oito meses cumprindo pena em regime fechado. À época das entrevistas fazia dois meses que Gabriel estava cumprindo o restante da sua pena de aproximadamente 3 anos em regime aberto.

¹⁰⁰ Substância entorpecente preparada clandestinamente à base de clorofórmio, éter e outros componentes.

Gabriel, que parece ter uma relação muito amigável com irmão, declarou que também havia pensado em servir às Forças Armadas e seguir uma carreira como militar ou policial, mas acabou se envolvendo demais com o lucrativo comércio de telefones celulares roubados e acabou desperdiçando essa oportunidade.

Parece significativo o fato de alguns outros pesquisados também terem expressado o mesmo desejo, que pode estar associado à posse de autoridade e respeito social. A obtenção de estima para boa parte desses jovens está muito longe de ser alcançada através de uma profissão socialmente valorizada, ligada aos pressupostos cognitivos e ao investimento de tempo e dinheiro em educação. O mundo das realizações possíveis para eles se torna bastante restrito, o que explicaria também o investimento na carreira de jogador de futebol de Júlio e de Pedro ou de artista de funk, também sonhado por Júlio.

Mesmo possuindo dinheiro para comprar as roupas de grife, Gabriel diz que já foi discriminado algumas vezes nas lojas onde é possível comprá-las. Ele, assim como Júlio e os demais, sabe pela prática que não é percebido pelos outros no seu dia a dia como uma pessoa de classe média. Isso fica evidente quando ele fala sobre as abordagens policiais pelas quais já passou, mesmo antes de estar praticando crimes: “Porque além do meu jeito de andar, tem as roupas que eu uso. Então a polícia pensa: se você tem a tatuagem, com roupas caras e não tem cara de rico, eles reparam logo: cara de pobre, favelado, bandido, aí eles param” (Gabriel, branco, 23 anos, solteiro, desempregado). Gabriel tem ciência que sua héxis corporal atraiem suspeitas sobre ele.

O comportamento perdulário desses jovens também revela que, por conta da herança social, lhes faltou as condições e oportunidades de constituição de um *habitus* prospectivo, aquele que adia o prazer de hoje para ser usufruído em um futuro mais seguro. Isso se deve à própria reprodução do *habitus* pouco prospectivo dos pais, disposição que se acentua em virtude das situações de precariedade, como baixos salários e desemprego, o que impede, de qualquer modo, uma organização mais sistemática das finanças. Portanto, ao invés de ganhar a estima e o respeito da sociedade estabelecida, eles são, em virtude do comportamento consumista, julgados irresponsáveis e pouco inteligentes. Em outras palavras, significa que todo esforço feito para ser respeitado pelas classes estabelecidas acaba não surtindo o efeito desejado. Um exemplo bastante significativo é o caso dos chamados “rolezinhos”¹⁰¹ ocorridos

¹⁰¹ Os chamados “rolezinhos”, que aconteceram entre 2013 e início de 2014 em grandes shoppings centers, principalmente da cidade de São Paulo, provocaram uma forte reação da população que habitualmente frequenta esses estabelecimentos e dos lojistas. Os jovens que só pretendiam encontrar amigos, paquerar, fazer um lanche e ver as lojas de grife onde costumam comprar as roupas e acessórios, quando reunidos em grande número, assustaram os fregueses e trabalhadores do shopping que viam neles a possibilidade de cometerem crimes. Por

em 2013 e 2014, quando os jovens pobres das periferias das grandes cidades, sem espaços de lazer apropriados próximos às suas comunidades, marcaram através da internet encontros em shoppings centers da cidade. Afinal, acreditaram que vestidos com as roupas e acessórios caros haviam conquistado o direito de frequentar os espaços destinados à classe média. Não imaginaram que a cisão social fosse tão grande e tão persistente. Não perceberam que poderiam ser rechaçados desses locais como desordeiros e prováveis marginais de forma truculenta pelas autoridades, como, de fato, ocorreu.

Através da dinâmica relacional estabelecidos-outsiders é possível perceber que tanto o comportamento passivo e conservador dos jovens das classes populares quanto aqueles considerados desviantes, aqueles que procuram transgredir a ordem constituída pelas classes estabelecidas, têm o mesmo objetivo: o de chamar a atenção para si, desenvolver fontes alternativas de obtenção de respeito e estima social. Ocorre que ambos os tipos de comportamentos acabam produzindo o mesmo efeito contrário, gerando mais desprezo e exclusão, reproduzindo e aprofundando a cisão social entre os estabelecidos e os outsiders.

isso, eles foram fortemente reprimidos pelos seguranças desses estabelecimentos como pela polícia militar, o que gerou uma grande discussão a respeito da cisão social no Brasil. Na reportagem, “Veto a rolezinho consagra o apartheid brasileiro”, do site jornalístico Brasil 247, é possível ver fotos e dados da repressão policial sobre esses jovens. Disponível em: <https://www.brasil247.com/pt/247/brasil/126654/Veto-a-rolezinho-consagra-o-apartheid-brasileiro.htm>. Acesso em: 20 ago. 2018.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, em um primeiro momento, construí o perfil das pessoas pesquisadas buscando mostrar o que elas têm de semelhante em relação à origem social. Suas biografias demonstraram que em função da homogeneidade das condições materiais de existência, seus valores e visões de mundo também são muito semelhantes.

Já em relação à posição intersticial que ocupam no espaço social – entre a classe média estabelecida e os pobres e os marginais –, os resultados da pesquisa mostraram que eles estabelecem relações de sociabilidade também muito semelhantes que determinam os seus valores e a forma como buscam por consideração e estima social.

Esses resultados me levaram a concluir que os pesquisados repetem entre si a mesma lógica que se estabelece entre outras relações de grupos estabelecidos e outsiders, buscando se distanciar dos pobres considerados por eles os seus outsiders e a identificação simbólica com a classe média pequeno-burguesa. Os meios utilizados para a afirmação dessa distinção vão desde a valorização de um comportamento disciplinado ou da tentativa de constituição tardia de um *habitus* burguês até a rejeição de políticas sociais destinadas exclusivamente às parcelas desfavorecidas da população.

Inseridos em um mundo cada vez mais desprovido de redes de segurança, onde impera e interpenetra em todas as esferas o discurso neoliberal, essas pessoas enxergam a sociedade onde vivem como uma arena de lutas. Um mundo da sociedade neoliberal, como bem foi colocado por Dardot e Laval (2016), que nega a existência das classes sociais a partir de um discurso que exalta a meritocracia. Discurso esse que, além de ser reproduzido pela própria lógica das principais instituições da modernidade, faz muito sentido para as pessoas que fizeram parte desta pesquisa por se alinharem com a sua falta de recursos simbólicos e materiais, sugerindo-lhes como o único recurso legítimo a sua própria força de vontade individual.

Foi possível perceber que a estigmatização que é direcionada aos pobres é incorporada pelo grupo estudado, o qual naturaliza a cisão social, buscando estratégias para vencer os estigmas e preconceitos a eles atribuídos da mesma forma que se utiliza desses mesmos estigmas, imputando-os à porção dos pobres tidos como outsiders, ou seja, aqueles pobres que não conseguem ter uma vida disciplinada e não conseguem guiar suas vidas através dos valores dominantes. Nesse duplo movimento de procurar a dissociação em relação aos pobres outsiders e a identificação com a classe média estabelecida, os pesquisados desprezam os primeiros e veem muitas vezes frustradas as suas chances de identificação com os segundos.

A construção de fronteiras simbólicas que definem e marcam as diferenças entre os pobres “de bem” e os “maus pobres” ou os “pobres marginalizados” está relacionada à obtenção de respeito e valorização social, importante para constituição da autoestima e do sentido da própria vida. E como todo grupo que se percebe como superior, nesse caso, superior em relação àqueles considerados “maus pobres”, o reforço da autoestima dos “bons pobres” estabelecidos vem acompanhado da necessária inferiorização moral e natural dos pobres outsiders, considerados preguiçosos, sem força de vontade, dotados de índole ruim, indisciplinados etc. A reprodução do discurso dominante e autoritário parece aprofundar a cisão entre eles e, como consequência, dificultar a solidariedade e a coesão social.

A partir das ideias dos pesquisados sobre o PBF e as cotas étnico-raciais, foi possível perceber que políticas públicas voltadas exclusivamente para a parcela mais pobre da população correm o risco de serem consideradas, em primeiro lugar, injustas por parecerem ferir os princípios da meritocracia; e em segundo, generalizantes, ao mesmo tempo em que discrimina ou diferencia negativamente uma parcela da sociedade. Elas generalizam ao igualar todos os pobres em uma mesma categoria, não considerando as fronteiras simbólicas distintas erguidas por eles mesmos, englobando todos na mesma condição de dependentes. Por outro lado, elas discriminam ou separam através de atributos negativos, um grupo específico da população, contribuindo para o reforço dos estereótipos dirigidos aos pobres, tidos como incapazes de vencer por si mesmos a condição de pobreza. Ou seja, acabam confirmando a ideia estigmatizante de que o pobre é pobre porque é incapaz. Parece bastante claro que as definições oficiais sobre pobreza baseadas em critérios de renda não conseguem captar justamente as classificações simbólicas baseadas em critérios de moralidade que os próprios sujeitos dessas políticas elaboram sobre si e sobre os outros.

Sobre o *habitus* das pessoas pesquisadas, ainda que tenham faltado na socialização primária as condições para a construção de um *habitus* adequado aos estudos e ao pensamento prospectivo, a maioria mostrou ter desenvolvido, desde cedo, um ethos ligado ao trabalho, em virtude da valorização desse *ethos* pela família ou pelo fato de precisar trabalhar desde cedo, ou seja, através da necessidade que se transformou em virtude (BOURDIEU, 2008).

A qualidade de trabalhador também é considerada importante do ponto de vista moral por ser utilizada distintivamente pelos pesquisados para marcar a diferença entre os pobres dignos de respeito e aqueles indignos. Isso explica, em parte, a rejeição às políticas públicas redistributivas que concedem benefícios em espécie, porque os pesquisados percebem que elas acabam favorecendo os pobres outsiders, aqueles que não possuem o *ethos* do trabalho,

os pobres que são dependentes não por razões consideradas legítimas, mas por vícios à dependência e, portanto, moralmente inferiores.

O discurso dominante que sustenta as suas ideias e valores parece ser incorporado de forma acrítica e conformista. O que pode ser explicado pela falta de recursos simbólicos e de recursos materiais, que impede a reflexividade a respeito das desigualdades estruturais e suas consequências, produzindo muita frustração, já que toda responsabilidade sobre os rumos da vida e sobre os insucessos é atribuída à incapacidade pessoal, seja ela moral ou natural. Parece provável que diante de um mundo de impossibilidades e desigualdades estruturais abissais, quando não dispõem dos meios apropriados para lidar com o preconceito social e racial, os pesquisados procurem negá-los ou atenuá-los, apoiados em uma igualdade de oportunidades imaginária instituída pelos valores dominantes, provenientes do discurso neoliberal.

Com base nos resultados aqui apresentados, também seria razoável pensar que a crença na igualdade de oportunidades é tão facilmente aceita por ela ser percebida como a única forma possível de lidar com as impossibilidades do mundo. Significa que a única alternativa que se apresenta aos pobres pesquisados de transformação da própria realidade é individualizada. Isso explica por que a sociedade é encarada como um campo de competição generalizada, uma luta a ser travada diariamente. Esse fato acaba também impedindo, de certa forma, que as pessoas das classes populares se percebam enquanto grupo social que têm em comum uma série de desvantagens em comparação com as classes estabelecidas da sociedade. Ou seja, o discurso dominante tem um papel central em relação ao obscurecimento de uma eventual consciência de classe.

A crença na igualdade de oportunidades e na meritocracia explicaria, também, em parte, a rejeição à política de cotas nas universidades públicas. As cotas étnico-raciais são percebidas como injustas pelos pesquisados por trazerem vantagens consideradas indevidas aos pretos e pardos em detrimento dos jovens brancos. Essa percepção ocorre em função da negação ou da imagem atenuada sobre o preconceito racial por parte das pessoas pesquisadas, uma vez que, como foi dito, elas acabam pensando dessa forma também a fim de que o discurso dominante sobre a igualdade de oportunidades possa fazer sentido.

A força da lógica baseada na igualdade de oportunidades fica mais evidente ainda quando se trata de cotas nas universidades públicas destinadas aos estudantes pobres, independente da etnia, que também não são vistas com bons olhos pelos pesquisados. Parece que tudo que conflita com a ideia de igualdade de oportunidades, percebida como uma

realidade natural ou dada, corre o risco de ser rejeitado, o que mais uma vez comprova a força da incorporação do discurso dominante pelos pobres.

Foi possível perceber que um dos meios utilizados para a constituição das fronteiras simbólicas e da valorização social implica na constituição, ainda que tardia, de um comportamento disciplinado. Esse comportamento não é percebido como superior apenas por, na prática, ser o mais adequado à ordem liberal competitiva, ou seja, não se trata apenas de uma forma utilitarista de concebê-lo, mas sua valorização se configura mesmo como um atributo distintivo. No entanto, esse controle do comportamento não é possível da mesma forma para todos os pesquisados em virtude das diferenças de socialização primária de cada um, que ocorre por conta de diferenças nas circunstâncias familiares: pais violentos, famílias disfuncionais, precariedade econômica ou pais portadores de um grau maior ou menor do *habitus* burguês, entre outros aspectos que influem na constituição de suas identidades.

Conforme ficou evidente, ainda que se consiga obter um comportamento disciplinado, isso não garante o sentimento de pertencimento à classe média estabelecida, pois a cisão social e os estigmas de classe e raça não deixam de existir e de bloquear o acesso à cultura considerada legítima, a posições de trabalho valorizadas ou à fruição dos espaços públicos da mesma forma que o grupo dos considerados legitimamente estabelecidos. A possibilidade de rebaixamento social é muito maior para as pessoas das classes populares, que necessitam manipular suas identidades reais perante os estabelecidos a fim de serem consideradas pessoas fidedignas, o que é diferente da possibilidade de serem consideradas pessoas dignas de pertencerem à classe média. Esse disciplinamento serve, por outro lado, à passividade em relação à ordem legítima e à manutenção das estruturas sociais de privilégio de determinadas classes sociais em detrimento de outras.

Foi possível perceber, também, que a religiosidade neopentecostal aparenta uma saída para as angústias e dores de classe, fornecendo os meios simbólicos para lidar com as inseguranças de um mundo injusto, individualizado e competitivo. Ao mesmo tempo, ela é capaz de fornecer uma nova identidade moral àqueles desprovidos de valor social. A valorização da figura do crente se deve justamente ao fato dele ser obrigado a se conduzir de forma distintiva por conta da interdição ao consumo de álcool, tabaco e drogas e ao sexo extraconjugal e homossexual, afastando-o assim da identificação com os estereótipos ligados ao comportamento dos pobres tidos como viciosos e sem disciplina. Inseridos em uma nova comunidade distinta e distintiva (BOURDIEU, 2008), os pobres crentes encontram um lugar onde se percebem valorizados e estimados também pelos seus irmãos de fé. O sucesso dessas

denominações religiosas ainda pode ser explicado pelo fato delas não negarem o discurso dominante: elas, de fato, estão completamente alinhadas a ele, reforçando e legitimando entre seus fiéis a sua incorporação.

Em relação aos jovens pobres das classes populares, pode ser dito que, em função da relação estabelecidos e outsiders e do lugar que ocupam nessa relação, eles tendem a reagir comumente de forma passiva através do consumo ostensivo. Ou menos frequentemente de forma reativa, contestando a ordem estabelecida por meio de atividades ilícitas.

O consumo ostensivo que também ocorre entre os jovens que se comportam de forma marginal, pode ser compreendido como uma forma de demonstração de poder e de negação da miséria, uma maneira conformista de obter visibilidade e estima social. Desprovidos da posse de um *habitus* prospectivo, consequência da herança familiar ou da impossibilidade mesma de pensar sobre o futuro por conta das inseguranças do presente, o consumo ostensivo dos jovens pobres, de coisas que se prestam à demonstração pública como a vestimenta, acaba por reafirmar o estigma de que os pobres não são responsáveis em relação ao futuro e, por isso, são culpabilizados pela própria situação de penúria.

Já os jovens considerados outsiders, aqueles que se colocam contra a ordem estabelecida, o fazem, entre outros motivos, por pertencerem a um grupo socialmente desvalorizado e desprezado, o que provoca muita insegurança em relação ao próprio status social. Parece faltar a esses jovens fontes de orientação calcadas em modelos afetivos socialmente valorizados. Tratados com desprezo e desconfiança, a sua autoestima se torna vulnerável e instável. Assim, transgredir a ordem estabelecida pode ser uma forma de negá-la em função de toda frustração vivida pela condição de pária social. Por outro lado, constitui-se, também, como uma forma de se fazer visível e obter algum poder através do medo que incutem nos estabelecidos.

Para concluir, gostaria de dizer que o que se torna bastante claro a partir dos resultados apresentados é a passividade e o conformismo dos pesquisados quanto à forma estabelecida de reprodução da sociedade, bem como a incapacidade de perceber as injustiças estruturais que os acometem. O que se mostra bastante óbvio também é a forte incorporação do discurso dominante neoliberal, que parece ser determinante para essa passividade. E foi justamente com base nessas constatações que me senti capaz de desafiar as ideias de dois importantes estudiosos sobre esse tema, Jessé Souza e Ruy Braga, os quais identificaram a partir de suas pesquisas uma potencialidade emancipatória promissora entre os trabalhadores das classes populares.

A meu ver, o que parece ter sido subestimado na análise desses autores é justamente a força dos ideais neoliberais e as consequências devastadoras que essa forma de reprodução social tem sobre os mais pobres. Esses, mais do que qualquer outro grupo social, tornam-se cada vez mais desprovidos de meios materiais e simbólicos para lidar com um mundo inseguro, instável e difuso. Os obstáculos a serem vencidos no dia a dia não concedem espaço para reflexividade, e a lógica social que predomina é a da competição individualizada. E, como os obstáculos são muitos e a falta de recursos é muito grande, o meio encontrado para lidar com tal situação parece ser a negação das desigualdades em função da crença na igualdade natural de oportunidades. Assim, a meritocracia que se realiza através do *ethos* do trabalho e a honra moral associada ao esforço individual se tornam os valores supremos. Para quem tem muito pouco valor objetivo, estes parecem ser os únicos meios legítimos e possíveis de constituição da autoestima e do sentido da vida.

Gostaria de salientar que os resultados aqui apresentados não podem e não devem ser generalizados. No entanto, acredito que eles devem ser considerados importantes para que se pense e que se investigue a respeito do peso das consequências do capitalismo neoliberal no aprofundamento das desigualdades sociais e sobre o poder que ele tem ao atuar sobre a própria vontade dos indivíduos, praticamente cegando-os em relação à dominação à qual estes sujeitos estão submetidos.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor *et al.* **The Authoritarian Personality**. New York: Harper & Brothers, 1950. (Studies in Prejudice Series, v. 1)
- BELL, Daniel. **O advento da sociedade pós-industrial**. São Paulo: Cultrix, 1974.
- BENCHIMOL, Jaime L. **Pereira Passos: um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2008.
- _____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- _____. **O poder simbólico**. Lisboa: Edições 70, 2015.
- _____. **Outline of a theory of practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- _____. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2016.
- _____. **Sobre o estado: cursos no Collège de France (1989-1992)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- _____. **Contrafogos: táticas para evitar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- _____. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- _____. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- _____. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M. Alice; CATANI, Afrânio. (Orgs.) **Escritos de educação**. Petrópolis. Vozes, 2007.
- BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. **A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- _____. Uma sociologia da condição proletária contemporânea. **Tempo Social**. São Paulo, vol. 18, nº 1, p. 133-152, jun., 2016.
- BRASIL, Ministério da saúde. **Gravidez na adolescência tem queda de 17% no Brasil**. Brasília: Agência Saúde, 2017. Disponível em: <http://portalmms.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/28317-gravidez-na-adolescencia-tem-queda-de-17-no-brasil>. Acesso em: 5 fev. 2018.

BRASIL, Ministério do desenvolvimento social. **Programa Bolsa Família**. Brasília: Secretária especial do desenvolvimento social. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia>. Acesso em: 21 mar. 2018.

BRASIL 247. **Veto a rolezinho consagra o apartheid brasileiro**. Disponível em: <https://www.brasil247.com/pt/247/brasil/126654/Veto-a-rolezinho-consagra-o-apartheid-brasileiro.htm>. Acesso em: 20 ago. 2018.

CANO, Inácio, IOOT, Carolina. Seis por meia dúzia? Um estudo exploratório do fenômeno das chamadas ‘milícias’ no Rio de Janeiro. In: Fundação Heinrich Böll (Org.). **Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Justiça Global e Fundação Heinrich Böll, 2008.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **A insegurança social: o que é protegido?** Petrópolis: Vozes, 2005.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

COSTA, A. Cláudia; LO BIANCO, Alessandro. **Um dia após operação em Camelódromo, ambulantes continuam vendendo celulares ilegalmente**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/um-dia-apos-operacao-em-camelodromo-ambulantes-continuam-vendendo-celulares-ilegalmente-16278578>. Acesso em: 23 ago. 2018.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo: ensaio sobre a noção de poluição e tabu**. Lisboa, Edições 70, s/d.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

_____. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2015.

_____. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994, vol. I.

_____. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993, vol. II.

_____. **Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

_____. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Globo, 2008, vol. I e II.

FOUCAULT, Michel. Technologies of the self. In: MARTIN, Luther H. Martin et al (orgs.). **Technologies of the self: a seminar with Michel Foucault**. Amherst: University of Massachusetts Press, 1988. p. 15-49.

FRASER, Nancy. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 15 (2), p. 291-308, mai./ago., 2007.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO – PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Percepções e valores políticos nas periferias de São Paulo**. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/Pesquisa-Periferia-FPA-040420172.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2017.

GALHARDO, Ricardo; VENCESLAU, Pedro. **Pesquisa põe em xeque discurso do PT**. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,pesquisa-poe-em-xeque-discurso-do-pt,70001725545>. Acesso em: 11 jul. 2017.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face**. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. **Comportamento em lugares públicos: notas sobre a organização social dos ajuntamentos**. Petrópolis: Vozes, 2010.

GLOBO.COM. G1. **Vídeos mostram rotina de violência e depredação no ônibus 474 no Rio**.

Disponível em: <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2017/01/videos-mostram-rotina-de-violencia-e-depredacao-no-onibus-474-no-rio.html>. Acesso em: 29 ago. 2018.

_____. **Beltrame admite que houve arrastão em praias do Rio e pede mais apoio**. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/11/beltrame-admite-que-houve-arrastao-em-praias-do-rio-e-pede-mais-apoio.html>. Acesso em: 20 ago. 2018.

GORZ, André. **O imaterial: conhecimento, valor e capital**. São Paulo: Annablume, 2005.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. UNIDADE DE POLÍCIA PACIFICADORA (UPP). Disponível em: http://www.upprj.com/index.php/as_upps. Acesso: 10 ago. 2018.

GUIMARÃES, Sérgio A. G. **Preconceito racial: modos, temas e tempos**. São Paulo. Cortez, 2017.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

HOLSTON, John. **Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE divulga renda domiciliar per capita 2015**. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilio_s_continua/Renda_domiciliar_per_capita/Renda_domiciliar_per_capita_2015_20160420.pdf. Acesso em: 6 abr. 2016.

_____. **Aglomerados subnormais: informações territoriais**. IBGE, 2010. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000015164811202013480105748802.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2018.

_____. **Censo demográfico 2010: universo: aglomerados subnormais**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/rio-de-janeiro/pesquisa/23/25359>. Acesso em: 15 ago. 2018.

_____. **Censo demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. IBGE, 2012. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf. Acesso em: 10 fev. 2018.

_____. **Brasil, Rio de Janeiro, Panorama**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj>. Acesso em: 15 set. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA DATAFOLHA. **Pesquisa perfil e opinião dos evangélicos no Brasil, Datafolha, 2016**. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2016/12/28/da39a3ee5e6b4b0d3255bfef95601890afd80709.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da violência 2017**. Rio de Janeiro: 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/170609_atlas_da_violencia_2017.pdf. Acesso em: 20 ago. 2018.

LAHIRE, Bernard. **Retratos sociológicos: disposições e variações individuais**. Porto Alegre. Artemed, 2004.

_____. **Patrimônios individuais e disposições: para uma sociologia à escala individual**. Sociologia, Problemas e Práticas. Lisboa, nº 49, p. 11-42, 2005.

LAMONT, Michèle; MOLNÁR, Virág. The study of boundaries across the Social Sciences. **Annual Review of Sociology**, n. 28, p. 167-195, 2002.

MAIA, Gustavo. **Arrastão, pânico e revolta: como a praia de domingo virou pesadelo no Rio**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas->

noticias/2015/09/22/arrastao-panico-e-revolta-como-a-praia-de-domingo-virou-pesadelo-no-rio.htm. Acesso em: 20 ago. 2018.

MAIOLINO, Ana Lúcia G. **Espaço urbano: conflitos e subjetividade**. Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2008.

MALAGUTI BATISTA, Vera. **O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história**. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

MARIANO, Ricardo. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. **Estudos Avançados**. São Paulo, vol. 18, nº 52, p. 121-138, setembro, 2004.

_____. Sociologia do crescimento pentecostal no Brasil: um balanço. **Perspectiva Teológica**. Belo Horizonte, ano 43, nº 119, p. 11-36, jan./abr., 2011.

_____. Igreja Universal do Reino de Deus: a magia institucionalizada. **Revista USP**. São Paulo, nº 31, p. 120-131, set./nov., 1996.

MARINS, Mani T. A. **Bolsa Família: questões de gênero e moralidades**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

NEDER, Gyslène. Cidade, identidade e exclusão social. **Revista Tempo**. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, p. 106-134, 1997.

NERI, Marcelo. **A nova classe média: o lado brilhante dos pobres**. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010.

PIERUCCI, Antônio F.; BRANDI, Reginaldo. Assim como era no princípio: religião e ruptura na obra de Procópio Camargo. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, nº 17, p. 29-35, maio, 1987.

_____. Religião como solvente: uma aula. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, nº 75, p. 111-127, julho, 2006.

REGO, Walquiria L.; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro, cidadania**. São Paulo: Unesp, 2013.

RIBEIRO, Fábio R. A. **Telejornalismo policial e a legitimação do senso comum conservador em dois universos de recepção**. 2016. 216 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: afinal, do que se trata?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SCHLUCHTER, Wolfgang. **Paradoxos da modernidade: cultura e conduta na teoria de Max Weber**. São Paulo: Unesp, 2011.

SENNETT, Richard. **Respeito:** a formação do caráter em um mundo desigual: Rio de Janeiro: Record, 2004.

SOUZA, Amaury de; LAMOUNIER Bolívar. **A classe média brasileira:** ambições, valores e projetos de sociedade. São Paulo: Elsevier, 2010.

SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros:** nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: UFMG, 2010.

_____. **Ralé brasileira:** quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

TAYLOR, Charles. **As fontes do self:** a construção da identidade moderna. São Paulo. Loyola Jesuítas, 2011.

TOURAINÉ, Alain. **Sociedade pós-industrial.** Lisboa: Moraes Editores, 1970.

VALLADARES, Lícia do P. **A invenção da favela:** do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

WACQUANT, Louïc. **Punir os pobres:** a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: F. Bastos, 2001, Revan, 2003.

_____. Rumo à militarização da marginalização urbana. In: **Discursos Sediciosos**, nº 15/16. Rio de Janeiro: Revan, 2007, p. 203-220.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia.** Rio de Janeiro: LTC, 1982.

_____. **Economia e sociedade.** Brasília: Universidade de Brasília, vol. II, 2009.

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo: Martin Claret, 2003.

ZALUAR, Alba. **Condomínio do Diabo.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

_____. **A máquina e a revolta:** as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 2000.

ZELIZER, Viviana A. **El significado social del dinero.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011.

APÊNDICE A – Questionário Filtro para Aplicação na Pesquisa

- 1 – Qual o seu nome?
- 2 – Qual a sua idade?
- 3 – Qual o seu estado civil?
- 4 – Você tem filhos? Não () Sim (), quantos?
- 5 – Qual o seu grau de escolaridade?
- 6 – Qual o grau de escolaridade do chefe da família?

Nível de escolaridade	Entrevistado	Chefe da família
Analfabeto / Fundamental 1 Incompleto		
Fundamental 1 Completo / Fundamental 2 Incompleto		
Fundamental 2 Completo / Médio Incompleto		
Médio Completo / Superior Incompleto		
Superior Completo	Encerrar	Encerrar

- 7 – Quantas pessoas moram na sua residência?
- 8 – Qual é o grau de parentesco entre você e elas?
- 9 – Qual o bairro que você mora?
- 10 – Qual você diria é a sua cor ou raça?
- 11 – Qual a sua religião?
- 12 – A sua casa fica em uma comunidade/favela, em uma rua comum ou um conjunto habitacional?
- 13 – Qual é a sua profissão no momento?
- 14 – Qual a profissão do (a) chefe da família?
- 15 – Quantas pessoas exercem atividade remunerada na sua casa?
- 16 – Qual é a renda familiar mensal na sua casa? Ou seja, juntando tudo que cada um recebe por mês quanto fica o total?

APÊNDICE B – Roteiro de entrevistas

Bloco 1 - Entender a composição familiar, o volume dos capitais econômico e cultural da família dos pesquisados, seu histórico profissional, principais hábitos de consumo e de lazer e os equipamentos e serviços públicos à disposição.

Composição familiar

- Quem mora aqui na sua casa além de você?
- Qual a idade de todas as pessoas que moram na casa?
- Qual o grau de parentesco entre as pessoas que moram aqui?
- Quem é o responsável pela casa? Por quê?

Capital econômico da família

- A casa é própria ou alugada? Se a casa for própria: quando e como vocês da sua família conseguiram esta casa?
- Há quanto tempo vocês moram nesta casa?
- Qual a atividade que você exerce hoje? Você tem carteira assinada?
- Quem mais na casa trabalha? Quais as atividades que essas pessoas exercem? Todas elas têm carteira assinada?
- Todas as pessoas que trabalham aqui contribuem com as despesas da casa? Explique-me um pouco como é isso.
- Tem algum outro tipo de dinheiro ou ajuda que entra aqui na sua casa, além daquele do salário das pessoas?
- Você ou outras pessoas que moram aqui têm conta em banco? É conta-salário ou foi você mesmo abriu por conta própria? Por quê?
- Você ou alguém da casa tem cartão de crédito? O que você acha do cartão de crédito? É bom ou ruim ter um?
- Alguém aqui na casa tem moto ou carro?
- Você ou alguém tem plano de saúde? Você paga ou é da sua empresa?
- Você ou alguém aqui na sua casa tem dinheiro guardado na poupança?
- Aqui na sua casa vocês são ou foram beneficiários do Programa Bolsa Família?
Caso sim: quanto vocês recebem ou já receberam mensalmente de benefício?
- Você recebe algum outro benefício (gás, água, luz etc.)?

- Com que idade você começou a trabalhar? Em quais atividades você já trabalhou?

Explorar o histórico profissional do pesquisado e entender, quando for o caso, a razão pela qual ele/ela começou a trabalhar na infância ou adolescência.

- Você acredita que a sua situação financeira mudou nos últimos 10 anos? O que mudou? Por que você acha que mudou?
- Quando falta dinheiro, como vocês fazem? Vocês pedem ajuda a alguém? A quem?

Capital Cultural

- Você estudou até que ano? Caso não tenha terminado o Ensino médio: que idade você tinha quando parou de estudar? Por que você parou de estudar?
- Você estudava em escola pública ou privada?
- As outras pessoas que moram aqui, até que ano elas estudaram ou que ano elas estão cursando?
- Alguém da sua família, mesmo que não more aqui, fez faculdade?
- Qual o grau de escolaridade dos seus pais? E no que eles trabalhavam ou trabalham?
- Você sabe dizer qual o grau de escolaridade dos seus avós? E no que eles trabalhavam ou trabalham?
- Você ou alguém aqui da sua casa fez algum curso extracurricular como: costura, cozinha, inglês, marcenaria, balé, manicure etc.? Quando e por quê?
- O(s) curso(s) que você ou alguém aqui da sua casa fez(fizeram) ajudou a conseguir um emprego? Me fale sobre isso.

Consumo

- Quais são as principais despesas da família?
- O que é mais importante na sua casa que não pode faltar?
- O que é considerado supérfluo?
- Tem coisas que só são consumidas em dias especiais? Que dias são esses? O que é consumido de especial nesses dias?
- O que você gostaria de comprar mais nas compras para a casa e que nunca dá para comprar?
- Agora falando de roupas e acessórios, você costuma comprar essas coisas em que lojas? E com que frequência?

- Tem algumas marcas que são importantes para você que você gosta de comprar? O que você acha de usar roupas de marca?
- O que seria uma casa completa ou montada para você? Por quê?
- E quanto a coisas para a sua casa, onde você costuma comprar, em que lojas? Por que você prefere nessas lojas?
- Você tem planos de comprar alguma coisa nova para a sua casa? O que? Por quê?
- Você está juntando dinheiro para isso, como vai ser?

Lazer

- Você costuma sair para comer fora ou lancher?
- Para onde você e a sua família costumam ir? Por que vocês preferem estes lugares? E vocês vão com que frequência?
- Você já viajou para algum lugar? Para onde? Como você foi: ônibus, carro ou avião?
- Vocês costumam viajar sempre? Para onde vocês costumam ir com mais frequência?
- Que lugares você gostaria de visitar, se tivesse condições?
- O que você costuma fazer quando pensa em sair de casa para passear? Quais são os lugares que você costuma ir para passear? Por que você escolhe esses lugares?
- Você costuma ir ao cinema? Com qual frequência? A que tipo de filme você gosta de assistir?
- E teatro? Qual teatro você vai? Com qual frequência? A que tipo de peça você gosta de assistir? Para quem nunca foi ao teatro: Por que você nunca foi? Você gostaria de ir ao teatro? Tem curiosidade de saber como é?

Equipamentos e serviços à disposição

- Como é a questão de transporte coletivo para você aqui no bairro? O que você usa mais: ônibus, metro ou trem? Quantas horas você gasta em deslocamento para ir ao trabalho ou passear?
- Quanto você gasta por mês com transporte? Você deixa de fazer alguma coisa por conta do transporte, como passear ou ir à praia?
- Como é a questão da segurança aqui no seu bairro? Você se sente seguro aqui? Por quê?
- Aqui onde você mora tem UPP? Se sim: o que você acha da atuação da UPP aqui na sua comunidade?

- Aqui onde você mora tem milícia? Se sim: o que você acha disso?
- Tem posto de saúde aqui perto? Vocês costumam usar? O que você acha do serviço?
- Você gosta de morar aqui? Por quê? O que tem de melhor e o que tem de pior?

Bloco 2 - Entender os hábitos cotidianos e aprofundar a pesquisa sobre os hábitos culturais dos pesquisados e sobre a sociabilidade.

Hábitos cotidianos

- Descreva para mim as suas atividades diárias. O que vocês fazem nos dias de semana? Tem algum dia que é diferente disso?
- Como são as refeições aqui na sua casa durante a semana? Todo mundo come junto ou cada um num horário, como é?
- Quem faz os serviços da casa? Quem cuida mais das crianças? Como as coisas são divididas?
- Tem coisas que você não faz porque não dá tempo? O quê?

Lazer

- E os finais de semana, como são? Tem diferença para os dias normais?
- E shopping, você vai? O que você faz no shopping? Qual é a frequência?
- Parques de diversão / forró / pagode / outra coisa? Qual é a frequência? Qual dentre essas atividades você mais gosta de fazer?
- Como são as refeições de final de semana? Você costuma almoçar na casa de parentes ou eles vem aqui? E quais parentes são estes?
- E em relação aos seus vizinhos, você tem uma relação próxima com eles, como é?

Hábitos culturais

- Você gosta de ler? O que você gosta de ler? Você já leu livros? Quantos? Você lembra sobre o que era? Com que frequência você lê livros?
- O que mais você costuma ler? Sites da internet sobre o quê? E revista e jornal, você lê? Em papel ou na internet? Por quê?
- Você já esteve em alguma biblioteca? Onde? Você costuma ir sempre?
- E televisão, você gosta de assistir? A que você mais assiste?

- Você costuma assistir aos jornais da TV? Quais? De quais tipos de notícias você mais gosta? Você acredita que os jornais informam bem as pessoas, que eles falam toda verdade?
- E cinema e teatro, você costuma ir?
- Que tipo de filme você mais gosta de assistir?
- Que tipo de peça de teatro você mais gosta de ver?
- E em museu ou exposição, você já foi? Onde? Quantas vezes?
Se nunca foi: Você já pensou sobre isso? Você gostaria de ir?

Sociabilidade

- Quais são os momentos na sua vida em que você se sente mais feliz?
- Quais são as pessoas com as quais você sente mais prazer em estar junto nas horas vagas?
- Você tem muitos amigos? De onde eles são?
- Você costuma se relacionar com os seus vizinhos?
- Você costuma participar de algum tipo de atividade organizada no seu bairro ou vizinhança?
- Você participa de algum grupo de pessoas voltado para algum bem comum?
- Você é próximo (a) dos seus familiares? Quando vocês costumam se encontrar?
- Quais datas especiais são mais importantes para você? Como você costuma comemorá-las? Onde e com quem?

Bloco 3 - Compreender a história de vida, a autoestima e os valores.

História de vida

- De onde são os seus pais? Onde você nasceu? Onde você foi criada(o)?
- Quanto tempo você mora neste bairro?
- Se eu pedisse para você me dizer quais foram os momentos da sua vida que mais te marcaram, negativos e/ou positivos, dos quais você até hoje se lembra, quais foram esses momentos?
- Você tinha muitos amigos na infância?
- A gente escuta muito esse negócio de bullying, você sofreu algo desse tipo quando era criança? Como foi isso?

- Quando você era criança, você pensava em fazer uma faculdade? Você pensava em qual profissão você gostaria de ter?
- Você me disse que começou a trabalhar aos XX anos, como foi para você começar a trabalhar? Como você se sentiu? O que representou isso para você?
- Com que idade você teve filhos? Como foi isso pra você? Você gostou, atrapalhou em alguma coisa a sua vida, fale-me um pouco sobre isso.
- Você costuma fazer planos na sua vida? Ou as coisas acontecem sem ser planejadas?

Autoestima

- Como você se sente em relação à sua aparência?
- O que você mais gosta e o que você menos gosta em você em relação à sua aparência física?
- Se você pudesse mudar algo em você, o que mudaria?
- Você costuma se cuidar? O que você faz: salão de beleza, compra de cosméticos, faz tratamento estético? Você acha isso muito importante? Por quê?
- Você diria que tem um estilo para se vestir? Por que você prefere assim?
- Como você se descreveria como pessoa?
- O que você acha que seus amigos e vizinhos pensam de você? Como eles te veem?
- Fale um pouco das coisas que você considera ter conquistado na vida. Do que mais você se orgulha?
- É importante para você mostrar para os outros as coisas que você conseguiu na vida? Para quem você gosta de mostrar? Por quê?
- Você se considera uma pessoa feliz? O que está faltando para você ser mais feliz do que você já é?
- Você acha que no Brasil existe preconceito? E de que tipo?
- Você já se sentiu constrangida(o) ou discriminada(o) em alguma situação? Fale-me sobre isso. Como você reagiu ou reage a isso? Por que você acha que isso aconteceu ou acontece?
- Isso é comum na sua vida?
- Existem lugares onde você vai e não se sente bem? Onde e por quê? Ou já aconteceu de você se sentir constrangido em algum lugar? Por quê?
- Você já teve ou tem alguém próximo a você na prisão ou envolvido com alguma coisa ilegal? Você pode falar sobre isso? Como é isso para você?

Valores

- O que faz você admirar uma pessoa? O que ela precisa ter ou ser para você gostar dela? Quais qualidades ela tem que ter e quais defeitos ela não pode ter?
- Tem alguma pessoa que você admira? Quem é? Fale-me sobre ela e por que você a admira?
- Você acha que, quando uma pessoa tem uma situação econômica melhor, ela é mais respeitada pelos outros?
- Você já precisou pedir para alguém dinheiro emprestado ou o cartão de crédito de alguém para comprar alguma coisa? Como você se sente nessas situações?
- Você tem religião? Qual é? Religião é importante na sua vida?
- Foi sempre essa a sua religião? Por que você mudou e por que escolheu exatamente essa?
- Você costuma frequentar a igreja, o culto ou o terreiro? Com que frequência? O que você sente quando vai à sua igreja?
- Você procura aconselhamento com alguém da sua igreja? Você participa de atividades na sua igreja? O que a igreja representa hoje para você?
- Você acha que, depois que começou a frequentar a igreja, as coisas mudaram para você? Em que sentido?
- O que você pensa a respeito da educação? Você acha que a educação é uma coisa importante? Por quê?
- Você acredita que a educação pode mudar a vidas das pessoas, em que sentido?
- Se você pudesse voltar a estudar, que curso você faria. Por quê?
- Tem alguma profissão que você admira? Por quê?
- O que significa o trabalho para você?
- Você já ficou desempregado, qual foi a sensação?
- O que você acha de ter carteira assinada? O que significa isso para você?
- O que você acha do Programa Bolsa Família?
- O que você acha das pessoas que recebem o programa Bolsa Família? Por quê?
- O que você acha das cotas étnico-culturais? Por quê? Você acha que isso poderia ser diferente?
- Você tem desejos para o seu futuro? Quais são eles? Por que você deseja isso?